

Bougleux
Bomjardim
da Silva
Carmo

“ERA ASSIM QUE ERA...”



Nas trilhas das memórias
e narrativas da comunidade Arara



Bougleux
Bomjardim
da Silva
Carmo

“ERA ASSIM QUE ERA...”



Nas trilhas das memórias
e narrativas da comunidade Arara

I São Paulo I 2024 I



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C287e

Carmo, Bougleux Bomjardim da Silva -
"ERA ASSIM QUE ERA...": Nas trilhas das memórias e
narrativas da comunidade Arara / Bougleux Bomjardim da
Silva Carmo. - São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-127-7

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-127-7

1. Análise de narrativas. 2. Comunidade Arara. 3. Memória
social. 4. Narrativas orais. 5. Pós-colonial. I. Carmo, Bougleux
Bomjardim da Silva. II. Título.

CDD: 808.5

Índice para catálogo sistemático:

I. Narrativa oral

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 o autor.

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

[<https://creativecommons.org/licenses/>](https://creativecommons.org/licenses/).

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini Milena Pereira Mota
Imagens da capa	Freepik
Tipografias	Abril Text, Acumin, Geometos
Revisão	Jônatas Barbosa Campos
Autor	Bogleux Bomjardim da Silva Carmo

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willering
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del México, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Dedicatória	10
Prefácio	12
Introdução	17
CAPÍTULO 1	
Reconstruindo Percursos E Experiências Em Arara	24
CAPÍTULO 2	
Como as trilhas da arara foram construídas?	50
CAPÍTULO 3	
Trilhas de Arara	60
3.1 Preâmbulo:	
reflexões sobre as origens e as identidades	61
3.1.1 Trilha 01 - A volta das araras: o rio como berço da comunidade.....	80
3.1.2 Trilha 02 - “Tomaram posses”: modos de habitar terras devolutas	100
3.1.3 Trilha 03 - Para além das curvas de arara: rodagens ontem e hoje	118
3.1.4 Trilha 04 - O comércio e trabalho nas fazendas.....	127
3.1.5 Trilha 05 - Uma estória do rio Itanhém.....	133
3.1.6 Trilha 06 - Do trem Bahia-Minas	159

3.1.7 Trilha 07 - Da alimentação e práticas cotidianas.....	174
3.1.8 Trilha 08 - Estórias das farinheiras e as táticas de produção.....	198
3.1.9 Trilha 09 - Estórias do tempo do cacau.....	212
3.1.10 Trilha 10 - A vida é trabalho, mas também é festa.....	225
3.2 Epílogo reflexivo: nascido e criado em Arara	246
Considerações finais.....	256
Referências.....	270
Apêndices.....	278
Apêndice A – chave de transcrição.....	278
Anexos	280
Anexo A – cadernos de Zeco.....	280
Diário 01: 28-9-2015 Derly Felix da Silva.....	280
Diário 02: Lembranças e esperanças de um quilombola	304
Índice remissivo.....	317

DEDICATÓRIA

Dedico à Pedrina da Conceição Silva, pois sua memória e um pedacinho de sua história estão agora guardados nas linhas deste livro! (*In memoriam*)

À Sinéis da Conceição Silva, por sua disposição e humildade em contribuir com minha pesquisa, dedico!

A Eusébio da Conceição Silva, por suas preocupações com os jovens, sendo este trabalho para lembrá-los, assim como a mim, que temos muito ainda a aprender, dedico!

À Maria Benedita da Conceição Silva, porquanto tudo o que foi escrito é para celebrar sua alegria e os tempos de festa para que nunca se apaguem das lembranças, dedico!

Dedico à Graci da Conceição Silva, pelo orgulho de suas origens que me ensinou a ter o mesmo no enfrentamento de tantos campos novos para mim!

A Wilson Pereira da Silva, na esperança de que todo esforço empreendido possa satisfazer, ao menos em parte, seus anseios destes últimos anos: ter em mãos um registro da história de Arara! Promessa cumprida!

A Derly Félix da Silva, Sr. Zeco, coloco essa dedicatória em tom jocoso, pois seriam necessárias mais algumas teses para dar conta de tantas histórias, lembranças e memórias, sua lucidez política e mnemônica!

A Berly Félix da Silva, Sr. Zuza, porque levarei comigo, como um tesouro, toda sua vontade de viver, de produzir, de ser útil, de dar

voz ao coletivo, de valorizar sua própria história e, principalmente, por sua amizade e consideração, dedico!

Dedico à Eloisa da Silva, posto que seja impossível esquecer sua capacidade de enfrentar a vida e os próprios limites. Assim como a senhora, não tive medo de dizer o que penso a despeito do que vão julgar!

Aos velhos e velhas de Arara, pois são a vida e razão deste livro, dedico!

Dedico às inúmeras comunidades rurais do Extremo Sul baiano que ainda carecem da preservação de sua memória e da memória de seus velhos.

Aos velhos e velhas de minha família, que se eternizam nas histórias contadas, nos encontros fortuitos e nas conquistas dos mais novos, dedico.

Ao meu avô Valdemar Queirós, à minha avó Aurita F. Bonjardim e à minha avó Senhorinha Maria do Carmo, de quem não pude ouvir todas as histórias que tinham para contar, dedico!

(In memoriam).

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Ouvi falar da Comunidade Arara ao conhecer Dona Eloisa, em 2015, numa reunião do Colegiado Territorial Extremo Sul da Bahia, no auditório da sede da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, em Teixeira de Freitas. Parei o que estava lendo para ouvi-la. Naquela ocasião, como em tantas outras, ela se expressava em alto e bom som, mostrando altivez e coragem para defender seu povo e sua forma de vida, tanto como guardiã de uma história coletiva quanto na luta por políticas públicas para todos da comunidade.

A impressão era que Dona Eloisa se esforçava muito para estar onde pudesse, em espaços de representação, de decisão - como a Câmara de Vereadores -, atenta e pronta para questionar, evidenciar sua opinião, sempre qualificada, performada por seu corpo miúdo, mas de uma força telúrica que a agigantava e deixava todos ao redor surpresos e cientes de que lhe deviam muito respeito. Uso o pretérito porque não vivo mais em Teixeira de Freitas. Mas, desse tempo de tantas intensidades ali experimentadas, guardo como dádiva da vida a imagem da nobreza natural de Dona Eloisa, a quem reverencio sempre em meus pensamentos mais benfazejos.

Com quanta felicidade recebi o presente da orientação do projeto de doutorado de Bougleux, autor das “trilhas” aqui apresentadas, no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGES/UFSB). Sua tese não é só uma tese, mas uma caixa de ressonância, a revelar um percurso bonito, relevante, ético e de um cuidado extremo com o outro. Ao mesmo tempo inquieto e concentrado, Bougleux tem uma capacidade rara de desenvolver vários projetos simultâneos com atenção e competência impressionantes. Professor de Língua Portuguesa da

SUMÁRIO

rede básica do Estado da Bahia, músico, docente de pós-graduação, filho, irmão, grande leitor, pesquisador produtivo e o que mais ele inventar ou lhe surgir como desafio. Tudo o que interessa se transmuta para ele em cisma criativa.

Impossível não comentar que a pesquisa de doutorado de Bougleux, iniciada muito antes, num projeto de ensino em Arara com estudantes do Ensino Médio, foi atravessada pela pandemia da COVID-19, embora já estivesse muito adiantada em março de 2020. Esse registro é importante porque muitas pessoas não conseguiram concluir seus percursos acadêmicos por terem perdido familiares, amigos, fontes de renda, confiança nos rumos da sociedade ou pela conjunção de tudo isso, tendo-se consumido em compreensíveis desamparos. Muitos redimensionaram seus projetos pelo impedimento do contato social, presencial, face a face, imposto pelo vírus e pelos descabros de um governo irresponsável.

Por tudo isso, a tese de Bougleux e este livro se inscrevem como suplementos vitoriosos ao arquivo de um mundo que ruiu irrevogavelmente e que fingimos ter retomado tal qual era. Este livro é, portanto, uma constelação cintilante feita dos que se foram, do que somos hoje e dos que virão como existências renitentes, como os vaga-lumes de Pasolini tão lindamente renovados por Didi-Huberman (2011).

As comunidades quilombolas brasileiras são reconhecidas como sobreviventes, enigmas de um querer-viver coletivo que resiste por meio de tecnologias baseadas na tradição e em giros imaginativos, apesar das forças opressoras. Elas equilibram-se entre as violências do mundo colonial e suas feridas expostas ainda a sangrar, e as artimanhas e táticas de um povo que ama a vida e a ela se agarra com lutas, sonhos, memórias, reinvenções e muitas dificuldades. O território extremo sul da Bahia é uma encruzilhada vibrante e porosa à diversidade étnica, cultural e, ao mesmo tempo, objeto de disputas desiguais por terras e recursos naturais. Nele, como em

SUMÁRIO

todo o Brasil, há projetos de vida e de sociedade divergentes, antagônicos, totalmente assimétricos em suas compreensões de desenvolvimento e de futuro.

Em nosso território (porque também o reivindico como meu), uma empresa multinacional implanta uma cerca para impedir o acesso ao rio pela comunidade indígena, que tem sua identidade e ancestralidade questionadas. Essa mesma comunidade vê emergirem da terra artefatos que comprovam espontaneamente sua existência originária. Em nosso território, comunidades quilombolas são pressionadas por grandes corporações sob as vistas grossas do Estado e de boa parte da sociedade. Nesse contexto, a tese de Bogleux e este livro tornam-se ainda mais fundamentais, por ecoarem, a partir de uma escuta verdadeira e qualificada, as memórias dos mais velhos e das mais velhas de uma comunidade atuante, produtiva e insurgente, vizinha muito próxima do município de Teixeira de Freitas, cujos habitantes, em sua maioria, desconhecem ou ignoram.

As “trilhas” construídas por Bogleux conduzem o leitor ou a leitora pela BA-290, pela BA-696 e pela estrada de chão da Comunidade Arara, onde o autor teve a sensibilidade de ouvir os velhos e as velhas (expressão que invoca o clássico livro de Ecléa Bosi) em prosas e andanças. Ele usa a expressão sem eufemismos, como tão bem denuncia Eliane Brum (2014) num texto intitulado “Me chamem de velha”: “Numa sociedade em que a juventude não é uma fase da vida, mas um valor, envelhecer é perder valor. Os eufemismos são a expressão dessa desvalorização na linguagem.” Assim, ouvir tantas vezes, com tanta atenção e respeito, Dona Eloiza, Seu Zeco, Seu Wilson, Seu Zuza, Dona Pedrina, Dona Egídia, Dona Fiinha, Dona Graci e outros, com a mediação fraterna de Maria Inês, permitiu a Bogleux reconhecer a importância daquelas pessoas e de suas narrativas, num movimento autêntico do diálogo reivindicado por Paulo Freire.

SUMÁRIO

Bogleux não apenas ouviu as pessoas, mas também andou com elas pela comunidade, interagiu, conviveu, partilhou momentos únicos. Sou testemunha da preocupação dele com o estado de saúde dos velhos e velhas, com as dificuldades da comunidade e, principalmente, com a preservação do vínculo criado entre seres humanos, e este livro é um dos produtos desse compromisso. Não se trata apenas de devolver algo à comunidade por terem compartilhado seu tempo e suas histórias. Este livro simboliza uma comunhão, feita de encontros movidos também por aberturas afetivas entre os participantes. É perceptível como o pesquisador foi visceralmente afetado pelos sujeitos da pesquisa, permitindo-se uma interação holística, integral.

Assim como o narrador de “A Ocupação” (2019), do escritor contemporâneo brasileiro Julián Fuks, consciente das diferenças e das distâncias entre ele e as pessoas que observa e interpela numa ocupação urbana, Bogleux busca o genuíno encontro, o “diálogo possível” (Medina, 2008), e não aplicar uma técnica ou se ocupar das pessoas como “um curioso, um intruso, um infiltrado. Eu, um saqueador de histórias, a roubar daquela gente suas mãos, seus olhos, até a sua voz” (Fuks, 2019, p. 100). Durante seu percurso acadêmico, Bogleux esteve o tempo todo muito consciente disso e recusou tanto a postura tímida dos que têm medo (inclusive de não corresponder às expectativas) quanto a praticidade dos que se satisfazem com a coleta de dados para concluir uma tese.

As “trilhas” aqui apresentadas foram percorridas nos matos, nas casas, nos rios, e nas roças de Arara e, também, atravessaram memórias. As narrativas dos velhos e velhas da comunidade foram (re)criadas e partilhadas num jogo criativo entre reservas da memória e gestos contingentes e instáveis de (re)contar. As reminiscências das cantigas, das festas, dos hábitos, de fartura e de escassez, de violências, emergiram dos encontros e, por deslocamentos e traduções afetivas, Bogleux arriscou-se muito para organizar uma escrita que não traísse nem preenchesse lacunas do esquecimento ou da

SUMÁRIO

precariedade da memória. E foi muito feliz nesse processo, incorporado de maneira muito própria.

Escrever essas “trilhas”, inspiradas num grande intelectual europeu e na plasticidade (Sodré, 1998) da cultura afro-brasileira inscrita na comunidade quilombola de Arara, faz deste livro uma encruzilhada (Martins, 2003), lugar mais de impermanências e irradiâncias do que de retenção. Ao ouvir, transcrever, reproduzir e traduzir as vozes e palavras dos velhos e velhas de Arara, Bougleux reverteu simbolicamente as lógicas de subalternização a que aquelas pessoas ainda estão submetidas, embora não subjugadas, como percebemos na leitura das “trilhas”. Essa reversão implica aberturas, impulsos e expansões acionadas pelo narrar que confia e pela escuta agradecida e reverente.

Uma das expectativas dessas “trilhas” é inspirar as novas gerações, as juventudes quilombolas, as solidárias e aquelas que se abrem para o conhecimento das histórias de vida de pessoas tão valiosas como Dona Eloisa, seu Zeco, seu Zuza...

Vida longa à comunidade Arara! Que ela tenha o reconhecimento que merece e a garantia de seus direitos por meio de políticas públicas condizentes com sua história e seu modo de vida.

Lilian Reichert Coelho

Julho de 2023

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

“Nós somos históricos!” Eloisa Neves dos Santos (87).

A epígrafe acima traz o pensamento de uma das memorialistas que dão vida, razão e significado a este livro. Com essas palavras, a narradora não só expressa uma aguda consciência de sua condição como sujeito ativo de sua própria história, mas também ao participar de uma comunidade que bem conhece e que a conhece bem. Igualmente, expressa um ponto de vista de alguém que sabe posicionar a si mesmo e aos outros em um contexto maior que envolve o entorno, com suas fronteiras reais ou imaginárias, onde vive. Do mesmo modo, quando Dona Eloisa afirmou “nós somos históricos!”, estava expressando sua reivindicação, quase um murmúrio inaudível. No fundo, dirigia-se a alguém que pudesse responder às faltas passadas ou se referia a algo que ficou por ser feito pela comunidade ao longo do tempo.

Nesse contexto, assim como Dona Eloisa, outros velhos¹ e velhas de Arara são legítimos autores das narrativas que serão expostas adiante, e suas lembranças atuam como uma ponte que permite relacionar o ser humano ao tempo.² Na verdade, a experiência³ dessas pessoas na construção, na história e na vivência em sua comunidade é fundamental para compreendermos um pouco sobre como se constroem as identidades, de que forma outras relações de poder e organização se estabeleceram no cotidiano, e como os sujeitos se conhecem e se identificam. É, portanto, dialogar com vozes sociais muitas vezes não ouvidas.

- 1 Neste livro, o termo “velho” designa uma categoria sociológica construída na literatura científica, não possui conotação negativa, mas corresponde a uma etapa natural da condição da vida humana (Bosi, 2004).
- 2 Isso tem relação com a noção de experiência (*Erfahrung*) para Benjamin (2012a, p. 214), pois “a experiência que passa de boca em boca é a fonte a que recorreram todos os narradores”. Para o filósofo alemão, essa categoria é fundamental para dissipar o emudecimento diante do choque, da reificação e da reprodutibilidade da vida na Modernidade. Isso implica mais do que uma vivência – *Erlebnis* –, mas algo da ordem do pertencimento, da profunda relação com o lugar, com as pessoas, com a história, com a linguagem e consigo mesmo.
- 3 Certamente, nessa acepção – tendo por base a reelaboração por parte de Walter Benjamin de concepções freudianas –, a experiência/*Erfahrung* implica memória, marcas, registros e tudo que dinamicamente se move na dimensão inconsciente, porém intersubjetiva. Por sua vez, a vivência/*Erlebnis* evoca precipuamente os dados imediatos da consciência-percepção.

SUMÁRIO

Arara é histórica e assumir tal condição provoca questionamentos sobre o próprio lugar, ora contingente e dinâmico. Sendo assim, este livro dedica-se um pouco à memória desta comunidade com remanescentes quilombolas em Teixeira de Freitas (BA). Trata-se de uma temática importante e insurgente. Na verdade, esta obra apresenta uma pequena parte do manancial de lembranças e narrativas como um espaço para discussão e aprofundamento sobre a história local e territorial, além de suas identidades e singularidades.

O presente livro é uma tentativa de tornar objetos de reflexão e partilha as memórias dessa comunidade por meio da voz e lembranças de alguns de seus moradores mais antigos e representativos. Por isso, conhecer a história⁴ de Arara é mergulhar no universo de significações e representações construídas ao longo do tempo pelos sujeitos que a formaram e que ainda são importantes referências. Entendemos que um empreendimento desta natureza envolve a articulação de vivências, vozes e afetos que nunca poderão ser totalmente domados e materializados em uma única narrativa ou em

4 A transformação dessas lembranças em livro é algo inspirado na filosofia de Walter Benjamin (2011; 2012a; 2012b; 2013; 2018), pela qual o centro da escrita histórica, possível somente pelo esforço da rememoração, pressupõe considerar a luta de classes, as assimetrias de poder, os anônimos ou os vencidos da História Oficial e tudo o mais que é lacunar e que está no limiar, isto é, “a fronteira, o lugar-entre, o pequeno ou grande desvio, a relação, os contextos” (Barrento, 2013, p. 115). A investigação sobre a memória social tem crescido exponencialmente nas últimas décadas como uma alternativa teórica, metodológica e pragmática para reposicionar o estatuto das grandes narrativas e das versões homogeneizadoras. Como destacam Gondar e Dodebei (2005), a memória não só tem sido objeto de pensamento, pesquisa e especulação desde os filósofos gregos clássicos, passando por pensadores da Modernidade como Friedrich Nietzsche, Henri Bergson, Sigmund Freud, até chegar à disciplinarização positivista da Ciência Sociológica com Maurice Halbwachs, que cunhou o conceito de memória coletiva. *A posteriori*, diferentes historiadores como Jacques Le Goff, Pierre Nora, Michael Pollak, entre outros, contribuíram para ampliar os horizontes conceituais da memória social, que se encontra na condição de limiar na contemporaneidade, nas zonas de fronteiras epistemológicas e na transdisciplinarização, em virtude da formulação de novos problemas, de novos contextos e do reposicionamento de plataformas conceituais já estabelecidas (Gondar; Dodebei, 2005).

SUMÁRIO

uma única obra, pois há *um tempo passado*,⁵ só despertado, ao que parece, quando o sujeito é convocado, por alguma circunstância, a falar das coisas que, afinal, conferem os significados mais concretos de ser e estar no mundo. Porém, há também um cruzamento de temporalidades que ganha coerência no movimento de tecer a própria história, silenciosamente e quase sempre de forma inconsciente.

Por isso, importa nos despertarmos para a história de Arara e de tantas outras comunidades que nos levam a compreender sobre nossos lugares e a nossa própria história, para nos livrarmos dos riscos de assujeitamento e de apagamentos de nossa condição de indivíduos e agentes. Isto é, é preciso lutar pela condição de consciência da própria historicidade, uma vez que cada sujeito faz parte de um conjunto de relações culturais, materiais, sociais e econômicas. Sendo assim, tomo a filosofia de Walter Benjamin como um convite ao despertar e, com isso, retomarmos obsessivamente ao ato de narrar para não desperdiçarmos nossas experiências. Nessa esteira, a rememoração torna-se um trabalho de tomar fôlego e reavivamento enquanto atitude política. Por essa razão, entendo que o ato de relembrar será o contínuo originar-se na própria condição de sujeito no mundo.

Para tanto, foi necessário proceder com uma espécie de *escavação mnemônica*,⁶ isto é, explorar as lembranças, trazer à tona

5 Por essa razão, o que preciso argumentar, neste momento, é sobre a categoria de origem, não como um ponto fixo em um tempo passado e linear, mas como um processo de construção que se efetiva no instante do agora quando confrontado e interpelado, este *tempo do agora - Jetztzeit* - que Walter Benjamin (2018) postula como material, ideológico e político, mas também que se satura e, portanto, necessita da rememoração como uma atitude de constante reavivamento e de tomada de fôlego, de sentido.

6 Para Bosi (2003, p. 66), “a narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema. Esse tempo original e interior é a maior riqueza que dispomos”, e isso significa que trabalhar e deslindar as representações pode nos propiciar uma maior compreensão de como ocorrem os processos de enraizamento dos sujeitos, das formas de organizar-se em um espaço e nos modos de constituir suas identidades em um processo que nada mais é do que uma hermenêutica de si, que podemos apreender por meio da identidade narrativa (Ricoeur, 2010a; 2010b).

SUMÁRIO

o que ficou no passado e ouvir atenta e pacientemente o deslizar das histórias, das emoções, dos fatos e situações que formam uma espécie de *identidade coletiva* da comunidade,⁷ singular e múltipla ao mesmo tempo, já que damos sentido às memórias que se tornam um pouco mais estáveis na construção deste processo.⁸

Contudo, sobre identidade, não a penso como algo fechado, mas como uma dimensão constituída em parte narrativamente, de caráter formativo e plástico, que não pode ser capturada senão em um momento furtivo de sua própria história, porque, dada sua dinamicidade, outras lembranças trarão novas reconstruções de si. Na verdade, quando outros moradores, velhos ou novos, resolverem compartilhar suas histórias, a identidade de Arara também será outra. Assim, torna-se possível entender os diferentes modos de enxergar as transformações coletivas e seus impactos na contemporaneidade em cada contexto.

Por isso, de antemão, destaco que este livro não pretende “domesticar” as lembranças/memórias dos moradores de Arara, nem convertê-las em uma narrativa legítima só porque foi transposta para o “papel”. Houve a tentativa, na verdade, de ser o mais fiel possível ao passado narrativizado, sabendo que a lembrança, quando é posta na materialidade linguística, transforma-se em uma nova realidade

7 Identidade, no âmbito da narrativa, como propõe Paul Ricoeur (2014), tem relação com elementos de permanência – ou *mesmidade* – assim como elementos da alteridade e da mudança – *ipseidade* –, que constituem a dialética do si mesmo em substituição ao eu/cogito cartesiano. Portanto, a ideia de identidade que abraço neste percurso, a partir do filósofo em questão, se apoia na dialética do mesmo e do outro em si mesmo, em um intrincado processo de identificação e interiorização do *idem* e do *ipse*. Estas são categorias que irão nortear os processos analíticos nesta tese-história.

8 Como diz Assmann (2011, p. 149), “a memória produz sentido e o sentido estabiliza a memória. É sempre uma questão de construção, uma significação que se constrói posteriormente”.

SUMÁRIO

ao tornar-se letra.⁹ De fato, “a memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (Bosi, 2003, p. 53). Esses pontos não são lineares, mas dobram-se em diferentes interpretações e sentidos para os mesmos eventos, lugares, personagens etc.

As memórias de Arara, sendo o coração deste livro, transformam-se em modos de simbolização através dos quais os sujeitos constroem imagens de si mesmos ou do seu *ethos*. Cada uma das *Trilhas de Arara* constitui um conjunto de experiências, conhecimentos e modos de vida¹⁰ compartilhados. De fato, é no momento em que narramos sobre nós mesmos e tecemos uma versão do “si mesmo” (Ricoeur, 2010), que nos reconstruímos identitariamente e nos posicionamos como sujeitos.¹¹ Nas trilhas, percebe-se a plu-

9 Nesse ponto, assumo, a partir de Paul Ricoeur (2007), a rejeição a uma abordagem cognitiva da lembrança, na qual a escrita se coloca como representação fiel do passado, mas sim que tal escrita possa se imbricar em uma atitude ética e política na construção da memória. Trata-se, ao contrário, de aceitar a legitimidade absoluta - como uma posição discursiva radical - da fala do outro sobre si e sobre sua própria inscrição como sujeito no mundo. No caso dos(as) narradores(as), como sujeitos que se abriram para o compartilhamento da experiência subjetiva e histórica, tudo o que se discorrerá procura acentuar seus posicionamentos, visões de mundo e representações. Conforme sugere Ricoeur (2007) em relação à mundanidade da lembrança, importa encontrar nessa agência e nessa inscrição, “o par ação e representação como a matriz dupla do vínculo social e das identidades que o instituem” (Ricoeur, 2007, p. 447).

10 Isto é, a memória, enquanto trabalho de reconstituição contínua de si (Bosi, 2003), propicia a qualificação da importância da *Erfahrung* benjaminiana na atribuição de sentidos e significados sobre o tempo e a história vividos, assim como o tempo e a história narrados (Rosenthal, 2014, p. 229). Já que, “partindo, inicialmente, da percepção de que as vivências narradas se referem a lembranças que se apresentam no processo narrativo, essas lembranças não se referem a um estoque de memórias que contenha lembranças firmemente armazenadas ou fixadas”; ao contrário “o presente da narração ou escrita biográfica [diríamos também coletiva] define o olhar retrospectivo sobre o passado e gera um passado recordado específico em cada caso” (Rosenthal, 2014, p. 229).

11 Por isso, escavar os modos de simbolização da experiência coletiva (Bhabha, 1998) é também, partindo da posição ricoeuriana de uma abordagem pragmática da memória, pensar seus usos e o processo de representação necessariamente vinculado à ação, à práxis (Ricoeur, 2007). Nesse processo, o sujeito constitui um lugar e uma posição para si narrativamente (Flannery, 2015), e isso é próprio das narrativas orais.

SUMÁRIO

ralidade de Arara, onde, apesar da aparência de rotinas e ações habituais, predominam táticas ou práticas específicas e adaptações às circunstâncias que ecoam a experiência vivida.

Na verdade, são escassos os dados, documentos e registros sobre a comunidade, especialmente sobre sua formação, história, modos de vida, bem como as possíveis configurações identitárias que a distinguem no contexto das transformações da mesorregião do Extremo Sul da Bahia. Inicialmente, o interesse em abordar a memória social de Arara surgiu da análise de como os moradores mais velhos compreendiam e atribuíam significados à comunidade, às suas representações de identidade e, a partir disso, às relações com o lugar e às sociabilidades desenvolvidas (Carmo, 2021a).

Neste contexto, *a priori*, o aprofundamento nessa temática visava refletir sobre a condição de remanescentes quilombolas e como isso era narrado pelos sujeitos, bem como explicitar certos processos de subjetivação dos idosos de Arara. Ao construir as *Trilhas de Arara*, criou-se espaço para discussão sobre as representações identitárias reveladas pelas lembranças dos idosos e como essas representações estruturam as relações sociais, de trabalho e o local onde vivem. Além disso, esse processo possibilitou destacar os diferentes pontos de articulação entre história e cotidiano com o objetivo de verificar a memória coletiva ou aquilo que era compartilhado entre os memorialistas. Finalmente, a redação das *versões narrativas* facilitou a compreensão das distintas visões de mundo nas diferentes temporalidades da memória social, que, por sua vez, situa a história da comunidade junto à história do Extremo Sul baiano.

SUMÁRIO



1

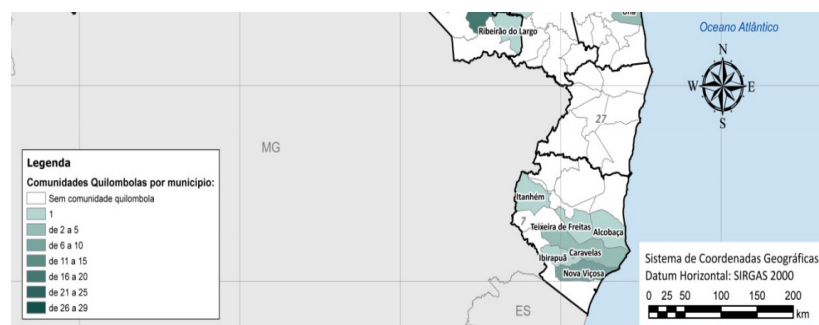
RECONSTRUINDO PERCURSOS E EXPERIÊNCIAS EM ARARA



“Eu, criatura humana, adoto o ritmo dos meus antepassados.” (Derly Félix da Silva, seu Zeco)

As lembranças dos(as) moradores(as) mais antigos(as) de Arara são um convite para realizar uma viagem pela comunidade, no sentido de, metaforicamente, caminhar por ela. Para tanto, é importante — adotando o ritmo próprio do despertar¹² desta memória — explorar o universo de referências. A comunidade de Arara situa Teixeira de Freitas, assim como Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa, no conjunto dos municípios nos quais há remanescentes quilombolas no Extremo Sul da Bahia, conforme mostra a imagem a seguir:

Figura 1: Municípios do Extremo Sul com comunidades quilombolas



Fonte: BAHIA/SEDUR (2012, p. 52, adaptado).

Esse fator é um elemento importante nas discussões identitárias, considerando que a noção de ser quilombola também se encontra sob as mais variadas formas de significação e construção por parte dos sujeitos.¹³ Em outros termos, não pode ser entendida como algo fixo, com uma única origem ou com base em critérios

12 Para Benjamin (2018), a rememoração tem a estrutura de um despertar, sendo uma forma de conhecimento que surge, muitas vezes, a despeito da vontade consciente. Muitas informações presentes nas Trilhas são oriundas de memórias involuntárias, que emergiram no momento da enunciação.

13 Neste contexto, penso, a partir de Hall (2013), na ideia de descentramento, já que os critérios de identificação, reconhecimento, produção de sentidos e a construção das narrativas nos contextos culturais e pós-coloniais estão sujeitos a diferentes parâmetros socioculturais, político-econômicos e, frequentemente, desestabilizados.

pré-determinados. É preciso refletir sobre essas questões a partir do discurso dos(as) memorialistas, “caminhando” por suas trilhas com a intenção de constituir um saber determinado e historicamente situado.

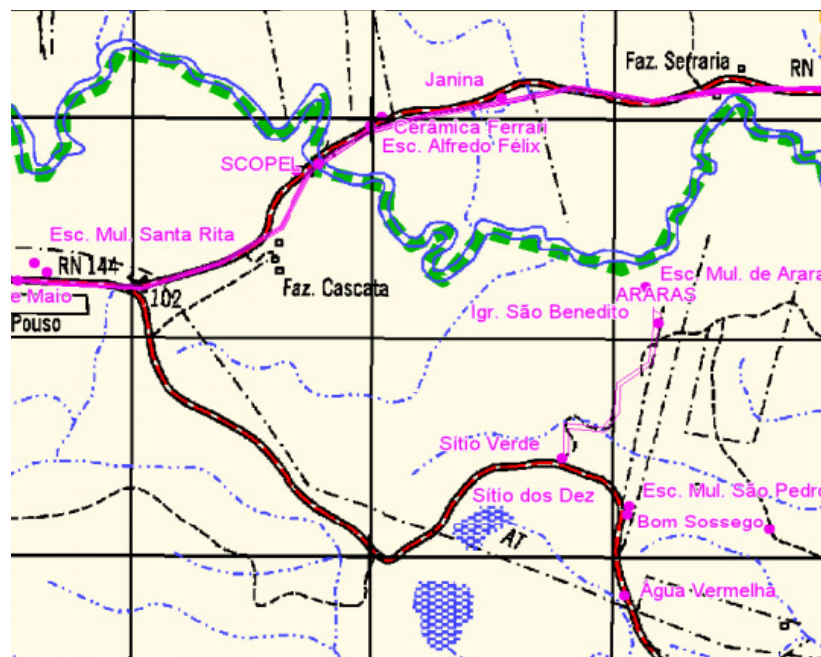
Porém, para que essa caminhada fantasiosa pela comunidade faça sentido, é importante acompanhar algumas informações gerais sobre esse lugar de memória.¹⁴ Sendo assim, começemos pelo acesso à comunidade, localizada na BA-290, que liga Teixeira de Freitas aos municípios de Caravelas, Alcobaça e Prado no Extremo Sul baiano, especificamente no entroncamento próximo à entrada da fazenda Cascata, vizinha à comunidade. Esses municípios ficam entre 52 e 70 quilômetros de Teixeira de Freitas. Por sua vez, o mapa a seguir proporciona uma visão conjuntural mais precisa da comunidade e alguns de seus principais pontos de referência internos, bem como alguns nomes de fazendas e outras referências externas que constarão nas narrativas das trilhas:

SUMÁRIO

14

Faço alusão ao conceito problemático discutido por Pierre Nora (1993), pois, se existe um lugar de memória, é porque ele está se desvanecendo com a aceleração da Modernidade e precisa ser historicizado. De certo modo, ao verem as transformações da comunidade ao longo dos anos, os idosos de Arara sentem a necessidade de narrar e tornar perene parte dessa memória. Daí a função sociocultural das trilhas deste livro.

Figura 2: Mapa da comunidade Arara



Fonte: IBGE¹⁵.

No mapa acima, pode-se identificar a Escola Municipal Arara e a Igreja São Benedito, localizadas na área central, onde há a sede da Associação de Moradores, o Sítio Verde, o Sítio dos Dez, o Sítio Bom Sossego, o Sítio Água Vermelha, além da Escola Municipal São Pedro.

A partir dessa visualização geral da região, a imagem a seguir mostra o acesso à BA 696, que leva à comunidade neste percurso narrativo, como parte de alguns registros que realizei para estimular a sensação de proximidade com o lugar e com os(as) moradores(as). O acesso localiza-se entre o aeroporto e a Fazenda Cascata.

15

Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_delevantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/ba/. Acesso em: 15 abril. 2020.

Figura 3: acesso à BA 696



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

Os pontos identificados no mapa anterior (Fig. 2) correspondem aos espaços de sociabilidade destacados em Arara,¹⁶ a saber: o campinho de futebol – em primeiro plano na imagem; a sede da Associação de Moradores – ao centro da imagem; a paróquia São Benedito – à direita, no fundo da imagem, todos visualizados abaixo:

Figura 4: Ponto central de Arara



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

SUMÁRIO

16

Tais espaços configuram-se como pontos de referência centrais, especialmente, para quem não habita na comunidade (Carmo, G. B. S., 2019).

Isso posto, importa apresentar os sujeitos como parte dessa espécie de *arqueologia*¹⁷ da memória realizada pela pesquisa, pois fui conhecendo-os à medida que me aproximava cada vez mais da comunidade, embora isso tenha ocorrido gradativamente. Inicialmente, aproximei-me dos velhos moradores da comunidade – alguns deles são vistos como guardiões da memória de Arara - por intermédio da senhora Maria Inês da Silva, moradora da comunidade e professora da rede municipal de ensino de Teixeira de Freitas.¹⁸

De imediato, tal encontro foi agendado em novembro de 2017, na casa do senhor Wilson Pereira, primo do senhor Berly Félix da Silva (86) – pai de Maria Inês. Foi, de fato, uma manhã agradável de conversa e contação de histórias que durou algumas horas, devido às tantas lembranças pessoais desses senhores. Para o presente momento, convém apresentar e qualificar melhor esses importantes sujeitos. Considero fundamental frisar que a relação humana e o diálogo oportunizado por todos os encontros e conversas são, seguramente, mais importantes neste processo, pois as memórias não podem ser tratadas apenas como objetos de investigação científica, mas como partes de uma vida compartilhada.

17 Aqui me aproximo do conceito de Michel Foucault, que busca compreender o discurso em sua monumentalidade, mais do que em sua documentalidade, isto é, ao que ele chama de “arqueologia” como o conjunto de regras que norteiam a construção e cristalização dos discursos, sua ordem, suas formações: “Defini um domínio (os enunciados, o campo enunciativo, as práticas discursivas), tentei fazer com que surgisse a especificidade de um método que não seria nem formalizador, nem interpretativo” (Foucault, 2008, p. 153). Em outro trecho definidor, ele afirma: “a arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras”. Ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro discurso” mais oculto. Recusa-se a ser “alegórica” (Foucault, 2008, p. 158).

18 Na verdade, cheguei a ela com a ajuda de Greyce Bomjardim da Silva Carmo, também servidora do município, que mais tarde realizaria uma pesquisa de dissertação sobre questões ambientais (Carmo, G. B. S., 2019). Na ocasião, tratamos de marcar um encontro para uma conversa de aproximação. Trata-se da dissertação “A percepção ambiental na comunidade Arara em Teixeira de Freitas (BA)”, defendida pelo PPGCTA - Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais, da Universidade Federal do Sul da Bahia, trabalho esse que foi de grande proveito para esta pesquisa, uma vez que pude acompanhar alguns momentos de seu desenvolvimento *in situ*.

SUMÁRIO

Este é o sentido pretendido como expressão do presente “enredo”. Além disso, é uma tentativa de cristalizar alguns dos momentos que vivenciamos no processo de contar e ouvir, formando, quiçá, uma contramemória.¹⁹ Por isso, considero importante expor algumas impressões pessoais acerca de cada um. De fato, no decorrer deste livro, ora farei uso de seus nomes ou de seus apelidos, embora sejam mais conhecidos por seus apelidos em Arara.

Sendo assim, meu primeiro contato com os irmãos Félix da Silva (86) e o Sr. Wilson Pereira da Silva (87) ocorreu em 30 de novembro de 2017, apresentados na imagem abaixo na seguinte ordem, da esquerda para a direita: Dona Maria Inês, que fez a mediação do encontro, Sr. Derly Félix da Silva, Seu Zeco, Sr. Wilson Pereira e Sr. Berly Félix da Silva, Seu Zuza. Esse é o primeiro registro da minha entrada em Arara:

Figura 5: Primeira conversa com os velhos



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2017).

SUMÁRIO

19

Do ponto de vista dos estudos da memória, o pensamento de Michel Foucault (2008), a partir da noção de arqueologia que utilizo inicialmente, se aproxima, de forma tímida, da filosofia benjaminiana no que se refere à construção de uma contramemória, uma memória subversiva, adormecida nos discursos, diria o filósofo francês, ou adormecida nos “objetos”, diria o filósofo e crítico judeu-alemão (Benjamin, 2018). Não farei uso da análise de discurso foucaultiana para a empreitada interpretativa da memória, mas apenas me valerei da metáfora como mote para a construção de uma proposta retórica de interação com as vozes dos sujeitos, dos teóricos e com minha própria voz neste percurso. Além disso, Benjamin (2014; 2018) nos traz a questão da memória dos vencidos, das vozes excluídas das grandes narrativas, e isso constitui a natureza da contramemória.

Voltando aos sujeitos, não poderia deixar de destacar e registrar a boa vontade, o desprendimento e a acolhida desses memorialistas. Ainda nesta primeira conversa, pude observar as lágrimas furtivas nos rostos desses senhores ao lembrarem-se de entes queridos, das várias risadas altas pelas situações vivenciadas, dos vários eventos marcantes, das pessoas e situações importantes em suas trajetórias. Na ocasião, eles permitiram que fizéssemos o registro audiovisual desse encontro e foi a partir daí que pude estabelecer um elo de confiança para que pudessem compartilhar histórias tão particulares, mas ao mesmo tempo, tão preñhes de experiências e vivências de caráter coletivo, fatos envolvendo toda a comunidade.

Ainda que cada um(a) construa sua própria verdade no discurso (Bosi, 2004), esse processo de elaboração discursiva da memória se efetiva carregado de sentimentos, afetos e expectativas. Não obstante, o registro dessa primeira conversa foi essencial para delimitar os elementos que, mais tarde, iriam constituir a pesquisa de tese e este livro.

Nesse sentido, registro a feição tranquila e acolhedora do Sr. Wilson Pereira e sua esperança de ver algo ser deixado para os mais jovens da comunidade. Foi também dele que pude entender a exigência em ter registros que pudessem retornar à comunidade. De imediato, o Sr. Wilson deixou claro que inúmeras vezes pessoas, pesquisadores e curiosos estiveram em Arara em diversas ocasiões e conversaram com os senhores. Dentre seus anseios, desejava que houvesse algo escrito sobre a comunidade.

Por sua vez, o Sr. Zuza exibia uma energia e vitalidade notáveis por sua participação ativa na comunidade, sua forma calorosa de acolhida e vontade firme de reafirmar contínua e alegremente suas origens, sua identidade e, principalmente, de partilhar sua sabedoria e conhecimento da terra, dos biomas, da fauna e flora da Mata Atlântica, sabedoria construída desde

SUMÁRIO

a infância. Nossas conversas ocorreram na varanda de sua casa, na casa do Sr. Wilson – seu compadre e primo – e até na casa do Sr. Zeco, além de termos realizado andanças²⁰ pelos vários lugares da comunidade.

Quanto ao Sr. Zeco – Derly Félix da Silva - convém ressaltar sua memória – poderíamos dizer fotográfica - bem como sua capacidade narrativa, seu cuidado em explicitar os nomes das pessoas, dos lugares, das datas e a riqueza de detalhes das impressões do vivido em uma incrível habilidade descritiva. Um exemplo disso é sua lembrança do período escolar, tendo estudado até a quarta série em 1946 em Juerana – distrito de Caravelas - e, mesmo passado mais de sessenta anos, lembrava-se dos horários e do professor – que se chamava Júlio Jerônimo, o qual teve seu nome dado a uma das ruas do bairro Nova América e Castelinho em Teixeira de Freitas (BA). No trecho do relato a seguir, há a lembrança das disciplinas estudadas, os dias e como era a dinâmica para quem quisesse prosseguir nos estudos:

O nosso professor era o dia todo... a parte da manhã era leitura... da aula de leitura e a escrita e a parte da tarde terá aula de pergunta e resposta segunda-feira era português... história do Brasil e geografia... terça-feira era tabuada e aritmética geometria que a gente estudava em aula da tarde... de sexta-feira é só aula de religião... é aí... então assim... a gente estudava e já era bem guiado... e os alunos que antes de nós que saía da escola dele no quinto ano... aí pra Teófilo Otoni estudar lá em Itambacuri chegava lá não tinha tropeço nenhum (Zeco, 2020).

SUMÁRIO

20

Andar por Arara foi uma verdadeira *flânerie* (Benjamin, 2018), pois cada lugar da comunidade tem tantas histórias, significados e lembranças, formando um campo simbolizável de memórias (Certeau, 2014). No que me cabia, até que tecesse os primeiros sentidos acerca de tudo que via e ouvia, me encontrava perdido, mas aberto a compreender este “saber sentido”, conforme assinala Benjamin (2018), que só a transmissão oral no circuito do diálogo, da escuta ativa e interessada pode capturar. Ou seja, foi preciso me portar como uma espécie de *flâneur* benjaminiano.

É por lembranças como essas que o Sr. Zeco buscou registrar essas memórias em seus cadernos para valorizá-las e pelo temor de perder a visão devido ao glaucoma – o que, de fato, ocorreu posteriormente. Assim, nesses “diários”, há narrativas desde sua infância, a vivência na comunidade, a imagem dos pais, parentes, amigos e importantes acontecimentos e tudo o mais que sua memória evocava. Tenho verdadeira gratidão por sua confiança ao entregar-me seus cadernos para analisá-los e registrá-los.²¹ Por sua perspicácia, vejo o Sr. Zeco como um narrador nato, e contar histórias é para ele um prazer e uma ocupação notáveis.

Muito do que o Sr. Zeco registrou deveu-se à memória involuntária,²² pois trouxe à tona tudo que emergia em sua lembrança, colocou-se a escrever e registrar sem que houvesse uma ordem pré-determinada. Durante as conversas, nas quais pude coletar suas histórias e lembranças, a impressão que se tinha é que a qualquer momento, estando na presença dele, alguma história se revelaria ou mais detalhes de algo já contado apareceriam para lançar luz sobre o ocorrido. De fato, ficou evidente para mim que parte dos moradores mais velhos tem trabalhado há alguns anos para manter vivas as lembranças da comunidade, bem como estimulam a busca pelo desenvolvimento sustentável, fazendo uso da sabedoria acumulada

21 Os dois diários estão dispostos na íntegra nos Anexos deste livro.

22 A memória involuntária — *mémoire involontaire* — é uma das categorias teóricas principais desta construção discursiva da memória de Arara, ora reconstruída por Walter Benjamin (2018) a partir de sua leitura e apreensão das histórias, literatura e ideias de Marcel Proust, bem como da rearticulação da noção de inconsciente, conforme a Psicanálise Freudiana, para aplicá-la tanto ao contexto individual quanto social da produção de memória e esquecimento, seja no âmbito psicossocial, quanto político, histórico e ideológico. O termo, como conceito, se relaciona com a ideia do despertar como uma estrutura, uma tomada de consciência sobre eventos ora “adormecidos” nos “objetos”, ou seja, “Elaborar o ocorrido na recordação do sonho! – Quer dizer: recordação e despertar estão intimamente relacionados. O despertar é, com efeito, a revolução copernicana e dialética da rememoração” (Benjamin, 2018, p. 660).

SUMÁRIO

e das memórias. Há, pois, um intenso trabalho inconsciente²³ de elaboração e reelaboração da memória, uma troca fluida e sugestiva que se efetiva na intersubjetividade (Bosi, 2004). Por conseguinte, do ponto de vista coletivo, é quase impossível determinar quais acontecimentos, afetos ou situações serão sedimentados e quais se esvairão no esquecimento.

Encontrei exemplos disso no fato de eles se colocarem constantemente à disposição para conversar com quem se interessasse pela comunidade. A título de exemplo, Zuza e Zeco colaboraram em um projeto ambiental fornecendo mudas de diferentes plantas nativas da região cultivadas em Arara no Programa *Arboretum*.²⁴ Daí, portanto, a importância da pesquisa com a memória dos mais velhos por propiciar mais um espaço de escuta e interação social.

Importa destacar a relação que a subjetividade estabelece com determinadas lembranças, eventos, pessoas ou com aquilo que ressoa como valorativo para o sujeito em uma espécie de fidelidade

23 Tanto Walter Benjamin quanto Paul Ricoeur, que são dois grandes pilares teóricos deste livro, adotam e fazem uso próprio do conceito de inconsciente elaborado pela Psicanálise Freudiana, embora cada um faça um uso próprio em seus respectivos campos de estudo. Walter Benjamin estrutura a ideia das memórias que irrompem do inconsciente para a consciência, referindo-se àquilo que independe da vontade racional e objetiva do sujeito (Benjamin, 2014). Ricoeur, por sua vez, em suas elaborações sobre a Psicanálise, pontua profundamente o papel da noção de inconsciente e as demais contribuições dos estudos freudianos para, dentre vários elementos, a compreensão da mediação narrativa e a elaboração do sujeito no fio do discurso narrativo — o enredo — assim como elementos fundamentais para a compreensão dos processos sociais, políticos e culturais que envolvem o esquecimento. Ambos os filósofos viam a narrativa como uma terapêutica, como um espaço-momento para que elementos recalçados da sociedade emergissem no discurso do sujeito como parte do processo de subjetivação. Portanto, Walter Benjamin amplia para o nível social ou sociológico a categoria da memória e da rememoração, considerando sua dimensão involuntária-inconsciente, assim como Paul Ricoeur reelabora essa categoria no âmbito de sua hermenêutica narrativa.

24 O Programa *Arboretum* é um trabalho interinstitucional proposto pelo Serviço Florestal Brasileiro com apoio do IBAMA e de empresas de celulose presentes em Teixeira de Freitas. Disponível em: <https://www.programaarboretum.eco.br/historia-de-cada-um/62/berly-felix-da-silva-seuzuza>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SUMÁRIO

da memória.²⁵ Esse processo fica muito evidente na consciência que esses senhores têm em relação à própria história e tal atitude se reverbera na busca pela ancestralidade, na volta às próprias origens e por suas identificações na complexidade da relação entre o que ainda está vivo na rememoração e o que se adormeceu no esquecimento, conforme expressou, certa feita, o senhor Wilson:

Essa história que tinha aqui era bom que você viesse aqui que tinha as pessoas mais velhas do que a gente... esse é que tem mesmo história... mas a gente falha muito a idade de num já atrapalha muito ... mas aqueles mesmo que viu a... *nós muitas histórias que a gente contou é que quem viu foram nossos avós nossos pais que contou pra gente aqueles tios mais velhos de a gente* (Wilson, 2020 - grifos meus).²⁶

Considerar a singularidade da transmissão, da herança e da memória via narrativa é fundamental para que os indivíduos, enquanto seres no mundo, construam suas próprias referências e possam constituir suas próprias experiências. Portanto, nessa acepção, a *identificação* envolve, dentre outras dimensões, um processo profundo e inter-relacionado entre a história pessoal, cultura, afetos, vivências e as trocas simbólicas construtoras tanto da identidade pessoal quanto coletiva. As palavras do Sr. Wilson destacam ainda a transmissão da memória, a bagagem de lembranças deixada como herança oralmente doada. Porque grande parte da memória da comunidade se perdeu com o falecimento das primeiras gerações de moradores, o presente registro torna-se um imperativo.

SUMÁRIO

25 Para Bosi (2004), ao narrar sua história, o sujeito tende a buscar ser fiel ao acontecimento por ser detentor das impressões singulares de sua experiência.

26 Para melhor esclarecer, penso ser importante explicar sucintamente acerca das citações enquanto traço metodológico, isto é, das falas retiradas do *corpus* de narrativas orais e escritas construído no primeiro ciclo de visitas oficiais no último trimestre de 2020. Assim, na tese, utilizo as falas *in natura*, isto é, sem adaptá-las à linguagem formal. Porém, a transcrição seguiu os padrões da Análise da Conversa (Preti, 2005). Creio que devo respeitar a variante linguística dos sujeitos, assim como a singularidade das interações, pausas, entonação etc.

Por seu turno, outro grupo central de narradores é a família Conceição Silva. Na imagem 06, encontram-se os irmãos e irmãs dessa família, apresentados a mim por um agente de saúde, a saber, da esquerda para a direita: Sra. Graci (61), Sra. Maria Benedita (64), Sra. Pedrina (*in memoriam*),²⁷ Sra. Sinéis (60) e Sr. Eusébio (72). A imagem abaixo também destaca a varanda, na qual ocorreram as conversas, ora com todos presentes, ora individualmente. São todos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) e rurais, vivem da produção de subsistência e são aposentados(as). Em geral, residem em propriedades vizinhas na parte chamada Arara II,²⁸ localizada próxima às margens do rio Itanhém:

Figura 6: Família Conceição Silva



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

SUMÁRIO

- 27 Pedrina faleceu em 25 de março de 2021. Visitei Dona Pedrina no início de fevereiro de 2021 e estava escrevendo o último capítulo da tese quando soube de seu falecimento. Muitas das trilhas deste livro devem-se às memórias detalhadas dos modos de viver, vestir-se, comer, andar, conviver, festejar e tantas outras dimensões da vida em Arara e da memória social como um todo.
- 28 Apesar de ser uma única comunidade, Arara está geográfica e jurisdicionalmente situada entre os municípios de Teixeira de Freitas e Caravelas (BA).

Dentre os vários elementos que eu poderia destacar, menciono a gentileza e a boa vontade. De fato, a Sra. Graci mostrou um profundo orgulho por suas raízes, seu nascimento, modo de viver e trabalhar em Arara, bem como sua conquista em ter criado os filhos, tirando todo o sustento de seu trabalho no campo. A Sra. Maria Benedita destacou-se pelas gargalhadas altas e desprendidas, sua generosidade em partilhar histórias de vida e maneira mais aberta e expansiva de narrar. A Sra. Pedrina, com um tom de voz sempre muito suave, compartilhou muitas lembranças, detalhes da vida cotidiana e do carinho por essas memórias. Sua visão aguçada das mudanças da comunidade e sua percepção sobre as diferenças intergeracionais foram fundamentais na construção das trilhas deste livro.

Por sua vez, a Sra. Sinéis, muito tímida, tomou coragem para participar das conversas tardiamente em relação aos demais. No entanto, só o fez por sentir que a proposta respeitava seu espaço e sua história. Tal fato foi muito importante para a reafirmação da partilha da vida pela memória como algo mais importante do que a investigação científica em si mesma. O Sr. Eusébio, atencioso e prestativo, primeiramente, foi mais testemunha do que narrador, até que se viu estimulado a intervir nas conversas em grupo, ora confirmando, ora dando mais detalhes de alguma história-lembrança que surgisse.

Como afirma Ecléa Bosi, sendo o indivíduo uma espécie de testemunha de suas próprias memórias, emerge o trabalho de recomposição nessa condição, em virtude do fato de a memória coletiva ser construída nos laços, nas relações sociais, profissionais, familiares etc. (Bosi, 2004), além da relação intrincada entre vivência e experiência.

Finalmente, na imagem 07, apresento outras duas figuras importantes do enredo que configura a história de Arara:

SUMÁRIO

Figura 7: Dona Egídia e Dona Eloisa



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

Acima, apresenta-se, em primeiro plano, Dona Eloísa Neves da Silva (76), também conhecida por Dona Fiinha, agricultora e fundadora da Associação de Mulheres de Arara, atualmente presidenta de honra. De espírito ativo e perspicaz, a Sra. Eloísa é uma narradora nata e muito disposta. Embora tenha enfrentado e superado um câncer aos 76 anos, continua a gerenciar e administrar as questões econômicas e familiares, além de sempre ter participado e representado a comunidade frente às necessidades coletivas.

Não posso deixar de destacar que ouvi muitas de suas histórias em meio aos seus problemas pessoais, por meio de uma narração que se enveredava ora pelo presente, ora pelo passado. Sendo muito consciente de seu papel político na comunidade e na vida como um todo, Dona Eloisa foi abrindo seu coração e sua vida pessoal para que

SUMÁRIO

eu pudesse depreender as imagens do coletivo. Foi Dona Eloisa que me apresentou à ex-moradora mais antiga de Arara, Dona Egídia, de 107 anos em 2020. Com rara disposição física e ainda bastante comunicativa com seus parentes mais próximos naquele momento em que a conheci, a presença de Dona Egídia foi sinalizada por quase todos os memorialistas com muita afetividade. Nasceu e criou-se em Arara, foi batizada na Paróquia São Bernardo em Alcobaça em 1913, viveu a maior parte de sua vida na comunidade, assim como morou na casa do falecido Sr. Deraldo, pai dos senhores Zuza e Zeco.

Sua presença aqui é mais simbólica, pois, mesmo sem condições de poder narrar histórias,²⁹ figura-se como uma representação calorosa e, ao mesmo tempo, faz parte da memória coletiva dos moradores mais antigos:

Figura 8: Sra. Egídia aos 107 anos em 2020



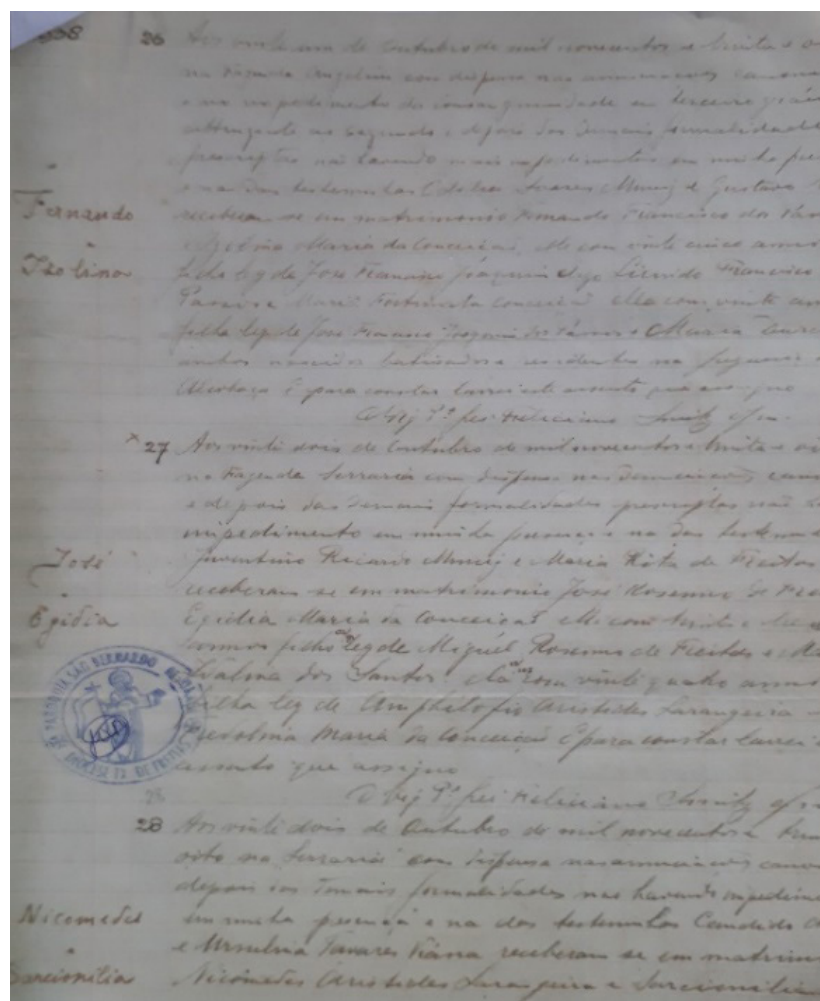
Fonte: Bogleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

29

Sua comunicação e memória bastante limitadas e se efetivam de forma bastante peculiar com suas filhas.

Residiu em Arara por décadas até passar a viver junto às filhas no Cantagalo, povoado que se localiza nos limites entre os municípios de Teixeira de Freitas e Alcobaça (BA). Além disso, muitos moradores e moradoras de Arara têm parentes próximos ou mais distantes que residem nessa região, além de muitos compadres e comadres. Abaixo, encontra-se o batistério e a certidão de batismo de Dona Egídia, que foram cedidos gentilmente por suas filhas:

Figura 9: Batistério de Dona Egídia





DIOCESE DE TEIXEIRA DE FREITAS-CARAVELAS
Paróquia São Bernardo
CNPJ: 13.682.919/0014-79
E-mail: saobernardobenedito@hotmail.com
Fone: (73) 3293-2694

Certidão de Batismo

Data da celebração: 21 de setembro de 1913
Local: Matriz de São Bernardo
Celebrante: Pe. Trojano Leal do Bonfim
Batizando: EGÍDIA
Data de nascimento: 04 de abril de 1913
Nome do pai: Anfilófsio Aristides Laranjeira
Nome da mãe: Frechalina Maria da Conceição
Padrinhos: Aníbal Nascimento
Inocência Maria do Carmo

Livro: 1913 **Folha:** 15 **Número:** 107

Observação: 2ª via para fim de Documentações. Sendo que só consta o primeiro nome. Consta que a mesma se casou aos 22/10/1938, nesta Matriz com José Roseno de Freitas. Nada mais consta no referido registro.
Para constar mandei lavar esta certidão que assino.
"Ita in fide párochi".

Alcobaça, 26 de novembro de 2019.

Pe. Raul Felipe Alves da Silva
Pe. Raul Felipe Alves da Silva
Pároco



Prça Padre José Porfírio, s/nº, Centro
Alcobaça-BA, Cx. Postal, CEP 45910-000

Fonte: Acervo pessoal da família de Egídia.

Com efeito, a partir de uma de nossas conversas, Dona Eloisa se dispôs a levar-me até Dona Egídia no mês de outubro de 2020, pois além de rever sua comadre, poderia visitar parentes, compadres e comadres que não via há anos. Certa vez, Dona Eloisa comentou sobre Dona Egídia quando a questionei sobre quem eram os moradores mais velhos: "Ah, tem a Egídia! Egídia é da Arara... tá morando lá no Cantagalo, mas nasceu na Arara!" Por lá,

procuramos e passeamos de forma a encontrar pessoas importantes para Dona Eloisa e a própria Dona Egídia. Suas filhas, muito atenciosas, receberam-me calorosamente.

No dia em que fomos ao reencontro de Dona Egídia, Fiinha se lembrava da adolescência de trabalho nessas plantações: “já trabalhei por demais nessas roças” (Eloisa, 2020), assim como mencionava as mudanças nas últimas décadas, personagens e fatos antigos da região, bem como as transformações do rio Itanhém, as plantações de cacau que um dia cobriram aquela várzea existente às margens do rio. Isso mostra a importância da memória dos mais velhos e, no caso, dos camponeses idosos, testemunhas de inúmeras transformações regionais, pois comumente a história oficial não conta com as lembranças das classes trabalhadoras, ou como diria Benjamin (2015), com a história dos vencidos.

Ainda no contexto desta viagem, Dona Fiinha contava, com certo ar de nostalgia, sobre a paisagem avistada: “tudo isso aqui já foi plantação de cacau” (Eloisa, 2020), referindo-se à região próxima ao rio Itanhém, após a passagem da ponte na BA 290 em direção ao Cantagalo, à margem esquerda:

Figura 10: Ponto do rio Itanhém registrado da ponte na BA 290



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2021).

Em todo caso, este livro³⁰ é também uma forma de aproximação desse passado. Sendo assim, para que essas memórias se materializassem no que aqui chamo de *Trilhas de Arara*, foi preciso que os moradores mais velhos pudessem falar à vontade.³¹ Para melhor compreender como se deu este processo, preciso retomar a experiência de meus contatos iniciais com Arara, em meados do mês de setembro de 2017. Na época, esse contato foi possível graças ao projeto escolar que desenvolvi no Colégio da Polícia Militar Anísio Teixeira na disciplina de Língua Portuguesa, como parte das aulas de campo, objetivando a imersão dos(as) estudantes com as questões da cultura afro-brasileira e indígena. Foi pela observação inicial da atuação de algumas mulheres como Dona Eloisa e Maria Inês que comecei a estabelecer alguns recortes teóricos para a investigação, já que ambas estimulavam diversas ações na comunidade, mostrando o papel diferenciado das mulheres nos processos decisórios de Arara. É neste momento que esboço o pré-projeto de pesquisa e realizo estudos exploratórios sobre a temática.

Porém, antes dessas elucubrações na tentativa de encontrar um campo de pesquisa, buscava, por meio do projeto escolar, oportunizar a interação das turmas de estudantes do ensino básico com quilombolas ou remanescentes de quilombolas. Foi na busca por uma comunidade, na qual o projeto didático pudesse se efetivar, que soube acerca dos moradores de uma comunidade rural próxima a Teixeira de Freitas (BA) com essa origem.

30 “Se narrar é, então, um ato tão intrinsecamente ligado à existência humana ao ponto de auxiliar na própria construção de uma noção de si mesmo, uma identidade, é de se esperar que haverá sempre formas de narrar, tão diversas, simples ou complexas, como o são as experiências humanas” (Flannery, 2015, p. 102-103).

31 Deixar que espontaneamente falassem, sem muita interferência de perguntas invasivas, pois me concentrei em fazer intervenções em momentos pontuais e de dúvida, mas não para realizar cortes no discurso. Essa postura tem a ver com minha tentativa de deixar a rememoração atualizar o que era importante para cada um deles (as), me baseando na assertiva de Walter Benjamin (2018, p. 665), a saber: “Aí deveria se falar de uma crescente condensação (integração) da realidade, na qual tudo o que é passado (em seu tempo) pode adquirir um grau mais alto de atualidade do que no próprio momento de sua existência. O passado adquire o caráter de uma atualidade superior graças à imagem como o qual e através da qual é compreendido”.

SUMÁRIO

É justamente nesse contexto que acontece o primeiro encontro. Naquele momento, a meu ver, parecia haver algo introspectivo na comunidade, no sentido de que, mesmo no ambiente educacional, tanto na rede municipal, na qual já fui servidor, quanto na rede estadual, na qual atuo, ainda não se tinha ouvido falar de uma comunidade tão próxima com remanescentes quilombolas. Arara não estava no rol das comunidades comumente estudadas pela academia, tal como o quilombo de Helvécia em Nova Viçosa (BA), por exemplo. Na prática, não havia nada escrito ou publicado sobre a comunidade que pudesse ser didaticamente tratado em sala de aula. Por isso, claramente algo precisava ser dito sobre Arara, pensando na memória e na cultura afro-brasileira e na abordagem curricular desses saberes, conforme a Lei nº 10.639/03. Para tanto, seus moradores e moradoras mais antigos(as) ajudariam-me com o propósito de construir uma pesquisa mais profunda sobre a história da comunidade.

Abaixo, uma visão das atividades do projeto supramencionado que executei na Escola Municipal São Pedro, no qual Dona Eloisa e Sr. Zuza – na imagem esquerda superior – palestraram, contaram histórias e a partir do qual pudemos realizar caminhadas até uma das nascentes locais, conforme a imagem na posição direita inferior:

Figura 11: Projeto Escolar em Arara





Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2017).

Diante de tudo que foi lembrado até aqui e para refletirmos sobre as origens da comunidade de Arara, valho-me de uma metáfora ou de uma alegoria, como *forma de expressão*³² que me permita explorar interpretativamente as lembranças. Como disse o Senhor Zeco em uma de suas narrativas para mim: “Então são essas histórias que eu tenho na minha memória que me contaram”. Posiciono os mais velhos de Arara como coautores deste livro, pois a recriação narrativa só foi possível pelo compartilhar das lembranças.

A essas histórias, tenho chamado de *Trilhas de Arara*, como alusão à ação dos desbravadores do lugar ao abrir caminhos pela mata para se assentarem, construírem suas moradas e circularem entre seus parentes e vizinhos. Tal alegoria representa as tantas idas e vindas pelo rio Itanhém e por suas margens. Sendo assim, a ideia de trilha, como metáfora das aberturas proporcionadas pelas lembranças, figura-se como o fluxo contínuo e descontínuo da lembrança.

32 Walter Benjamin, na obra *A Origem do Drama Barroco Alemão*, intenta, em grande parte de sua argumentação, sustentar a tese de que a alegoria é mais do que uma simples figura retórica, mas uma forma profunda de linguagem e de apreensão das aporias do real de forma dialética, como também na condição de representação de uma ideia, mas sem a corporeidade da representação simbólica (Benjamin, 2011). Como sinalizado anteriormente, valho-me da noção de alegoria para construir imagens retiradas do próprio campo referencial dos sujeitos e, a despeito de Michel Foucault (2008) recusar essa categoria, isso não impede que o processo de análise seja uma aproximação com seu método arqueológico no sentido de analisar a memória como monumento discursivo, respeitando os limites epistemológicos de ambos os autores para que a aproximação não seja forçada demais.

É também o meu próprio caminhar – discursivo e imaginário – no emaranhado de imagens, ideias, eventos e lugares de memória etc.

Sob essa ótica, essas trilhas tentam costurar as memórias coletivas, no que se refere aos encontros e desencontros dos sujeitos por essas vias, mas agora na materialidade da linguagem. Por essa razão, tentamos – os sujeitos e eu – dar uma nova roupagem a tudo que foi revivido nas narrativas. Ao intitular essas narrativas de *Trilhas de Arara*,³³ busco uma forma de evidenciar o que não foi resgatado pela História, pelas imagens do desejo que não se constituíram em memória ou pelas *fantasmagorias*.³⁴ Dentre esses “fantasmas”, tem-se o medo do esquecimento e, por isso, muitos mais velhos narram para tentar dissipar a neblina que turva o passado, assim como o medo de que esse passado não se torne importante para os mais jovens, perdendo-se, portanto, diferentes referências e tradições culturais. Isto é, o medo de não haver quem os escute ou atribua importância à própria história da comunidade.

Em sentido próximo, procuro com as *Trilhas de Arara* não somente apontar para lugares de memória, mas também propiciar a reconstrução histórica dessa comunidade, em uma verdade constituída na relação temporal entre o que é conhecido e quem conhece.³⁵

33 Em clara inspiração benjaminiana, espero desvelar o dinamismo dos sujeitos, de suas práticas, do lugar e dos sentidos que atribuem à condição de comunidade. Em sua obra das “Passagens”, Walter Benjamin tentou compreender as mudanças ocasionadas pela Modernidade, a partir da observação atenta aos detalhes das passagens parisienses.

34 Quero pontuar que uma dessas fantasmagorias tem relação com as identificações e a mestiçagem, pois “a noção da mestiçagem, cujo uso é ao mesmo tempo científico e popular, está saturada de ideologia. Por isso, seria importante, antes de qualquer análise, deixar claras as diversas conotações” (Munanga, 2019b, p. 21). Essas fantasmagorias também têm relação com as ilusões de progresso ensejadas pelo modo capitalista de produção e pela técnica, cultura e vida burguesas (Tiedemann, 2018).

35 Conforme Benjamin (2018), a escrita da história e da memória é uma forma de relação entre o sujeito e o conhecimento, sendo uma construção atravessada por relações que escapam ao domínio da pura racionalidade. Daí a importância do despertar da memória involuntária.



SUMÁRIO

Trilha, como caminho tortuoso e rudimentar, porque é feito “a braço”,³⁶ como é a maior parte do trabalho no campo e como foi formada a comunidade. Igualmente, faz-se alusão a esse contínuo ir e vir das pessoas, das imagens-lembranças, do tempo, da memória involuntária, em suma, como também é a relação entre lembrar e esquecer.

As trilhas, como “caminhos no mato”, são também um recurso retórico-argumentativo a fim de traçar e retraçar a trama mnemônica em suas flutuações e, assim, construir *nós de sentido* que controlam o ir e vir das lembranças narradas. Com isso, ensejo uma reflexão tomando um belo poema³⁷ de Agostinho Neto, que foi poeta e o primeiro presidente angolano em meados do século XX, no qual a imagem do *caminho do mato* surge-me como uma adequada alegoria para representar as trilhas e escavações mnemônicas pela rememoração:

Caminho do mato / caminho da gente / gente cansada
/ óóó – oh!

Caminho do mato / soba grande / caminho do soba /
óóó – oh!

Caminho do mato / caminho de Lemba / Lemba famosa
/ óóó – oh!

Caminho do mato / caminho do amor / do amor de
Lemba / óóó – oh!

Caminho do mato / caminho das flores / flores do amor.

Ainda que o poema faça alusão a elementos arquetípicos da religiosidade afro-brasileira, notadamente o candomblé da nação angolana e, portanto, relativamente distante das referências de crenças dos mais velhos de Arara que, como veremos, se aproximam e se envolvem com o catolicismo popular, vê-se a evocação de duas imagens: *soba* e *Lemba*.

36 Tomo essa expressão de Dona Eloisa, que narrou sobre a forma como as estradas foram feitas em Arara. Vide Trilha 03 sobre as rodagens.

37 Disponível em: <https://lusografias.wordpress.com/2018/07/29/literatura-africana-de-expressao-portuguesa-angola-agostinho-neto-caminho-do-mato/>. Acesso em: 04 mar. 2021.

SUMÁRIO

A primeira diz respeito à liderança, à figura de quem lidera a tribo; assim como Lemba faz referência ao “pai de todas as cabeças” (Barros, 2007, p. 20), imagem equivalente de *Oxalá* ou *inquice* (Barros, 2007) ora associado ao Senhor do Bonfim. Muitas vezes, esse sincretismo não é percebido ou entendido, no caso, pelos mais velhos de Arara, no sentido de que não foi possível constatar a consciência narrativa³⁸ dessa relação entre os *orixás* das crenças afro-brasileiras e os santos católicos.

Por isso, faço uso da belíssima letra de Sérgio Correia dos Santos – compositor, arranjador e violonista mineiro – intitulada *Sincretismo*,³⁹ de seu álbum *Áfrico*.

O negro religioso / Dentro de casa tem seu gongá /
Porém desde o cativo / Mudou de nome seu Orixá / E
assim Dona Janaína / É Nossa Senhora da Conceição, /
Oxum é a das Candeias, / Oxossi é São Sebastião
Saravá / Meu santo, / Amém.

São Roque é Obaluaiê / Como Santa Bárbara é Iansã,
/ São Lázaro é Omolu, / São Jorge é Ogum, Santana é
Nana / E assim São Bartolomeu é Oxumaré, / São Pedro é
Xangô, / Obá é Joana D'Arc / E Pai Oxalá é Nosso Senhor

Dessa belíssima letra, relaciono as imagens de soba e Lemba à força de liderança de homens e mulheres que são reconhecidos na comunidade Arara por essa imagem, ainda que de forma inconsciente. Nessa mesma perspectiva, a ideia de Lemba como representação da divindade, que, na fala dos sujeitos desta memória, emerge nas figuras de Jesus Cristo, São Benedito, São Sebastião, dentre outros.

As distâncias, o tempo, as circunstâncias históricas, políticas, culturais e econômicas, as diásporas e tantos outros fenômenos levaram, simultaneamente, à perda de muitas dessas referências,

38 De fato, veremos isso mais à frente em uma das trilhas que oportunizará discussões sobre essas questões mais pontualmente.

39 Disponível em: <https://www.letras.mus.br/sergio-santos/232085/>. Acesso em: 04. Mar. 2021.

SUMÁRIO

atualmente caídas no esquecimento, deixando apenas pistas e rastros na devoção das pessoas. Diante de tudo isso, assim como a alegoria da escavação na abertura deste livro-enredo, junta-se à metáfora da trilha, em consonância com esse horizonte arquetípico de sincretismos, como um convite a caminhar por suas aberturas sinuosas.⁴⁰ Vamos a elas! Porém, antes disso, é necessário compreender como as trilhas foram elaboradas. Sendo assim, o próximo capítulo trata justamente da metodologia adotada na pesquisa com as memórias e narrativas de Arara.

SUMÁRIO

- 40 O objetivo específico dessa configuração narrativa (Ricoeur, 2014) é, nessa perspectiva, cotejar em cada Trilha de Arara uma narrativa, até onde puder, alinhavada e que corresponda — mesmo que retextualizada — a uma versão justa das lembranças. Tal justeza se coaduna com a posição ricoeuriana de buscar uma representação do passado a partir de um conjunto de condições enunciadas e, conforme a filosofia benjaminiana, valer-se da dimensão ética na construção da memória enquanto “escritura”, resgate e atualização.



2

**COMO AS TRILHAS
DA ARARA FORAM
CONSTRUÍDAS?**



“O que são desvios para os outros, são para mim os dados que determinam a minha rota. Construo meus cálculos sobre os diferenciais de tempo – que, para outros, perturbam as ‘grandes linhas’ da pesquisa” (Walter Benjamin)

Tomando por base o pensamento de Walter Benjamin, investigar cientificamente algo é mais do que buscar uma verdade, mas trata-se de colocar o que se quer em perspectiva, analisar dialeticamente as imagens ou as ideias em suas singularidades (Benjamin, 2013; 2018). Cada história, cada trilha e cada *estória*,⁴¹ no caso deste livro, contém em si mesma a complexidade própria de sua especificidade, mas também os efeitos de uma estrutura histórica mais ampla.⁴² Por isso, cada contexto de pesquisa deve instigar seus próprios desvios metodológicos, isto é, encontrar seus próprios caminhos, pois é também uma forma de representação e, vale sublinhar: “o que a Ciência ‘estabeleceu,’ pode ser modificado pela rememoração” (Benjamin, 2018, p. 781). As trilhas de Arara traçam, pois, sua própria rota, sendo apenas um lampejo diante da realidade complexa e da historicidade de cada sujeito.

Para tanto, foi preciso estabelecer uma perspectiva narrativa da pesquisa que incorpore necessariamente os termos “*pessoal e social* (interação); *passado, presente e futuro* (continuidade); combinados à noção de *lugar* (situação)” (Clandinin; Connelly, 2015, p. 85 – grifos dos autores). Isso quer dizer que o foco está em captar a experiência para a construção da história da comunidade a partir dos dados das lembranças. De fato, escrever a memória é compreender

41 Daqui em diante, o termo faz alusão à dimensão “fictícia” ou aos enxertos e reconstituições que cada sujeito elabora no ato narrativo, conforme Ricoeur (2010), devido à dimensão temporal construída na narrativa em sua composição mimética e da intriga que se relaciona à representação das experiências e das ações.

42 Se nisso há certa monadologia em sua forma de perspectivar o objeto, então o processo analítico se efetiva naquilo que ele chama de imagens dialéticas, já que confere à mônada, portanto, a caracterização das ideias que, por sua vez, são como representação na crítica e, dessa forma, toda imagem e toda representação reserva em si uma dada infinitude intensiva em razão de sua estrutura histórica e temporalmente sintética (Benjamin, 2018; 2013).

SUMÁRIO

a ação dos sujeitos na produção de seus “enxertos”, consonante às lacunas de seus esquecimentos e como as preenchem com os sentidos de sua própria verdade, porquanto o testemunho da própria experiência corresponde aos recortes e elementos que formam sua versão sobre os acontecimentos (Gagnebin, 2014).

Dessa maneira, as versões narrativas tecem para nós, no presente, uma história descontínua, mas significativa, porquanto abrange tudo que está ao redor de cada um e sob uma perspectiva específica. Entre fragmentos e imagens das lembranças, cada sujeito produz um fio coerente de si mesmo em um espaço habitado e preenche de significações. Por conseguinte, fez-se necessário alinhar etapas de reconstrução de forma concomitante.

Em um primeiro momento, realizei visitas formais⁴³ que ocorreram em ciclos, tendo o primeiro ocorrido entre os meses de setembro e dezembro de 2020. O segundo ciclo ocorreu entre os meses de fevereiro e abril de 2021. Este segundo ciclo teve como função não só conhecer outros sujeitos da comunidade, mas também esclarecer dúvidas sobre as histórias e narrativas obtidas no primeiro ciclo. Nessas visitas, realizadas a partir de agendamentos, aconteceram as entrevistas abertas,⁴⁴ conversas em profundidade — ora individualmente, ora em grupo —, bem como “andanças” ou caminhadas exploratórias, acompanhadas de algum memorialista para registros audiovisuais e fotográficos, assim como para despertar a evocação de memórias relativas aos lugares da comunidade. Nessa direção, o intuito foi propiciar condições para que cada

SUMÁRIO

43 Digo formais relativamente à aprovação pelo Comitê de Ética e em função da realização das etapas da pesquisa. Porém, como já exposto, os contatos, visitas e convivência com moradores de Arara iniciaram-se em 2017. A ideia de ciclo se efetivou como formalização das entrevistas e conversas em profundidade.

44 No que concerne às entrevistas abertas e conversas em profundidade, a pesquisa apropriou-se de algumas temáticas recorrentes para a construção das perguntas constantes no questionário e, centralmente, localizadas em Bosi (2003), Nora (1993), Ricoeur (2007) e na literatura recente sobre memórias dos mais velhos.

pessoa narrasse livremente, buscando realizar sua própria seleção de lembranças, como forma ainda de coletar material investigativo primário⁴⁵ (Minayo, 2009).

Em geral, as conversas abertas e em profundidade permitem vários graus de formalidade e espontaneidade da interação, além da possibilidade de direcionar os assuntos/temáticas de modo mais livre, bem como criar confiança entre os sujeitos, oportunizar a escuta afetiva, detalhar questões, deixando os sujeitos em posição ativa no direcionamento das narrativas (Boni; Quaresma, 2005). Não é preciso seguir um questionário fixo e engessado, mas tratá-lo como uma bússola facilitadora e como forma de organizar virtualmente o trabalho, porém mantendo o protagonismo dos sujeitos. Em suma, nessa acepção, qualquer questionário tem um caráter mais orientador do que delimitador na produção das narrativas-discursos que materializam as lembranças.

Em um segundo momento, realizei a transcrição do material relativo aos registros sonoros e audiovisuais. Para tanto, primeiramente, fiz uso de processos de transcrição a partir de pacotes do site *Gglot*⁴⁶ para conversão de áudio/vídeo em texto; em segundo, procedi com a conferência e correção do material transcrito automaticamente. Urge destacar que áudios de conversas/entrevistas com qualidade relativamente baixa necessitaram ser transcritos manualmente, sendo a maior parte do material sonoro.

SUMÁRIO

45 Vale destacar que a construção de um questionário orientador adotou alguns procedimentos de construção voltados para as Ciências Sociais, nos termos de Boni e Quaresma (2005). No caso das entrevistas abertas e em profundidade, essas podem ser empregadas com pessoas que sabem ou não escrever, bem como são mais flexíveis e permitem maior abertura de dados. O questionário encontra-se no Apêndice B.

46 O *Glot* é um site que disponibiliza, de forma paga, pacotes de transcrição. Disponível em: <https://dashboard.gglot.com/home?locale=pt>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Além do material sonoro, o Sr. Zeco disponibilizou seus cadernos de memórias – aos quais chamo de diários⁴⁷ – e estes materiais foram digitados para compor o trabalho com a análise de narrativas. Trata-se de aproximadamente quarenta e duas laudas de lembranças narradas, originalmente de forma escrita pelo Sr. Derly Félix da Silva (Zeco, 86), fato que torna o *corpus* de narrativas oriundo da oralidade e da escrita. O Sr. Zeco escreveu inúmeras histórias, lembranças e fatos em cadernos por volta dos anos de 2015 e 2016. Nesta época, conforme me contou, sua visão começava a ser afetada pelo glaucoma e, também temendo a perda natural da memória na velhice, tomou a iniciativa de registrar sua infância, a vida familiar, os acontecimentos que marcaram sua vida, fatos coletivos de diferentes épocas, situações familiares, opiniões sobre diferentes ocorrências etc.

Ainda sobre a etapa de correção das transcrições, apliquei, como chave de transcrição (vide Apêndice A), o modelo ou normas da linha de estudos linguísticos chamada Análise da Conversação⁴⁸ (Preti, 2005). Na prática, cada trilha foi construída mesclando informações das

47 Na verdade, trata-se de um conjunto substancial de narrativas e um rico material mnemônico no qual o Sr. Zeco se posiciona e registra o que acreditava ser importante para que outras pessoas soubessem e conhecessem. Muitas delas também foram relembradas e recontadas durante as entrevistas e conversas. Em uma das visitas, ele mesmo me contou sobre esses cadernos e prontamente os disponibilizou para a realização do trabalho de pesquisa. Por conseguinte, as trilhas também se constroem a partir deste material discursivo como fonte fundamental para a construção da memória social e local. Como será exposto, as lembranças escritas do Sr. Zeco evocam e trazem à superfície narrativa, por exemplo, personalidades locais, eventos históricos, experiências diversas, histórias pessoais e coletivas que permitiram pensar sobre inúmeras relações sociais, econômicas e culturais importantes. Vide os Anexos deste livro.

48 A escolha de um padrão de transcrição se efetivou pelas seguintes razões: a) as Ciências da Linguagem e a Linguística possuem diversos modelos condizentes com diferentes perspectivas de abordagem, porém, nas Ciências Humanas, o processo de transcrição não é bem definido, salvo algumas exceções como os estudos da História Oral que formam um conjunto homogêneo e que dispõem de modelo próprio de transcrição. Além disso, não foi possível adotar o modelo da História Oral em virtude da necessidade de proceder com formas de documentação dos materiais as quais não haveria tempo hábil para realização, bem como o pesquisador não dispunha de treinamento específico para realização e utilização deste padrão; b) a observação dos trabalhos que compõem a literatura sobre memória dos mais velhos mostrou que a forma de transcrição dos textos e sua apresentação retórica se efetiva de forma bastante diversificada e à deriva da intuição dos(as) pesquisadores(as). Escolher um padrão, portanto, é também uma posição política pela qual há perdas e ganhos.

SUMÁRIO

lembranças oralmente compartilhadas pelas narrativas dos sujeitos, elementos presentes nos diários de Zeco e, quando possível, por fontes documentais.

No terceiro momento, procedeu-se com a organização do material imagético, das memórias escritas e do material transcrito. Além de aproximadamente quarenta e duas (42) laudas de lembranças escritas do Sr. Zeco, o material transcrito resultou em mais de cento e oitenta e cinco (185) laudas, após a etapa de correção de um total de quase vinte (20) horas de entrevistas degraváveis⁴⁹ e mais outras inúmeras horas de conversas não transcritas.

Em virtude da quantidade de material coletado e para sua organização e exploração, lancei mão do *software NVivo*,⁵⁰ que dispõe de uma série de funções, formas de codificação, apresentação dos dados armazenados, criação de rede de inter-relações – os “nós”, blocos temáticos – além de haver diversas formas de visualização e, com isso, criar condições mais favoráveis ao processo de interpretação e intervenção criativa do pesquisador diante do material e em sintonia com os elementos gerais da pesquisa.⁵¹

49 Não correspondem a essas horas as conversas preliminares, os encontros não agendados, conversas que foram excluídas a pedido de algum memorialista, as primeiras conversas concernentes aos momentos em que o pesquisador foi apresentado aos moradores. Dessa forma, as horas degraváveis correspondem às narrativas autorizadas a serem publicadas.

50 Trata-se de um *software* com licenciamento pago utilizado para armazenar, organizar e analisar os dados de pesquisa qualitativa. Cabe ressaltar que o NVivo não realiza interpretação, servindo apenas como instrumento para otimizar a visualização, acesso, distribuição e outras funções operacionais relativas aos dados coletados. Foi desenvolvido e é comercializado pela *QSR International*. Disponível em: <https://www.qsrinternational.com/nvivo-qualitative-data-analysis-software/home>. Acesso em: 25 jan. 2021.

51 Assim, o processo de coordenação da interpretação é facilitado e otimizado, já que, no caso da presente pesquisa, o tempo para esta terceira etapa foi relativamente curto, devido às contingências do tempo para realização da pesquisa de tese, às questões envolvendo as restrições do período de pandemia do novo coronavírus, dentre outros elementos. Urge endossar que a análise documental não se estabeleceu com o objetivo de comprovar ou preencher lapsos nas narrativas das lembranças dos mais velhos. Na verdade, as inserções ocorrem com fins de complementar determinados relatos. Tal como Bosi (2003, p. 37) posiciona, a veracidade do narrador não deve ser uma preocupação, pois esses erros ou lapsos “são menos graves em suas consequências do que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida.”

SUMÁRIO

A etapa final correspondeu à análise, interpretação e à intervenção criativa, isto é, ao processo de constituição das versões narrativas. Os diversos “nós” e fragmentos organizados com o *NVivo* foram dispostos por afinidades temáticas, o que gerou dez trilhas que, por sua vez, não seguem necessariamente uma ordem cronológica, senão as duas primeiras, concernentes às origens da comunidade. Sendo assim, trabalhar com fragmentos de histórias ou narrativas é parte do modo como Walter Benjamin (2018) pensa ser importante para a construção da tessitura da memória. As lembranças, de fato, não são contínuas, mas sim fragmentárias e, por isso, as trilhas são construídas a partir de fragmentos, porém com a tentativa de alinhar uma unidade para melhor exposição dos temas.

Se “uma estória, e qualquer produção linguística, é produto do contexto de interação no qual o texto é gerado” (Flannery, 2015, p. 19), a forma retórica precisa compor o recipiente que permitirá a experiência ser evidenciada (Clandinin; Connelly, 2015), já que a “experiência acontece narrativamente [e, portanto] pesquisa narrativa é uma forma de experiência narrativa” (Clandinin; Connelly, 2015, p. 49). Esse processo de ajustar retoricamente a composição do texto tem relação com o modo em rede e situado de a lembrança se manifestar, uma vez que a análise implica considerar aspectos socioculturais, temporais e situacionais.

Diante das etapas acima desenhadas, exponho a seguir um quadro temático que sintetiza a metodologia adotada na pesquisa de tese:

SUMÁRIO

Figura 12: Quadro síntese da metodologia adotada

Abordagem	Qualitativa			
Tipo	Descritiva, indutiva, analítica e interpretativista			
Modalidade	Pesquisa de campo			
Quantidade de sujeitos	10 moradores na categoria idosos – com ou acima de 60 anos			
Perspectiva teórica de análise do corpus	Walter Benjamin, Paul Ricoeur, teóricos da Memória Social, pensadores (as) negros e teoria pós-colonial.	Análise da Conversação – base epistemológica das normas de transcrição	<i>Nívo</i> – operações de ordenamento conforme as funções do <i>software</i>	Processo Interpretativo / Intervenção criativa
Etapas / procedimentos	1ª Ciclos de visitas para coletas de narrativas	2ª Transcrição/degravação do material coletado	3ª Organização do material coletado	4ª Análise narrativa Produção das versões narrativas
Instrumentos / técnicas	a. Entrevistas abertas – vide Apêndice A; b. Conversas em profundidade; c. Conversas informais; d. Caminhadas exploratórias.	a. Degravação automática via <i>Glott</i> ; b. Correção e ajustes da degravação; c. Utilização das normas de transcrição – vide anexo A; d. Digitação e digitalização dos diários do sr. Zeco.	Gêneros narrativos diversos: história de vida / narrativas orais/escritas (reais – ficcionais) / memórias e lembranças (pessoais e coletivas) / biografias / relatos sobre a comunidade / genealogias / depoimentos.	a. Criação das versões narrativas com base nas lembranças; b. Análise com base nas categorias teóricas, no <i>corpus</i> e nas próprias versões narrativas – Trilhas de Arara.

Fonte: elaborado pelo autor.

Em virtude dos pressupostos acima e do quadro síntese, baseio-me em Walter Benjamin (2018, p. 788 - grifos do autor) para quem “escrever a história significa, portanto, *citar* a história. Ora, no conceito de citação está implícito que o objeto histórico em questão seja arrancado de seu contexto”. Assim, entendo que, em certa medida, para escrever a “memória” de Arara é preciso “arrancá-la” de seu curso histórico, citando-a, isto é, “suspender” analiticamente sua condição de dinamismo. Trata-se de um gesto analítico para ressaltar a possibilidade de reconhecimento, o desejo de manter vivas as lembranças.

Outro fator importante tem relação com o contexto da pandemia da Covid-19 em 2020, dado o fato de que pesquisas de campo, em geral, sofreram bruscas interrupções ou tiveram que criar estratégias para que não fossem totalmente abortadas a partir de março daquele ano. Além de todo sofrimento e reorganização social do

período pandêmico, todo esse cenário gerou angústia e incertezas, certamente, em todo(a) pesquisador(a) que necessitasse das idas, diálogos e permanências em campo para execução de trabalhos e investigações científicas. Sendo assim, foi preciso esperar algum cenário relativamente possível e propício para a realização da coleta de dados, isto é, para as entrevistas e conversas em profundidade.

Na verdade, uma parte das visitas ocorreu durante o trabalho dos agentes de saúde na comunidade. Sendo assim, pude deslocar-me para as visitas após a liberação do governo municipal em relação ao trabalho desses profissionais. De fato, adotei as medidas sob a orientação dos agentes de saúde responsáveis por Arara e que atuavam no Programa de Saúde da Família – PSF Rural II, em Teixeira de Freitas (BA). Além disso, a coleta foi realizada ao ar livre ou em alguma varanda com fins de garantir um cenário seguro para evitar riscos de transmissão. No entanto, no mês de março de 2021, vários idosos da comunidade foram vacinados com a primeira dose, o que não implicou abrir mão das ações de segurança para a realização do segundo ciclo de visitas,⁵² por exemplo.

Lembro-me da cobrança do Senhor Wilson Pereira, ainda naquela conversa que se deu em novembro de 2017, relativamente ao fato de que muitas pessoas já tinham passado pela comunidade e conversado com eles, mas ninguém, de fato, tinha voltado para deixar quaisquer registros ou dar alguma satisfação acerca do que foi realizado com o material coletado. Essa cobrança tácita soou-me mais tarde como um chamado e um convite ao desafio de ir além do que outras pessoas tinham ido até então: ser uma audiência con-dizente com as necessidades desses homens enquanto legítimos

52

O trabalho seguiu os trâmites do Comitê de Ética, conforme CAAE: 31347520.8.0000.8467. Para tanto, durante o período pandêmico, articulei as condições para que cada ida à comunidade fosse segura tanto para os sujeitos da pesquisa quanto para mim. Por isso, o uso de luvas, máscaras de proteção, álcool em gel e o distanciamento de no mínimo 1,5 metro foram adotados para a realização das ações da pesquisa, bem como se tomaram todos os cuidados no tratamento ético dos dados de fala na tese e nos trabalhos posteriores.

SUMÁRIO

narradores e sujeitos de suas vozes e de sua comunidade. Pouco mais de três anos desse ocorrido, em 2020, ouvi do Senhor Zuza, na varanda de sua casa, que ele tinha falado – e confiado – a mim, nas palavras dele, “coisas que não tinha dito nem para meus netos”!

Dito isso, no próximo capítulo tem-se as Trilhas de Arara. O objetivo deste primeiro volume é apresentar parte da proposta de doutorado, na qual a investigação sobre os sentidos de comunidade e as memórias dos mais velhos de Arara foram os objetos de análise. Para tanto, as questões teóricas que ancoram a tese original são colocadas em segundo plano, bem como os desdobramentos epistemológicos decorrentes da análise das narrativas são elementos que ficarão para um próximo volume. Porém, permanecem elementos da fundamentação teórica⁵³ necessários para compor a tessitura das trilhas. Sendo assim, cada uma delas constitui parte dos resultados da tese, exprimindo uma configuração narrativa, por sua vez, resultante da escrita da memória, da análise das lembranças e do esforço metodológico em traçar um histórico de Arara a partir das vozes de seus sujeitos.

SUMÁRIO

53

Em geral, na presente obra, os conceitos mais complexos foram tratados nas notas de rodapé. Dessa maneira, as Trilhas se apresentam em sua completude temporária, enquanto as questões teóricas mais profundas são dimensionadas paralelamente.



3

**TRILHAS
DE ARARA**



3.1 PREÂMBULO: REFLEXÕES SOBRE AS ORIGENS E AS IDENTIDADES

“Ler o futuro é difícil, mas enxergar puramente o passado é mais difícil ainda – digo puramente, isto é, sem misturar a esse olhar retrospectivo tudo o que aconteceu no intervalo!”
(Edmond Jaloux)

Todo lugar tem sua “gênese”, ao menos como uma imagem ou mito que demarcaria um determinado início. Trata-se de uma representação, já que é também uma construção discursiva e não um fato em si, pois responde aos anseios coletivos. É, então, um recorte ou um cruzamento de relações. Não seria diferente com Arara e, por isso, é fundamental compreender os limites éticos, discursivos e analíticos que propus, além de ter em mente o perfil dos(as) memorialistas, embora mais detalhes sobre eles(as) sejam revelados no decorrer do *caminhar-escavar*. Será possível desvelar os acontecimentos passados “puramente” como sugere o autor na epígrafe acima?

Então, essa é nossa primeira trilha: olhar para o passado⁵⁴ de Arara considerando, na medida do possível, tudo o que ocorreu em

54 Nos horizontes dessas trilhas, sigo epistemologicamente as teses benjaminianas de seu escrito intitulado *Sobre o conceito de história*. Para Walter Benjamin, importa “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no instante de um perigo” (Benjamin, 2012a, p. 243). Isso me remete à ideia de tentar capturar esse passado de Arara que pode se tornar irre recuperável se o presente não se detiver sobre ele, pois “a verdadeira imagem do passado passa voando”, como diz o filósofo (Benjamin, 2012a, p. 243). À medida que vou guiando-os pelas trilhas, a partir da configuração narrativa que traço, pretendo acenar para as lutas de classes e, ao mesmo tempo, a “luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais” (Benjamin, 2012a, p. 243). Dessa maneira, pelas pistas teóricas de Walter Benjamin, vou apontando para essa materialidade e espiritualidade da vida dos(as) camponeses(as) de Arara via materialidade linguística da memória e da narrativa. Essas considerações implicam, mais uma vez, não aderir a quaisquer dicotomias na relação memória-história, mas sim tratá-las como complementares em uma escritura que se retroalimenta na vivacidade da memória e na inteligência do fazer historiográfico. Por isso, “a história é objeto de uma construção cujo luar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de ‘tempo de agora’” (Benjamin, 2012a, p. 249).

seu intervalo e, ao mesmo tempo, o esforço de síntese para captar as imagens mais proeminentes dessa história que, provavelmente, remonta ao fim do século XIX e início do século XX, à época dos bisavôs e avôs dos(as) moradores(as) mais antigos. Os mais velhos de Arara também guardaram histórias que ouviram de seus ancestrais, e essa memória herdada é fundamental, uma vez que traz pistas sobre os acontecimentos. Sendo assim, meu objetivo – nesse caminho do mato – foi traçar um breve histórico com o intuito de contribuir para preservar a memória e as lembranças das pessoas que testemunharam, em diferentes momentos, a formação de Arara e tiveram – ou ainda têm – participação em suas transformações. Eis, portanto, mais de cem anos de história!

Isto é, a comunidade se constituiu e se construiu resistindo às inúmeras e profundas transformações locais, territoriais e mesmo nacionais, pois os moradores engendraram formas de sobrevivência, de articulação interna, de lidar com as elites rurais e políticas locais, dentre tantos outros fatos que tornam os mais velhos de Arara sujeitos forjados na experiência da resistência frente às questões identitárias, do preconceito social, racial e da exploração econômica. Dito isso, para contar uma parte do *ocorrido*, recorro às lembranças do Sr. Zeco, das quais retiro uma primeira imagem para trabalhar a questão da *origem* como representação a partir do modo benjaminiano de conceber a História, isto é, deixar o ocorrido despertar:

Nós aqui da comunidade Araras temos uma coisa que é histórica que é um lindo Jardim das Saudades que é situado na fazenda São Gonçalo do senhor Orlando Neves. Que a entrada fica acima do povoado de Pau de Garrafa, vizinho de Mario Almeida e Dona Iolanda esse cemitério é um cemitério centenário porque no ano de 1920 o avô Francisco Higino foi sepultado nele novembro de 1920 o corpo veio de lá do porto do China rio acima por canoa mês de novembro de 1920 época de rio cheio, o meu pai estava com 17 anos, o senhor Ermenegildo Neves criou esse cemitério porque naquela época quando falecia uma pessoa aqui na região ou era sepultado em Alcobça ou

SUMÁRIO

então era em Juerana ou então ia para Caravelas no carro de boi até o porto do Cupido e daí embarcava na canoa e aí se fazia sepultamento (Zeco, diário).

Neste relato, surgem pontos de referência importantes, como a Fazenda São Gonçalo e o povoado Pau da Garrafa, que fazem parte do município de Alcobaça (BA), e o memorialista destaca como eram realizados os sepultamentos. A referida fazenda, na qual muitos moradores de Arara trabalharam, tem marcas do passado colonial (Said, 2010).

Pareceu-me interessante iniciar a história pela imagem do cemitério⁵⁵ que existe na Fazenda São Gonçalo e no qual foram sepultados vários parentes, não somente de Seu Zeco, mas também de vários outros moradores mais velhos de Arara, justamente porque as referências de datas permitem inferir que seus ancestrais já estavam na região ainda no final do século XIX. Neste período, o trânsito pelas grandes fazendas da região, muitas delas escravocratas, só era possível pelo rio, conforme registra Fábio Said (2010), tais como a fazenda supramencionada, além da Cascata, Imbiribeira, Janina, Serraria e tantas outras.

Sendo assim, pensar a memória não é só uma questão relativa ao tempo, como expus inicialmente, mas também ao espaço, coadunando com o filósofo francês acerca da ideia de que “o tempo aparece provavelmente apenas como uma das operações de distribuição possíveis entre os elementos que se distribuem no espaço”

55 Essa escolha não é aleatória, mas segue a ideia do *Angelus Novus* – do quadro de Klee – interpretado por Walter Benjamin, para quem “o anjo da história deve ter esse aspecto. Seu semblante está voltado para o passado [...] Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos” (Benjamin, 2012a, p. 246). Os mais velhos de Arara sempre voltavam aos seus mortos, e meu trabalho aqui foi tentar juntar os fragmentos discursivos que traduzem as imagens e lembranças desses fragmentos. Além disso, a imagem do cemitério e dessas tantas fazendas estimula pensar sobre a importância das relações de vizinhança que os moradores foram desenvolvendo, à medida que formavam a comunidade – essa heterotopia, para tomar um termo de Foucault (2013, p. 114), como forma de explicar que “estamos em uma época em que o espaço se apresenta a nós sob a forma de relações entre alocações”.

SUMÁRIO

(Foucault, 2013, p. 114). O “jardim das saudades” aludido por Zeco não é só um espaço de mortos, mas de histórias vivas na memória de muitos, assim como expõe uma certa relação com os lugares e não é uma imagem vazia.⁵⁶

Esse “espaço” tanto diz respeito à dimensão física quanto subjetiva em termos de alocação de sentidos e experiências. Sendo assim, a fim de melhor situar as relações entre ação, tempo e espaço, passo a pensar a partir de alguns conceitos fundamentais propostos pelo pensador e geógrafo Milton Santos (1998; 2005; 2006) para quem o ser humano se relaciona com o espaço, sendo isso um importante processo de subjetivação.

Neste processo, o sujeito produz e reproduz o espaço geográfico, que não é somente uma espécie de oferta de lugares, mas onde se produzem os eventos, se marca a intencionalidade, onde poderá definir e produzir o seu Ser.⁵⁷ Nesta direção, aludir ao “espaço” do “jardim das saudades”, como fez Seu Zeco, é exprimir relações de ordem subjetiva, dos significados construídos interna e externamente acerca de seus ancestrais e de tantos parentes, amigos e conhecidos que lá repousam. Ao mesmo tempo, toma-se esse lugar iconicamente como uma expressão de determinadas relações

56 Sobre isso, Foucault (2013, p. 115) nos diz que “O espaço em que vivemos, pelo qual somos lançados para fora de nós mesmos, no qual se desenrola precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo e de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos erode é também, em si mesmo, um espaço heterogêneo. Em outras palavras, não vivemos em uma espécie de vazio, no interior do qual seria possível situar indivíduos e coisas. Não vivemos no interior de um vazio que se revestiria de diferentes espelhamentos; vivemos no interior de um conjunto de relações que definem alocações irredutíveis umas às outras e absolutamente não passíveis de sobreposição”.

57 Milton Santos vale-se de uma perspectiva filosófica e fenomenológica para construir um elo entre sujeito, espaço (paisagem), ação e intenção. Segundo Santos (2006, p. 60), “a ação é ação em uma paisagem e é a paisagem que dá forma à ação”. Feita essa ressalva, o importante é realçar a inseparabilidade entre ação e objeto, para afirmar, como estamos fazendo, que o tema central da geografia não é separadamente os objetos, nem as ações, mas objetos e ações tomados em conjunto. Assim, quando faço uso do termo território, reporto-me a essa perspectiva, tanto heterotópica e não vazia, como propõe Michel Foucault (2013), como também e, principalmente, à ideia de Santos (2006) do espaço enquanto relação, construção e mediação para além de qualquer circunscrição de divisas.

SUMÁRIO

de sociabilidade. Em todo caso, fui buscando no conteúdo narrativo os elementos para traçar a “interrupção da história”, como propõe a filosofia benjaminiana, a fim de analisar o que se apresentava. Na verdade, a existência de um cemitério aprofunda a relação com o lugar, a possibilidade de permanência, da possibilidade de homenagear os mortos e de construção de referências que “fundam” esse mesmo lugar. Tudo isso fortifica os laços de pertencimento, tornando-se um lugar de memória.

Nesse contexto, importa não fazer categorizações apriorísticas. Como diz Milton Santos (2006, p. 60), “já que a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois polos distintos”. Vemos essas relações no relato abaixo, especificamente pela tomada de consciência do sujeito:

Eu e o meu irmão nascemos no ano de 1935 no dia 10 de novembro de 1935 na posse de nome Nova Esperança na comunidade de Araras, nesse período era o município de Alcobaça, e hoje município de Teixeira de Freitas. Meus pais eram do mesmo município eram alcobacenses naturais e legítimos, minha mãe era descendente de família africana e indígena, meu avô materno era descendente de africano e minha avó materna era descendente de índios com outra nação, todos nascidos no extremo sul da Bahia. A minha avó paterna nasceu no município de Caravelas era também descendente indígena com outra família não sendo brasileira, e o meu avô paterno veio lá da cidade de *Saubara* nos anos 1880 recrutado para prestar serviço na estrada de ferro Bahia e Minas que partia de Caravelas para as margens do rio Jequitinhonha e também não retornou mais para o seu município natal. Também não sei explicar a procedência da família dele se era da família indígena ou família africana, ou portuguesa. É certo que os filhos do meu avô paterno tinham um gesto que existia um pouco de mistura de famílias nativas que eram indígenas outras famílias portuguesas e africanas. O meu avô paterno veio a perder o fôlego de vida em novembro de 1920.

SUMÁRIO

E o meu avô materno em dezembro de 1924 afogado no rio Itanhém. A minha avó paterna veio a perder o fôlego de vida no ano de 1951. 15 de março a minha [avó] materna em 1956 com 112 anos. A minha mãe com 63 anos também veio a perder o fôlego de vida, e o meu pai aos 93 anos era agricultor (Zeco, diário).

O Sr. Zeco destaca a condição histórica do lugar. É, precisamente, essa consciência da ancestralidade, por assentar tantas histórias e uma passagem importante acerca de suas próprias vidas, que encontramos em seus relatos sobre a própria origem, por sua vez, preme das raízes negra, indígena e branca em uma mestiçagem fundamental - como quem perscruta suas próprias identificações⁵⁸ e enxerga-se como fruto de inúmeros encontros culturais. Na verdade, essas identificações não poderiam apoiar-se apenas nas lembranças, enquanto identidade psíquica, o que resulta em uma complexa aporia ou, como diz Ricoeur (2014) “sem o socorro da mediação narrativa, a questão da identidade pessoal se perde nos arcanos de dificuldades e paradoxos paralisantes”. Sendo assim, a lembrança precisa emergir na linguagem, “saltar para fora”, pôr-se em relação no discurso, porquanto é aí que o acontecimento ganha seu estatuto social enquanto significado. A isso chama-se *configuração narrativa* que “deve-se comparar a uma espécie de conexão” (Ricoeur, 2014, p. 147).

No bojo desses marcos, encontra-se a substância social da memória (Bosi, 2004), tal como Zeco acima exprime, trazendo ao discurso nomes, lugares, pessoas, situações e referências que se ligam a determinado contexto, escrutinando suas próprias origens.

58

Por isso, narrar é tão importante para a construção da identidade, pois a mediação narrativa fornece a base para que o sujeito possa alcançar a posição de personagem no enredo da vida e “a identidade da personagem é compreendida por transferência para ela da operação de composição do enredo antes aplicada à ação narrativa: a *personagem, digamos é composta em enredo*” (Ricoeur, 2014, p. 149 - grifos meus). Em outras palavras, nos constituímos no discurso narrativo e nossa ação exprime a experiência dos acontecimentos, nossa própria forma de apreender o tempo e de nos encontrarmos em distintos marcos referenciais.

SUMÁRIO

Com isso, o discurso se torna o lugar de autoconhecimento e de reafirmação. Os elementos postos em narração dão condições ao sujeito “fazer-se” naquilo que conta, apresentando sua versão sobre si. Daí, também, a assunção da ideia de Milton Santos em não separar a construção das identidades *in situ*, dos elementos experienciais do tempo via memória, a marcação histórica dos eventos, estando tudo isso profundamente imbricado⁵⁹ com o espaço, a paisagem, o território, porquanto “no mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social” (Santos, 2006, p. 60).

No campo, essa indistinção se acentua ainda pelo investimento corpóreo, de proximidade, tátil - energético até - que o trabalho e a produção de subsistência implicam em fazer com as próprias mãos cotidianamente, criando laços afetivos e significados com o tipo de trabalho realizado. Relativamente à ancestralidade, remeto-me à ideia de Kabengele Munanga quanto à necessidade de ouvirmos o que as pessoas negras, indígenas e aquelas que são socialmente racializadas dizem sobre si mesmas, enquanto indivíduo ou grupo, já que “a construção dessa nova consciência não é possível sem colocar no ponto de partida a questão de *autodefinição*, ou seja, da *autoidentificação* dos membros do grupo em contraposição com a identidade dos membros do grupo ‘alheio’” (Munanga, 2019, p. 17, grifos meus).

59 Endossa ainda o geógrafo brasileiro quanto à relação dos objetos com a história e a geografia, ou seja, evento e espaço, a saber: “sua existência histórica depende de sua inserção numa série de eventos - uma ordem vertical - e sua existência geográfica é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos - uma ordem horizontal. Sua significação é sempre relativa” (Santos, 2006, p. 66). Por conseguinte, entendo que mesmo o espaço objetivo não é totalmente dado, mas é ainda uma construção discursiva, sua apropriação material - efeito da intenção-ação do sujeito no mundo - é também uma apropriação simbólica mediada pela linguagem. Essa mediação propicia nosso contato com esse “mundo de significações” que se materializa nas narrativas, como função discursiva e uma forma de relação do sujeito com o lugar.

SUMÁRIO

Seria de quem a responsabilidade de estabelecer uma identificação X ou Y em relação aos sujeitos da comunidade? Seria eticamente possível assumir esse lócus epistêmico? O pensador convida a termos uma atitude ética mais cuidadosa, ter em conta uma posiçãoêmica, que advenha do sujeito, de seu discurso, de suas próprias verdades e de seus próprios pontos de vista. Mergulhar no relato do Sr. Zeco, acerca das origens de sua família e de seus ancestrais, sendo tão específico nas datas que se apresentam em suas lembranças, nos transporta para seu passado. É, então, a partir de sua condição singular que poderemos inferir elementos importantes sobre as questões identitárias no território do Extremo Sul da Bahia.

De fato, é desses ancestrais de sua família que viveram na região e nela perderam o “fôlego” da vida, que não só o Sr. Zeco, mas Zuza e Wilson nos transmitem como herança simbólica. Porém, a “veia” ou a raiz africana dessa identidade é assumida com orgulho e como forma de compreender a si mesmo e aos seus, porquanto a condição de remanescente quilombola vem a ser um elo dessa ancestralidade, respondendo por sua origem, como uma espécie de ponto de partida. Em todo caso, é preciso considerar as diferentes significações que envolvem o termo para essas pessoas, tendo em conta o conhecimento que acumularam, as associações que estabeleceram e quais conotações o *ser quilombola* assume para cada um.

A lado do sul do rio na barra do ribeiro da [Imbiribeira]. Manoel meu avô e o irmão José eram vizinhos um do outro e a irmã Julia morava um pouco mais afastada dos dois José e Manoel eles eram cafeicultor e produtor de farinha de mandioca os costumes dos pais deles que trouxeram da costa da África⁶⁰ (Zeco, diário).

60

Como diz Achille Mbembe (2018, p. 194) “tudo começa, assim, por um ato de identificação: ‘Eu sou um negro’. O ato de identificação constitui a resposta a uma pergunta que nos fazemos: ‘Quem sou eu, afinal?’; ou que nos é feita: ‘Quem é você?’ Neste segundo caso, trata-se de uma resposta a uma intimação. Em ambos os casos, trata-se de revelar a própria identidade, de torná-la pública. Mas revelar a identidade é também se reconhecer (autorreconhecimento), é saber quem se é e dizê-lo, ou melhor, proclamá-lo, ou ainda, dizê-lo a si mesmo. O ato de identificação é também uma afirmação de existência. ‘Eu sou’ significa, desde já, eu existo”. Ao trazer África e quilombo para seu marco identificatório e identitário, os sujeitos querem nos situar nesse campo do reconhecimento.

SUMÁRIO

Quando conversei com eles, Seu Zuza e Seu Wilson, naquele primeiro encontro de novembro de 2017, estava, na verdade, em busca dessa ancestralidade, com o intuito de inicialmente encontrar nela uma dimensão pedagógica. Somente mais tarde ficou perceptível o adensamento das peças que se apresentavam no jogo, aceitando que não seria fácil lidar com todas essas questões tão pessoais concernentes às identificações. De fato, história, lugar-território e identidade se mesclam, deixando, por um lado, inúmeras pistas e rastros e, por outro, lacunas difíceis de serem reparadas.

Da mesma forma, precisava considerar as dissoluções e nebulosidades relativas às identidades e, ao mesmo tempo, sua profunda relação com o lugar, porquanto “território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade” (Santos, 2002, p. 14 – grifos do autor). Com isso, poderíamos entender, mais adiante, por exemplo, como as lógicas de uso da terra se relacionam com as identidades. Todavia, ficava claro que os antepassados de grande parte dos(as) moradores de Arara chegaram à região seja circulando pelo rio, viajando ou mesmo buscando condições de sobrevivência por meio do rio Itanhém.

Nesta época, surgiram inúmeras fazendas, algumas ainda hoje conhecidas, tais como a Fazenda Cascata, Fazenda Araras, Fazenda Serraria – essas três estão mais próximas à comunidade –, Fazenda Angelim, Fazenda Janina, Fazenda Imbiribeira, Fazenda Guerreiro, Fazenda Estiva, Fazenda São Gonçalo – na qual Seu Zeco descreve o cemitério – todas situadas nas margens ou cortadas pelo rio Itanhém, cobrindo a região que, atualmente, se divide entre os municípios de Alcobaça, Caravelas e Teixeira de Freitas, sendo também grandes produtoras de cacau, café, mandioca, feijão, milho, entre outras culturas, além da extração madeireira e do artesanato.

SUMÁRIO

Esses lugares de memória são referências para começarmos a entender a dinâmica da formação da comunidade e sobre os aspectos identitários subjacentes, uma vez que estão intimamente ligados, pois “a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (Santos, 2002, p. 14) e “o território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, 2002, p. 14). Foi, então, necessário seguir as pistas relativas à vida dos sujeitos, conforme se apresentavam no discurso narrativo, tal como o Sr. Wilson se recorda, por exemplo, quanto ao nascimento de seus antepassados e também na sua explicação sobre o nome de uma dessas fazendas mencionadas.

Começou de lá porque nós nossos antepassados meu avô nasceu lá nesse lugar... né?... sim onde eles começaram esse trabalho... lugar que chama Imbiribeira aonde nós fomos descobrir ... mas chama Imbiribeira mas é Biribeira... é::: sabe porque chama Biribeira? porque lá quando os nossos antepassados chegou pra lá era mata disse que lá até hoje ainda TEM MUITO ainda... uma madeira que chama Biriba... sim... aí tinha plantado mesmo a terra cravado daqui abaixo assim o baixão assim onde deságua pro rio aí o pessoal botou Biribeira e o pessoal chama Imbiribeira mas não é... é BI-RI-BEIRA porque tinha a biribeira a... é mata nativa (risos) Zeco foi que descobriu... ele que descobriu que não sei quem antepassado que contou ao pai dele e ele contou pra nós porque e LÁ ainda tem até hoje ainda as biriba ainda tem ainda encontra (Wilson, 2020).

A Fazenda Imbiribeira fica às margens do rio Itanhém e não apenas muitos de seus parentes nasceram nela, mas também por lá trabalharam. Mais tarde, muitos buscaram outras condições de sobrevivência desbravando suas margens. Se o nome de uma espécie de árvore tornou-se referência, é interessante notar que não apenas a árvore biriba foi mais abundante, conforme o senhor Wilson atesta que ainda há muitos pés na fazenda Imbiribeira, outras tantas espécies também eram abundantes, como jacarandá, cedro e sapucaia, por exemplo. Todavia, nas propriedades que compõem a comunidade,

SUMÁRIO

essas espécies já não são tão abundantes, mas fazem parte de uma lembrança e das imagens que evocam a beleza dessa flora.

Sobre tal realidade, conforme me disse Seu Wilson: “lá na beira do rio também tem um cedro muito bonito um cedrão daqueles... mesmo enorme... () esse cedro oh... me parece foi ele que como é que foi ... ele plantou o madeirão que tá moço...” (Wilson, 2020). O que se mostra é um determinado afeto e apreensão estética das proporções dessas árvores, como vemos em sua fala. O senhor Zuza também demonstra esse “olhar” estético quando conta sobre essa flora e descreve as características dessas árvores. Por colaborar no Programa *Arboretum*, comumente fornece sementes dessas e de outras espécies, como é o caso do cedro.

[...] tô com umas cento e tantas mudas de cedro... porque o cedro pra panhar semente é difícil... agora a muda lá no cacau eu tinha umas cento e tantas mudas... desde tamanho aqui pra baixo tem bastante... eu quero que eles venha panhar pra não perder... o ano passado eu dei um mocado de mudas pra eles... (Zuza, 2020).

Quando me contou sobre essa situação das mudas, Seu Zuza estava preparando-se para ir a Teixeira de Freitas e entrar em contato com os responsáveis pelo programa, para que buscassem as mudas prontas. Para Zuza, a maior dificuldade era fazer a muda “pegar”; porém, depois que ela “vingava”, tornava-se fácil transportá-la: “colocar dentro de uma sacola molhar ela aqui e amanhã cê pode pegar levar e prantar que ela pega... é fácil de pegar... nós já estamos aqui dentro da nossa área... nós já temo umas quase cinquenta árvore de cedro... quase umas cinquenta de maior a menor” (Zuza, 2020).

Mas, voltando à questão do trânsito no rio Itanhém, era, de fato, bastante intensa a movimentação, por meio de canoagem, para o estabelecimento da comunicação e contato entre as pessoas, além da comercialização e escoamento da produção dessas fazendas. O rio era berço, mas também estrada! Assim, a história da comunidade está intimamente ligada ao rio, à sua movimentação e à

SUMÁRIO

dinâmica das fazendas já existentes, uma vez que grande parte dos primeiros moradores e moradoras de Arara trabalhou nelas.

Minha família também por parte de mãe... [...] que nós somos ... descendente de africano (risos) o meu avô materno... e::: o bisavô dele ali morreu afogado nesse ri::io... Itanhém era foi criado nasceu depois da época de ventre livre ele e mais um casal de irmãos... aí nasceram e formaram dentro do quadro do do dos... africanos e escravo criaram com aquele sistema de agricultores... de plantio de mandioca e cultura de café (Zeco, 2020).

Como disse o Sr. Wilson, “muitas histórias que a gente contou é que quem viu foram nossos avós nossos pais que contou para a gente aqueles tios mais velhos [que] a gente.” As origens quilombolas e as práticas de sobrevivência no campo são marcas desses sujeitos, assim como o são de inúmeras pessoas negras no contexto do pós-abolição (Gomes, 2015).

Na prática, ia ficando evidente que a referência a ser quilombola⁶¹ era vista como algo positivo, identificador da subjetividade, considerando uma série de elementos referenciais que se ligam ao termo. Na medida em que eu ouvia esses relatos e, mais tarde, lia os diários de Zeco, o rio Itanhém e suas margens formavam, imaginariamente, a ideia do berço de uma crescente fértil – a pré-história de suas origens.

Como diz André (2008), a subjetividade⁶² da pessoa negra e afrodescendente é marcada por uma história complexa que não se

61 Interessante que, para Mbembe, em geral, “nome ‘negro’ [e entendo por afinidade a própria palavra quilombola] aliás, remete a uma relação, a um vínculo de submissão. No fundo, só existe ‘negro’ em relação a um ‘senhor’. O ‘senhor’ possui seu ‘negro’. E o ‘negro’ pertence a seu ‘senhor’. Todo negro recebe sua forma de seu mestre” (Mbembe, 2018, p. 196). No entanto, eu não encontrava nos relatos, nas atitudes e nem na prosódia dos mais velhos essa relação sublevada de senhor-escravo, mas outra consciência a ser explorada durante as trilhas.

62 Ampliando as ponderações ora esboçadas, para André (2008), é preciso ouvir os sujeitos para a compreensão dos processos de subjetivação do ser negro, do ser quilombola. As mudanças históricas do sistema colonial deixaram suas marcas, em maior ou menor grau, de diferentes formas e dimensões. Essas profundas transformações em nível macro reverberam nos diferentes coletivos, muitas vezes resultando em novos arranjos socioculturais com difícil demarcação simbólica, estando, portanto, naquilo que se entende como um *entrelugar* por Homi Bhabha (1998).

SUMÁRIO

conclui no presente. O campo de referências dessas subjetividades é cheio de rupturas, seleções e entraves que se ligam à complexidade da formação política, cultural, econômica e histórica do Brasil como um todo. Com isso, quero pontuar que, se para muitas comunidades, coletivos e lugares o ponto de referência para a constituição subjetiva – ou parte dela – é o horizonte religioso, marcado claramente na linguagem e práticas dos terreiros, na crença nos orixás, na formação de nações, irmandades e outros elementos, para outras comunidades, talvez os marcos referenciais sejam distintos, o que não implica hierarquização, mas distanciamentos e singularidades.

É preciso, de fato, situar a comunidade Arara e seus anciãos em um contexto territorial diversificado, do qual ainda há muito a se dizer, investigar e pesquisar no que se refere às histórias, identidades, formas culturais, coletivos, memórias etc. Sendo assim, foi-se apresentando para mim, por meio do discurso dos anciãos, que esse horizonte se delineava nas práticas cotidianas relativas ao trabalho no campo, nas táticas de sobrevivência no local, no dia a dia do cultivo etc.

Se eu tivesse que encontrar a África, no campo semântico do termo quilombola, seria nesse conjunto específico de referências, e isso fica ainda mais aparente no relato do Sr. Zuza abaixo, no qual encontramos menções sobre a origem quilombola, o processo de mestiçagem, o campo como ponto de ancoragem das práticas cotidianas, sendo alguns dos elementos aos quais continuamente voltaremos para melhor refletir, discutir e comentar:

Aqui foram pessoas que veio da época da escravatura, eu, compadre Wilson e muitos outros somos todos descendentes de escravos... escravo e índio e aí misturou né?! [...] Minha mãe nasceu aqui ... é prima da mãe dele... ela nasceu em 1908, meu vô nasceu aqui também... a comunidade aqui tem uns 200 anos [...] teve um primeiro antes, mas não foi adiante... e o segundo foi o que veio com essa queimataria aí...e antes já teve um que começou lá na beira mar de Alcobaca com Caravelas que veio queimando, queimando,

SUMÁRIO

queimando e veio parar em Pau da garrafa... aí parou. De Pau da Garrafa aí pra cima tudo era mata virgem, sólida que nunca tinha queimado, aí ficou o povo trabalhando... vocês não vê falando aí da comunidade de Mato Verde? Já ouviram falar? É aqui ao sul pra chegar em Juerana, é no distrito de Juerana... aí o povo vieram trabalhando de Alcobça, Caravelas pra cá, aí vieram vieram aí quando chegaram naquele meio de Taquari pra cima já foram encontrando mato que não foi queimado, aí criou um pessoal do Mato Verde, o povo fala... o fogo foi queimando de baixo pra cima e chegou ali [...] (Zuza, 2020 – grifos meus)⁶³.

Igualmente, os lugares de memória nos remetem a uma determinada territorialidade⁶⁴ que se configura nos atuais municípios de Alcobça, Caravelas e Teixeira de Freitas, no Extremo Sul da Bahia. A aproximadamente 15 km de Arara, há o povoado Pau da Garrafa — nome dado em função de uma de suas primeiras moradoras, que há muitos anos sinalizava seu bar como uma garrafa sobre uma estaca; atualmente, também é chamado de Bruno — fica próximo a outro povoado, a Igrejinha, que é uma importante referência para a comunidade de Arara. Ambos os povoados ficam a alguns quilômetros de Arara e pertencem a Alcobça (BA), assim como Juerana pertence ao município de Caravelas (BA). Mas essa territorialidade é mais do que uma divisão político-administrativa que denota os lugares; é um campo de forças — para Walter Benjamin (2018), a memória é também um campo de forças — no qual a vida se encena ou, como propõe Milton Santos (2007, p. 13), “o território é o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”

SUMÁRIO

- 63 Esse relato foi retirado de G. B. S. Carmo (2019, p. 37), no entanto diversos elementos aí expostos são retomados de forma esparsa tanto por sr. Zuza, quanto por outros memorialistas em meu *corpus* de narrativas orais e escritas dos velhos de Arara, conforme mostrei ao longo das trilhas.
- 64 Adoto de Milton Santos (2007) a ideia de que território, seja qual for, em si mesmo não vem a ser categoria de análise, mas sim a partir do momento em que é ocupado, usado, simbolizado. Portanto, ao ser tornado palco da vida social, é que esse território se transforma em categoria de análise. Em suma, é o uso do espaço que o torna analisável em termos conceituais e relacionais.

Nesse contexto do relato, o que se mostra é que os antepassados, ou parte deles, da família Félix da Silva — Seu Zuza, Zeco e Wilson — habitaram nesses municípios e nos interstícios desses povoados e das fazendas já mencionadas, em certa medida, em uma situação diaspórica, já que essas pessoas se movimentavam ao sabor das necessidades, onde o trabalho fosse oportunizado, e, mais tarde, alguns desses bisavôs e avôs foram se instalando na região que passou a ser conhecida como Arara.

Além disso, muitos desses antepassados devem ter trabalhado em algumas dessas fazendas escravocratas da região e, no período pós-abolição, foram “tomando posses”⁶⁵ a partir das margens do rio e nas terras sem titulação. Não obstante, a imagem da “queimataria” no relato de Seu Zuza me chamou a atenção por vários motivos. Na verdade, na primeira conversa em 2017, ele já havia contado algo sobre grandes queimadas por volta dos anos 50. Queimadas que podiam ser avistadas de longe e que fizeram grandes aberturas na mata virgem, especialmente, conforme o relato acima, na região entre Alcobaça, Caravelas e Teixeira de Freitas, relativamente aos distritos e povoados que pertencem aos dois primeiros municípios, tais como Pau da Garrafa e Mato Verde em Alcobaça, quanto Juerana em Caravelas.

Todos esses elementos revelados nos relatos, conversas e nas entrevistas mostravam que, de fato, a identidade quilombola ou como remanescente quilombola era algo dado como parte do imaginário coletivo da comunidade. Essa era uma hipótese inicial e compunha a estrutura das problemáticas que instigavam a pesquisa. Além disso, esse relato de Seu Zuza chamava a atenção para a questão da mestiçagem, fenômeno este que necessitaria ser pensado, aprimorado e discutido a partir de então no contexto da pesquisa.

Em consequência, isso estimulou a busca pelos conceitos de importantes pensadores negros contemporâneos, algumas chaves teóricas para entender esse processo tão complexo e que instiga cada vez mais aprofundamentos. Mas, para tanto, precisava encontrar outros elementos que me ajudassem a formar uma determinada “imagem” da comunidade ou que pudesse ajudar a descrevê-la em certos aspectos para compreender a dinâmica das relações e os sentidos que os sujeitos cultivavam.

De fato, localizei alguns registros que oficializam e posicionam Arara como uma comunidade quilombola. A rigor, meu propósito, em nenhum momento, foi de validar ou mesmo contrapor à memória dos sujeitos, mas encontrar todos os registros possíveis sobre a comunidade como parte da ação formal da pesquisa de levantar dados, trabalhos e proceder com uma acurada verificação do estado da arte. Tudo isso resultou em algumas informações relativamente esparsas, mas que permitiu situar a comunidade em um contexto mais amplo.

Com efeito, o relatório *Elaboração do Plano Estadual de Habilitação e Regularização Fundiária do Estado da Bahia* (BAHIA/SEDUR, 2012) expõe a caracterização dos Territórios de Identidade e das comunidades tradicionais e apresenta o conjunto de comunidades quilombolas em cada território e, no caso do Extremo Sul, Arara encontra-se como a única em Teixeira de Freitas:

Figura 13: Comunidades quilombolas no Território Extremo Sul

7 Extremo Sul	Alcobaça	Alcobaça
	Caravelas	Jurena, Mutum, Naia, Volta Miúda
	Ibirapuã	Vila Juazeiro
	Itanhém	Mota
	Itamarajú	Helvécia
	Nova Viçosa	Cândido Mariano, Helvécia, Rio Sul, Mutum, Naiá, Volta Miúda
	Teixeira de Freitas	Arará

Fonte: BAHIA/SEDUR (2012, p. 47).

De 2015, há o nome de Arara como comunidade quilombola, conforme o levantamento realizado pelo Ministério da Cidadania e Desenvolvimento Social⁶⁶, embora não fosse possível localizar informações de como se operou esse levantamento:

Figura 14: Levantamento de comunidades quilombolas

2931350	TEIXEIRA DE FREITAS	ARARA
---------	---------------------	-------

Fonte: Ministério da Cidadania.

Até aproximadamente setembro de 2020, meus contatos e conversas restringiam-se mais aos três compadres Zuza, Zeco e Wilson, além de Dona Eloisa. A partir do momento em que os contatos e conversas com outros(as) moradores(as) de outras partes da comunidade começaram a ocorrer, essa ancestralidade ancorada nas origens quilombolas começou a sofrer um estremecimento, e algumas inquietações se instalaram na compreensão das identidades.

Porém, considerada por parte dos moradores como uma comunidade de remanescentes quilombolas, no que se refere ao reconhecimento legal, Arara não está registrada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nem na Fundação Palmares, conforme se pode verificar no sítio eletrônico⁶⁷ da entidade, consoante as certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos, publicadas no Diário Oficial da União em fevereiro de 2021. Por outro lado, assim como os dados da SEDUR (BA) e do Ministério da Cidadania, o mapeamento do Instituto Búzios, sediado em Salvador, inclui Arara entre as comunidades de remanescentes quilombolas, conforme documento⁶⁸ do referido instituto.

66 Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

67 Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 01 mar. 2021.

68 Disponível em: <http://www.institutobuzios.org.br/documentos/COMUNIDADES%20QUILOMBOLAS%20BAHIA.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

No entanto, essas questões precisam ser entendidas em um nível mais amplo, considerando a dinâmica do surgimento dos diferentes municípios, das transformações nos modos de produção local, as diferentes táticas de sobrevivência, elementos históricos, entre outros fatores. Afirmo isso em função de novos achados discursivos, novas falas e novas lembranças que me forçaram a tensionar as questões identitárias e as identificações no decorrer do tempo em que me aprofundava nessas questões para construir uma compreensão e uma explanação teórico-científica desse quadro na singularidade da história de Arara.

Para melhor entendimento, preciso voltar ao momento da coleta de dados, ou melhor, às interações com as entrevistas, conversas em profundidade com os sujeitos e as andanças pelas redondezas da comunidade. Esse processo ocorreu em momentos esparsos desde 2017, mas, por efeitos do cronograma traçado e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, assim como sua posterior qualificação da pesquisa, foi necessário determinar como, quando e em quais condições a coleta se daria oficialmente. Até então, trabalhava com anotações de campo, fazia registros fotográficos, conversava informalmente e buscava inteirar-me do que ocorria na comunidade como um todo. A partir disso, os meses de outubro de 2020 a fevereiro de 2021 constituíram-se no que chamei de *ciclo de visitas* que ocorreriam ao sabor das possibilidades de cada sujeito, mediante agendamento.

As narrativas que compõem o *corpus* são oriundas desse período, considerando a legitimação ética e legal para tratamento dos dados. Nesse ínterim, a questão identitária permanecia, ainda que veladamente, presente como neblina que ora se adensava, ora se desvanecia. Questionava-me, então, se as identificações como remanescente quilombola seriam um *nó* da memória partilhada ou coletiva, no sentido de Maurice Halbwachs (1990), isto é, aquelas memórias que singularizam e asseguram a manutenção identitária do grupo.

SUMÁRIO

Além disso, queria perceber se o termo quilombola emergiria no discurso.⁶⁹ Teria que enfrentar esse espinhoso nó, no entanto respeitando aquilo que os dados do *corpus* de narrativas me oferecessem, seguindo a lógica de uma investigação indutiva. Quanto a isso, refletia a partir do seguinte argumento: o que o sujeito julga ser ele mesmo, ou o *si mesmo* como *identidade pessoal* (Ricoeur, 2014), tende a aparecer no discurso, insurgindo como uma palavra-signo-imagem que o identifica. Contudo, é preciso que isso se dê espontaneamente, sem insinuar os termos. Assim, perguntas eram feitas sem que a palavra quilombola estivesse presente para constatar se era ou não um marcador identitário partilhado.

Na verdade, foi muito importante que todos pudessem falar por si mesmos no decorrer das trilhas. De fato, “por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (Bosi, 2004, p. 411). Essa posição individual do sujeito é fundamental para compreender a perspectiva êmica — das regras e formas de ação conforme são compreendidas pelos sujeitos — sobreposta à perspectiva ética, no sentido de que a avaliação e percepção do sujeito externo, no caso o pesquisador, é menos importante e não pode sobredeterminar as representações dos sujeitos, “envelopá-los” em categorias pré-definidas ou genéricas.

Em todo caso, a linguagem, os procedimentos metodológicos, os diálogos teóricos e a própria natureza das *Trilhas de Arara* foram elementos referendados do ponto de vista acadêmico em diferentes publicações científicas (Carmo 2021a; Carmo e Coelho, 2021b; Carmo, 2021c; Carmo, 2023) que, por sua vez, sustentam o reconhecimento científico do *modus operandi* da realização e fundamentação

69 Aqui retomo as inquietações sobre as identificações tencionando-as a partir do diálogo, que penso ser frutífero, dos estudos da memória que ancoram a presente investigação com uma “crítica da razão negra” em Achille Mbembe (2018) e as questões da mestiçagem em Kabengele Munanga (2019b).

SUMÁRIO

da escrita das versões narrativas propostas neste livro. Finalmente, antes de adentrarmos as histórias, importa reiterar acerca da mescla ou da mistura de vozes que se entrelaçam nos fios do discurso das narrativas, no entanto sempre destacando a memória dos idosos de Arara, os acontecimentos marcantes, as vivências coletivas e, precipuamente, as experiências construídas ao longo do percurso da comunidade. Dito isso, sigamos as trilhas!

3.1.1 TRILHA 01 - A VOLTA DAS ARARAS: O RIO COMO BERÇO DA COMUNIDADE⁷⁰

Começamos pela *revoada das araras*, o que aqui é assumido como uma espécie de mito fundador de Arara. Foi necessário que eu juntasse muitas peças para formar um mosaico completo que respondesse à imagem da origem. Assim, a história de Arara se confunde ou se mistura com a história, principalmente, de Alcobaça, Caravelas e Teixeira de Freitas. Mais ainda: o rio Itanhém foi o berço de Arara, assim como o foi desses municípios.

Era, na verdade, bastante intensa a movimentação via rio Itanhém, por meio de canoagem, para o estabelecimento da comunicação e contato entre as pessoas, além da comercialização e escoamento da produção dessas fazendas. Assim, a história da comunidade está intimamente ligada ao rio, à sua movimentação e à dinâmica das fazendas já existentes.

O rio num era que nem agora seco... a estrada era canoa né? é::: tudo por água e o outro que levava era de animal né... os animal ... botava as carga () ou trevessava os animal pro lado de lá e as carga pra ir pra Alcobaça ou ... ia

70

Uma adaptação da presente trilha foi publicada na Revista Conexão Letras, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por Carmo e Reichert Coelho (2021b).

por aqui pra Caravelas... era o lugar que o pessoal fazia o comércio (Wilson, 2020).

Nesta toada, em que o rio é trilha — “a estrada era canoa”, como pontua Seu Wilson — não só foi o berço da formação da comunidade, mas também a espinha dorsal do trabalho duro cotidiano para a sobrevivência desde o início. Assim, vemos que a dependência do rio, os modos de trabalho e de angariar recursos com o que o lugar disponibilizava, bem como a importância econômica e de locomoção, são elementos que ligavam as pessoas ao lugar. Por essas razões é que dona Eloisa relata e ilustra como era essa rotina:

NÓS passou sufoco... eu era obrigada eu voltava... roçava pasto dos outros ... não é na () fazer calo na minha mão com facão foiça... pra arranjar o dinheiro pra dar comida aos filhos viu? meu marido doente e eu tinha que fazer isso trabalho duro... por fim nós... quando o rio enchia que de primeiro o rio tinha água enchia a vontade... aí nós ia... nós trevessava tinha canoa... trevessava o rio pro outro lado ... o povo colhendo cacau e cacau tava caindo dentro d'água tibum tibum e na hora () panhando tudo e botando dentro da canoa... muito cacau... panhando e botando dentro da canoa (Eloisa, 2020).

Do rio, chegavam às terras sem titulação e sem donos, que eram apossadas a partir das margens, nos interstícios das grandes fazendas próximas. Essas fazendas tiveram um papel fundamental na dinâmica do povoamento da região, no desenvolvimento comercial e na instauração de uma dinâmica de produção de trabalho em diferentes sistemas.

De fato, houve formas de produção assentadas e dependentes da mão de obra escrava, pois muitas dessas fazendas existem desde meados do século XIX. Além disso, parte dessas propriedades instaurou, nas primeiras décadas do século XX, formas de produção assalariadas, trocas de serviço, dentre outras formas de intercâmbio comercial. As famílias Félix, Félix Correia, Freitas Correia e Muniz foram algumas das principais detentoras dessas propriedades

SUMÁRIO

em Alcobaça, além do clã da família Medeiros, da família Neves e dos Almeida, todas de origem açoriana da ilha de São Miguel em meados do século XIX (Said, 2010). No município de Alcobaça, ainda é possível encontrar resquícios dessas famílias, a exemplo da família Medeiros, tais como um sobrado que foi pertencente à referida família e data de meados do século XIX⁷¹.

Figura 15: Sobrado Medeiros



Fonte: Sítio eletrônico Wikimedia⁷² (2021).

Este sobrado, também conhecido como a casa de Ismael Medeiros, foi uma imponente casa assobradada, situada na Rua Pedro Muniz, 190, construída por João José de Medeiros (1810-1878), que a deixou por herança a seu filho Ismael Teixeira de Medeiros (1848-1909). Após o falecimento deste, o imóvel passou para a propriedade da viúva, Rita da Costa Medeiros (1855-1942), e aos filhos do casal. Em seguida, a casa foi adquirida pelo Dr. José Nunes da Silva, que a vendeu a Alaor Lins, cuja família é a proprietária atualmente.

71 Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Alcoba%C3%A7a_\(Bahia\)#Casa_de_Izidro_Nascimento](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alcoba%C3%A7a_(Bahia)#Casa_de_Izidro_Nascimento). Acesso em: 20 mar. 2021.

72 Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sobrado_medeiros.jpg. Acesso em: 20 mar. 2021.

Segundo Said (2010), ainda há o sobrado de Izidro Nascimento, que atualmente pertence à casa paroquial; o sobrado da família Trancoso, que foi utilizado como cadeia; o sobrado dos Vianna e algumas casas assobradadas, como é o caso da casa dos Medeiros, que hoje pertence à família Lins (Said, 2010), todos no município de Alcobça (BA).

Mas de onde surgiu o nome de *Arara* para a comunidade? Foi Seu Zuza quem me contou, como contou para muitos antes de mim: foi na “curva das araras” que surgiram as primeiras posses de terras que formaram a comunidade. Isto é, entre as divisas das fazendas Cascata, Arara e Serraria formaram-se um conjunto de posses a contar da margem do rio Itanhém para cima, na direção sul. No dia em que fiz diferentes registros de pontos da comunidade, passeando por caminhos dentro da mata, Seu Zuza também me apresentava uma variedade de nomes de espécies de árvores.

O sujeito que vive em contextos rurais⁷³ também desenvolve um modo próprio de imaginar o lugar e de se imaginar nele. Por essa razão, trago a imagem do *flâneur* benjaminiano como alegoria e, ao mesmo tempo, uma atitude.

Em outras palavras, ele é uma relação própria com os lugares, com o tempo em suas descontinuidades, é uma forma de apreensão das coisas e de entender-se em um dado contexto ou tempo. Assim mesmo, precisei assumir essa imagem a partir do conceito

73 A imagem do *flâneur* que Walter Benjamin (2018) esboça ao longo da obra “Das Passagens” faz refletir sobre as relações do ser humano com o espaço e as práticas que aí se desenvolvem. Originalmente, essa imagem alude ao homem moderno e sua relação peculiar com o espaço urbano, mas evoca elementos da ordem do imaginário, ou seja, a *flânerie* é, como diz o filósofo e crítico alemão, cara aos povos dotados de imaginação (Benjamin, 2018). Se o *flâneur* se deleita na multidão urbana e age como um detetive, buscando rastros de uma imensidão de interesses, é preciso que, de certa forma, adaptemos essa imagem ao contexto do campo, já que Walter Benjamin, em geral, ensina a “ler o livro do mundo”, como relembra Márcio Seligmann-Silva (2020), fazendo referência à visão do filósofo quanto à mágica da linguagem e a verdade que nela se expõe. Adentrar, passear, andar e conhecer os pontos, lugares e vias da comunidade foi fundamental para encontrar rastros de memória, pois “rastro é a aparição e uma proximidade, por mais longínquo esteja aquilo que o deixou” (Benjamin, 2018, p. 747).

de *etnoflânerie*⁷⁴ para melhor me situar nas andanças e idas e vindas pela comunidade. Ao andar com Seu Zuza por uma parte da Mata Atlântica que ainda existe na comunidade, observar a paisagem desconhecida e inebriante, observava os contornos que faziam pouco sentido para mim, mas que eram cheios de história para quem vive no local. Isso foi fundamental para a construção discursiva da memória, o que remete à ideia de aura, em virtude de Zuza evocar lembranças de sua tenra idade e das histórias que ouvia sobre a região, rastros de suas vivências.

Sobre o que é aura, Walter Benjamin define o termo como “é a aparição de algo longínquo, por mais próximo esteja aquilo que a evoca” (Benjamin, 2018, p. 743). Sendo assim, reportamo-nos ao que seria o ponto inicial da comunidade Arara. Tal ponto se situa de um lado na propriedade de Seu Zuza e, na outra margem do rio, na fazenda Serraria, que pertencia a José Sérgio, filho de Quincas Neto, dono da Cascata. Este lugar pode ser visualizado na imagem a seguir

74

Este conceito está em plena construção pelo professor Augusto Rodrigues da Silva Júnior em seu pós-doutorado *Geopoesia e Literatura de campo centroestina: etnoflâneries por Goiás e Brasília* - orientado por Willi Bolle, um dos grandes comentadores de Walter Benjamin no Brasil - e foi apresentado em uma das mesas de comunicações no II Colóquio Internacional Walter Benjamin - Memória e Atualidade, realizado virtualmente em 2020. Nesta ocasião, também participei de uma das mesas de comunicação neste evento e foi acompanhando a programação que pude compreender o interessante uso que o referido professor e pesquisador faz do conceito de Walter Benjamin para a pesquisa em memória com comunidades quilombolas, rurais, tradicionais, em suma, comunidades não urbanas. Na verdade, segundo a exposição do professor, a *etnoflânerie* tem apelo topográfico, voltando-se para lugares, regiões ou comunidades “liminares”, desconhecidos, pensando nessas questões a partir do que ele chama de geopoesia, questões da literatura, migrações, literatura de campo, processos de escrita latino-americanos, dentre outros elementos. Sendo assim, a *etnoflânerie* é uma tentativa de colocar em diálogo o pensamento de Walter Benjamin com outros contextos, autores e pensamentos em uma perspectiva que se relaciona com a ideia de fluxo, de movimento e deslocamento. Por isso, me inspiro nesta abordagem do professor Augusto R. da Silva Júnior para “voltar à terra e ao campo” e construir uma narrativa que possa aproximar-se da singularidade da comunidade Arara. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LCOTADmw_9M&t=10s. Acesso em: 20 dez. 2020.

SUMÁRIO

em dois ângulos, imagens que foram tiradas por ocasião de uma das andanças⁷⁵ pela mata em outubro de 2020.

Eis que a “curva das Araras” assume esse aspecto de um local próximo a quem mora em Arara, mas que evoca lembranças de acontecimentos agora distantes. Certamente, trata-se de uma relação complexa com o tempo e com a dualidade próximo-distante. Por enquanto, importa situar no cenário da origem:

Figura 16: A curva das Araras



75

O que entendo como uma espécie de *flânerie* benjaminiana. O *flâneur* é uma imagem, função e alegoria dialética para Walter Benjamin, desenvolvida em importantes materiais da obra “Das Passagens” (Benjamin, 2018), especialmente no bloco de materiais M, pois essa obra de Walter Benjamin, por sua extensão e centenas de citações, é dividida em blocos temáticos por ordem alfabética. No entanto, essa presença citadina, muito explorada por importantes comentadores como Willi Bolle (2018), por exemplo, precisa ser “transposta” para o meio rural. Ora, para quem não pertence à comunidade, pouco se distingue entre o campo, o verde, a fauna e flora a depender da observação mais ou menos refinada de cada um. No entanto, para os moradores, cada recôndito da paisagem é significativo, é lugar de memória, tem sentidos próprios e, nessa perspectiva, ser *flâneur* no campo é deixar-se perder em meio a esse outro campo de referência para encontrar algo novo para si.



Fonte: Bogleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

Naquele momento inicial, foi a presença de diferentes espécies de araras que levou as pessoas a identificarem a região como o lugar da revoada dessas aves, em uma época em que a Mata Atlântica imperava: uma mata frondosa, bela e rica em fauna e flora, bem como o rio era mais cheio e caudaloso.

Além disso, pensar esse percurso como um retorno à memória de origem fez-me relacionar a caminhada como um processo de produção de conhecimento⁷⁶, já que caminhar não é uma ação desprovida de significados, mas, pelo contrário, é um profundo processo de produção de sentidos na espacialização dos lugares, é pisar em lembranças e histórias que neles se desenrolaram.

76 É preciso, então, que alguém faça-as vir à tona, porquanto o caminhar se “regula” como uma enunciação e, como diz Certeau (2014, p. 166), “a caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc. as trajetórias que ‘fala’”. Pensar a etnoflânerie tem relação com a “gesta ambulatória” de Michel de Certeau (2014), que envolve perambular, selecionar e fragmentar o espaço percorrido, criar relações e sentidos.

SUMÁRIO

Deste ponto de vista, “toda caminhada continua saltando, saltitando, como a criança, ‘num pé só’” (Certeau, 2014, p. 168). Caminhar é dar vazão ao trabalho da memória involuntária e dos encontros fortuitos com as histórias dos lugares. Ao questioná-lo sobre como as propriedades foram divididas, Seu Zuza relata com bastante detalhe, acerca desse movimento e como se dava a chegada e a medição das propriedades. Na verdade:

Era medida de braça... de terra... era assim as braças era assim nessa largura... aí o comprimento... tudo era terra do Estado... aqui é cinquenta braça de largura... cento e dez metros que foi a posse que meu avô comprou pra minha mãe... então pra lá... era meio mundo, agora largura era cento e dez metros... a outra tinha mais já essa área aqui da frente que ele comprou pro meu tio era maior... eh dava umas duzentas e tantas trezentas braças de largura... mas todo mundo acampava assim: vinha... de Alcobaça aí chegava na beira do rio... tirava uma posse aí começava a trabalhar... vinha tudo pelo rio... outro vinha por terra mas pela margem do rio toda estrada era pela margem do rio... aí iam tirando as posses (Zuza, 2020).

Com efeito, é a partir dessas margens que os primeiros desbravadores da comunidade foram “tirando posses.” Essas posses foram possíveis de serem tiradas, em primeiro lugar, porque se tratava de uma região de mata virgem e de terras pertencentes ao Estado, mais tarde chamadas de “terras devolutas”⁷⁷, e é aí que certas lógicas de relação com o lugar se formam. É nessas terras devolutas que se

77

Essas terras, conforme o Decreto-lei nº 9.760 de 1946, expõem que terra devoluta é aquela que “manteve o critério legal adotado pela Lei de Terras, denominando-as como sendo aquelas que, embora não sendo aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal, não foram incorporadas ao patrimônio particular” (Almeida, 2013, p. 312). Assim, eram terras que, apesar de não terem dono, seriam bens públicos em sentido amplo, mas que configuram como “aquelas glebas ou porções de terras não incorporadas ao patrimônio do particular e que não se encontram destinadas a um uso específico pelo poder público” (Almeida, 2013, p. 313). Em todo caso, as posses obtidas na formação da comunidade Arara foram regularizadas nos anos 90 do século passado, como também muitos dos antigos moradores, já falecidos, adquiriram terras e propriedades mediante compra. Dessa maneira, trata-se de uma forma legítima de ocupação que segue princípios e regulamentações previstas em lei. Na verdade, naquele momento, assim entendo, não havia outras alternativas considerando as contingências enfrentadas.

SUMÁRIO

permitiam os “acampamentos”, nos quais os posseiros ou compradores marcavam com paus e começavam o processo de construir e plantar para sobreviverem, além da possibilidade de prestação de serviços em fazendas vizinhas. Vejamos alguns pontos na imagem a seguir, em especial, a curva das Araras:

Figura 17: A curva das Araras vista por satélite



Fonte: Sítio eletrônico mapasamerica.dices.net⁷⁸ (adaptado).

Esse ponto da comunidade, que seria o marco fundador, pode ser melhor visualizado na imagem acima, na qual as margens podem ser melhor percebidas e, a partir da seta superior indicativa, a margem sul para a qual os primeiros posseiros “tomaram posses” e a seta inferior indicando o ponto central atual da comunidade. Interessante que essas posses eram medidas em braças⁷⁹, uma forma de medida agrária muito utilizada por camponeses,

78 Disponível em: <https://mapasamerica.dices.net/brasil/portugues/mapa.php?nome=Rio-Itanhem&id=19658>. Acesso em: 20 jan. 2021.

79 Braça, do latim *brachia*, plural de *brachium* (braço). Antiga unidade de comprimento, equivalente a 10 (dez) palmos, ou seja, 2,2m (Brasil). A braça é uma unidade de medida cujo instrumento consiste em uma vara (estaca) de 2,2m de comprimento. A braça também é unidade de comprimento do sistema inglês, equivalente a cerca de 1,8 metros. A braça quadrada (brasileira) corresponde à medida de 30 braças de lado (Visolli; Mendes, 2016, p. 70).

comunidades tradicionais e em situações nas quais inexistia medida oficial. Não obstante, é na voz de Seu Wilson que esse processo de “tomar posse” é bastante esclarecido:

[...] as terras era do Estado devoluto né... não tinha propriedade...por exemplo tinha uma terra como essa daqui ... é:: documentada até ali o ribeiro que vocês trevessem do rio e lá... dali pra lá era tudo devoluto... (risos) aí o pessoal ia... aí depois que começou a legalizar a legalização das terras ... aí foi que ficou o pessoal... tomou mais jeito né... deixou todo mundo legalizou as suas propriedades aqueles que tinha aquelas que eram pegado encostado () que queria aquele pedaço chamava REQUERER era legalizado o requerimento ... era requerer a terra o cara passar a ser dono (Wilson, 2020).

Era, assim, a estratégia mais comum de sobrevivência para quem não encontrava abrigo ou trabalho nas grandes fazendas. O que se mostra, *a priori*, é a mudança da paisagem ao longo dos anos em razão das práticas de “limpeza da terra”, devido à necessidade de encontrar saídas mais práticas e menos custosas para os agricultores em termos de produção; em segundo lugar, que o processo de regularização na região ocorreu tardiamente.

Faço, pois, uso da palavra *paisagem*⁸⁰ em função dos sentidos que esse termo pode abarcar, sua amplitude e, ao mesmo tempo, o deslizamento entre a dimensão do real e da estética, por exemplo. Yi-Fu Tuan (2012) explica que palavras como “paisagem”, “natureza” e mesmo “cenário” mudaram muito seus significados, pois hoje em dia “falar em natureza é falar do capoeira e do selvagem [...] natureza evoca imagens semelhantes àsquelas de campo, paisagem e cenário”

80

Assumo que não é preciso “fechar” os sentidos para o termo, mas permitir que a noção de paisagem eleve seus próprios voos. Com isso, podem-se apreender as diferentes nuances perceptivas, os panoramas, os cenários, aquilo que se apresenta à vista em sua própria profundidade, altura, beleza natural, apreensão que envolve a oferta objetiva dos elementos que se apresentam, o meio ambiente, mas também outros marcos referenciais, simbólicos e, como sugere Tuan (2012), carregados de charme, isto é, que propiciam um campo interpretativo e perceptivo próprio e mais profundo.

SUMÁRIO

(Tuan, 2012, p. 188), ao passo que “paisagem, em seu sentido original, referia-se ao mundo real e não ao mundo da arte e do faz de conta” (Tuan, 2012, p. 188).

Se observarmos bem a imagem do ponto considerado originário da comunidade, vê-se que a concentração da mata se dá às margens do rio e, no mais, porções esparsas entre as diferentes propriedades e áreas abertas de pasto e produção agrícola. A necessidade de “tomar posses”, “limpar a terra” e começar o trabalho de produção de subsistência foram fatores que impulsionaram o usufruto da terra conforme as condições e a cultura da época. É o senhor Wilson quem apresenta uma imagem deste contraste e deste processo:

É eucalipto... tudo nesse desbravado aí você vê é eucalipto... e aí onde aqui que você passa e vê eucalipto é já foi essas madeiras que você vai ver aí no brejo que você vê essas sapucaias essas essa esse geralção de eucalipto era tudo tinha essas madeira era sapucaia era macanaíba era pau de óleo da copaíba tudo era existente e tantas outras mais era braúna era... essa... como é meu Deus... tinha plantado mesmo direto o pessoal tocava fogo pra fazer roça hoje tá fazendo falta né? e a natureza tá dando a resposta né a gente judiou aí fazia que queria a roça e TALvez se a gente tivesse a orientação que tem hoje né... o o a gente não tinha feito MESmo que derrubasse pra fazer as roça... mas seria tudo controlado... não era? a gente chegava derrubava tudo pra valer né e aquela bonita tocava fogo... fazer a limpeza é:..... a mata entrava na mata... e aí não tem aquela mata ali? NUNca teve roça se chama mata virgem... [tem mata virgem aqui ainda né?] TEM aquela ali oh onde vocês entra pra cá é que é mata virgem NUNca foi uma roça (Wilson, 2020).

Ao lembrar-se da quantidade de sapucaias, macanaíbas, copaíbas e outras tantas espécies de árvores que cobriam a região, Seu Wilson ressalta que o “desbravado” atual, isto é, o horizonte largo do cenário da comunidade, não é mais o mesmo e, logicamente, pelas práticas e modos de usufruir dos recursos naturais em

SUMÁRIO

um dado momento, “a gente chegava derrubava tudo pra valer né e aquela bonita tocava fogo... fazer a limpeza é:.... a mata entrava na mata...” como destaca-se no relato acima, sua percepção estética da paisagem: a mata bonita. Mas a necessidade de “tocar fogo para fazer roça” suplantava essa percepção.

Outro elemento importante é que Seu Wilson mostra como o tempo também ensina que certas práticas geram efeitos negativos e “judiar” da mata e da natureza – sendo uma delas – resultou, de forma geral, na falta de tantos recursos da fauna, da flora e hídricos na atualidade. Por conseguinte, vê-se o que restou da mata e, ao mesmo tempo, o avanço da produção da monocultura do eucalipto, por exemplo. O que ainda me chama a atenção é, como disse Seu Wilson: “talvez se a gente tivesse a orientação que tem hoje né?”, orientação essa que, no presente, os estimula a manter a mata que ainda sobrevive em suas propriedades, a convencer outros moradores a também manter essas porções de mata, bem como a produzirem mudas – como o faz Seu Zuza e o fazia Seu Zeco, antes que o glaucoma o impedisse de continuar os trabalhos no campo. O que se percebe é que há atitudes novas em termos de preservar, conscientizar e influenciar os compadres, comadres e os produtores mais jovens a esse espírito de cuidado com a natureza.

Em todo caso, a maioria dos moradores herdou terras, lotes ou tarefas de seus avôs e bisavôs e, no entanto, só mais recentemente, por volta de meados da década de 90, que esse processo de “requerer”, como mencionado por Seu Wilson, tornou-se mais sistemático, pois procederam com o que podemos chamar de *regularização fundiária*, realizada pelo Poder Público na época. Para tanto, conforme relata o memorialista, foram técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) – SUCAN e do INCRA que procederam com as medições das terras:

SUMÁRIO

Quem botou nome aqui ... foi ... chamava Arara por causa dos passarinho né? mais a demarcação do nome da comunidade o nome que ficou essa cidade foi por causa do IBGE e do pessoal que mede... OS PONTOS era... quando vinha ele vinha por aqui eles e a SUCAN você lembra daquele tempo que () quando começou marcar esses pontos (Wilson, 2020).

Requerer as posses era, na verdade, dirigir-se a um órgão competente, como um Cartório de Registro de Imóveis — nesse caso, a maioria se dirigia ao município de Alcobaça —, bem como aguardar a abertura de processos de regularização, como foi feito pelos órgãos mencionados, assegurando juridicamente os moradores que já eram donos das terras devolutas por usucapião. Em outros termos, o usufruto ininterrupto e de boa fé, como forma de aquisição originária de um imóvel, já que a lei aborda essa questão, visando à garantia da função social, tal como disposto na legislação (Fiuza, 2015). Assim, o que a fala do senhor Wilson mostra é, justamente, essa confiança na boa fé dos moradores que sempre viveram na comunidade e puderam, finalmente, regularizar documentalmente o que lhes era de direito.

Senhor Zuza também atualiza as memórias quanto ao funcionamento desse processo de regularização, conforme uma situação relatada a seguir:

[...] tinha outras família aí ERA os magnata lá de Mucuri e ele descobriu que essas terra tudo era terra do Estado... não tinha nada legalizado... não sei como foi ele descobriu... aí ele chegou e filiou a gente e aí nós já tinha uma porção daqui da nossa comunidade e de lá de outros cantos de lá de Teixeira bateu um número de cinquenta a sessenta pessoas...todo mundo dando documento para fazer o Incra ver essas terras... pra regularizar... aí, meu amigo, não foi nada não... com poucas hora ... esse Timóteo... esse cabra Aguimar... eh... antes de oitenta... aí juntou essa turma toda [...] (Zuza, 2020).

SUMÁRIO

Sendo assim, o processo de regularização fundiária ocorreu ainda no primeiro mandato administrativo do ex-prefeito de Teixeira de Freitas, Temóteo Alves de Brito, em meados dos anos oitenta⁸¹.

Assim, os moradores aproveitaram o momento oportuno para documentar suas propriedades e um coletivo considerável conseguiu, então, lavrar os documentos de suas terras. Por outro lado, ainda sobre a questão do “povoamento” da área, os antepassados mencionados por senhor Wilson foram os principais responsáveis por “limpar” a terra, ou seja, proceder com a derrubada da mata para abertura das posses, pois assim ficava mais fácil produzir, trabalhar a terra, realizar as culturas, conforme contou:

Por isso ficou tudo DEVASSADO de... acabou com as mata também pois que ia fazendo as roças e largando pra lá e ia plantando largando e plantando lar- ia só derubando né porque as derrubada dava menos mato né e a terra mais cultivada dá mais mato dá mais trabalho pra capinar (Wilson, 2020).

Trata-se de uma prática antiga, ligada à cultura extrativista muito comum na sociedade brasileira como um todo. Somente mais tarde, em meados do século XX, é que a legislação ambiental começaria a regulamentar a questão da preservação da mata nativa. Além disso, Seu Zuza me relatou que muitas fazendas, como a própria Cascata, também possuíam porções de terras devolutas, assim como provavelmente outras tantas fazendas mais antigas. A consciência de preservação seria desenvolvida ao longo dos anos por muitos moradores, tendo em vista a questão das nascentes e da manutenção da flora e fauna local. Além disso, muitas vezes não havia medição feita pelo Estado, então era preciso que algum engenheiro medisse as porções de terra para a criação da planta de cada propriedade. Portanto, era necessário ir a Itamaraju, Alcobça ou Caravelas para recebê-la. Na sequência, algumas imagens com uma visão panorâmica da parte da mata existente:

81

O referido ex-prefeito foi empossado em 1986 após a emancipação de Teixeira de Freitas que se deu em 1984. Disponível em: <https://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br/historia/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

Figura 18: vista panorâmica de porções de Mata Atlântica em Arara



Fonte: Bogleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

A imagem 18 à esquerda mostra uma área de mata na encosta ao norte da casa do Sr. Wilson e do Sr. Zuza, terminando às margens do rio no sopé. Acompanhei o Sr. Zuza na descida desta encosta

SUMÁRIO

até o ponto da “curva das araras”. Próxima à propriedade, há uma sapucaia com aproximadamente 30 metros de altura que se destaca por suas grandes dimensões e, segundo ele, é uma árvore bastante antiga. Uma das práticas que mostram a mudança de “orientação”, como disse o Sr. Wilson, tem a ver com visitas de estudantes à propriedade. No dia em que fui conhecer essa sapucaia, o Sr. Zuza me contou que em outros momentos ele havia feito aquela mesma caminhada, conduzindo estudantes para verem essa grande árvore:

Figura 19: Vista da Sapucaia



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo.

Devido à altura, na Figura 19 à direita, mostra-se a copa rosada de sua folhagem e, à esquerda, a dimensão do tronco que necessita de aproximadamente 8 a 10 pessoas para “abraçá-la”. Essa mudança de consciência voltada ao cuidado ambiental ocorreu ao longo do tempo. Sobre isso, Zuza contou algumas peripécias que viveu com um compadre na época em que regularizava as terras e também no período em que seu pai ficou doente e internado em

Belo Horizonte. Por essa razão, precisou ir até a capital mineira para saber da situação do pai e, nesse processo, Zuza confrontou o que via na paisagem durante a viagem com o “pensamento” desse compadre acerca da plantação de eucalipto, crescente na região ainda na década de oitenta. Foi, justamente, esse pensamento crítico em relação à monocultura que o despertou para uma mudança na sua “orientação” acerca de preservar a mata:

Mas o cara é um cara numa situação velho... o bicho tinha uma mentalidade danada... tudo que ele disse que ia acontecer por aqui e tal... tá acontecendo ou já aconteceu... esse negócio aí da terra devassada passando lá de quando eu vim mais ele lá de Belo Horizonte para Governador Valadares aquelas margens do rio Doce aquelas rampa tudo pelada lá e tal já tava prantando eucalipto já tava começando plantar eucalipto lá... aí ele disse “tá vendo aquilo ali? aquilo ali é barro oh a pior coisa que tão fazendo metendo a mata nativa que tem ali pra plantar eucalipto e aquilo só vai dar erosão acabar com a terra tudo aí tal lá vai me explicando”... aí quando eu cheguei aqui é que meti bronca com meu pai... pra não devassar mais as margens do córrego (Zuza, 2020).

Esse compadre de Zuza o alertou sobre o fato de que a plantação de eucalipto poderia gerar erosão, principalmente se a mata ciliar ou nativa não fosse preservada. Por isso, ao voltar de viagem, ele enfrentou o pai para que não mais “devastasse” as margens do rio. Passou a temer que acontecesse às margens do Itanhém o que viu às margens do rio Doce. Em nossa andança pela mata no dia em que conheci a sapucaia das Figuras 18 e 19, Zuza relatou que seu pai chegou a ameaçar derrubá-la, assim como chegou a derrubar muitas outras há muitos anos, porém Zuza o impediu de se desfazer da grande sapucaia e, até hoje, observa e cuida dessa e de outras tantas árvores na propriedade da família.

SUMÁRIO

Além do senhor Deraldo, pai de Zuza e Zeco, houve personalidades dessa época, a saber: José Muniz, José Sérgio Figueiredo, senhores que tinham posses vizinhas à Arara; João Dias e Ordêncio Periquito, dois dos primeiros posseiros da região; Dona Sabina, Sr. Martin Félix, Sr. Nelson Lourenço da Silva, Sr. Ernestino, Sr. Deraldo, Sra. Benedita Lopes, Sr. Antônio Lopes, além do Sr. Izídio Correia dos Santos e sua esposa Maria Eldete que doaram uma porção de terra da fazenda Arara, dentre tantos outros nomes que poderão ser lembrados como parte da história da comunidade, seus antigos moradores e moradoras.

Com a referida doação de Izídio Correia e Maria Eldete, foi possível a construção da Associação de Trabalhadores da Agricultura Familiar da comunidade Arara, a Igreja Católica e a Escola Municipal. Embora não estejam morando em Arara há alguns anos, o senhor Cimídio — com 105 anos, conhecido como caboclo, e Dona Egídia Maria da Conceição — com 107 anos, são as personalidades mais velhas nascidas e criadas em Arara, ambos moram atualmente no Cantagalo, em Alcobaça, a aproximadamente 25 quilômetros da comunidade.

Muitos dos atuais moradores são descendentes de remanescentes quilombolas, isto é, homens e mulheres negros que viveram no período do antigo regime da escravidão ou que desse regime de produção se desvencilharam e encontraram sobrevivência tomando posses desde a fazenda de Orlando Neves até as proximidades da fazenda Cascata e de outras da região. De fato, muitas das fazendas existentes que hoje correspondem a Teixeira de Freitas, Caravelas e Alcobaça foram escravocratas e foram fundadas por antigos senhores de engenhos (Said, 2010).

SUMÁRIO

Portanto, as terras devolutas foram regularizadas,⁸² mediante requerimento, como explicou o senhor Wilson, décadas depois. Pode-se dizer também que a mestiçagem foi fundamental para a formação da comunidade, pois muitos são descendentes de bisavós e avós de origem indígena ou os chamados caboclos e caboclas nascidos nas fazendas em Caravelas, Alcobaça e em regiões próximas.

Retomando a questão das identificações, essas origens são múltiplas e dão o tom da riqueza da história do povo e da identidade da comunidade, como diz o notório pensador negro contemporâneo Kabengele Munanga, “essa identidade, que é sempre um processo e nunca um produto acabado, não será construída no vazio, pois seus constitutivos são escolhidos entre os elementos comuns aos membros do grupo: língua, história, território, cultura, religião, situação social etc.” (Munanga, 2019, p. 17). No caso deste livro-história, são poucos os documentos escritos e imagéticos do período de formação de Arara, por consequência é via lembrança que precisamos alinhar essas questões.

Sendo assim, Arara é formada por negros, negras remanescentes de quilombolas, além de indígenas, brancos, caboclos, dentre outros, em uma profunda mestiçagem⁸³. Em uma passagem de

82 Interessante notar e destacar que, diferentemente de tantos lugares no Brasil nos quais a formação se deu de forma conflituosa, gerando graves tensões fundiárias, a formação da comunidade Arara ocorreu nos interstícios das fazendas já existentes de forma harmoniosa, seja através da “tiragem” das posses medidas em braças a partir daí, seja pela compra de tarefas na região. Vale mencionar que muitas das fazendas escravocratas existentes na época também foram formadas sobre terras do Estado. Como afirmado por Said (2010), os registros das fazendas se davam, no século XIX, por meio de Registros Paroquiais de Terras, uma vez que o Decreto nº 1.318 de 1854, que regulamentaria a Lei de Terras, obrigava o registro, geralmente realizado por vigários das freguesias, independentemente do tipo de título de posse. Segundo o pesquisador mencionado, em São Bernardo de Alcobaça, em 1856 foi aberto o primeiro livro de registro (Said, 2010), no qual constam as referidas fazendas.

83 Mestiçagem aqui é entendida como uma forma de compreender, de forma geral, “todos os casos de cruzamento ou miscigenação entre populações biologicamente diferentes, colocando o enfoque principal de nossas análises não sobre o fenômeno biológico enquanto tal, mas sim sobre os fatos sociais, psicológicos, econômicos e político-ideológicos decorrentes desse fenômeno biológico inerente à história evolutiva da humanidade” (Munanga, 2019b, p. 24).

SUMÁRIO

seus cadernos de lembranças, seu Zeco apresenta o cenário no qual se misturam as fazendas, o modo de produção colonialista escravocrata, as origens, trabalho, os trânsitos e importantes imagens que sintetizam as trilhas que aqui estamos a percorrer:

[...] vamos as margens do rio Itanhém como já foi citado alguns nomes de propriedades que foram remanescentes de escravos. A começar da cidade de Alcobaça rio acima as maiorias das fazendas nas margens do rio Itanhém quase todas foram funcionadas através de escravatura, logo próximo tem fazenda Palhas, mais adiante Ponta do Lago, Apaga Fogo, Pombal, São dos Meninos, Cascata, fazenda *Poço* e outras que eu não me recordo os nomes. A primeira vez que eu fui conhecer cidade foi quando estava quase para terminar a segunda grande Guerra Mundial mês setembro nesse tempo o transporte [por] lombo de burro ou canoa nós saímos daqui da comunidade assim que nem hoje fomos chegar amanhã em Alcobaça e numa canoa de uma vaga levava café farinha e 5 pessoas 2 garotos e 3 adultos (Zeco, diário).

Desde as primeiras conversas em 2017, tenho percebido que a geração mais antiga vem ampliando essa consciência identitária, de forma que servirá de base e caminho para que a memória e a história de Arara sejam mantidas por todos que são da comunidade. Dessa forma, a “revoada das Araras”, que se dava às margens do rio Itanhém, jamais será esquecida.

Hoje tá tudo diferente, mas antigamente era assim... isso ali oh essa grotinha de mata que tem ali quando eu era pequeno... quando dava de uma hora dessa em diante ficava aqui era igual os alto falante lá em Teixeira anunciando ... (risos) pra comprar...era aquele zoadeirão danado EH (imita o som alto dos pássaros)... arara, papagaio, maritaca, periquito aquele zoadeirão dana:::do era boni:::to véi de manhã era outro assim a filarmônica tocava direto (risos)... Papagaio só se existe mesmo xavã... maritaca e desapareceu... tem xavã e curica... e periquito... acho que foi... sumiu tudo daqui... quando dava no tempo da Jandiba ah ave maria... passava e via eles tudo pendurado... comendo

SUMÁRIO

gritando e zoando... (Nilza comenta sobre os macacos)...
esses dias eles estavam cantando aí (Zuza, 2020).

É justamente essa revoada – que evoca os sons altos dos cantos das aves, o “zoadeirão danado” –, como metáfora e imagem de uma origem, que conduz à próxima trilha, na qual se verá como as personagens passaram a habitar o lugar e criaram suas raízes. No entanto, as araras já não são mais vistas. Tornou-se uma imagem distante, presente apenas pela lembrança. Para tanto, tomo o poema a seguir para extrair algumas reflexões:

A árvore que não dá fruto
É xingada de estéril.
Quem examinou o solo?

O galho que quebra
É xingado de podre, mas
Não haveria neve sobre ele?

Do rio que tudo arrasta
Se diz que é violento
Ninguém diz violentas
Às margens que o cerceiam.

A começar por este belíssimo poema do dramaturgo e escritor alemão Bertolt Brecht⁸⁴, quero chamar a atenção para a dinâmica não só do fluxo do rio, mas também das próprias margens, porque é a partir delas que Arara se constrói.

3.1.2 TRILHA 02 - “TOMARAM POSSES”: MODOS DE HABITAR TERRAS DEVOLUTAS

Arara começou com a chegada de posseiros e outros interessados em adquirir porções de terras às margens do rio Itanhém.



Como a mata era frondosa na região, tiveram que fazer a “limpeza” da terra⁸⁵. Essa limpeza consistia na derrubada das árvores e no desmatamento da Mata Atlântica, como forma de abrir grandes clareiras e porções de terra para plantio e, mais tarde, a prática da pecuária. Porém, muitos adquiriram terras trabalhando muito para angariar os valores para a compra. De qualquer forma, para a maioria desses posseiros, essas terras fronteiriças e “sem dono” eram uma oportunidade de recomeçar a vida. Assim disse Dona Eloísa, que veio morar na comunidade ainda criança:

NÃO ERA DA MINHA TERRA AQUI NÃO... era da terra do ... que essa terra aqui antigamente... ela era comum... aqui morava tudo quando era irmão né?... e:: todo mundo que tinha sua mulé morava tudo aqui E MINHA AVÓ morava aqui que a minha mãe era casada com o dono dessa terra... minha mãe... aí minha vó morreu... tinha casinha que era feita dela lá... essa casinha minha com comadre que era Benedita... já panhou esses estirpa que era da casa da minha mãe... da minha avó pra fazer a farinheira dela lá (Eloisa, 2020).

Parte de seus parentes morava em Arara, ao passo que ela nasceu em Cantagalo e, após o segundo casamento de sua mãe, adquiriram a terra que fica na BA 696, na primeira entrada paralela a essa BA, e que dá acesso aos pontos de referência centrais. Para a geração de Dona Eloisa e demais memorialistas, ter uma casa foi fundamental para garantir sobrevivência, dignidade e um senso de segurança, já que viver na fazenda de outras pessoas não traria essa condição. Além disso, muitos moradores mais velhos já pensaram ou já procederam com a organização da transferência patrimonial, isto é, em colocar suas propriedades em testamento na condição de

85

Atualmente, a legislação ambiental regula o modo como se deve preservar restingas de mata nativa, tal como se encontra, por exemplo, na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e em seu art. 1º estabelece as normas gerais para proteção da vegetação, áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente. Além disso, existem as leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o novo Código Florestal e a lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que trata da utilização e proteção da Mata Atlântica. Com efeito, até hoje, é possível encontrar muitas porções de mata nativa em Arara.

SUMÁRIO

usufruto a fim de que os filhos e netos tenham essa mesma seguridade⁸⁶. Dona Eloisa me contou que precisou juntar dinheiro do período que trabalhou em uma empresa chamada Flaniba⁸⁷, o valor relativo aos tempos de serviço e outras economias, para comprar parceladamente a propriedade que pertencia ao seu padraço.

Sendo assim, ela e tantos outros moradores tiveram que trabalhar arduamente nos roçados para garantir sobrevivência, renda e alimentação para suas famílias. Empresas como a citada por Eloisa e, mais tarde, Fibria e Suzano, teriam muitos moradores de Arara em suas folhas de pagamento, bem como exercendo diferentes influências no interior desta e de outras comunidades e nas regiões nas quais elas se instalam.

Trata-se de uma questão delicada e, por isso, vale lembrar acerca da impressão do compadre de Zeco sobre a crescente produção de eucalipto e a percepção do próprio Sr. Zuza sobre os processos de erosão decorrentes da monocultura. Essas impressões e percepções se mostrariam concretas e talvez nem eles nem os demais moradores pudessem imaginar que a produção de eucalipto mudaria radicalmente os modos de produção e a organização socioeconômica não só de Teixeira de Freitas, mas de todo o Extremo Sul baiano, pois:

Se por um lado a cultura do eucalipto na região trouxe mudanças econômicas, por outro, sua introdução implicou em sérios prejuízos para os recursos naturais, dentre eles, o solo, a fauna, a flora e os recursos hídricos. Essa atividade também provocou impactos relevantes sobre a sobrevivência da agricultura familiar local em função da ocupação de grandes áreas agricultáveis (Almeida *et al.*, 2008, p. 09).

86 Essa seguridade tem relação com o que Michel de Certeau (2014) chama de lugar, no sentido de ser um espaço de enraizamento, de criação e vinculação afetiva, no qual a subjetividade pode compor e se recompor, espaço de interiorização frente ao coletivo e, ao mesmo tempo, de exteriorização ou expansão da própria subjetividade.

87 Trata-se de uma firma de eucalipto que empregou muitos trabalhadores na região de Teixeira de Freitas e circunvizinhança. As referências acerca dessa empresa são praticamente exíguas. Para ser mais exato, localizei apenas uma referência, também em relato de uma trabalhadora que prestou serviços nesta empresa, presente na pesquisa de Nunes (2019).

SUMÁRIO

A observação dos moradores da comunidade sobre os problemas advindos do eucalipto é, de alguma forma, validada por diversos estudos – como Almeida *et al.* (2008), observações que trazem à cena diferentes transformações:

Mas depois veio a criação de gado essa foi a pior invenção nos últimos tempos os habitantes danaram a *devastar* grandes quantidades de terra de florestas nativas para o plantio de capim. E agora surgiu o acabamento das águas com o famigerado plantio do maldito eucalipto que está acabando com as nascentes. Digo e dou fé não é *conte* de ninguém caso verídico no período enquanto essas terras que tem nas margens dessa estrada que liga Teixeira de Freitas a Caravelas, Alcobaça Prado e demais cidades, é nesse ramal que segue para a cidade Caravelas, logo ali depois do depósito de embarque e desembarque do eucalipto tem duas nascentes uma segue para o município de Alcobaça e a outra para o município de Caravelas (ZECO, diário).

O relato do Sr. Zeco evidencia não só como as práticas habituais, como o trabalho na pecuária, mas também as plantações de eucalipto, foram prejudiciais à fauna, flora e recursos hídricos da comunidade como um todo. Isso porque muitos moradores, devido às dificuldades com a agricultura familiar e a produção de subsistência, acabaram por vender suas propriedades ou mesmo alugá-las para as empresas de eucalipto como fonte de renda.

Ainda se observa a percepção dos efeitos negativos do avanço do eucalipto na região. Nesse ponto, as lembranças do senhor Zeco são comumente acompanhadas de um olhar crítico, enumerando alguns desses efeitos:

O que é que o eucalipto faz: desagrega as famílias os vizinhos não pode ter seu jegue para transportar seu produto não pode criar galinha não pode criar sua vaquinha. E eles fazem o seguinte vão espalham panfleto anunciando rios de empregos e quando acaba não resistem o peão seis mês um ano aí eles com o sistema tecnológico e cabra fica com a cara para o ar. E acabando com as águas nosso país brasileiro (Zeco, 2020).

SUMÁRIO

Conforme o relato, a forma de relacionamento entre empresas e moradores é ambígua, pois ao mesmo tempo em que os efeitos negativos se tornam cada vez mais evidentes e são comprovados por estudos em diferentes áreas técnicas – tanto no ambiente, na paisagem e na organização rural, quanto na zona urbana (Almeida *et al.*, 2008; Cerqueira Neto, 2012) –, tais empresas também procedem com “pequenas ajudas” que fornecem insumos e materiais para que os moradores resolvam problemas imediatos mais simples, tal como Dona Eloisa conta:

ELES já vieram deixar madeira pro povo... caixa d'água... ciMEN::to... () TELA pra fazer (colchão) de galinha trouxe laJOta... trouxe lajota... trouxe um tratorzin véi pra fazer (corte)... nós tamo esperando demais né?... nós tamo esperando demais e pra isso eles têm eles têm pra isso eles tem VERBA tem DINHEIRO pra fazer isso quem não tem somos nós mas eles têm...nós temo que coBRAR dá atenção a gente aqui... de certa forma em outras não (Eloisa, 2020).

Essa prática – no caso de representantes da empresa Fibria – de fornecer “ajuda” aos moradores soa, para ela, como uma ação insuficiente diante das reais responsabilidades que as empresas deveriam assumir perante as comunidades nas quais se instalam e, em grande medida, se introjetam. Em sua visão crítica, essa senhora entende que a ajuda fornecida mascara a omissão das empresas frente aos prejuízos que causam ao meio ambiente e ao que, de fato, deveriam proceder como intervenção positiva na comunidade. Não se pode esquecer que a monocultura e o domínio das empresas na região alteram as relações de trabalho e de empregabilidade na comunidade, como se evidencia no relato abaixo:

As nascentes tudo morrendo por causa do famigerado plantio do eucalipto. Daqui a mais alguns anos essa maldita firma vai embora com os bolsos cheios e nós brasileiros sem água morrendo de sede de água doce a culpa dos nossos governantes prefeitos e governadores com ganância no dinheiro Agora senhores prefeitos e governadores os senhores bebe eucalipto, os senhores come

SUMÁRIO

eucalipto portanto é as autoridades brasileiras tome uma atitude de *diminuir* esse famigerado plantio de eucalipto isso só nos trouxe mal reputação para a nossa região fez os produtores ambiciosos mais ambiciosos ainda, porque algum desses ambiciosos que possuem maior área de terra utilizava com a cultura do criatório e hoje eles cultivam o eucalipto porque o gado eles tinham que dividir o lucro com o vaqueiro roçador de pasto, o consertador de cerca, com arame grampo, martelo, estaca o tinha cerca de pau a pique, cerca de tesoura e a cerca de *cabo* ou cerca de encher e cerca de mourão furado e a cerca vala. Isto era no tempo que havia madeira em grande em grande abundância. Aí hoje malmente é cerca de arame (Zeco, diário).

Em referência ao relato do Sr. Zeco acima, fica claro que a criação de animais e a realização de pequenas produções são táticas mais duradouras e seguras do que as falsas promessas das empresas em relação à manutenção dos trabalhadores, isto é, muitos moradores são estimulados a deixar a produção de subsistência na crença da seguridade do emprego, o que, na prática, acaba por não se consolidar. Em todo caso, os relatos que compõem este estudo não deixam emergir nada que se refira aos possíveis conflitos diretos entre empresas e moradores, apesar do ponto de vista crítico e perspicaz de muitos memorialistas.

Porém, em muitos outros contextos no Extremo Sul baiano, essa relação pode ser – ou ter sido – mais conflituosa, pois é sabido, conforme assegurado pela Comissão de Seguridade Social e Família – por meio de estudos do Instituto do Meio Ambiente da Bahia (IMA) – que:

Uma série de conflitos socioambientais na região têm ocorrido por causa de questões fundiárias, problemas ligados à produção de carvão, roubo de madeira, desmatamento, degradação de recursos hídricos, não cumprimento das condicionantes ambientais das licenças referentes a reservas legais e áreas de preservação permanente, utilização de insumos químicos nas plantações,

SUMÁRIO

migrações e êxodo rural. Outro problema causado pela monocultura do eucalipto é a diminuição de áreas agricultáveis, da produção agrícola e de empregos. A situação atinge mais de 24 municípios, como Nova Viçosa, Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Eunápolis e Santa Cruz de Cabrália (Calvi, 2014, *online*).

O que Calvi⁸⁸ (2014) sinaliza é a necessidade de se olhar atentamente para os efeitos da monocultura em cada contexto e de se pensar políticas públicas que atendam às demandas dessas populações rurais⁸⁹. Se no passado as práticas de limpeza da terra, a abertura de áreas para pecuária e a produção de diferentes culturas se davam para o próprio sustento, no presente, somam-se os diversos efeitos da produção de eucalipto tanto na dimensão socioeconômica quanto na ambiental ou na paisagem como um todo, devido à pressão exercida pela atuação das empresas e pelos efeitos ambientais negativos dessa produção.

Outro fator importante é que não há clareza para os moradores sobre como se dão, na prática, os processos de licenciamento e fiscalização das produções de eucalipto, bem como não se sabe acerca da situação das terras e áreas de preservação obrigatórias por parte dessas empresas. Ao que parece, parte dos(as) memorialistas não tem total consciência ou não sabe dessas condições. Em geral, há a preocupação com as mudanças no cenário objetivo das condições ambientais, por exemplo, uma vez que o uso de agrotóxicos aumenta o surgimento de insetos na comunidade, além da

88 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/noticias/noticias-2016/monocultura-do-eucalipto-no-sul-da-bahia-provoca-conflitos-socioambientais>. Acesso em: 18 mar. 2021.

89 Em todo caso, ao analisarmos os modos de habitar, podemos compreender até certo ponto como era a dinâmica territorial, a organização fundiária, as relações de compadrio, as táticas de habitação e as relações atuais com o que chamo de externos, por exemplo, empresas de eucalipto e o Poder Público, neste caso, representado pelas prefeituras de Alcobaça e Teixeira de Freitas, elementos muito importantes para a compreensão dos sentidos de comunidade em suas memórias.

diminuição do fluxo das nascentes, a rotatividade e não seguridade dos empregos, bem como o enfraquecimento da produção local.

Ainda sobre essa dinâmica de estabelecer estratégias próprias a fim de garantir produção de subsistência, seu Zeco conta sobre seu pai e essa situação específica deixa claro como ele e os demais lidavam com as contingências:

O meu pai trabalhando em cima desse pedaço de terra com 110 metros de largura e três mil metros de comprimento cada linha, pois ele no 48 comprou uma aberta em mão do senhor Ozório Neves irmão do senhor Gustavo Neves nas margens do fazenda município de Caravelas quando foi no ano de 1952 ele [requereu] ao estado e executou a primeira medição que comprou 5 alqueirão de terras do estado em 52 depois ele tornou a tirar mais 5 alqueirão em mão do senhor *Alvim* Cajueiro o sogro do senhor Izael o pai de Cajueiro o [patrulheiro] rodoviário terra medida no município de Caravelas terras que ficavam nos fundos da fazenda Cascata. Tudo arranjado com produção de cacau, mas quando foi nos anos de 1963 meu pai ficou viúvo e aí mudou tudo meu pai resolveu constituir nova família e, aí a roda começou a desandar, e hoje nós só temos os filhos 7 hectares de terra cada um dos pertencentes filhos tanto do 1º casal e do segundo casal (Zeco, diário).

Como já relatado sobre algumas famílias antigas, os Neves foram muito representativos na história de Alcobaça, inclusive sendo uma das famílias fundadoras desse município e detentores de grandes fazendas (Said, 2010). Essa dinâmica de compra e venda de propriedades certamente seguiu-se ao sabor das necessidades e possibilidades de cada sujeito em um período no qual as políticas públicas fundiárias eram incipientes ou tinham pouco alcance no interior, assim como as dificuldades em administrar essas posses, devido aos custos e contingências insurgentes no decorrer do tempo. Em todo caso, tudo isso me dava mais clareza sobre as dimensões materiais da divisão de classes, de trabalho e das desigualdades

SUMÁRIO

sociais que foram determinantes para a constituição da comunidade frente às elites locais⁹⁰.

No entanto, as práticas de abertura da mata, a “limpeza” da terra e a construção de casas, trilhas, estradas e rodagens foram ações necessárias para que os primeiros moradores pudessem estabelecer suas primeiras plantações, a criação de animais e as produções de subsistência, apesar de serem bastante agressivas à natureza. Nessa época, as pessoas não tinham a mesma consciência ambiental que se pode desenvolver atualmente, pois, como foi possível notar na postura e nas práticas de muitos dos sujeitos, havia uma maior preocupação em preservar as nascentes, os córregos, as matas ciliares e o que sobrou de mata nativa em Arara, já que isso é fundamental para a sobrevivência da comunidade.

Por isso, não se pode esquecer que nos últimos vinte anos aproximadamente o avanço do plantio de eucalipto provocou mudanças consideráveis na dinâmica econômica da região, com severos efeitos no âmbito da paisagem e no cenário ambiental como um todo. Essa preocupação com as questões ambientais foi se desenvolvendo nos hábitos de muitos moradores com o passar do tempo por observarem os efeitos negativos da transformação do ambiente (Carmo, G. B. S., 2019).

Quanto à questão da paisagem, da natureza, das estiagens e diminuição da água na região, urge considerar as nascentes e os córregos de “água viva” que ainda deságuam no rio Itanhém. Antes de relatar sobre isso, Zuza me deu mais alguns detalhes do processo de divisão das propriedades que se iniciou às margens do rio Itanhém:

90 Quando observei essas questões, imediatamente me reportei às ideias de Michel de Certeau. Segundo esse filósofo e historiador francês, no que diz respeito às táticas e estratégias de sobrevivência, “essas práticas colocam em jogo um *ratio* ‘popular’, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (Certeau, 2014, p. 41). Entendi que as necessidades e contingências fizeram com que esses homens e mulheres fossem resilientes e criativos nos modos de utilizar a terra, de administrar e gerenciar as produções, as dificuldades para sobreviver sem que isso implicasse na assunção de certa vitimização de sua condição. Ao contrário, algumas estratégias e relações de compadrio contribuíram para aliviar momentos de maiores dificuldades.

SUMÁRIO

Era medida de braça... de terra... era assim as braças era assim nessa largura... aí o comprimento... tudo era terra do Estado... aqui é cinquenta braça de largura... cento e dez metros que foi a posse que meu avô comprou pra minha mãe... então pra lá... era meio mundo, agora largura era cento e dez metros... a outra tinha mais já essa área aqui da frente que ele comprou pro meu tio era maior... [...] todo mundo acampava assim: vinha... de Alcobaça aí chegava na beira do rio... tirava uma posse aí começava a trabalhar... vinha tudo pelo rio... outro vinha por terra mas pela margem do rio toda estrada era pela margem do rio... aí iam tirando as posses (Zuza, 2020).

Uma vez tomadas as posses, divididas as propriedades e realizadas as marcações das terras, foi preciso construir habitações e, para tanto, a natureza e a mata forneciam os materiais necessários para construir suas “casinhas”, como muitos chamavam. Na verdade, lembrar-se dessas habitações é, para os memorialistas, reviver muitos afetos, vivências, lutas, festas, a rotina de trabalho e produção, a criação dos filhos, as saudades de quem faleceu, além da união e das trocas que eram comuns entre os moradores. Zuza exemplificou isso com as posses de sua família: “Nossa área aqui foi... foi meu avô que comprou pra minha mãe... ele comprou essa aqui pra minha mãe... comprou outra alí para pro veio () que era o meu tio... e foi assim... cada um filho dele ele deu um pedaço de terra” (Zuza, 2020).

Portanto, recordar os modos de habitar em Arara é tornar vivas essas memórias afetivas que dão significado à vida na comunidade até os dias atuais. Importa lembrar que, nas últimas três décadas, alguns moradores que não nasceram em Arara adquiriram propriedades na região e passaram a fazer parte da comunidade, participando, cada um a seu modo, das questões coletivas ou da convivência com quem já vivia há muito tempo no local. Porém, ter uma terra ou uma “casinha” era como ter uma garantia no mundo, como ensina, indiretamente, Dona Eloisa, ao aconselhar seu padraсто quando vendeu a terra para ela:

SUMÁRIO

Eu disse “não! você pode pra fazenda que quiser... agora cê vai comprar uma casinha... com esse dinheiro”... aí ele me ouvia muito né... “não você vai comprar uma casinha porque você pode ir pra fazenda de quem quiser mas compra uma casinha” (ELOISA, 2020).

Era muito comum aos moradores antigos o trabalho em fazendas vizinhas, mas o importante seria ter uma casa, pois é assim que se daria segurança aos filhos. Em todo caso, percebe-se nesses relatos que, nas primeiras décadas da história da comunidade, uma série de táticas e práticas de sobrevivência caberiam muito bem no *ato-conceito* de resistência. Porém, quem observa o modo de habitar Arara hoje em dia talvez não considere que as casas de alvenaria e a energia elétrica sejam elementos bastante recentes se levar em conta que a comunidade se formou entre o final do século XIX e o início do século XX.

Atentar-se para o universo de vivências relatadas pelos velhos e velhas de Arara é também imaginar como era a dificuldade em lidar com certas precariedades no passado, considerando que muitas lembranças mostram determinado isolamento da comunidade, não porque ela quisesse, mas porque o Poder Público⁹¹ tem mostrando-se demasiadamente omissivo. Então, sobre o papel da Prefeitura nessa situação, o Sr. Wilson comentou que:

Foi a prefeitura de Alcobaça a primeira energia que teve aqui foi a prefeitura de Alcobaça... nós eu mais compadre Zuza corremo atrás mermo e... enfretaram e trabalhava aqui de o dia todo capinando aqui quando era de tardezinha já tinha carro do lado de lá ... ia pra reunião em Alcobaça... pra pra adquirir a energia pra nós aqui... *foi em noventa a energia aqui teve energia aqui em ligou energia aqui em 93... [..]* É são as história que a gente lutou e conseguiu () *Luz Para Todos* veio pra aqui você sabe disso né? (Wilson, 2020, grifos meus).

91

Para efeitos teóricos, em geral, valho-me do conceito de Poder Público enquanto um conjunto de órgãos pelos quais tanto o Estado quanto os agentes estatais exercem funções, assim como se relaciona à questão do governo e à gestão pública. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/p/poder-publico>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Apesar de pertencer atualmente a Teixeira de Freitas, Alcobaça foi uma referência muito mais marcante. De fato, a luz elétrica chegou à comunidade por meio do programa do Governo Federal *Luz para Todos* – LPT⁹², instituído em 2003 pelo Decreto nº 4.873, a saber, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica.

O longo relato do senhor Wilson detalha uma das ações da comunidade para resolução do problema, no qual fica evidente que, mesmo sendo um programa de universalização do uso da energia elétrica, os moradores da comunidade precisaram lutar e empreender pressão - por meio de protestos pacíficos - sobre a empresa de fornecimento de energia para que as instalações fossem realizadas de modo a atender, de fato, todos(as) da comunidade. Isso mostra a consciência política e também a capacidade de mobilização dos moradores para resolução de questões muito sérias como essa.

Até ela vir pra aqui nós demos muitas viagens pra Salvador... a comunidade aqui foi em Brasília... fo:::i... pessoal da associação. Ah não, foram vários moradores? Foi associação sindicato ... foi em Brasília eu não fui não foi meus meninos que foram... foram [...] Queremos luz pra todos... (risos) E depois que saiu tudo tudo certinho... tudo certo esses cara ficou enrolando aí um bocado de tempo rapaz [...] e ficou nós sabendo de tudo direitinho que o dinheiro tava disponível pra eles fazerem o serviço... Eles vieram aqui mediram tudo vieram não sei quantas vezes... um pouco mexendo () aí programaram uma reunião fomo pra reunião que tinha lá... aí marcamo uma uma um manifesto lá na na na BR 101 [] fizemos um manifesto ali... perto do do posto fiscal... aí enchemo um carro com um bocado de gente aqui juntamo um mucado de comunidade aí... ai entramo em contado com eles [polícia rodoviária] fomos lá conversamos com eles fomo no fórum fizemo articulamos mesmo o negócio bem feitinho e fomo pra lá e saimo daqui das comunidade de madrugada

SUMÁRIO

amanhecemo o dia lá... aí os caminhão de pneu.. (risos) chamamos os meio de comunicação a Globo... foi pau pra quebra e quando acabou SAIU na rua ... de Teixeira de Freitas PRIMEIRO fizemos um foi dois manifesto fizemo um ali na praça da Bíblia... aí dali saimo e fomo pra porta da Coelba (risos) foi::: ponhemo um mucado de cadeiro... a gente só não queria banditismo... quebrar nada de ninguém não quisemos () era chamar a atenção aí levemo os candeeirão que nós (risos) aí chegemo na porta depois... aí a polícia veio nós ficamo meio “a polícia vai meter o pau nagento aí» mas não tiveram nada não aí só acompanharam a gente e LARGaram a gente acendemo aqueles candeeirão lá rapaz (risos) (Wilson, 2020).

É de se imaginar o porquê de não terem pressionado com mais vigor antes, ao que contaram de outras tentativas anteriores sem sucesso. Por outro lado, toda essa organização para buscar melhorias parece ser uma tônica da comunidade. Isso porque tanto a Associação de Moradores quanto a Associação de Mulheres foram criadas para articulação interna dos moradores na resolução dos problemas coletivos, assim como para servirem de referência em negociações externas ou se reportarem ao Poder Público quando necessário.

Outro exemplo refere-se à construção da sede da Associação e de um espaço mais adequado para funcionamento do posto médico. Tudo dependeu muito mais dos mutirões do que do apoio externo, por exemplo, da Prefeitura de Teixeira de Freitas.

RAPAZ NUNCA mais vieram aqui não moço... nada não... a gente tem a Associação ... pelejou pra ver se eles ajudavam ... fazia um postinho aqui né... sim rapaz porque como o dia que o médico vem coincidiu com o dia que é obrigado a não ter aula porque eles fazia atendimento dentro da Igreja... mas aí a comunidade não quis mais...

Bougleux: e onde é feito o atendimento?

Wilson: ali o atendimento é aí na escola aí nesse dia que o médico vem não tem aula... aí o pessoal queria que

SUMÁRIO

eles dessem uma ajuda... agora o pessoal destinou que tá construindo você passou num tem uma construção nova lá... próximo à igreja tá começando sábado passado trabalhou ontem tão disse que vão a Associação mais a comunidade tá ... tá conseguindo diz que vão terminar... se Deus quiser... já começou vai terminar já tá alto já... é grande ... vai fazer encostado já vai fazer tudo de uma vez ... uma parte é pra atendimento médico e a outra é pra:: escritorzinho da associação...

Bougleux: e o médico vem de quanto em quanto tempo?

Wilson: ELE vem de mês em mês... é... mês em mês... AS vezes marca um dia que coincide com o dia da... da escola aí e.. e.. é obrigado a não ter aula nesse dia... pro atendimento médico e a gente queria que eles ajudassem mas... não quer ajudar não... aí... não falaram mais o pessoal danou falou que não iam mais atrás deles não... estão fazendo se DEUS quiser vai terminar...

O Poder Público se omite quanto à obrigação de garantir espaço adequado para atendimento médico, fato que leva os moradores a receberem os cuidados de saúde no espaço da escola. Interessante notar que essa omissão não os desestimula, mas, pelo contrário, incita-os a se organizarem para dar conta de um problema coletivo. Assim, não se conformam em ficar sem um posto médico, como não se conformaram em ficar sem energia elétrica.

Voltando à questão da luz, como é que os antepassados - bisavós, avós, pais e muitos dos moradores mais antigos - fizeram para iluminar as noites em casa, nos encontros religiosos e mesmo nas festas? À luz de candeeiro ou mesmo à lamparina de azeite - o candeeiro que foi símbolo do protesto pacífico relatado pelo senhor Wilson, conforme visualiza-se na imagem 20 representativa abaixo:

SUMÁRIO

Figura 20: Candeeiro ou lamparina



Fonte: Sítio eletrônico analiseagora.com.

Muitas vezes, usava-se óleo de mamona para alimentar o candeeiro. Pode-se dizer que esse objeto também é um símbolo das lembranças das noites de reza, dos momentos de festa e de confraternização ou mesmo de luto, quando se perdia um ente querido. É preciso conservar essa imagem da luz de candeeiro como uma rica metáfora que traz sentidos às trilhas e memórias de Arara. Na prática, durante muitas décadas, esse foi o principal recurso de iluminação noturna para os moradores da comunidade e, durante todos esses anos nos quais não havia luz elétrica na comunidade, fora necessário todo um cuidado especial com o armazenamento dos alimentos e o uso de fogão à lenha para o cozimento. Os hábitos dentro de casa também eram outros, posto que sem os entretenimentos televisivos atuais, havia mais tempo para a contação de histórias dos pais para os filhos, por exemplo.

Tudo isso evoca o modo de construir as casas. À medida que o tempo passava e as condições melhoravam, muitos iam construindo novos casebres para garantir mais comodidade. Abaixo, temos a casa que talvez, segundo o Sr. Zuza, seja a mais antiga de Arara ainda de pé, ora construída nos modos antigos com os materiais disponíveis na natureza: madeira nativa e barro. Trata-se de uma das primeiras casas construídas pelo Sr. Izídio Correia dos Santos, dono da fazenda Arara na qual morou com sua família:

Figura 21: Casa do senhor Izídio



Fonte: Bogleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

As imagens acima foram registradas durante as andanças pela comunidade com o Sr. Zuza em meados de novembro de 2020, que me explicou sobre essas construções na ocasião. Na Figura 21, pode-se observar algumas técnicas básicas para a construção deste tipo de casa, a saber: a) o uso de madeira nativa como sapucaia, cedro, entre outras; b) barro batido amassado com água e misturas vegetais; c) levantamento da estrutura do piso a ao menos um metro de altura para nivelamento; d) estruturação das paredes por meio de tramas de barro com filetes de madeira; e) caibros maiores e simetricamente postos para sustentação do telhado e paredes. É Dona Graci quem expõe um pouco da construção dessas “casinhas” que, em parte, serviam-se de certo improviso para construir a trama entre varas de pau, barro e caibros: “Nós tem os paus por dentro aínda... mete a vara e o barro (riso)... mistério de Deus... tem tem... pra poder encaixar no barro o barro encaixar é é:: então... tem uma assim em pé aí vem as varas aqui amaRRAR (risos).” (Graci, 2020).

Na verdade, entendi que não havia uma técnica única para construção, mas sim uma variedade de formas criativas e de improvisos, seja com aplicação de barro ou somente com madeira. Acredita-se que a casa da imagem acima tenha entre oitenta a noventa anos, atestando assim como eram os modos de habitar em Arara pelos moradores das primeiras gerações. Esse lugar de memória⁹³ foi-me sinalizado por vários moradores.

93 Ao problematizar o conceito de Pierre Nora (1993) sobre a questão dos lugares de memória, em primeiro lugar, adoto, em grande medida, sua caracterização sobre o que é memória e história; por outro lado, relativizo a dicotomização radical entre ambas realizada pelo historiador, aproximando-me, neste ponto, de Assmann (2011), já que o lugar de memória é, para os moradores da comunidade, os rastros do capital de sua intimidade com as referências ali construídas e constituídas, as vivências transformadas em experiências e a marcação afetiva que isso envolve. No entanto, ao ser narrativizada, essa intimidade é mediatizada, reconstituída em um discurso cristalizador, e mal podemos saber o que, de fato, irá fossilizar-se em termos de referências icônicas acerca da comunidade como um todo, ou seja, quais pontos ou lugares de Arara permanecerão com esta função em termos coletivos, dada a dinâmica das transformações inerentes ao devir do tempo do Agora, conforme Benjamin (2018) nos lembra.

SUMÁRIO

Se os tempos mudaram trazendo novas formas de construção, isso se deve ao esforço e trabalho desses ancestrais e dos moradores mais velhos que trabalharam duramente para dispor de recursos a fim de melhorar as condições de habitação e sobrevivência. Outro elemento que me causava certa inquietação tinha a ver com a ausência de políticas públicas, seja por parte da prefeitura de Alcobaça – quando a comunidade era política e geograficamente pertencente a este município –, seja pela Prefeitura de Teixeira de Freitas que, a partir da divisão territorial em relação ao primeiro município, não promoveram incentivos habitacionais na comunidade como um todo. Mas, antes de adentrarmos a esses problemas, quero preparar a próxima trilha tomando o poema de Alberto Caieiro⁹⁴ – heterônimo de Fernando Pessoa:

Para além da curva da estrada
Talvez haja um poço, e talvez um castelo,
E talvez apenas a continuação da estrada.
Não sei nem pergunto.
Enquanto vou na estrada antes da curva
Só olho para a estrada antes da curva,
Porque não posso ver senão a estrada antes da curva.
De nada me serviria estar olhando para outro lado
E para aquilo que não vejo.
Importemo-nos apenas com o lugar onde estamos.
Há beleza bastante em estar aqui e não noutra parte
qualquer.
Se há alguém para além da curva da estrada,
Esses que se preocupem com o que há para além da
curva da estrada.
Essa é que é a estrada para eles.
Se nós tivermos que chegar lá, quando lá chegarmos
saberemos.
Por ora só sabemos que lá não estamos.
Aqui há só a estrada antes da curva, e antes da curva
Há a estrada sem curva nenhuma.

SUMÁRIO

Esse belíssimo poema⁹⁵ de nossa língua portuguesa ajudará a situar a próxima trilha, intitulada *Para além das curvas de arara: rodagens ontem e hoje*, a fim de refletir sobre as estradas e curvas nuas que evocam diferentes estruturas sociais e de classe, além da cultura de Arara. Tentaremos enxergar a comunidade sob os olhos de quem transita por elas há anos e as viu nascer ou brotar em meio à mata. Parafraseando Caeiro: “por ora só sabemos o que de lá nos fora contado”.

3.1.3 TRILHA 03 - PARA ALÉM DAS CURVAS DE ARARA: RODAGENS ONTEM E HOJE

Para começar, devemos entender aqui por “rodagens” todos os meios terrestres de movimentação pelos quais os moradores da comunidade costumavam transitar e que, até hoje, formam a malha rodoviária da comunidade, ligando-a a diversos pontos. O termo “rodagem” é normalmente utilizado pelos moradores com o sentido de estradas.

Essas estrada aqui... essa estrada aqui foi aberto por finado Quincas Neto... da Cascata... não sei se foi ele ou Orlando agora eu não indico bem... Neto... mas Zuza deve sabê disso aí se foi ... Quincas Neto que juntou mais Orlando... e... teve mais alguém que teve contato com essas estrada Quincas Neto eu lembro muito bem... fez abrir essas estrada aqui...a BRAço... era tudo é mata arracanram tudo no enxidão picareta... com machado pra abrir essa estrada aqui... mutirão... () então agora quem vai contar isso direitinho é Zé Sérgio... () né... o pai dele... o avô... o pai de José Sérgio era menino Bernardino já era depois... né... agora era... Quincas Neto... isso aí eu me alembro muito bem... Quincas Neto... quem foi que ajudou abrir não sei se foi os camaradas dele... ele tinha muitos camarada.. a Cascata era muito movimentada... viu... (Eloiza, 2020).

Os moradores e moradoras mais antigos relataram que a estrada principal, que hoje é referida como BA 696 - ligando Teixeira de Freitas a Caravelas, especificamente ao distrito deste município chamado Aparajú - foi aberta durante os anos de 1948 e 1950 por iniciativa do afamado Quincas Neto, dono da fazenda Cascata. Para isso, ele mobilizou um número bastante expressivo de trabalhadores. Aparajú fica aproximadamente a 40 quilômetros de Arara pela BA 696, que, por sua vez, em uma ponta tem encontro com a BA 290 - que liga Teixeira a Alcobaça - e na outra com a BA 418, que conecta este município a Caravelas. A BA 696 também dá acesso às comunidades de Bruno, Igrejinha, Rancho Queimado, Mãe Ana e Taquari, pertencentes a Alcobaça. Parte dessas distâncias e rotas está visível na Figura 22 adiante. Essas estradas foram abertas para facilitar o transporte do cacau e o escoamento geral das produções até Caravelas, pois, até então, tudo era realizado por canoagem.

Essa estrada aqui foi feita a braço.. a braço... muitos homens... é por isso que eu falo quando eu barraco eu falo essa estrada aqui era primeiro de fazer que a estrada de lá... de Alcobaça pra Caravelas tinham feito essa daqui pra Caravelas... gastavam menos... e tinha tinha acesso a ela... entendeu? e nós não tinha que tá nessa poeira não... nós como histórico... (Eloisa, 2020).

Porém, nessas condições, muitas vezes as sacas de cacau chegavam úmidas ao destino final, no porto de Caravelas ou em Alcobaça, e essa travessia por canoa durava mais tempo. Além disso, devido à umidade, era necessário esperar dois a três dias para enxugar o cacau a fim de entregá-lo ao armazém e deixá-lo em condições de comercialização.

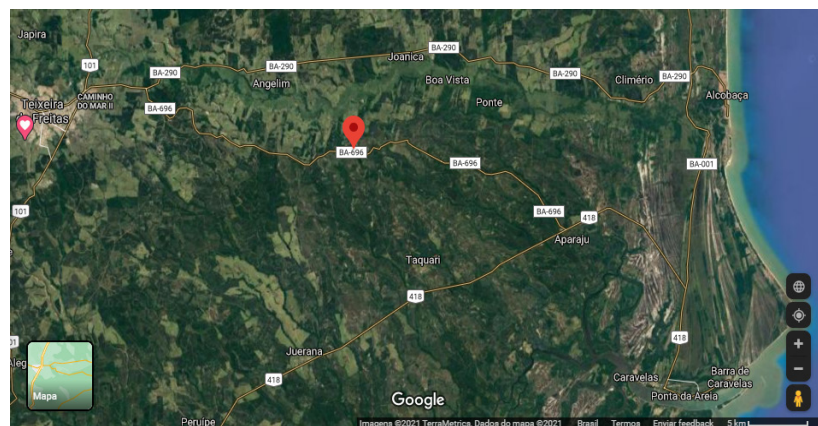
No tempo que ninguém conhecia carro, a não ser carro de linha e carro de boi, o senhor Joaquim só ia passar festa do Padroeira em Alcobaça. Ia por canoa, ele ia na popa da canoa. O senhor Joaquim lançou uma estrada de rodagem de carro daqui da Cascata até Aparajú, tudo serviço braçal, para exportar o cacau dele e dos outros, ele começou em 1948 e terminou em 1950, tudo na base

SUMÁRIO

da enxada, machado, picareta, foice e facão. Porque ele mandava o cacau por canoa, mas quando às vezes chegava em Alcobaca, o lastro do fundo tinha alguns sacos úmidos e os canoeiros tinham 2 há 3 dias para enxugar o cacau e entregar no armazém (Zeco, diário).

Considerando a inexistência de maquinário na época, todo o trabalho de abertura dessa estrada foi realizado de forma braçal, utilizando apenas enxadões, machados, picaretas, foices e facões, conforme narra o sr. Zeco. Na imagem a seguir, tem-se a visão por satélite da BA 696 e da BA 290, que liga Teixeira de Freitas a Alcobaca, construída mais tarde.

Figura 22: BA 696 e BA 290



Fonte: Sítio eletrônico Google Maps (2021).

Houve imenso trabalho de abertura, considerando a mata nativa e a existência de espécies de árvores com troncos muito robustos, o que dificultava a ação:

O senhor Joaquim construiu uma estrada de rodagem, saindo da fazenda Cascata até o povoado de Aparajú, a 20 quilômetros de Caravelas, toda mão de obra, tudo braçal, a máquina era a enxada, enxadão, picareta, machado e o muque do homem. E uns anos atrás o senhor Gustavo

Neves comprou um carro, um caminhão em Caravelas e fazia transporte da fazenda São Gonçalo até o porto do Cupido, mas com a falta de motorista, foi obrigado a vender o carro, ficou o transporte de carro de boi e lombo de burro e cavalo. Se fosse para Alcobaça, era canoa e lombo de burro e se fosse para Caravelas, era carro de boi e lombo de burro e cavalo. Ou então indo com o produto até Juerana, Taquari ou Aparajú, para pegar o trem de ferro ou para Caravelas ou Ponta de Areia ou Nanuque e Teófilo Otoni ou mesmo Belo Horizonte a tratamento. Hoje no pé da parede e aqui há 50 anos atrás era dureza (Zeco, diário).

Além disso, naquela época, os carros e caminhões eram mais raros, sendo possuídos apenas pela elite local e fazendeiros muito ricos. Assim, o transporte mais comum, além da canoagem por via fluvial, era feito por carro de boi, burros e cavalos. Conta-se que as viagens para Alcobaça e Caravelas eram realizadas, portanto, por canoa, a cavalo, em carros de boi ou sobre o lombo de burros. Mesmo assim, o transporte de produtos enfrentava dificuldades para chegar aos centros que tinham maiores possibilidades de escoamento, uma vez que o transporte ferroviário, como a Estação Ferroviária Bahia-Minas, só possuía estações em Ponta de Areia, Aparajú e Taquari – todos são distritos de Caravelas –, passando por Helvécia, Mata e Argolo, ainda em território baiano, antes de seguir por vários municípios e distritos mineiros, com destino final em Arassuaí (MG).

Quanto à BA 290, conforme os relatos, foi construída pelo Instituto do Cacau da Bahia, em meados do século XX, provavelmente entre os anos 30 e 40, uma vez que o referido instituto trabalhava para criar soluções relativas ao escoamento do cacau, incluindo a construção de rodovias, dado que existiam fazendas produtoras de cacau, como a Cascata, a Janina, a Itabaiana e a Serraria.

A criação do Instituto de Cacau da Bahia (ICB) em 1931 resolve o problema de transporte na comercialização interna do cacau. Entre os principais objetivos do Instituto, evidenciados no ato da sua criação, estava a solução para

SUMÁRIO

o problema do escoamento da produção interna. Num período de cinco anos (1931-1936), o ICB havia concluído os trabalhos de locação e reconhecimento de uma razoável rede rodoviária na zona do cacau, constituída de 531 Km, da qual já tinha construído 290 Km e reconstruído 82 Km de antigas rodovias interiormente quase que intrafegáveis como, por exemplo, a rodovia Ilhéus-Itabuna, ligando os dois principais centros urbanos da região (Marinho, 2002/2003, p. 11-12).

Na verdade, na relação entre produção cacauzeira e o tráfego, pode-se afirmar que essa cultura prosperou em toda a região próxima à fazenda Cascata e nos limites dos municípios de Teixeira de Freitas e Alcobaça, assim como grande parte dos primeiros moradores trabalhou nessas plantações. Sobre o período da construção da BA 290, notar as referências topográficas e o contexto econômico que motivou essas aberturas ao trânsito na região:

Antes de tudo nós aqui da nossa região para ir até Nanuque tinha que ir até Juerana *Taguary* ou Aparajú ou Caravelas, mas no [ano] de 1948 o senhor Eliozipio Cunha chegou em Nanuque colocou em cima da prancha da estrada de ferro Bahia e Minas trator, patrol caminhão homens capacitados e desceu em direção a Bahia veio *aparar* no quilômetro 62 na beira do rio Peruípe município de Caravelas e começou a execução da estrada de rodagem em direção a Teixeira de Freitas veio rompendo até chegar em Barcelona. Foi nessa época que o nosso extremo sul começou a se desenvolver e as pessoas a ter uma condições mais digna principalmente na área da saúde. Com essa ligação ramal que o senhor prefeito atual de Alcobaça Antônio Simplício de Barros fez com a ligação da Cascata até nesse semáforo, hoje nós estamos tendo transporte para toda parte do mundo (Zeco, diário).

Além disso, foi importante a construção da primeira ponte sobre o rio Itanhém neste ponto da BA 290, ligando o município de Alcobaça ao então povoado de Teixeira de Freitas. Primeiramente, a referida ponte foi construída com madeira durante o governo do prefeito de Alcobaça, o senhor Antônio Simplício de Barros:

SUMÁRIO

Ao lado norte do rio tinha estrada de Alcobaça até na porta da Cascata feito pelo instituto do Cacau da Bahia no tempo que estava aquela segunda grande Guerra Mundial, mas não tinha ponte no rio Itanhém, só foi ter ponte no rio Itanhém nos anos 51, que o senhor Antonio Simplicio de Barros fez a primeira ponte, os pés tudo de madeira, tudo afincado, sem bate estaca, os pés tudo feito de parafuso de rosca, ia rodando até ele afirmar no lajedo. Depois na prefeitura de doutor José Nunes, ele fez uma de alicerce e a enchente arrancou, depois fez uma com bate estaca, a água arrancou, depois no governo do senhor Nilo Coelho foi feita essa aí que nós estamos trafegando de norte a sul, de leste a oeste (Zeco, diário).

Porém, devido a uma rigorosa enchente, a primeira ponte cedeu e somente mais tarde, com o trabalho dos prefeitos de Alcobaça José Nunes e, finalmente, Nilo Coelho, a ponte atual foi construída. Abaixo, uma imagem histórica anterior à construção da ponte em 1960:

Figura 23: Entrada da Cascata e construção de uma ponte



Fonte: *Jornal Sulbahianews*⁹⁶ (2019).

Na imagem 23, segundo Oliveira (2019), trata-se de uma balsa que o dono da fazenda Cascata, Quincas Neto, havia providenciado para facilitar o tráfego. No entanto, não só a BA 696 carece até o presente momento de rigorosa manutenção, como também as estradas ou vias internas que dão acesso às diferentes propriedades da comunidade.

Essa estrada aí oh... que:: o quê moço ficou tudo na conversa... pessoal pensou que ia vir aqui aí você tá vendo como é que tá... esses dias o o tava uns cara falando aí no rádio escolhambando pra eles melhorar porque aqui existia pessoas que tava ruim E TÁ RUIM MESMO (Wilson, 2020).

Mesmo sendo mais antiga que a BA 290, a BA 696 destaca-se pela falta de vontade política⁹⁷ e displicência do poder público em relação à necessidade de melhoria, pavimentação e oferta de linhas e horários de ônibus para facilitar a mobilidade na região. É preciso ter consciência da historicidade dessa estrada, que permite a comunicação, comércio e contato com os distritos vizinhos.

Por sua vez, Dona Eloisa detalha as dificuldades em transitar pela BA 696 e sobre os lugares por ela interligados.

O Bruno, a Igrejinha e .. e... Taquari agora vai por lá... não vai até Taquari mais não... vai no Bruno... ne um mucado de coisa aqui... eu falei de agora os antigo... Parajú... vai até Parajú... isso aqui é muito histórico histórico... tem um ônibus só.. uma linha só... é é ainda da vez tava assim: dia passava dia não passava agora mas agora não sei... mas isso aqui era pra ser um () a base de umas dez hora e voltava tarde... esse era bom.. mas não só tem agora esse ônibus que passa sete hora oito hora... e aí.. e vem de lá... e aí essas duas hora não tem mais ônibus... ia um de manhã vinha um de manhã e outro vinha às 10h... NÃO vinha um de manhã e outro vinha 5 hora da tarde (Eloisa, 2020).

SUMÁRIO

97

Em 2014, foi noticiado um programa de recuperação da BA 696. No entanto, na prática, ao menos até a comunidade Igrejinha, onde cheguei a ir, não há pavimentação. Disponível em: https://marcelinogalo.com/governo-autoriza-recuperacao-de-rodovia-que-liga-teixeira-de-freitas-a-caravelas/#YN8LB0zQ_IU. Acesso em: 20 jun. 2021.

Nessas condições, a questão da mobilidade se vê prejudicada, já que muitos produtores necessitam das linhas tanto para levar a produção e vendê-la nesses diferentes locais, quanto pela necessidade de muitos trabalhadores da comunidade prestarem serviços fora de Arara. A seguir, uma visão das condições da estrada logo após o entroncamento da entrada:

Figura 24: vista da BA 696



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

Durante os períodos em que há necessidade de maior trânsito de caminhões das empresas de eucalipto, em razão do transporte de madeira, é que a Prefeitura de Teixeira de Freitas costuma realizar ou dispor do serviço de “patrolagem” das vias. Essa ação de caráter paliativo não só se efetiva ligada aos interesses das empresas, como também deixa de ocorrer em largos intervalos, o que prejudica a rotina da população local. Portanto, o que se tem percebido é que a Prefeitura se preocupa mais em atender às necessidades das empresas do que as dos moradores da comunidade. Desde sua formação até os dias atuais, a questão da mobilidade para os moradores de Arara é um desafio, ainda que tenha havido sensível melhora, há muito o que se esperar do Poder Público. Quando questionei ao sr. Wilson sobre a atuação da Prefeitura acerca da manutenção das estradas:

S. E.: ela que mandou abrir a estrada?

Wilson: é FOI!!! não tem o aeroporto? pois é pegou dali... foi com enxadão machado enxada e pá...

Bogleux: não foi a Prefeitura?

Wilson: NA:::DA que Prefeitura? foi feito dali do rumo da Cascata até o o aeroporto de Caravelas num tem o você sabe onde é o aeroporto né? ... pois é foi aqui de onde cê vem por isso que essa estrada é assim cheia de curvas... (comento paralelo) sai em Aparajú... pra cá do aeroporto... pois é ia por aí esse trecho margeando a beira do rio... foi ... foi saí lá... ali óh... não tem Inês ali? ... pois é por lado de baixo da casa de Inês... ali tinha um piqui vinagreiro que era um mundo velho rapaz foi arrancado tinha um piqui que eu me lembro e tinha uma uma ... jandiba madeira que chama jandiba... cria uma saiona aquele mundo véi foi tudo arrancado no enxadão... (risos) aquele lote de homem moço cavou aquilo tudo () que o pau caia aí subia de cima daquele pau com machado... não existia motosserra naquela época cortava no machado cortava aquelas abas toda...tirando aqueles pedaços... pra tirar tombar na alavanca e arrodando para tirar do meio da estrada do local para passagem... no MUQUE... no braço fo::i...

Estradas abertas “no braço” e no “muque” – imagem dos músculos – prefeituras displicentes com as necessidades locais das comunidades, tendência a favorecer interesses de empresas, além de longos períodos sem quaisquer manutenções nas estradas, dentre outros tantos fatores são questões do passado e do presente que ainda formam o cenário de Arara. Fica evidente a ambiguidade quanto ao que seria de responsabilidade do Poder Público municipal e/ou do governo do Estado da Bahia no que se refere à pavimentação e suporte às comunidades locais da região, tais como Arara. De todo modo, a mobilidade é fundamental para o desenvolvimento local, mas depara-se com apatia estatal em relação ao seu papel em garantir cidadania e melhores condições a fim de que os moradores transitem e escoem sua produção sem tantos desgastes por meio da necessária pavimentação das vias que dão acesso e cortam a comunidade.

SUMÁRIO

3.1.4 TRILHA 04 - O COMÉRCIO E TRABALHO NAS FAZENDAS

A história dos moradores mais velhos de Arara, assim como a dos seus primeiros moradores, está alicerçada no trabalho, na atividade produtiva e na insistência em buscar melhores condições de sobrevivência. Assim, escavar as memórias, como ensina o filósofo Walter Benjamin, é buscar os rastros de um modo de viver e ver o mundo, recontar a história a partir de outro olhar, o olhar dos vencidos (Benjamin, 2018). Por isso, Arara e trabalho se tornam palavras quase sinônimas. Vale lembrar que trabalho não se refere somente às atividades braçais, à lida cotidiana na produção dos roçados, das culturas, da criação de animais etc., mas também ao gerenciamento e à organização das ações, das despesas e das necessidades para que nada falte.

Sendo assim, seja na “lida” do campo, seja na gestão das práticas e afazeres, os mais velhos sempre tiveram participação fundamental nas práticas de comércio e no trabalho nas fazendas. Mesmo que os idosos já recebam aposentadoria específica para o trabalhador rural, a vida cotidiana exige que muitas tarefas sejam realizadas e, por esse motivo, torna-se importante rememorar um pouco das tantas lidas que os mais antigos enfrentaram.

Em primeiro lugar, eram produzidas muitas culturas e plantas para a própria subsistência, mas que também propiciavam o comércio nas cidades e distritos vizinhos, principalmente em Alcobaça, Caravelas, Juerana, Taquari etc. Com efeito, cultivava-se café – ao que muitos moradores antigos fossem cafeicultores ou trabalhassem nas plantações de café das fazendas vizinhas à comunidade –, cultivava-se a mandioca, feijão, arroz, dentre outros.

Inclusive, havia a prática de muitos compadres e comadres em dividir parte da produção com os vizinhos, por vezes indo de canoa para levar café e a farinha de mandioca, bem como realizar trocas, permutas e, dessa forma, garantir fartura e abastecimento

SUMÁRIO

para todos(as). Além disso, essas relações de compadrio se estendiam para as questões de trabalho e necessidades maiores como construções, limpeza de terra, aceiros e outras atividades braçais pesadas que exigiam várias pessoas e, por isso:

[...] segundo o que meu pai passava sempre para mim mais meu irmão eu cheguei a observar alguma coisa como os primeiros proprietários faziam quando iam fazer uma roça maior convocava os outros vizinhos e aí faziam aquele ajuntamento e desrobavam em um dia ou dois uns chamava de rela outros chamavam de batalhão e agora de último tem por nome de mutiram, esse movimento era quando o cidadão ia embariar um casa, ou então quando ia fazer uma roça maior ou por outra numa limpeza de roça de café, porque a cultura do café aqui era o café *borbam*, ou então limpeza de postagem (Zeco, diário).

Outro fator importante era a venda ou troca dessa produção nos armazéns de Alcobaca, por exemplo, a fim de conseguir outros produtos essenciais como sabão, querosene, sal etc. Tudo isso dava condições de pagar os impostos e garantir variedade na feira. O trabalho no campo não parava e não para! Assim diz o senhor Zeco:

Para vocês pense bem essa nossa região às margens do rio Mucuri, rio Peruípe, Itanhém, rio *Jucuruçu* do norte do sul Itaitinga tudo são rios que já navegou muitos profissionais canoero levavam a mercadoria de seu fulano e trazia a de cicrano ou quer dizer os canoeros. Existia canoa que cabia 120 sacos de café farinha, cacau e outros derivados dos produtos que os produtores produziam na zona rural (Zeco, diário).

De fato, o trabalho nas roças de café era muito difícil, começava no mês de março e ia até maio ou junho. Devido à lida cotidiana nesses roçados, era preciso lavar a roupa todos os dias, acendendo uma fogueira à noite para secá-las, esticando-as na corda.

Na verdade, ia-se para o trabalho com a roupa cheirando a fumaça por causa das chuvas constantes, o que dificultava ter à disposição roupas sempre limpas e secas. Esses episódios são retratados no relato do sr. Zeco:

SUMÁRIO

Quando eu era garoto com idade de 8 a 10 anos o meu pai era cafeicultor e na época da colheita do café que sempre começava de março abril até maio tinha dia que para a gente ir prestar serviço no outro dia *enxaguava* a roupa no cesto ou então na coivara fazia aquela coivara de fogo no meio da casa espichava uma corda ou digo varal estendia a roupa molhada e no dia a gente usar aquela roupa cheirando a fumaça porque naquele período chovia bastante E hoje está tudo diferente (Zeco, diário).

A seguir tem-se uma imagem representativa do trabalho com o café:

Figura 25: Colheita de café



Fonte: Sítio eletrônico Youtube⁹⁸.

Não obstante, havia uma prática muito comum entre os primeiros moradores da comunidade: o chamado *rela* ou *batalhão*, que, na verdade, corresponde à prática de mutirão. Isso acontecia quando algum proprietário precisava fazer uma roça maior. Daí convocavam-se os vizinhos e formava-se um ajuntamento não só para dar celeridade a alguma roça maior, que o proprietário não daria conta de fazer sozinho, mas também para facilitar ações como “embarrear”

uma casa, fazer limpeza das plantações de café – na época era muito comum a cultura do café Bourbon – além da limpeza de postagem, como outras ações coletivas. A seguir, uma imagem representativa do tipo de café comumente plantado:

Figura 26: Café Bourbon



Fonte: Sítio eletrônico Review Café⁹⁹.

Todo o escoamento dessas produções, quando os proprietários e produtores precisavam comercializar nas regiões vizinhas, a canoagem pelo rio Itanhém, rio Mucuri, rio Peruípe e rio Jucuruçu era muito comum, utilizando-se canoas que suportavam mais de cento e vinte (120) sacas de farinha, café, cacau ou outra produção qualquer, inclusive de derivados. Portanto, os canoeiros eram muito requisitados:

O transporte para a produção que era adquirida na zona rural todas as mercadorias eram transportadas por canoas café farinha feijão milho madeira serrada na serra manual e madeira em toras madeira boieira ou digo madeira leve na barca. As canoas desciam carregadas voltavam carregadas de sal, sabão querosene fumo e tecido remédios (Zeco, diário).

Na verdade, até a construção da estrada que ligava a entrada da Fazenda Cascata até o distrito de Aparaju - atual BA 696, sob a “batuta” de Joaquim Muniz Neto, o Quincas Neto, dono da referida fazenda - todo o transporte da produção da zona rural era realizado por canoas, levando, além das culturas já mencionadas, feijão, milho, madeira serrada - trabalho também manual -, madeira em toras, madeira leve etc.

Assim, levavam esses produtos e traziam outros como sal, sabão, fumo, querosene, remédios e tecidos. Após a abertura dessa via, foi possível o escoamento das produções dos produtores, não só de Arara, mas de grande parte da região, por meio de “burricadas” - uso de muitos burros -, além de cavalos. Essas “tropas” vinham, por exemplo, das serras próximas até a Cachoeira do Cravo - no vale do rio Cricaré, em São Mateus (ES) e de lá iam à cidade por via aquática. Alguns moradores de Arara chegaram a trabalhar fora em outras regiões da Bahia e no norte do Espírito Santo, inclusive, como meeiros. Porém, muitos moradores trabalharam nas fazendas vizinhas à comunidade, como é o caso da Fazenda Cascata:

A Cascata era muito movimentada... viu... eu tinha doze ano de idade... tirava cacau trabalhava lá na Cascata () era uma cidade precisava de vê...ele matava vaca... viu... tirava as ossada ... as costela ele dava os camarada... e a carne ia pra prensa... salgava a carne () e ia pra prensa era enxugada na prensa... era coisa maravilhosa... () trabalha pra ele ... () um mucado de casa já caiu... um mucado ainda tá lá ainda... [as casas dos colonos?] ... sim sim lá tem um um farinha... farinha que era tocada a boi... () tocada a boi e tá lá ATÉ Hoje até hoje cê tem que ir lá... nós saia daqui () pra ir lá pra Cascata... pra trabalhar pra tirar o cacau pra fazer tudo... nós saia de canoa ... pra ir pegar cacau era (Eloisa, 2020).

Conta-se que essa fazenda era muito movimentada pela grande quantidade de colonos e trabalhadores que encontravam, em certos períodos do ano, algum trabalho ou uma renda temporária para incrementar o orçamento doméstico. Nesse contexto, o trabalho na

SUMÁRIO

produção de café, na pecuária e, principalmente, com o cacau sustentou, durante bastante tempo, parte dos moradores e das moradoras de Arara. É sabido que essa fazenda, hoje pertencente ao município de Teixeira de Freitas, tem uma história bastante longa que remonta ao século XIX com a produção de café e, a partir de 1930, com o cacau (Said, 2010). Abaixo, tem-se a imagem da antiga casa sede, bastante representativa de como eram os casarões do século XIX:

Figura 27: Antiga sede da fazenda Cascata



Fonte: Sítio eletrônico Blog Olhar Teixeira¹⁰⁰.

Segundo Said (2010), ainda é possível encontrar algumas outras edificações como as casas dos operários, armazém, a capelinha e as barcaças de cacau e, como mencionado, muitos moradores e moradoras antigos trabalharam nesta fazenda. Urge lembrar que as pessoas começavam a trabalhar muito cedo – por volta dos dez ou doze anos, tanto nos afazeres domésticos quanto nas produções nas fazendas.

100

Disponível em: <http://olharteixeira.blogspot.com/2010/06/fazenda-cascata-patrimonio-historico.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Conta-se que o Quincas Neto era bastante generoso com os “camaradas” que trabalhavam para ele, muitas vezes, servindo costelas bovinas e carne na prensa como “bônus” e fartura do trabalho. Como relembrou Dona Eloisa: “era coisa maravilhosa!”. Mas muitos outros produziam o que podiam em suas propriedades em Arara, como ilustra seu Zeco com a história do trabalho de seu avô:

O meu avô materno era produtor de farinha de mandioca e cafeicultor, ele tinha uma canoa que servia para ele e os vizinhos, tinha o nome de Toda Via, até hoje ainda existe um pedacinho dela. O meu avô fazia farinha, mandava para o armazém em Alcobaça e lá o patrão recebia a farinha, o café o patrão vendia, mandava a mercadoria, sabão, querosene, sal sabão e o meu avô só ia em Alcobaça no final do ano acertar conta e pagar imposto e acertar a missa do Natal e Ano Novo ou então quando tinha reunião de político ou de igreja, no mais vivia fundado na roça (Zeco, diário).

Assim, era preciso pegar uma canoa e atravessar o rio para passar o dia trabalhando com o cacau, por exemplo. A fazenda Cascata é, atualmente, um Patrimônio Artístico Cultural, dado seu valor histórico. Mas é preciso reconhecer que a comunidade Arara também é histórica e que aqueles homens e mulheres que a fundaram e a formaram contribuíram nesse processo testemunhando as práticas de trabalho e comércio daquela época, fazendo parte do trabalho árduo nas plantações e colheitas, bem como lutando pela própria sobrevivência.

3.1.5 TRILHA 05 - UMA ESTÓRIA DO RIO ITANHÉM

Não somente as grandes civilizações desenvolveram-se a partir de grandes rios, mas também não se pode esquecer das inúmeras comunidades ribeirinhas, povoados, arraiais e tantas cidades. A história da comunidade Arara se confunde com o fluxo do rio

Itanhém, ou melhor, foi chegando pelas margens do rio que os primeiros moradores e posseiros puderam encontrar um local para se fixarem e sobreviverem. Segundo informações do sítio eletrônico¹⁰¹ da Superintendência de Educação a Distância da Universidade Federal da Bahia - UFBA, “Itanhém é um topônimo derivado do tupi-guarani que significa bacia de pedras, a padroeira é Nossa Senhora do Itanhém ou Nossa Senhora D’Ajuda do Itanhém, e sua festa ocorre no dia 15 de agosto”. A toponímia da região da mesorregião do Sul e Extremo Sul da Bahia é marcado pela presença do prefixo *ita*, tais como Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itagibá, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Itagimirim, Itamaraju e Itabela, cidades nas quais a paisagem é marcada pela presença geográfica de grandes pedras.

De fato, o *Itá* é “o prefixo que no tupi designa pedra, rocha, são tantas cidades brasileiras que iniciam com a palavra ‘itá’” (Belizário; Souza, 2022, p. 608). No caso de Itanhém, o nome faz alusão ainda às populações indígenas Maxakalis que habitavam a região antes da colonização e ocupação, tendo o nome de Simplício Binas como um dos pioneiros, assim como ainda existe na região vizinha, pertencente ao Estado de Minas Gerais, uma reserva da referida tribo, conforme informações da Prefeitura de Itanhém¹⁰².

Said (2010) comenta que o referido rio foi berço de vários municípios no Extremo Sul baiano, tais como Alcobaça, Medeiros Neto e Itanhém. Isso não é à toa, porque as águas estão entre as nossas fontes primárias de existência, o que me remete ao belíssimo e icônico poema de João Cabral de Melo Neto, “O rio”¹⁰³:

101 Disponível em: <https://sead.ufba.br/itanhem>. Acesso em: 30 jun. 2021.

102 Disponível em: <http://itanhem.ba.gov.br/historia>. Acesso em: 26 mar. 2021.

103 Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/biografias/o-rio-joao-cabral-de-melo-neto>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SUMÁRIO

Sempre pensara em ir
caminho do mar.
Para os bichos e rios
nascer já é caminhar.
Eu não sei o que os rios
têm de homem do mar;
sei que se sente o mesmo
E exigente chamar.
[...]
Deste tudo que me lembro,
Lembro-me bem de que baixava
Entre terras de sêde
que das margens me vigiavam.
Rio menino, eu temia
aquela grande sêde de palha,
grande sêde sem fundo
que águas meninas cobiçava.
Por isso é que ao descer
caminho de pedras eu buscava,
que não leito de areia
com suas bôcas multiplicadas.
Leito de pedra abaixo
rio menino eu saltava.
Saltei até encontrar
as terras fêmeas da Mata.

Aqui está uma imagem clara da relação do homem com suas origens no rio, que ora se personifica e passa a ter uma “vida própria”, saltando à condição de imagem, imprimindo-se na história daqueles que nele navegam e dele dependem para sobreviver, pois nele se descobre e flui.

Sendo assim, para compreender melhor a comunidade, não se pode esquecer o papel do rio como fonte de alimentação por meio da pesca, além da água para beber e cuidar da rotina diária, assim como, durante muito tempo, foi a principal rota de comunicação e trânsito para os municípios próximos, especialmente de Alcobaça a Itanhém. Até hoje, o cultivo na comunidade também depende de suas águas. Conhecido também como rio Alcobaça, muitos portos

SUMÁRIO

funcionavam como pontos de comercialização e escoamento, facilitando as idas e vindas dos trabalhadores em um período em que o rio era uma estrada, como mostra o senhor Zeco¹⁰⁴.

Nas margens do rio Itanhém tinha tanto a direita quando a esquerda tinha os seguintes portos de embarque a partir da prainha, do Guerreiro Palmeiras, porto de Servo, Joana Velha, Serrinha Extrema, depósito Cascata, São José, Fanado, Araras, Serraria, Barquinha, *oiticica*, Estiva Ribeirão, Angelim Canabrava, Boca da Vala, Apaga Fogo, e Alquidáres e Coroa da Onça. Tudo são portos de embarque e desembarque nesse tempo em que a nossa era sem haver movimento de carro a motor (Zeco, diário).

Na verdade, arregimentando os nomes dos portos, tanto os mencionados pelo Sr. Zeco acima, quanto por outros memorialistas de forma esparsa, temos os seguintes: o Guerreiro Palmeiras, Porto do Servo, o Joana Velha, o Porto Serrinha Extrema, o Depósito Cascata, o Porto São José, o Fanado, Araras, Serraria, Barquinha, Oiticica, Estiva Ribeirão, Angelim Canabrava, Boca da Vala, Apaga Fogo, Alquidáres e Coroa da Onça. Todos esses pontos portuários existem a partir da prainha, ponto localizado próximo à saída atual de Teixeira de Freitas pela BR 101 em direção a Itamaraju. Na fotografia a seguir, temos uma visão do rio, abaixo da ladeira na BA 290 e próxima à fazenda Cascata:

104

Conforme mencionado no Capítulo 02, que trata da metodologia e de como as trilhas foram criadas, algumas fontes documentais foram utilizadas para compor a pesquisa, especialmente os diários. Trata-se, na verdade, de um conjunto de cinco cadernos que o senhor Zeco utilizou para escrever e registrar suas lembranças a partir de 2015. Até o período de realização da análise e da constituição do corpus de narrativas, Sr. Zeco me confiou utilizar e publicar dois desses diários, pois os demais foram extraviados. Diante disso, fica patente a importância deste material para a composição das trilhas e da análise da memória social.

SUMÁRIO

Figura 28: Rio Itanhém em Teixeira de Freitas



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2021).

Não é de admirar que o rio tenha se tornado parte da memória afetiva de Arara, pois nele se marcam as trilhas, vivências e experiências de homens e mulheres que dependiam dele para sobreviver. E o rio sofre no tempo do agora! Um dos eventos marcantes de sua história foi a construção da ponte que possibilitou a travessia na BA 290, próxima à fazenda Cascata, facilitando o acesso a Teixeira de Freitas, quando ainda era um povoado chamado Tira Banha, pertencente a São José de Itanhém¹⁰⁵ e, por conseguinte, a Alcobaça:

Mas graças a divina providência, mais a partir do ano de 1952 tudo mudou para melhor. No ano de 1948 ou 1949 Alcobaça teve por sorte de adquirir um prefeito cabra retado que teve a curiosa ideia de construir uma ponte no rio Itanhém o ponto de travessia era na fazenda Cascata, e nesse momento com as informações dos moradores da Cascata e das regiões que se fizesse um

105 Navegar era a primeira opção dos moradores das pequenas comunidades rurais, em sua maioria negra, que habitavam a região. Na década de 1940, a fazenda Cascata ocupava uma posição central, porque ofertava meios para escoamento e abastecimento das fazendas vizinhas como a Nova América, Conceição, Água Limpa, Cascata e a Japira. Disponível em: <https://www.camaratf.ba.gov.br/historia-de-teixeira-de-freitas>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ramal daqui da Cascata que ligaria com a estrada de Eliozipio Cunha, e em cujo momento é esse encontro da Marechal Castelo Branco nesse semáforo da antiga Casa Barbosa (Zeco, diário).

O relato aborda questões interessantes e importantes da história local, como a firma Eleosíbio Cunha, que foi proprietária de rodagens que ligavam distritos da região, tais como Barcelona e Santa Luzia, e se refere às estradas antigas que atualmente estão “localizadas na Avenida Marechal Castelo Branco e rua Princesa Isabel, fazendo sua junção na esquina da Casa Barbosa”, em Teixeira de Freitas, conforme informações do site¹⁰⁶ da Câmara Municipal da referida cidade.

Conforme o mesmo site, a exploração madeireira foi intensa e uma das atividades estimuladoras do desmatamento e da formação do povoado que hoje corresponde a Teixeira de Freitas, mas que, naquela época, se chamava São José de Itanhém e recebeu outros nomes mais tarde. Houve abertura de estradas, criação da ponte sobre o rio Itanhém e outros elementos que viriam a contribuir para a emancipação do povoado que, por sua vez, ocorreu em função da lei estadual nº 4452, de 09 de maio de 1985, alterada pela lei estadual nº 5853, de 20 de junho de 1990, conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE¹⁰⁷.

Com isso, desmembrou-se Alcobaça, o distrito de Cachoeira do Mato que, por sua vez, foi parte da formação de Teixeira de Freitas. Antes da ponte definitiva, a travessia era realizada com a balsa pertencente à fazenda Cascata, como se vê na fotografia:

SUMÁRIO

106 Disponível em: <https://www.camaratf.ba.gov.br/historia-de-teixeira-de-freitas/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

107 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/alcobaca/historico>. Acesso em: 24 mar. 2021.

Figura 29: Balsa sobre rio Itanhém



Fonte: Sítio eletrônico Tirabanha¹⁰⁸.

Tendo quase duzentos e cinquenta quilômetros, esse importante rio da região do extremo sul baiano baiano “nasce com o nome de Córrego Alcobaça no município de Fronteira dos Vales em Minas Gerais. Suas nascentes são vizinhas ao Córrego do Prado (na bacia do Rio Jucuruçu) e também ao Córrego das Águas Quentes (na bacia do Rio Jequitinhonha)” (Sarmiento-Soares; Mazzoni; Martins-Pinheiro, 2010, p. 48). Não é à toa que toda sua extensão serviu para a formação de inúmeros municípios, fazendas e comunidades, dada a abundância de peixes na época e a dinâmica da navegação:

SUMÁRIO

108

Disponível em: <http://www.tirabanha.com.br/2014/01/26/o-rio-itanhem-parte-04/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

Figura 30: Mapa do rio Itanhém



Fonte: Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA¹⁰⁹ (s.d.).

O mapa acima apresenta uma melhor visualização da extensão do rio e da porção, na qual os portos mencionados se localizavam. Na imagem 30, a seta à esquerda aponta para a região na qual o rio nasce, sendo a região de Minas Gerais na aldeia dos Maxakalis, desaguando a leste no oceano Atlântico em Alcobaça (BA), município onde encontra sua foz, chamada Barra do Itanhém ou Mangue, como apontado pela seta à direita na imagem.

A comunidade Arara encontra-se sinalizada pela seta no meio da imagem, como parte do município de Teixeira de Freitas. No entanto, a comunidade também é parte do território do município de Alcobaça, chamada Arara II, embora essa divisão só exista em relação à jurisdição das prefeituras dos referidos municípios. Na prática, trata-se de uma única e mesma comunidade. Seu Zeco registrou suas lembranças desse período de larga extração madeireira na região, dando detalhes do comércio de toras e faz uma análise crítica mostrando o lado negativo da produção de carvão, assim como veremos aspectos da história de Teixeira de Freitas e de outros municípios no decurso dos relatos:

109

Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/ur_extremosul.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.

[Os] desbravadores da região foram esses imigrantes que chegaram aqui dos anos de 1960 em diante com aquele movimento da grande exportação de madeira em tora e madeira serrada. Aí as pessoas que tinha seus pedacinhos de mata se influía na venda de madeira em tora, e depois veio o maldito comércio de carvão que foi o que mais acabou com as florestas do nosso extremo sul (Zeco, diário).

Este contexto extrativista provocou a drástica mudança na paisagem da região, assim como fez aumentar o desenvolvimento pecuário, comercial e populacional do município, ora emancipado somente em 1985 pela Lei Estadual nº 4.452¹¹⁰. Senhor Zeco dá uma visão das transformações da paisagem e dos tipos de produção que foram se desenvolvendo na região que hoje corresponde a Teixeira de Freitas, especialmente das nascentes que ainda existiam na região, mostrando, inclusive, os efeitos negativos do plantio de eucalipto:

O córrego do Miranda nasce dessa lagoa que tem *ha* na parte oeste do aeroporto de Teixeira de Freitas. E a passagem do Ozório é dessa lagoa que tem aí perto *de* onde tinha depois do depósito da firma na estrada de chão que vai pra Caravelas aí na fazenda Cascata aí e a nascente da passagem do Ozório [...] Aí nessa nascente que tem aí no antigo depósito são duas nascentes um corre para o município de Alcobaça e a outra que é afluente do ribeirão Fazenda. Tudo isso por consequência do plantio do eucalipto. Eu Derly Felix da Silva da comunidade de Araras conheço ribeirão Fazenda desde a fazenda Santa Cruz a nascente. A fazenda Santa Cruz foi fazenda começada por escravos fica ao sul de Juerana eu ainda vi o sobrado em pé fiz refeição nesse sobrado, ali era a travessia da linha telegráfica os servidores *Izidorio* Bonfim e o senhor Joaquim Inácio¹¹¹ (Zeco, diário).

SUMÁRIO

- 110 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/teixeira-de-freitas/historico>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- 111 Precisei retomar esse trecho do relato do Sr. Zeco adiante, em função da discussão do contexto histórico da região, a ligação com as fazendas antigas e os resquícios do sistema colonial. É certo que as informações sobre a origem escravocrata da fazenda foram obtidas pelo memorialista em suas vivências na região e contato com moradores dos vários distritos, como Juerana, desde a infância.

Essa questão das nascentes também é um problema na própria comunidade Arara, já que ainda existem algumas ainda “vivas”, embora com menor volume se comparado com outros momentos. A preocupação em manter essas nascentes tem sido algo constante, principalmente para o sr. Zuza, que ainda trabalha no campo e conversa com outros moradores sobre a importância de mantê-las. As preocupações de seu Zeco, como de outros moradores que ressoam em seus relatos e registros, não são à toa, uma vez que “no rio Itanhém, entre Medeiros Neto-BA e Teixeira de Freitas-BA, a deterioração de suas águas vem ocorrendo devido ao desmatamento em suas margens, para produção de eucalipto e pastagens, e ao despejo de esgotos domésticos, industriais e agrícolas provenientes destes municípios” (Rocha, 2020, p. 12). Grande parte dessa problemática também se deve à falta de política e gestão públicas articuladas ao enfrentamento da deterioração e secagem contínua do rio Itanhém, além de gestão ambiental eficiente pela importância socioeconômica da região, já que “como o rio Itanhém, uma bacia hidrográfica é um só corpo natural: vegetação, água, animais, fatores bióticos e abióticos interagindo com a sociedade nas mais diversas formas” (Souza; Santos, 2020, p. 02).

Os referidos autores ainda definem que essas bacias “são unidades básicas para o desenvolvimento de programas de gestão de recursos hídricos, corpos que dependem de atenção racional, democrática e participativa no gerenciamento das águas” (Souza; Santos, 2020, p. 02). Mas nem todas as pessoas, tanto as que moram em Arara como as que moram nos municípios que se servem do rio Itanhém, têm a visão crítica de sr. Zeco e Zuza em relação aos recursos hídricos e, de forma geral, precisamos levar em conta que “o sentimento popular de abundância da oferta da água pode gerar confiança a ponto de os usuários se tornarem desatentos com as ações de preservação, pois eles têm a sensação de abundância” (Souza; Santos, 2020, p. 08) e tal sensação se deve à “quantidade e qualidade de água suficientes para atender às suas atividades cotidianas, por

SUMÁRIO

todo o tempo (Souza; Santos, 2020, p. 08). Por conseguinte, há um descompasso entre o que é sentido e a realidade material desses recursos hídricos na região como um todo.

Contudo, diferente deste contexto geral, os(as) memorialistas tem demonstrado suas inquietações e isso começa, inclusive, a ocupar a cena pública, como já têm alertado os meios de comunicação jornalísticos locais:

Figura 31: O rio Itanhém está morrendo

Alerta: "O Rio Itanhém está morrendo e os órgãos não fazem nada" diz ribeirinho

Publicado: 13 Fevereiro 2017

[Curtir 0](#) [Compartilhar](#)



Fonte: *Liberdade News* (2017)¹¹².

Os versos “rio menino, eu temi / aquela grande sede de palha / grande sede sem fundo”, de João Cabral de Melo Neto no poema que abre essa trilha, materializam o temor dos moradores de que o rio seque. Na manchete aludida na Figura 31, apresenta-se o quadro considerado assustador e a inoperância do Poder Público e dos municípios no que se refere à articulação de ações conjuntas para sanar o problema. No entanto, as consequências e os efeitos confirmam o

quadro da reportagem, como ratificam Souza e Santos (2020), apesar da sensação de abundância em anos recentes, “como consequências de desequilíbrios ambientais na Mata Atlântica, a bacia do rio Itanhém, tanto em Minas Gerais, quanto na Bahia, enfrentou uma grave seca fazendo com que municípios sofressem grandes perdas econômicas” (Souza; Santos, 2020, p. 08).

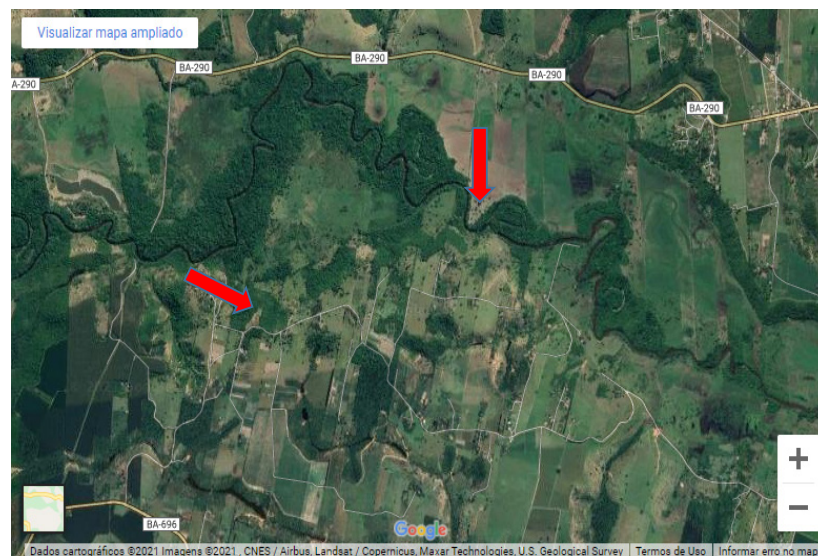
Para os autores supracitados, tais perdas se apresentam “com prejuízos com a falta d’água para as populações, impactando o abastecimento, a agricultura, a pecuária, além do prejuízo para a flora e fauna ¹³endêmica da região” (Souza; Santos, 2020, p. 08). Na imagem a seguir, temos a visão por satélite da região que abrange a comunidade Arara e um trecho do rio Itanhém, que se encontra ao centro da imagem, com a nítida presença de mata nativa às margens. A seta na diagonal à esquerda da imagem aponta para a localização da Igreja Católica, a Escola Municipal Arara e a sede da Associação de Moradores, além do campo de futebol. A seta à direita na imagem aponta para a parte chamada Arara II, pertencente à Alcobaça. Vê-se, ainda, o trecho da BA 290 que liga Teixeira de Freitas à Alcobaça, assim como fica evidente a presença da mata nativa apenas nas proximidades às margens do rio:

SUMÁRIO

113

As trilhas adiante mostram as intensas mudanças ao longo dos anos no que concerne à diminuição das caças, das diferentes espécies nativas e de outros recursos que eram a base da alimentação da comunidade como um todo.

Figura 32: Trecho do rio Itanhém em Arara



Fonte: *Sítio eletrônico mapasamerica.dices.net*¹¹⁴ (adaptado).

Retomando a história do rio, os(as) memorialistas recontam que, antigamente, a travessia por canoa também não era tarefa fácil, devido aos muitos obstáculos, como varas de bambu, pedaços de troncos e árvores caídas que dificultavam o trabalho de remar. É o sr. Zuza quem detalha essa dinâmica, ao lembrar-se de que não era um bom canoieiro, mas tinha o conhecimento básico para se movimentar no rio. No entanto, existiam bons canoieiros e esses trabalhadores foram fundamentais para o trânsito comercial, além de facilitar as idas e vindas dos moradores em geral:

No tempo da enchente... nós usava também pescar com o rio cheio... levava o dia todo na beira rio... tinha dia que a gente ficava o dia... de noite já ia morgar a rede de espera... a gente ia pra lá pegava uma rede na canoa de malha... botava dentro d'água... aí saía dois... um na

114

Disponível em: <https://mapasamerica.dices.net/brasil/portugues/mapa.php?nome=Rio-Itanhem&id=19658>. Acesso em: 22 jan. 2021.

proa e outro na popa... é empurrando... aí quando chegava na hora de trevessar o cara da proa tinha que ter traquejo para botar a vara assim oh que era pra canoa... queBRAR... e e trevessar e tinha que ser liGEIro... por que se não a correnteza tombava a canoa... eh que nós sofria um bocano naquele trem... e quando a gente fechava um lance... a gente vinha bonito... eu nunca fui bom de remo não... mas sabia remar porque... eu remava porque daqui pra Alcobaça mesmo... daqui...pra Alcobaça eu remava eu remava saia daqui até Alcobaça remando... e vinha de Alcobaça aqui.. remando... (Zuza, 2020).

Na sequência, temos uma vista do rio Itanhém e a riqueza da mata ciliar que o margeia. Esta fotografia foi realizada em uma das visitas feitas à família Conceição Silva na casa de Dona Pedrina e sr. Eusébio:

Figura 33: O rio visto de Arara



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

Durante muito tempo, a rotina caseira foi totalmente dependente do rio. Era necessário que as pessoas descessem as encostas íngremes às margens do rio, os chamados barrancos, em busca de água para consumo geral e para os demais afazeres domésticos. DonaGraci se recorda muito bem da rotina dura das idas e vindas até

o rio para a realização de todas as tarefas domésticas e conta o fato de que água encanada é relativamente recente:

E:::ra pesado era agente lá já agora GRAças a deus que a gente tem água aqui dentro de casa mas a água era carregada na cabeça... ou no animal levar a roupa no rio.. Não era?... e:::ra lá lá embaixo lá oh... era agora a roupa no rio nós tudo aqui nós desde pequena a gente de certo tempo pra cá tem a base de uns dez anos era de um dez anos que a gente começou água dentro de casa (Graci, 2020).

Além disso, era comum lavar as louças, panelas e roupas na beira do rio. Por tal razão, as lembranças e imagens dele são parte da memória dos mais velhos, que todos os dias se serviram de suas águas. Apesar da dureza, pois era preciso percorrer quase dois quilômetros todos os dias para ter acesso à água, Dona Graci relembra com alegria esses momentos:

Uns oito ano pra cá que a gente tem água aqui dentro de casa... a gente pegava água aqui embaixo aqui oh... a gente pegava água aqui embaixo na cabeça.. pegava no animal... E:::Ra no rio... lavava roupa no rio.. lavava roupa ne saia daqui pra lavar roupa lá dentro do Ribeiro lá dentro la onde é de Elson agora... né? a ente já como é já teve muita negocia tinha que lavar roupa aqui embaixo também ... pegava agua na cabeça... era assim... tudo feliz... tudo feliz GRAças a Deus é até hoje (Graci, 2020).

O rio, em todo caso, guarda lembranças boas e más. Muitos casais tiveram que percorrer o rio de canoa até a igreja matriz São Bernardo, em Alcobaça, para realização do casamento religioso, assim como para a realização do casamento civil no cartório da cidade. Dona Eloisa contou como foi seu casamento e o percurso realizado, parte a pé e parte de canoa, até Alcobaça, em um período no qual a liberdade era rigidamente controlada para encontros amorosos e os casamentos ocorriam muito cedo, principalmente para as mulheres, em função das hierarquizações de gênero:

“NÃO NAMOROU? tem que casar” aí fomo pra Alcobaça fazer esse casamento... TOCOU pra lá fomo de a pé SAIMO DAQUI... DAQUI OH... Daqui embaixo na beira do rio aqui que a casa de meus pai era LÁ... ATÉ:: atrevessemo esse rio de madrugada... e fomo andando cheguei em Alcobaça () de cinza... doze légua andando na perna.. quando eu cheguei lá cheguei arrasto... no é eu cheguei saimo daqui num dia quin::ze... foi no dia catorze no dia quin::ze o casamento foi no dia dezesseis.. foi ne Alcobaça (Eloisa, 2020).

O rio não foi capaz de dissolver a rigidez patriarcal que comumente formou o imaginário social no meio rural, em função de visões essencialistas e tradicionalistas, fortemente arraigadas no senso comum e na religiosidade, que operam sobre os corpos das mulheres e escamoteiam as divisões sociais de gênero no campo (Gontijo, 2016), levando as pré-adolescentes às uniões matrimoniais ainda muito cedo, como foi o caso de Dona Eloisa. Tais estruturas sociais marcam fortemente o processo de subjetivação e a constituição das visões de mundo atreladas às especificidades do campesinato. Além dessas questões, os memorialistas contam que alguns moradores morreram afogados no rio, como foi o caso do avô de Zeco e Zuza, ocorrido tristemente devido à tentativa do avô de Zeco de salvar um amigo. Assim, o rio guarda lembranças amorosas, de trabalho e de luto também:

Pois é, o senhor Eliozípio Cunha foi patrão do meu pai. No dia em que meu pai chegou no Espírito Santo, foi o dia que meu avô materno morreu afogado no rio Itanhém, dezembro de 24, quando foi em 28 ele casou-se com minha mãe, que era filha do meu avô. Em 28 ele comprou essa posse de terra para minha mãe, em 28 papai casa com minha mãe e veio morar aqui até o dia que Deus quis (Zeco, 2020).

Interessante notar que o pai de Zeco trabalhou na firma madeireira que dominou a extração no então nascente povoado de Teixeira de Freitas, mas que atuava também no norte do Espírito

Santo. Atualmente, embora a pesca não seja uma das principais fontes de renda ou de alimentação dos moradores de Arara, nas primeiras décadas, muitos recorreram à pesca para subsistência. Era possível encontrar diversas espécies como o cascudo, robalo, bagre, piau, traíra e outros. Os mais velhos precisaram aprender técnicas não só de pesca, mas de remo e armadilhas para captura de cardumes.

De fato, como sr. Zuza me contou: “aí então o ... é assim... eu... já.. passei por muitas coisas... mas o que eu mais gostava de fazer era pescar... agora caçar eu nunca fui eu fazia mundéu fazia laço pra pegar o bicho” (Zuza, 2020). Esse trabalho braçal e artesanal geralmente era realizado em pequenos grupos, embora muitos chegassem a pescar sozinhos(as), dominando a canoa e utilizando arpão ou mundéus. Seu Zuza explicou como funcionavam essas armadilhas, assim como a destreza necessária para conseguir as caças. Era um período de fartura no rio, que garantia alimentação e subsistência:

Tinha o mundéu a arataca... tem o mundéu de rabo de duas cabeça tudo isso eu sabia fazer ... e tem o laço... tinha o aí a gente fazia... mas eu não gostava muito de caçar não... agora pescar eu gostava pesquei muito... cansei de chegar aqui de tardinha cansado... passava a mão na pindaíba e ia lá pra beira do rio e chegava aqui nove dez onze hora da noite... pescando... tinha dia que... pescava de dia pescava de anzol pescava de rede... tinha dia que nós ia de rede de noite... a gente descobriu um lugar que os peixe tava fluindo a gente ia de noite de rede... fazia uma pescaria boa... de facho... [...] cê vai alumiando aí... eu mesmo nunca prestei pra matar mas servia pra acompanhar os outros agora pra dizer que eu era bom no facão... mas aqui de uma ferrada marcava e pá... aí eu só ia jogando dentro do balaio... quando chegava cá chegava carregado... (risos) (Zuza, 2020).

A lembrança dos balaio carregados de peixe expressa a satisfação e o sentimento de segurança que o rio proporcionava, ou seja, recursos que pareciam nunca acabar. Porém, como vimos anteriormente, este sentimento popular tem se transformado em função

SUMÁRIO

da deterioração do rio. No caso dos mundéus, estes¹¹⁵ consistiam em uma armadilha de caça que podia ter um cercado fixo de redes para pescar, conforme a explicação do sr. Zuza acima. Além da pescaria, era possível também caçar nas margens do rio ou nas trilhas abertas pelos próprios animais. Os homens mais experientes conseguiam localizar essas pistas deixadas pelas caças. Na imagem representativa a seguir, temos um exemplo de mundéu terrestre:

Figura 34: Exemplo de mundéu terrestre



Fonte: Sítio eletrônico Youtube.com¹¹⁶ (adaptado).

Sabe-se que esse tipo de armadilha é de origem indígena, pois os mundéus serviam para atrair pequenas caças, seja em terra ou na pescaria fluvial – isto é, para subsistência – de forma que alguma isca é colocada próxima ao mundéu e, caso o animal se atraia e coloque o pescoço ou a pata, a armadilha funciona prendendo-o. Em todo caso, o processo de caça e pescaria exigia força, destreza e experiência para que pudesse render bons “frutos”.

115 Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mundeus/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

116 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=38CNOQY_LYw. Acesso em: 25 jan. 2021.

Essas margens reais e mnemônicas conduzem à discussão de relações muito interessantes, como é o caso das origens e lugares que foram se formando ao longo do Itanhém. A imagem do rio como berço da comunidade de Arara se articula muito bem com os diferentes movimentos de povoamento ao longo de seu fluxo. Exploreemos as lembranças evocadas por Zeco, que registra elementos e acontecimentos marcantes, tecendo um quase diálogo com seus possíveis leitores:

Sim vamos as margens do rio Itanhém como já foi citado alguns nomes de propriedades que foram remanescentes de escravos. A começar da cidade de Alcobaça rio acima as maiorias das fazendas nas margens do rio Itanhém quase todas foram funcionadas através de escravatura, logo próximo tem fazenda Palhas, mais adiante Ponta do Lago, Apaga Fogo, Pombal, São dos Meninos, Cascata, fazenda *Poço* e outras que eu não me recordo os nomes. A primeira vez que eu fui conhecer cidade foi quando estava quase para terminar a segunda grande Guerra Mundial mês setembro nesse tempo o transporte ou lombo de burro ou canoa nós saímos daqui da comunidade assim que nem hoje fomos chegar amanhã em Alcobaça e numa canoa de uma vaga levava café farinha e 5 pessoas 2 garotos e 3 adultos. Meu pai um senhor por nome de Efraim e uma irmã de minha mãe eu e o meu irmão. Era esse o transporte para a cidade de Alcobaça. Para Caravelas a mesma forma lombo de burro, carro de boi até o porto do Cupido, ou o porto do Chiquinho, ou então as pessoas vinha a cavalo para Juerana para daí pegar o trem de ferro ou para Caravelas, Nanuque em diante, para as pessoas irem ao Rio, Salvador, Vitória era por água ou então tinham pegar o trem de ferro ir para Minas até a Central do Brasil (Zeco, diário).

Segundo Fábio Said (2010), o Arraial de Itanhém surge por volta de 1747 por colonos de Caravelas e a região pertencia às glebas administradas pelos jesuítas e, neste contexto, as terras eram originalmente habitadas por populações indígenas Maxakalis e Pataxós.

SUMÁRIO

Um elemento fundamental neste relato é a capacidade de seu Zeco de situar a história pessoal ou das comunidades que conhece em um contexto histórico maior.

No caso, o relato de Zeco enumera as várias fazendas que ainda existiam na região, o trânsito comercial e a articulação dos moradores para o uso do rio, dos animais e sobre a ferrovia Bahia-Minas que funcionou até a década de 60, ligando Caravelas (BA) até Arassuaí (MG). O rio Itanhém possui afluentes, a exemplo do rio Água Fria e, na imagem a seguir, tem-se um dos registros mais antigos, mas com a data improvável de meados do século XX.

Menciono especificamente este afluente em função de seu aparecimento nos relatos de alguns dos moradores de Arara e, ao mesmo tempo, a existência de registros como este:

Figura 35: O rio Água Fria



Fonte: Sítio eletrônico IBGE¹⁷.



O rio Itanhém e seus afluentes foram fundamentais para a formação dos povoados e, mais tarde, para o desenvolvimento desses povoados e suas transformações em municípios, conforme relatado pelo Sr. Zeco sobre a construção de uma das rodovias que ligava essas localidades:

Ela foi sempre margiando a divisa das águas até chegar em Barcelona e com isso ligou ao povoado de Água Fria hoje com o nome de Medeiros Neto - Bahia. Esse povoado que hoje tem o nome de Teixeira de Freitas no começo tinha o apelido Entroncamento depois pelo nome de Tira Banha e mais tarde pelo nome atual de Teixeira de Freitas (Zeco, diário).

Interessante fazer uma breve digressão para mostrar tanto a relação do desenvolvimento do município de Teixeira de Freitas, que também foi influenciado pela história, trânsito e recursos do rio, como também atentar-se para essa história a partir dos testemunhos e da memória dos moradores de Arara. Este é o caso de seu Zeco, que traz em suas recordações o árduo trabalho na abertura das ligações entre os povoados e distritos, como encabeçado, ao menos em parte, pela firma Eleosíbio Cunha, conforme descreve no trecho a seguir:

Colocou um grupo de pessoas para fazer a limpeza do rio Peruípe para o transporte da madeira em forma de *barca* o limpador do rio empreiteiro da mão de obra chamava-se Francisco Conceição era uma turma na limpeza do rio e a outra arrancando pau pela cepa com picareta enxadão e o trator afastando as madeiras para o lado e outro e veio caminhando o do município de Caravelas até sair aqui aonde tem esse semáforo na avenida Marechal Castelo Branco [...] (Zeco, diário).

O rio “guarda” lembranças dos resquícios dos modos de produção colonial escravista, uma vez que muitas das fazendas da região do Extremo Sul baiano e, na presente trilha, de Alcobaça, mantinham-se com esse sistema (Said, 2010). Nesta construção da memória social, não podemos perder este horizonte de vista, não

SUMÁRIO

somente em relação à comunidade Arara, mas também no contexto do território maior, isto é, naquilo que abrange a formação dos municípios a partir do rio Itanhém¹¹⁸.

A chegada de firmas madeireiras, a abertura de estradas, a compra de propriedades por parte de famílias mais abastadas - tal como ocorreu com a fazenda Nova América -, a chegada de moradores vindos de outros estados, o próprio movimento a partir do rio Itanhém, a construção da ponte na atual BA 290 e outros fatores que, a partir da década de 60, influenciaram o desenvolvimento do povoado que, mais tarde, se tornaria Teixeira de Freitas. Corroborando com isso, conforme exposto no sítio eletrônico¹¹⁹ da Prefeitura do referido município, a saber: “nesta década a chegada das indústrias madeireiras, agropecuária e de moradores de outros estados, fizeram a pequena comunidade formada por negros e madeireiros, explodir em um fenomenal crescimento”. Ou seja, esse duro trabalho braçal de abertura de estradas e demais ações certamente foi realizado por negros, pardos ou mestiços:

Com o aumento do trânsito dos madeireiros, mudaram-se para o lugar, chamado na época de Mandiocal, os negros Francisco Silva e Manoel de Etelvina - este abriria um boteco, tornando - se o comerciante pioneiro. Assim, iniciava - se o “comércio”, mais tarde denominado de “Comércio dos Pretos”¹²⁰.

Um cenário de formação que se mostra tão complexo e múltiplo - e que se constitui em um leque de fatores de diferentes ordens - torna difícil atribuir uma identidade homogênea - se é que isso é possível - ou, melhor dizendo, uma identificação mais marcada a

118 Tal posição que adoto se dá em consonância com o que Kabengele Munanga postula, a saber, que “ao separar raça e classe numa sociedade capitalista, comete-se um erro metodológico que dificulta a sua análise e os condena ao beco sem saída de uma explicação puramente economicista” (Munanga, 2019, p. 16).

119 Disponível em: <https://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br/historia/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

120 Disponível em: <https://www.camaratf.ba.gov.br/historia-de-teixeira-de-freitas/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SUMÁRIO

partir de determinados fatores culturais, religiosos, étnicos e sociopolíticos. Tal cenário se confronta com alguns postulados de Kabengele Munanga, quais sejam:

O essencial para cada povo é reencontrar o fio condutor que o liga a seu passado ancestral o mais longínquo possível. A consciência histórica, pelo sentimento de coesão que ela cria, constitui uma relação de segurança a mais certa e a mais sólida para o povo. É a razão pela qual cada povo faz esforço para conhecer sua verdadeira história e transmiti-la às futuras gerações. Também é a razão pela qual o afastamento e a destruição da consciência histórica eram uma das estratégias utilizadas pela escravidão e pela colonização para destruir a memória coletiva dos escravizados e colonizados (Munanga, 2019, p. 09).

O que pretendo apontar é que, no que se refere à história local do território Extremo sul baiano como um todo, torna-se difícil encontrar um fio condutor único, assim como se mostra a complexidade do desenvolvimento de uma consciência histórica que promova coesão a partir de referências identitárias atreladas, principalmente, à superação da racialização. Em outros termos, faltam os mitos de origem e demais tradições culturais que se impregnam em uma memória afetiva, religiosa, cultural que faça lembrar a ancestralidade negra ou indígena como um todo. Conseqüentemente, o próprio Munanga (2019) esboça que:

Nas bases populares negras sem vínculos com as comunidades religiosas de matriz africana, a consciência histórica e, conseqüentemente, a identidade se diluam nas questões de sobrevivência que toma o passo sobre o resto e pode desembocar num outro tipo de identidade: a da consciência do oprimido economicamente e discriminado racialmente (Munanga, 2019, p. 10).

Quando penso nessa paisagem teórica específica e relativamente à comunidade Arara, encontro ambigüidades e algumas indeterminações no momento em que circunscrevo a construção dessa memória e da sua análise pelo que se expressa no enredo

SUMÁRIO

narrativo, nos limites de sua configuração (Ricoeur, 2014). Tomemos o relato de seu Zeco:

Como surgiu o desenvolvimento na nossa região segundo alguns dados que o meu pai contava. Essa margem do rio Itanhém foi começada através de escravatura e o município de Caravelas também, porque todos esses municípios tinham essas famílias que tinham muito dinheiro, aí compravam aquelas patente de coronel, capitão general e aí ficava só em cima, só mandando. Só empurrando os outros com a barriga. O meu pai contava que a senhora Lídia, que era tia de Amário Silva, José Amário e irmãos contavam que esse rio Itanhém só era navegável até Coroa da Onça dali para diante tinha muito entulho e existia uma grande aldeia indígena que amedrontava o povo, então um senhor de nome Coronel Higino colocou um grupo de pessoas armados, atirando para espantar índios e conseguiu chegar aqui na primeira cachoeira, na Prainha, na fazenda Nova América (Zeco, diário).

Essas lembranças compartilhadas pelo pai de Zeco, Sr. Deraldo, são muito interessantes. Primeiramente, elas remetem à ideia de herança narrativa, ligada à figura do narrador como aquele que dispõe de um acervo – ora construído pela experiência do sedentarismo, ora pelas viagens – a ser transmitido para a geração seguinte, conforme postula Walter Benjamin em seu ensaio sobre *O Narrador* (Benjamin, 2014). Em segundo lugar, as histórias apresentam personagens que encarnaram o sistema escravocrata ou resquícios das práticas desse sistema: grupos armados próprios; domínio sobre a localidade a partir do poder atribuído por posições políticas ou militares; o domínio de um número reduzido de famílias abastadas de origem branca, principalmente portuguesa, açoriana, etc.; a expulsão das populações indígenas, dentre outros.

No relato a seguir, o senhor Zeco descreve o quadro próprio dos conflitos econômicos entre os ricos da região nas décadas iniciais do século XX:

SUMÁRIO

O Coronel Higino fez esse esforço mais visando o futuro, que era a exploração de madeira preciosa tais como peroba e jacarandá, pau brasil, louro mutamba e outras qualidades que tivesse na indústria. Depois veio o Coronel João Bernardino de Medeiros, também com o mesmo pensamento, que a área do senhor João Bernardino era tão imensa que o senhor João Palmeira, Benedito Cabeça e mais uma outra pessoa levaram posse de terra nessa área do senhor João Bernardino. O senhor João Bernardino não tinha grande porção de terra demarcada, mas comandava uma grande distância, ninguém tocava, que era terra do coronel. O mesmo aconteceu com a Fazenda Cascata, que o senhor Joaquim 1º mediu e assegurou ao Estado 45 alqueirão, quando o senhor Joaquim 3º tomou posse da fazenda, pegou um balizeiro, mandou medir mais 50 alqueires e assim é a história da nossa região, o mais forte engolindo o mais fraco, o senhor Joaquim 3º veio residir na fazenda Cascata, foi no ano de 1.920, no mês de março, no dia que ele saiu da fazenda Arquivo não chegou na Cascata, dormiu na Fazenda Serraria, que era do pai dele, no outro dia foi que ele atravessou para a Cascata, no mês de março de 1920 veio conduzindo um gado, ele um senhor de nome de Hermínio Portela, um outro de nome Zifirino e o meu pai, que era o guia do gado. Ele só abandonou Cascata quando morreu. Mas os ossos dele veio do rio e está na igreja de São José, na fazenda Cascata. O senhor Joaquim 3º era produtor de café, farinha de mandioca, feijão, milho, cacau, gado e madeira serrada braçal. O transporte da madeira serrada era por canoa, já tinha os canoeiros certos, que eram só para aquele fim, levava madeira, café, cacau e, às vezes, vinham com açúcar, sal, tecidos, remédios, ferramentas, querosene e sal. Quando ele veio a perder o fôlego de vida, deixou dez fazendas com a matriz que é a Cascata, tudo adquirido de março de 1920 para cá (Zeco, diário – grifos meus).

Chama a atenção para as nossas reflexões, inicialmente, a expressão “o mais forte foi engolindo o mais fraco”, uma metáfora construída por seu Zeco para expressar de maneira dialética e poderosa os meandros das disputas de poder. O extrativismo da madeira

SUMÁRIO

nativa, um negócio que prosperou no início do século, foi um dos grandes fatores responsáveis pelo desenvolvimento de povoados da região, como já relatado. O *forte engolindo o fraco* faz jus à imagem selvagem que ainda ancora o modo de produção capitalista no Sul global (Santos, 2002).

Convém lembrar o papel central dos canoieiros experientes, que dominavam a cena do rio e tinham um papel privilegiado em relação aos ribeirinhos e camponeses da região. Na visão do Sr. Zeco, os conflitos fundiários se deram, na verdade, entre os ricos fazendeiros e os “homens de posse”, um fato que contrasta com o “povoamento” supostamente pacífico e a articulação que os moradores de Arara, por exemplo, foram desenvolvendo ao longo da formação da comunidade. Considerando que o narrador era muito jovem à época narrada, provavelmente não deu conta de perceber as possíveis contrariedades e conflitos internos relativamente às posses, disputas por terras e dissensões entre os moradores da comunidade, já que grande parte das terras foi regularizada nos finais do século XX.

Se abri essa trilha com *O Rio* de João Cabral de Melo Neto, encerro-a com a belíssima imagem de *O Rio*¹²¹ de Olavo Bilac, para que as reflexões sobre o Itanhém sejam uma constante não só para Arara, mas para todos da região:

Da mata no seio umbroso,
No verde seio da serra,
Nasce o rio generoso,
Que é a providência da terra.

Nasce humilde; e, pequenino,
Foge ao sol abrasador;
É um fio d’água, tão fino,
Que desliza sem rumor.
[...]
Mas na triunfal majestade

121

Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/4917/o-rio>. Acesso em: 22 mar. 2021.

Ferreira Gullar em seu “Poema Sujo” para ser cantada junto à peça instrumental. Como metáfora, fantasma ou lembrança, a imagem de um trem de ferro talvez não seja tão comum para os moradores das gerações mais novas de Arara e mesmo para a maioria dos habitantes de Teixeira de Freitas em geral. No entanto, essa imagem não se perdeu da memória de muitos velhos residentes em Arara, assim como dos moradores de municípios como Caravelas e seus distritos, que viveram essa experiência. Portanto, destaco o interessante documentário que constrói a história e a memória da ferrovia Bahia-Minas:

Figura 36: Documentário “De uma ponta à outra”



Fonte: Athylla Borborema (2020)²³.

Divulgado em 2020 e produzido por Athylla Borborema, jornalista morador de Caravelas, o documentário é construído a partir do ponto de vista dos moradores desta cidade, dos filhos de ferroviários que trabalharam naquela linha e de outras testemunhas. No entanto, a substância social da presente trilha - que se desenvolve sobre os trilhos desta antiga ferrovia que marcou a história e o desenvolvimento da região - advém principalmente da lembrança dos mais velhos de Arara e de informações representativas, com o objetivo de enriquecer o discurso narrativo que tecemos, o qual, em muitos

aspectos, se articula com o conteúdo do longa-metragem que reavivou¹²⁴ a memória dessa linha ferroviária.

Assim, o trem Bahia-Minas será o “trenzinho do caipira” que ainda permanece iluminando as lembranças de viagens de trem de ferro, muito vivas na memória e na rememoração de muitos moradores mais antigos da comunidade. Onde estão os elos que ligam os mais velhos ao trem? A antiga linha chamada Bahia-Minas, que funcionou até 1966, ligava pontos e estações em municípios e distritos do Extremo Sul baiano até Arassuaí, no sertão de Minas Gerais. Começemos por um trecho das minhas conversas com os irmãos Zuza e Zeco e o compadre Wilson:

Zuza: no NOSSO tempo... o nosso trabalho era todo braçal não tinha maquinário não tinha nada... ah ninguém... nós ouvia falar em trator porque os americanos vieram aí pra fazer () pra fazer a guarda nacional... nós ouvi falar em trator mas nem sabia que bicho era (risos) né alguns de nós já conhecia o trem de ferro... que de Juerana isso aí nós conhecia... passava em Juerana nós via... A PRIMEIRA VEZ que eu vi trem de ferro quase entro debaixo entre das pernas do cavalo (risos) de medo de ME::do o bicho é buzinou fez (imitou o som da buzina) ah eu arranquei... larguei pra baixo da barriga do cavalo o bicho fez assim pro outro lado ai papai comentou () “num é meu filho num é nada não é o TREM” Aí que eu fui saber que coisa era trem de ferro é:::

Wilson: o transporte...

Zuza: é::: o transporte... então assim... tudo era braçal

124

Conforme as informações dispostas no canal do *Youtube* do criador do longa: “DE UMA PONTA À OUTRA” é uma produção de longa-metragem em um filme documentário sobre a memória da Ferrovia Bahia-Minas que por 85 anos fez parte da história de baianos e mineiros entre 1881 e 1966, com os seus trilhos a partir do Km-0 do porto de Ponta de Areia, no município de Caravelas, na costa das baleias no extremo sul da Bahia, até o fim da linha férrea no Km-578, na cidade de Araçuaí, no médio vale Jequitinhonha em Minas Gerais. A viagem memorial que você fará agora durante 03h40 minutos lhe embarcará de volta na Maria Fumaça Pochixá sobre trilhos, pontes, montanhas e túneis da Estrada de Ferro Bahia/Minas por 578 quilômetros entre o mar baiano em Ponta de Areia ao sertão mineiro em Araçuaí. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QJCHC3bRqE>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SUMÁRIO

Wilson: aqui pra nós aqui... eu lembro eu conheci trator foi... eles aqui que trouxe um trato dum japonês que veio arar uma terra deles aqui... A PRIMEIRA vez que eu vi na época... daí começou o desenvolvimento do do Arar que () quando os japoneses chegou aqui pra plantar coco

Zuza: os japoneses vieram mesmo... colonizar em Taquari que lá em Juerana pra plantar coco abóbora e melancia... depois veio a melancia...

Zeco: antes disso veio uma comitiva... lá do Espírito Santo... depois dos americanos veio desdobrar de arrancar... madeira... plano de cortar terras... veio o senhor Eleozíbio Cunha.

O trem foi uma novidade surpreendente para os mais jovens na primeira metade do século XX, assim como foi um susto para o Sr. Zuza quando o ouviu e o viu pela primeira vez. Ele foi fundamental para o transporte de maquinário pesado utilizado em diversas construções, como extração de madeira, abertura de estradas, intercâmbios militares, suprimentos e outros tipos de mercadorias. A história do trem Bahia-Minas¹²⁵ pode ser uma novidade para as gerações mais jovens, pois não faz parte da memória coletiva local, nem é uma marca identitária de Teixeira de Freitas, como é para Caravelas. Portanto, transportando pessoas, madeira, minérios e outros tipos de produtos, essa linha ferroviária tinha sua estação inicial em Ponta de Areia, passava por Aparajú e Juerana, todos distritos de Caravelas; em seguida, seguia para Helvécia e Argolo, distritos de Nova Viçosa; dali, dirigia-se para Minas Gerais, passando por municípios como Aimorés, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Ladainha e tantos outros lembrados pelos moradores mais velhos de Arara que viajaram naquelas ferrovias.

Seu Zeco também contou que foi graças ao trem que o maquinário para a construção da ponte do rio Itanhém e muitos outros empreendimentos posteriores foram possíveis. Assim, muitos

125

Foi no momento que essa imagem surgiu nas narrativas e nas conversas que me vi desperto para pensá-la como uma passagem a ser trabalhada nas trilhas sobre Arara. Passei a pensar nas citações de Walter Benjamin (2018) na obra das *Passagens*, de modo específico, nos materiais acerca da linha férrea.

de nossos memorialistas só puderam conhecer maquinário moderno a partir da chegada do trem:

Aqui pra Bahia... embarcou num trem de ferro em Nanuque esse maquinário na prancha e saltou... ali... na na onde é o Espora gato... mas na beira do RIO... de onde passava a estrada de ferro... a estrada de ferro vinha de Helvécia beirando a margem do rio e:::.. então chegava nesse lugar que em 62 atreversava... a estrada de ferro atreversava... ali o trem aparou a máquina parou e tirou mas máquinas de Eleozíbio Cunha foi o trator de esteira a a patola a gente chamava aplanadeira (risos) (Zeco, diário).

Relato interessante e que se relaciona com a história do rio e com o surgimento do povoado de São José de Itanhém, mais tarde conhecido popularmente como “Perna Aberta”, “Tira Banha” e, por fim, Teixeira de Freitas. Se a construção da ferrovia fez parte de um contexto maior de desenvolvimento nacional, não podemos esquecer que, em maior ou menor grau, o transporte e o rápido desenvolvimento regional em termos de indústria e logística, conforme uma política inter-regional, alteraram profundamente a dinâmica econômica de muitos distritos, favorecendo os processos migratórios, a rápida mudança da paisagem e outros elementos que, como veremos, emergem nos relatos.

Dessas histórias, podemos explorar alguns elementos das relações de trabalho e da dinâmica socioeconômica a partir da imagem da linha férrea. Como um breve histórico¹²⁶ dessa ferrovia, Giesbrecht (2020) expõe que:

A E. F. Bahia a Minas começou a ser aberta em 1881, ligando finalmente Caravelas, no litoral baiano, à serra de Aimorés, na divisa com Minas Gerais, um ano depois. Somente em 1898 a ferrovia chegaria a Teófilo Otoni, e em 1918, a Ladainha. Em 1930 atingiu Schnoor. Em 1941, chegou a Alfredo Graça, e, em 1942, chegou em Arassuaí, seu ponto final definitivo. A ferrovia originalmente pertencia

126

Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/baiminas/caravelas.htm>. Acesso em: 22 jan. 2021.

à Província da Bahia; em 1897 passou a ser propriedade do Estado de Minas Gerais, para, em 1912, passar a ser administrada pelos franceses da *Chemins de Fer Federaux de L'Est Brésilien* até 1936, retornando nesse ano a ser uma ferrovia isolada. Em 1965, foi encampada pela V. F. Centro-Oeste e finalmente extinta em 1966. Embora tenha havido planos para a união da ferrovia com a Vitória-Minas, tal nunca ocorreu e ela permaneceu isolada [...] A estação de Caravelas foi inaugurada em 1897 (Giesbrecht, 2020, *online*).

Por outro lado, o uso de caminhões para o transporte de madeira contribuiu para reduzir a importância e a necessidade da existência da linha férrea. Com a diminuição gradual da quantidade de madeira nativa, o extrativismo madeireiro começou a declinar, o que, entre outros fatores, levou ao fim das atividades ferroviárias na década de sessenta:

Zuza: Estrada de ferro Bahia-Minas... eh então ela ia daqui parece que até Governador Valadares... aí lá:..... parava tinha tinha Valares Ladainha e esqueci o nome do outro do lugar esses dias me peguei pra lembrar mas não lembro... Ladainha e Valadares eu me lembro... então era lá que o final dela era nesse meio, aí daí descia começou carregando madeira... aí depois começou carregar::: eh:: mineral também e foi indo e foi indo ai a madeira foi acabando a serraria vieram do Espírito Santo pra cá... o restinho dos pau que tinha aqui na região... os caminhão começaram a carregar e tirou a força da Bahia-Minas... não tinha mais madeira pra carregar... mas ela tudo... no tempo que fui criado tudo que nós criado aqui era em Caravelas em Nanuque vinha tudo pelo trem de ferro... vinha saltava em Juerana e de Juerana a gente trazia no lombo do animal pra cá...

Bougleux: é um trechinho comprido de Juerana pra cá né?
Zuza: [eh... seis léguas... trinta e seis quilômetros... então a gente fazia esse percurso aí... fui criado aí nessa diligência desde e novim... por isso tomei um certo entendimento... papai saia pra Juerana a gente ia mais ele... pra gente tocá os animais chegava lá na estrada se a gente cansava botava na garupa de um cavalo mais forte...

SUMÁRIO

Além disso, quando havia a necessidade de tratamento médico mais especializado, muitas pessoas precisavam viajar para Belo Horizonte, ou transportar produtos para serem comercializados em outras localidades. Por esse motivo, o uso dessa linha ferroviária era muito importante, já que muitos produtos essenciais, dos quais os moradores dependiam, eram transportados pelo trem.

Seu Zuza compartilhou uma história sobre quando seu pai, Deraldo, adoeceu e teve que ser internado na capital mineira. Viagens longas como essa eram feitas de trem: “fui pra Belo Horizonte... cheguei em Nanuque ... peguei o trem cheguei a Teófilo Otoni saltei do trem cheguei de ônibus... aí fui pra Belo Horizonte cheguei lá peguei trem outra vez cheguei lá na estação ferroviária saltei...” (Zuza, 2020). Nas aventuras que viveu em suas viagens de trem, o Senhor Zuza levanta várias questões - tanto sobre economia quanto sobre meio ambiente - que discutiremos ao longo das próximas trilhas.

O Senhor Zeco também registrou sua primeira vez conhecendo cidades e o momento em que teve contato com o trem:

Meu pai, um senhor por nome de Efraim e uma irmã de minha mãe, eu e o meu irmão. Era esse o transporte para a cidade de Alcobaça. Para Caravelas a mesma forma lombo de burro, carro de boi até o porto do Cupido, ou o porto do Chiquinho, ou então as pessoas tinha a cavalo para Juerana para daí pegar o trem de ferro ou para Caravelas, Nanuque em diante, para as pessoas irem ao Rio, Salvador, Vitória era por água ou então tinham pegar o trem de ferro ir para Minas até a Central do Brasil (Zeco, 2020).

As descrições do Senhor Zeco são fundamentais para compreendermos algumas das relações e dinâmicas que se desenvolviam na época. Como no caso do relato acima, a questão do transporte continua sendo problemática, uma vez que a mobilidade era determinante para a organização da vida, do trabalho e das necessidades de saúde em geral. Além de sua experiência pessoal, o memorialista compartilha aquelas que são provenientes de pessoas próximas a ele, como o caso de um parente que trabalhou na ferrovia:

Eu tinha um primo por parte de minha mãe que trabalhou na estrada rodoviária rio Bahia começou a trabalhar de Teófilo Otoni até uma altura para o norte depois saía da rodovia e ingressou no *rio Bahia* digo Bahia e Minas morreu sendo empregado ferroviário. Quando houve a extinção da Bahia e Minas ele e os demais servidores que ainda estavam em ação de trabalho foram transferidos para o norte de Minas e sul de Minas, quando os servidores foram transferidos o meu primo foi para Divinópolis e tempos depois ele com a família mudou para Belo Horizonte e lá no território mineiro ele terminou os dias de vida (Zeco, diário).

Essas histórias transmitidas de parente para parente ou de conhecido para conhecido guardam a vivacidade afetiva do ocorrido, o significado que aproxima o acontecimento da subjetividade. A história do trem é de grande interesse devido às transformações históricas na região. No entanto, os fazendeiros mais ricos da região articulavam o escoamento de produtos tanto pelo rio quanto pelas estradas abertas posteriormente, como é o caso da atual BA 696, além do trem de ferro.

Por outro lado, as histórias acima se tornam um verdadeiro testemunho¹²⁷ do declínio da ferrovia e dos acontecimentos que marcaram a vida de seus operários. As lembranças documentadas por Borborema

127 É sabido que grande parte das teorias da memória que tratam do conceito de testemunho ancoram-se nas narrativas orais e literárias de trauma, nos eventos catastróficos, nos horrores políticos e militares que se impuseram sobre inúmeros coletivos, povos e comunidades, na questão dos holocaustos, dos colapsos migratórios, das culpas coletivas, da dificuldade de narrar e outras dimensões importantíssimas do gênero, como muito bem já pensadas por críticos e comentaristas de Walter Benjamin, como Márcio Seligmann-Silva (2005; 2020). No entanto, para além da literatura de testemunho, tal como empregado pelos grandes comentaristas de Walter Benjamin, estou aqui pensando no testemunho enquanto um conceito que engloba narrativas de acontecimentos não traumáticos, mas que foram profundamente transformadores, tais como a trilha presente constrói e expõe sobre a ferrovia Bahia-Minas. Entender o acontecimento, tal como Ricoeur (2014) coloca, isto é, aquilo que narrativamente perpassa pelo olhar coletivo, o acontecimento que se dá na materialidade do enredo de uma imagem coletiva. Só testemunham os olhos que registraram o ocorrido e tal como ele se apresenta só chega até nós via testemunho e, portanto, narrativa.

(2020) e as lembranças dos velhos de Arara são joias imaterias de uma importante era econômica e social da região do Extremo Sul baiano. Em relação ao processo de articulação do transporte das produções e mercadorias na época, Zeco descreve como isso acontecia, destacando a importância da liderança do dono da Fazenda Cascata, uma das principais fazendas que impulsionava a economia da região:

O senhor Joaquim 3º era produtor de café, farinha de mandioca, feijão, milho, cacau, gado e madeira serrada braçal. O transporte da madeira serrada era por canoa, já tinha os canoieiros certos, que eram só para aquele fim, levava madeira, café, cacau e, às vezes, vinham com açúcar, sal, tecidos, remédios, ferramentas, querosene e sal. Quando ele veio a perder o fôlego de vida, deixou dez fazendas com a matriz que é a Cascata, tudo adquirido de março de 1920 para cá. O senhor Joaquim construiu uma estrada de rodagem, saindo da fazenda Cascata até o povoado de Aparajú, a 20 quilômetros de Caravelas, toda mão de obra, tudo braçal, a máquina era a enxada, enxadão, picareta, machado e o muque do homem. E uns anos atrás o senhor Gustavo Neves comprou um carro, um caminhão em Caravelas e fazia transporte da fazenda São Gonçalo até o porto do Cupido, mas com a falta de motorista, foi obrigado a vender o carro, ficou o transporte de carro de boi e lombo de burro e cavalo. Se fosse para Alcobaça, era canoa e lombo de burro e se fosse para Caravelas, era carro de boi e lombo de burro e cavalo. Ou então indo com o produto até Juerana, Taquari ou Aparajú, para pegar o trem de ferro ou para Caravelas ou Ponta de Areia ou Nanuque e Teófilo Otoni ou mesmo Belo Horizonte a tratamento. Hoje no pé da parede e aqui há 50 anos atrás era dureza (Zeco, diário).

A “dureza” mencionada pelo Sr. Zeco ao final do relato destaca a dificuldade enfrentada na época. Quando os produtos chegavam à estação de Juerana, era necessário trazê-los para Arara em animais, percorrendo um trajeto de aproximadamente seis léguas, o equivalente a vinte e oito a trinta quilômetros de distância. Em seguida, surge a imagem do primeiro ponto comercial na região que

SUMÁRIO

hoje corresponde ao município de Teixeira de Freitas. Esse ponto foi estabelecido pelos primeiros proprietários da Fazenda Cascata, e havia uma estrada às margens do rio, que já não existe mais. Era nesse ponto que as transações comerciais eram realizadas e organizadas, atendendo às demandas da fazenda:

Figura 37: Antigo ponto comercial da fazenda Cascata



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2021).

Mais uma vez, vejo com grande interesse a contextualização que o Sr. Zeco faz da situação local com o contexto histórico e político maior, de forma a exemplificar tanto a consciência que ele tem da importância desses eventos como parte de sua própria subjetividade, de suas memórias involuntárias. Com isso, seus relatos localizam a região em suas inter-relações com o todo a partir de uma interessante articulação entre o global e o local. As referências históricas emergem muito imbricadas com os eventos locais no profundo trabalho mnemônico de articulação entre o vivido e o aprendido.

Melhorou um pouco para nós aqui do extremo sul foi depois do governo de Getúlio Vargas que na época da Segunda Grande Guerra Mundial ele *e leou* a estrada rodoviária Rio Bahia. Foi depois disso que veio na para nós novos caminhos e novas esperanças para os brasileiros do extremo sul e os moradores do norte do Brasil. A estrada de ferro Bahia e Minas foi extinta foi depois do governo da Revolução em 1964. Quando o governo extinguiu a ferrovia criou a estrada do boi saindo de Teófilo Otoni a Caravelas Bahia (Zeco, diário).

Pode-se imaginar a situação caso Zeco não tivesse registrado essa lembrança e o risco de perder preciosas informações e imagens desse passado pessoal e coletivo, assim como tantos outros acontecimentos que poderiam ser apresentados aqui. A seguir, temos algumas referências¹²⁸ sobre essa importante ferrovia da primeira metade do século XX na região, que facilitava o escoamento da produção e as trocas comerciais, conforme Giesbrecht (2018), em relação às estações que existiam na época, destacando as localidades das estações:

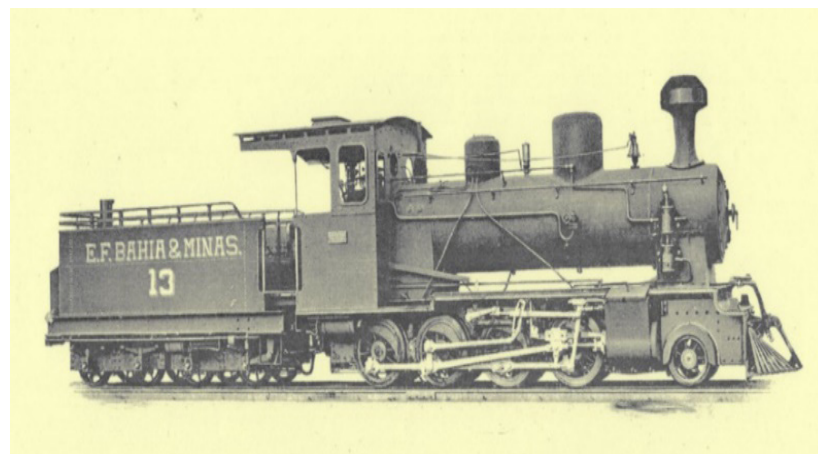
Ponta da Areia, Aparaju, Juerana, Helvécia, Mata, Argolo – na Bahia; Aimorés, Artur Castilho, Nanuque, Mairinque, Pampam, Charqueada, Carlos Chagas, Presidente Pena, Mangalô, Francisco Sá, Bias Fortes, São João,

128

Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/baiminas/aparaju.htm> >. Acesso em: 22 jan. 2021

da buzina. Diante da situação, seu pai disse: “num é meu filho, num é nada não é o trem” (Zuza, 2020). Quem conheceu esse trem viveu uma experiência própria. A seguir, a imagem¹³⁰ do modelo da locomotiva da estrada de ferro Bahia-Minas:

Figura 39: locomotiva a vapor 2-8-0, nº 13 (EFBM)



Fonte: VFCO (s.d.).

Assim, quando era necessário levar ou pegar produtos em Juerana, “tocava-se os animais”, saindo de Arara para percorrer os quase 30 (trinta) quilômetros até a estação. Além disso, muitos foram testemunhas da chegada dos maquinários sob a chefia da firma Eleosíbio Cunha para construção de estradas e extração de madeira. De fato, isso seria um dos momentos fundacionais do município de Teixeira de Freitas.¹³¹

SUMÁRIO

130 Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/vapor/Locomotiva-13-EF-Bahia-e-Minas.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2021.

131 Disponível em: <https://www.camaratf.ba.gov.br/historia-de-teixeira-de-freitas/#:~:text=Implantada%20a%20BR%20101%2C%20o,M%C3%A1rio%20Augusto%20Teixeira%20de%20Freitas>. Acesso em: 22 jan. 2021.

São poucos os documentos imagéticos desse período. A seguir, tem-se uma imagem da estação em Caravelas e, conforme Giesbrecht (2020), é oriunda do acervo de Fábio Said e a foto original do acervo da família Medeiros:

Figura 40: Estação de Caravelas



Fonte: Giesbrecht (2020, on-line)¹³²

O interessante é que, mesmo relativamente distante no tempo, há ligações ou rastros entre a história dessa linha ferroviária e a própria história da origem de Teixeira de Freitas. Assim, os moradores mais antigos dão testemunho de certos acontecimentos que nos transportam aos primórdios do povoamento da região:

O povoado de Teixeira de Freitas foi criado através de um industrial de madeira natural do Espírito Santo que tinha o nome de Eliozipio Cunha. O senhor Eliozipio chegou em Nanuque e colocou no trem de ferro os maquinário em cima das pranchas da estrada de ferro, trator, patrol caminhões *tem* demais ferramentas e veio descer essa

132

Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/baiminas/caravelas.htm>. Acesso em: 22 jan. 2021.

bagagem no quilômetro 62 da estrada de ferro Bahia e Minas aí ele começou a cortar terra na margem direita de quem sobe o rio Peruípe e em direção ao porto de Nova Viçosa [...] o trator afastando as madeiras para o lado e outro e veio caminhando o do município de Caravelas até sair aqui aonde tem esse semáforo na avenida Marechal Castelo Branco [...] Esse povoado que hoje tem o nome de Teixeira de Freitas no começo tinha o apelido Entroncamento depois pelo nome de Tira Banha e mais tarde pelo nome atual de Teixeira de Freitas (Zeco, diário).

Como se vê, a mesma firma Eleosíbio Cunha, que foi uma das primeiras a realizar a sistemática extração de madeira na região e atrair o fluxo migratório para o então povoado “Tira Banha”, não só dependeu do rio, mas também dos trilhos do Bahia-Minas. Ainda que a história dessa ferrovia esteja muito ligada a um contexto maior das questões políticas e econômicas que dominavam o Brasil nas décadas de cinquenta e sessenta, especialmente no governo de Getúlio Vargas e, em grande medida, não faça parte da herança cultural e da memória da maioria das pessoas atualmente, as lembranças de quem contemplou a paisagem por onde a linha circulou mantêm o frescor das mudanças tão profundas que todo o Extremo Sul baiano e a própria comunidade Arara viveram desde então.

Por tudo o que foi contado, a letra¹³³ “Ponta de Areia” do cantor e compositor Milton Nascimento ainda traduz a nostalgia dessa linha e serve como epílogo desta trilha sobre os trilhos da Bahia-Minas, em consonância com o trecho dos versos de Ferreira Gullar – “*lá vai o trem com o menino / lá vai a vida a rodar / lá vai ciranda e destino*” – fazendo referência aos meninos Zeco e Zuza quando conheceram o trem e à ciranda do destino que encerra a história da ferrovia lá em Ponta de Areia, Caravelas (BA), seu ponto final; versos que traduzem a nostalgia, as emoções, as vivências e as “ligações” de tantas memórias caras aos sujeitos que viveram aquele momento histórico:



Ponta de areia ponto final
Da Bahia-Minas estrada natural
Que ligava Minas ao porto ao mar
Caminho de ferro mandaram arrancar
Velho maquinista com seu boné
Lembra o povo alegre que vinha cortejar
Maria fumaça não canta mais
Para moças flores janelas e quintais
Na praça vazia um grito, um ai
Casas esquecidas viúvas nos portais

3.1.7 TRILHA 07 - DA ALIMENTAÇÃO E PRÁTICAS COTIDIANAS

Um destacado escritor e dramaturgo alemão do século XX, chamado Bertolt Brecht, disse certa vez: “Para quem tem uma boa posição social, falar de comida é coisa baixa. É compreensível: eles já comeram.¹³⁴” No caso desta trilha que passo a contar, na qual discorrerei acerca da alimentação em Arara desde seu início, trata-se de um tema de grande valia e que está intimamente ligado aos modos de viver na comunidade. Os modos de produzir e alimentar-se são parte da invenção do cotidiano das pessoas e evocam lembranças, afetos e fatos (Certeau, 2014).

Ao lembrar-se das quermesses e reuniões de família ou de amigos, evoca-se a partilha do alimento, das boas lembranças de conversas, das trocas de afetos, de momentos de relaxamento insurgentes no cotidiano tão cheio de trabalho. Por conseguinte, lembrar-se do modo como se alimentavam, do preparo da comida e da satisfação em viver e conviver com os compadres e comadres é fundamental para resgatar a história do lugar e como os moradores e moradoras se constituíram como sujeitos da própria comunidade, sendo algo partícipe de suas identidades.

134

Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/27624/para-quem-tem-uma-boa>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Além disso, não é incomum que muitas pessoas, por vezes sem esperar ou querer, lembrem-se de tantas vivências ao sentir o cheiro de um alimento sendo preparado, ao sentir o cheiro da lenha queimando no fogão, do tempero utilizado no preparo, das cores das frutas, do sabor do prato pronto, isto é, de tantas situações nas quais a comida é fundamental para dar sentido à vida e à rotina. Essas memórias que vêm à tona na mente, sem que o sujeito tenha feito esforço para lembrar-se, são as *memórias involuntárias* (Benjamin, 2015; 2018). No momento em que os mais velhos lembram-se de Arara, quando eram crianças ou mais jovens, acabam por rememorar-se da comida, dos peixes, das caças, dos pratos que preparavam ou que eram preparados por seus pais e mães, das frutas que colhiam e de tantas outras referências relacionadas ao paladar. A comida é uma fonte de memórias e lembranças!

No início, era muito comum encontrar ou ir em busca de caças. Entende-se por caças algumas espécies de animais silvestres nativos, no caso, da Mata Atlântica, muito mais abundante naquela época. Dona Graci se lembra da destreza necessária para conseguir pescar e da fartura de peixes que garantiam a alimentação da família:

Com o lance de primeiro tinha aquela cesta né?... então OH DÓ... um lance dois três lance ele ia lá na merma na hora e já tava aqui o Adilson já veio... era... por Deus do céu meu meu irmão mais ele aí num tinha hora dele ir lá no rio num instantinho e pegar um mocado... os peixes que que na vez que eles quando que nós levava pra Teixeira pra vender... agora outras coisas não é somente pra sobreviver mermo... (Graci, 2020).

A prática da pesca tanto garantia a alimentação como parte das estratégias de subsistência, quanto oportunizava pequenas vendagens nas feiras livres em Teixeira de Freitas. Importante lembrar que a oferta de meio de transporte coletivo tornou-se relativamente mais fácil após a construção das rodovias, assim como deslocar-se para este município do que para Alcobaça ou Caravelas,

SUMÁRIO

como comumente era realizado. Além disso, as casas e propriedades eram abertas em meio à mata densa, o que favorecia a aproximação dos animais. Aos poucos, as caças abundantes tornaram-se apenas lembranças.

No entanto, com o avanço do desmatamento ao longo dos anos, tanto em função das aberturas de “roças” para produção agrícola, quanto pela produção das monoculturas pelas empresas e grandes fazendas da circunvizinhança, essa possibilidade de encontrar caças “à porta de casa” tornou-se muito menos comum. Antes disso, as caças eram muito comuns, portanto, era fácil encontrar tatus, capivaras, pacas, saruês, tatupebas, porcos do mato e uma diversidade de pássaros que faziam parte do cardápio. Sobre essa facilidade em encontrar caças perto de casa e a diversidade de espécies, segundo sr. Eusébio e Dona Maria Benedita:

Eusébio: aí oh que a represa () ali oh morava lá... aí tinha um monteiro de sapê... aí um dia eu () tatu... aí fui lá fui nos mato cortei os pau... fiz um mundéu nem acabei de fazer o mundéu direito no outro dia tava o () no mundéu (risos)
[além de tatu caçava o quê?

Eusébio: a gente matava tudo com com capivara paca saruê tatu-peba tudo eu matava... passarinho (risos)

Benedita: de primeiro não tinha remédio em em nada nada em cura ... tudo tudo tudo

Eusébio: [não não era tudo () tudo aqui era nativo mermo... o gado era criado daqui que a gente tinha gado que ia até Juerana...

S. E.: tinha porco do mato aqui?

Eusébio: tinha tinha moço matava aqui oh queixada aí ... era... aqui matava aqui oh nesse meio aí CAPIVARA meu deus... e::ra aquela lagoa ali que trevessa () de Vanderlei Oh meu Deus um capinzão... mora lá embaixo mais Maneco... mas ele chamava Maneco... ele morava lá () ele Raulino que era o chefão pra caçar ele tinha um cachorro que a gente ia caçar matava era DEZ capivara tudo numa vez num dia só

SUMÁRIO

Contaram, inclusive, que alguns moradores utilizavam cachorros para caçar esses animais, e tal prática garantia o consumo de uma quantidade considerável e variedade de carne na alimentação cotidiana:

Benedita: ele tinha era dez cachorro de caçada... dez cachorro... o Aurino..

Eusébio: [matava era dez capivara assim tudo numa vez... num dia só era muita capivara demais...

Benedita: [() matava de laço...laço...

Eusébio: papai tinha até época que trocava até caça... com carne com finado Martin... com carne de boi... CABOU TUDO...

Relato interessante, porque evoca imagens que mesclam trabalho, divertimento e aventura, isto é, há algo de esportivo na prática, apesar de que o objetivo era encontrar alimento. Faça essa constatação em função dos elementos prosódicos e das atitudes que se expressavam no decorrer da conversa acima. Ao que tudo indica, essas práticas de caça eram comumente realizadas por homens, enquanto a tarefa do preparo doméstico dos pratos era reservada às mulheres, fato que remete à tradicional divisão de trabalho centrada em valores enraizados na hierarquização de papéis de gênero (Gontijo, 2015).

Todavia, inúmeras tarefas no campo eram realizadas tanto por homens quanto por mulheres, tais como atividade de colheita – café, cacau, feijão etc. -, produção de hortaliças, mandioca, assim como o trabalho na produção da farinha da mandioca, do beiju, o trabalho da pesca, dentre outros. Porém, atividades como a caça na mata se mostram bem marcadas em termos de gênero, como uma atividade masculina, o que envolvia a construção de armadilhas e o abate, por exemplo, embora, conforme senhor Zuza contou, nem todos fossem bons na questão da caça e do abate, como ele próprio afirmou que não o era, mas sim em construir as armadilhas.

SUMÁRIO

Sobre tal prática, seu Zuza explicou contando que: “é assim... eu... já... passei por muitas coisas... mas o que eu mais gostava de fazer era pescar... agora caçar eu nunca fui eu fazia mundéu fazia laço pra pegar o bicho, mas não era” (Zuza, 2020). Ou seja, era comum o uso dos mundéus para realização da tarefa de caça. Além disso, é sabido que muitos moradores trocavam caça por carne bovina com fazendeiros da região, como conta senhor Eusébio: “papai tinha até época que trocava até caça... com carne com finado Martin... com carne de boi... CABOU TUDO...” (Eusébio, 2020). Como se vê, essas trocas propiciavam a diversidade do cardápio e, com isso, era possível complementar a alimentação, conforme conta o senhor Eusébio e Dona Benedita na conversa acima.

Destaca-se ainda que as diferentes espécies da fauna eram muito abundantes. Essa é uma lembrança compartilhada pelos(as) memorialistas. No entanto, muitas dessas espécies não são mais vistas em razão do desmatamento ao longo dos anos, da extração de madeira ou da abertura de pastos. A seguir, algumas imagens representativas dos animais comumente encontrados, sendo parte dos recursos de subsistência, pelos primeiros moradores:

Figura 41: Tatu - Dasipodídeos



Fonte: Sítio eletrônico Wikipedia ¹³⁵.

Figura 42: Capivara - *Hydrochoerus hydrochaeris*



Fonte: *Sítio eletrônico Infoescola*¹³⁶.

Figura 43: Paca - *Cuniculus paca*



Fonte: *Sítio eletrônico Wikipedia*¹³⁷.

SUMÁRIO

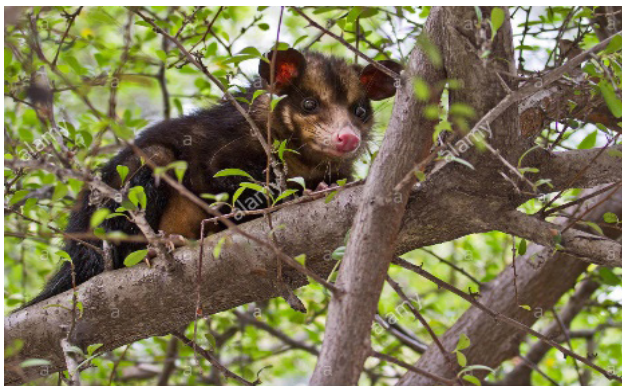
136

Disponível em: <https://www.infoescola.com/mamiferos/capivara/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

137

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paca_at_Brazil.JPG. Acesso em: 25 jan. 2021.

Figura 44: Saruê - *Didelphis aurita*



Fonte: Sítio eletrônico Alamy¹³⁸.

Porém, da mata provinha ainda os frutos colhidos in natura, conforme relata seu Zeco: “aqui [em Arara] tudo foi difícil, o que era fácil era caça e peixe” (Zeco, diário) e outros produtos “como marco pés de fruta-pão, antigo pés de jaca e coco da Bahia, antigo pés *manicoba* e piaçava pode na sua mente que é uma recordação dos portugueses com africanos” (ZECO, diário).

Conforme já mencionado na *Trilha* sobre as origens de Arara, essas práticas eram muito comuns nas comunidades rurais e somente com o tempo é que foram mudando, desenvolvendo uma maior consciência ambiental e, com isso, buscando preservar mais o que restou da fauna e flora (Carmo, G. B. S., 2019). Isso remete a um dos trechos dos relatos do senhor Wilson acerca da época em que não tinham a mesma “orientação”, como a tem atualmente. O mesmo senhor Wilson dá uma boa descrição de parte do trabalho com a questão da alimentação na luta cotidiana, ressalta a imagem de um rio mais abundante – e vimos na Trilha do rio que ele sofre com a forte deterioração atualmente -, assim como conta os primórdios da produção de arroz e feijão em Arara.

138

Disponível em: <https://www.alamy.com/parque-do-ibirapuera-sp-gamb-mucura-sarigu-sarigu-saru-sarigueia-timbu-cassaco-cear-micur-taibu-tacaca-saur-ticaca-animal-fauna-natureza-parque-do-ibirapuera-so-paulo-brasil-image209003606.html>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Outra questão a ser colocada, quando se questiona sobre a produção naquela época, é que esse tipo de alimentação consistia em uma pequena parcela do que se utilizava para suprir as necessidades. Assim, produzir e trafegar eram atividades interligadas, uma vez que a produção precisava circular para garantir renda imediata:

Era o povo o rio num era que nem agora seco... a estrada era canoa né? é::: tudo por água e o outro que levava era de animal né... os animal ... botava as carga () ou trevessava os animal pro lado de lá e as carga pra ir pra Alcobaga ou ... ia por aqui pra Caravelas... era o lugar que o pessoal fazia o comércio... mas num usava vender... primeiro que não produzia feijão nessa época ... aqui não plantava feijão não... não::: plantava arroz pra comer pilado no pilão... era na semana santa arroz o pessoal comia na época o alimento do pessoal era pirão de ÁGUA... (risos) quente... assava a carne ou fritava com dendê... (risos) era assim que era (Wilson, 2020).

Lembrar com alegria os momentos em que foi preciso comer pirão de água evoca a superação de muitos moradores que passaram por momentos de maiores dificuldades e que hoje dispõem de melhores condições. Dito isso, apesar de a presente trilha apontar para uma época de fartura, isso não exclui o fato de que houve períodos de maior escassez, conforme releva o trecho de uma das conversas que apresento na sequência, na qual me contaram de uma forte estiagem que viveram na região no início da década de 50 e que dificultou a produção. Isso também mostra como os moradores mais antigos suportaram fases de grandes dificuldades, o que remete tanto à capacidade de resistência coletiva quanto à omissão estatal:

Wilson: [tava dizendo a ele Zeco nós aqui não conhecia feijão não né? feijão foi de 1970 ou...

Zeco: [não de... de... foi de nós começemo a conhecer feijão aqui foi depois daquela da época daquela estiagem aquela a primeira estiagem de 51 pra 52... começou-se a plantar mais feijão na época... só pra comer...

Bogleux: Essa estiagem foi forte?

Wilson: [FO:::::i AVE maria... essa foi uma das piores não foi?

SUMÁRIO

Zuca: lá naquela serra lá onde tá a torre de televisão... aquilo lá a gente olhava daqui o clarão que a gente vê daqui vê assim em Teixeira era lá era o fogo na mata...

Wilson [era uma coisa triste... só vivia assombrado... o negócio pesado... sem CHU::VA

Bogleux|: Quanto tempo mais ou menos lembra?

Zeco: levou... mais de ano... começou em agosto começou em agosto de 51 e terminou em março de 52...

Wilson: Foi doído viu?

Bogleux: e como é que vocês se viraram neste período?

Zuza: [passamo privação...]

Wilson: [aqui vinha gente rapaz de um mucado de lugar pedindo ... soco:::rro...

De certa forma, as práticas e estratégias que os moradores engendraram ao longo dos anos para garantir produção, cultivo e a alimentação cotidiana poderiam, ao menos em parte, ser encaradas como uma forma de soberania alimentar¹³⁹ (Bernstein, 2015).

Quer dizer, criaram meios próprios para ordenação e diversificação da produção, além de encontrarem soluções coletivas para a superação dos momentos de escassez e elaboraram soluções para que outras pessoas da comunidade não padecessem tanto com as estiagens ou falta de gêneros alimentícios. Henry Bernstein (2015) explica que a soberania alimentar foge de certas práticas tradicionais de produção, comércio e interliga elementos da natureza, das comunidades situadas e da alimentação.

A comunidade Arara mostra práticas muito diversificadas para lidar com essas questões. Se por um lado dependiam, em grande medida, da vendagem de produtos nas circunvizinhanças – como Alcobaça, Caravelas e Teixeira de Freitas com seus distritos –, por outro, empenharam-se em produzir gêneros alimentícios apenas

139

Conforme Bernstein (2015), trata-se de um conceito em franco crescimento que se refere às novas práticas de produção no campo que reagem aos sistemas capitalistas, neoliberais e globalizados de produção agropecuária, os quais envolvem escala, série, superprodução e insustentabilidade ambiental.



para a subsistência, o que também propiciava as trocas internas e mesmo doações, práticas que persistem até hoje, conforme observamos no caso do sr. Zuza que não é uma atitude isolada:

[...] o que Deus quiser vou prantar pra mim comer... aí só planto pra comer... cebola cuento colve alface... aí... como dou pra quem quer aí quando vou pra Teixeira encho uma bolsa vou carregando dou pro pessoal lá... uns ficam olhando assim “não eu plantei pra comer aqui tá sobrando tá aqui!”... outro me dá um café outro me dá uma cachaça e aí pronto (Zuza, 2020).

Se me valho do conceito de soberania alimentar no caso de Arara, não me refiro a quaisquer projetos políticos específicos ou articulações já construídas no sentido de uma total autonomia, ou mesmo como uma proposta de reação deliberada e sustentável frente à produção agropecuária industrial, conforme propõe o conceito comumente empregado (Bernstein, 2015). Nesse sentido, estou tentando circunscrever as práticas, estratégias e atitudes que sinalizam uma certa autonomia da comunidade, embora não como um projeto político intencional engendrado coletivamente, mas sim como um elemento que emerge ao longo de sua história, com erros e acertos.

Nesse conjunto, há também os vínculos afetivos entre os moradores mais antigos; as diversas instâncias que conectam essas pessoas levaram-nas, em diferentes circunstâncias, a buscar soluções coletivas, conforme quero ressaltar a partir dos relatos que se seguem:

Mas vamos a outros assuntos segundo o que meu pai passava sempre para mim mais meu irmão eu cheguei a observar alguma coisa como os primeiros proprietários faziam quando iam fazer uma roça maior convocava os outros vizinhos e aí faziam aquele ajuntamento e desrobavam em um dia ou dois uns chamava de rela outros chamavam de batalhão e agora de último tem por nome de mutiram, esse movimento era quando o cidadão ia embariar um casa, ou então quando ia fazer uma roça maior ou por outra numa limpeza de roça de café, porque a cultura do café aqui era o café *borbam*, ou então limpeza de postagem (Zeco, diário).

SUMÁRIO

“Relas” – mutirões – eram estratégias muito importantes para aliviar as dificuldades individuais. Dessa forma, todos podiam contar com os compadres, comadres e amigos para darem conta, em determinados momentos, de tarefas que seriam extremamente extenuantes realizar individualmente. A imagem do “batalhão” que seu Zeco dá é muito perspicaz no sentido de mostrar que esses mutirões envolviam muito os compadres e comadres da comunidade. Esses trabalhos coletivos certamente consolidavam os vínculos entre as pessoas, estabeleciam laços de confiança, trocas afetivas e sentidos que marcaram o imaginário dessas pessoas e, em grande medida, estabeleciam as fronteiras “imaginárias” e “afetivas” de Arara.

Esses afamados relas eram estratégias que fortaleciam e davam celeridade às produções. Além disso, se os fazendeiros ricos podiam contratar “batalhões” para atividades de colheita – como na produção de café e cacau – os pequenos proprietários de Arara se uniam nos mutirões. Em todo caso, é por meio de elementos da experiência subjetiva – que é sempre social, relacional e muitas vezes incoerente, como defende Michel de Certeau (2014) – que busco entender os “esquemas de ação” ou a lógica interna que ancora essas práticas, focando mais no modo de operação do que no sujeito ou seu veículo (Certeau, 2014).

Isso leva a pensar como os afetos são encontrados em relatos como o de Dona Eloisa ao lembrar-se do trabalho árduo no campo e a “ajuda” – uma verdadeira divisão do peso do trabalho - dos compadres nos momentos difíceis de sua vida:

O pai de Zuza aí mais Zeco... Zeco me ajudou MUI::to a fazer roça aqui me ajudou mui::to... foi... ajudou mui::to eu fazer roça tinha que aguentar trabalhar... e fazer a roça na meia aqui mais eu...né... cansei de fazer cansou de me ajudar... esse Zeco que tá aí... hoje cego coitado... () com essa doença aí agora ele num sai mais para canto nenhum fiquei aqui presa... num pude sair eu quero ir lá fazer uma visita a ele... pois é... ajudou muito mui::to mesmo (Eloisa, 2020).

SUMÁRIO

Em muitos momentos da história da comunidade, as práticas de produção foram bastante agressivas pela produção das roças. Basta lembrar dos relatos do sr. Wilson quando dizia que tudo “era devassado”. Na prática, os relatos de Eloisa, como os de tantos outros, mostram que a percepção sobre as condições ambientais foram se alterando ao longo do tempo, percepções essas que não são homogêneas (Carmo, G. B. S., 2019).

De fato, com o passar do tempo, a percepção ambiental modificou-se em muitos aspectos (Carmo, G. B. S., 2019), no sentido de haver uma maior preocupação com as nascentes, como a manutenção das matas ciliares, com práticas mais sustentáveis, com produção de subsistência e trocas internas, dentre outros elementos que se deram em função da mudança de “orientação”, conforme falado por sr. Wilson. De fato, as práticas de mutirões ainda acontecem, as trocas internas de produções também fazem parte dos hábitos dos mais velhos, assim como diferentes articulações coletivas que atualmente são organizadas pela Associação de Moradores. Neste contexto, a própria construção da sede da referida associação é realizada por mutirões:

Agora o pessoal destinou que tá construindo você passou num tem uma construção nova lá... próximo à igreja tá começando sábado passado trabalhou ontem tão disse que vão a Associação mais a comunidade tá ... tá conseguindo diz que vão terminar... se Deus quiser... já começou vai terminar já tá alto já... é grande ... vai fazer encostado já vai fazer tudo de uma vez... uma parte é pra atendimento médico e a outra é pra: escritorzinho da associação (Wilson, 2020).

A Associação de Moradores desempenha um papel destacado na organização coletiva atual da comunidade como um todo e surgiu, justamente, dentre outras coisas, para suprir essa lacuna administrativa no enfrentamento dos problemas coletivos; como forma de estabelecer diálogos com as empresas de eucalipto; e como

SUMÁRIO

organizadora da documentação da agricultura familiar do PAA¹⁴⁰ – Programa de Aquisição de Alimentos, por exemplo. Na prática, a Associação de Trabalhadores da Agricultura Familiar da Comunidade Arara exerce uma função gestora, participativa e coesiva na comunidade, especialmente no que se refere às questões econômicas.

A maioria dos moradores sobrevive da agricultura familiar, notadamente da venda em feiras do município e das circunvizinhanças, além de muitos estarem cadastrados como participantes do PAA, que por meio do programa, adquire o equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) de cada produtor quinzenalmente, e a produção é utilizada para abastecer a merenda escolar e outras instituições municipais. Com efeito, a Associação de Trabalhadores da Agricultura Familiar da Comunidade Arara consta como participante e beneficiária fornecedora, conforme o Relatório de Execução de 2016 do Ministério do Desenvolvimento Social¹⁴¹.

Porém, no cotidiano, a produção agrícola familiar centra-se em hortaliças, milho, feijão, café, cacau e outras culturas, e existem algumas pequenas manufaturas, como a produção de farinha de mandioca e beiju. No entanto, neste contexto, o que pretendo destacar é a capacidade do sujeito em criar e recriar seu próprio cotidiano a partir do “material” disponível à mão ou, como diz Certeau (2014, p. 40) acerca das formas e modos de organização e ordenação sociopolítica que as pessoas engendram no dia a dia: “que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores [ou ‘dominados’]?”

140 Segundo informações da Prefeitura Municipal, 30 instituições são beneficiadas a partir da participação de mais de 150 produtores rurais. Disponível em: <https://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br/dez-mil-pessoas-sao-atendidas-por-mes-atraves-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

141 Para mais detalhes sobre o PAA, a execução e demais informações conferir o relatório supramencionado. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/Relatorio_Execucao_PAA_CI_2016.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

SUMÁRIO

Os “relas”, as trocas de gêneros alimentícios, o compartilhamento de caças e produtos cultivados, a organização de associações, as ações voltadas para suprir necessidades coletivas – como pequenas construções, eventos, diálogos com empresas –, atitudes voltadas para outro tipo de manejo da terra, dos cuidados ambientais, a “ajuda” direta a moradores com maiores dificuldades, a articulação do PAA, dentre tantas outras táticas e estratégias mostram, como diz Certeau (2014, p. 44), “as táticas¹⁴² do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas”, mas eu corrigiria ou complementaria a posição de Certeau (2014) no sentido de que os moradores de Arara não tentaram tirar proveito do mais forte – nada do que se exprime nas narrativas dos(as) memorialistas me permitiria dizer isso, mas sim sobreviver, produzir e criar apesar deles. Tudo isso articula passado e presente, ainda que possamos presumir que muitas dessas relações¹⁴³ possam assumir novos significados e articulações, uma vez que outras gerações também estão a sustentar a comunidade¹⁴⁴.

Contudo, em função de mudanças amplas e externas à Arara, algumas estratégias, tais como a prática da caça para alimentação de

142 Assim como me apoio na noção de “estratégia” do autor, faço o mesmo com o conceito de tática, entendendo-a como “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro [...] pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho” (Certeau, 2014, p. 45). Isso evoca a capacidade humana de aproveitar oportunidades, de encontrar soluções em situações imprevistas, de articular saídas tendo a alteridade como horizonte, envolve saber decidir e “jogar” com as peças que se apresentam no momento. Não podemos tentar simplificar em demasia as imagens que constituem a noção de tática de Michel de Certeau sem o risco de perdermos seu alcance abstrato e, ao mesmo tempo, concreto.

143 Por tais razões, afirmo que há certa “soberania” nos modos dos (as) moradores (as) de Arara lidarem com a alimentação, pois, como postula Michel de Certeau (2014, p. 46), “essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta”.

144 Mas, quanto a isso, os limites de nosso estudo só permitem tangenciar, pressupor e inferir a fim de nos mantermos nos limites éticos e êmicos das narrativas de nossos(as) memorialistas. Como diz Michel de Certeau (2014, p. 37), “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais” – que são sempre sociais. Assim como cada individualidade, cada geração tem suas peculiaridades.

SUMÁRIO

subsistência, já não são tão comuns, dadas as mudanças em função das regulamentações da legislação ambiental como um todo, ou mesmo pela diminuição da oferta de frutos nativos, como conta seu Zeco: “[havia] muitas qualidades de frutas nativas. Tais como: cupam, oiti, parajú, jatobá, parajú pitomba e várias outras qualidades” (Zeco, diário).

Da mesma forma, a sensação de abundância que imperava já não é a mesma e, objetivamente, as táticas tiveram que se adaptar em função de um conjunto multifacetado de transformações. Entretanto, a mata também era fonte das ervas medicinais muito utilizadas quando alguém adoecia, já que o acesso a remédios era muito difícil e nem sempre era possível o deslocamento até os municípios vizinhos em busca de atendimento médico:

Hoje vocês estão vendo a mil maravilha, mas isto já foi muito difícil quando adoecia uma pessoa nessas matas aí é que era duro. Mas hoje tá tudo fácil. Naquele tempo dos anos 50 para trás quando adoecia uma criatura humana era conduzida rede ou no banguê de lençol ou de cipó. Para vocês pense bem essa nossa região às margens do rio Mucuri, rio Peruípe, Itanhém, rio *Jucuruçu* do norte do sul Itaitinga tudo são rios que já navegou muitos profissionais canoeiro levavam a mercadoria de seu fulano e trazia a de cicrano ou quer dizer os canoeiros (ZECO, diário).

Ver as “mil maravilhas” que o senhor Zeco enuncia é interessante pelo contraste das condições objetivas, isto é, a dificuldade de tráfego e a ausência de transporte coletivo em épocas nas quais as viagens se davam via canoa, além da demora do percurso e tantas outras variáveis que tornavam as condições árduas, já que, segundo Zeco: “quando adoecia uma criatura humana era conduzida rede ou no banguê¹⁴⁵ de lençol ou de cipó”.

145 Espécie de liteira rasa com teto e cortinado de couro, para o transporte de mulheres, enfermos e crianças. 2. Nos engenhos de açúcar, espécie de padiola de cipós trançados em que se leva o bagaço da cana para a bagaceira. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/jkP8/bangu%C3%AA/#:~:text=Dicion%C3%A1rio%20Brasileiro%20da%20L%C3%ADngua%20Portuguesa&text=1%20Esp%C3%A9cie%20de%20liteira%20rasa,da%20cana%20para%20a%20bagaceira..> Acesso em: 25 mar. 2021.

SUMÁRIO

Sendo assim, era muito comum a prática de produzir chás e beberagens para curar determinadas enfermidades, valendo-se de plantas nativas da região, tais como contra erva, capeba, buta, doutor embira, cipó cravo, pau d’arco, guiné e tantas outras informadas no relato acima. Na verdade, tais práticas não são diferentes de outras tantas regiões e comunidades rurais, mormente desassistidas pelo Poder Público, no que tange ao atendimento das necessidades básicas populacionais. Além disso, era provável a realização de pequenos curativos, entalações e outros procedimentos caseiros que aliviavam os problemas imediatos. Na sequência, temos algumas imagens representativas:

Figura 45: capeba - *Pothomorphe umbellata*



Fonte: Sítio eletrônico Benefícios das Plantas¹⁴⁶.

SUMÁRIO

Figura 46: Embira - família das Thymelaeaceae / gênero Daphnopsis



Fonte: Sítio eletrônico Agro20¹⁴⁷.

Figura 47: cipó cravo - *Tynnanthus fasciculatus*



Fonte: Sítio eletrônico Medicina Natural¹⁴⁸.

SUMÁRIO

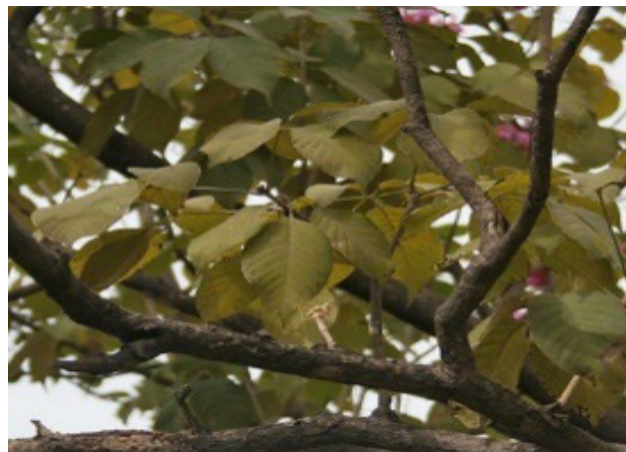
147

Disponível em: <https://agro20.com.br/embira/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

148

Disponível em: <https://www.medicinanatural.com.br/cha-de-cipo-cravo/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

Figura 48: pau d’arco - *Tabebuia serratifolia*



Fonte: Sítio eletrônico Celeiro¹⁴⁹.

De fato, em Arara, havia uma maior facilidade para encontrar uma grande variedade de ervas medicinais, assim como peixes e diversas espécies de frutas. São frutas nativas da Mata Atlântica, por exemplo, araçá-piranga, araçá-vermelho, grumixama, goiaba laranja, abiroba, cambuci, uvaia, pitanga, jabuticaba, bacupari, conforme o sítio eletrônico Futuro Florestal¹⁵⁰.

Além dessa alimentação baseada na extração do que a mata dispunha, era muito comum o cultivo do feijão, arroz, milho, banana, laranja, jaca, dentre outros. Assim, garantia-se não só a variedade dos gêneros alimentícios, mas também a sua substancialidade. Nas reuniões de família, festas e comemorações, era possível preparar refeições para atender a quem estivesse presente, pois havia fartura e partilha, como é contado em uma história exemplar pelas irmãs da família Conceição Silva:

149 Disponível em: <https://www.celeiro.pt/cuide-de-si/temas-de-saude/pau-d-arco> . Acesso em: 22 jan. 2021.

150 Disponível em: <https://www.futuroflorestal.com.br/produtos/visualizar/id/11/frutas-nativas-da-mata-atlantica.html>. Acesso em: 22 jan. 2021.

Benedita: na casa de fulana vai ter uma festinha OH MEU DEUS essa mulher mesmo que a gente tá falando aqui... oh essa Neide... ELA É a mulher que fazia o arroize... fazer quentão fazer o munguzá pa pa pra trazer pra casa da festa...

Sinéis [é::: ela fazia festa mesmo...

era

Benedita [ela fazia mesmo... fazia tudo era beiju era café era o que tivesse era... era mingau o que tivesse ela ela a gente dava o povo que chegasse...

Graci: era o povo era dançando e comendo...

Benedita: [e comendo... era... não tinha nada de VENDÊ NÃO TINHA NADA...

Sinéis: [não não ERA DADO...

Benedita [aí botava na mesa aí OH...

Sinéis: [era tudo dado tudo dado comendo ... todo mundo comendo aí...

Benedita: era com () o que fosse...

Sinéis: todo mundo comia...

Benedita: e era bom... aquele tempo

A imagem da mesa posta e farta para quem chegasse e pudesse participar da quermesse para brincar, dançar, conversar, rezar, beber, conviver etc.

“Era bom aquele tempo”, como diz Dona Benedita, justamente porque se atrela às formas de encontro que já não são tão frequentes, posto que as necessidades sejam outras, a convivência mudou em grande medida, dentre outras razões que poderíamos aqui conjecturar. Em todo caso, como já dito, a maior parte da produção e extração era apenas para o consumo interno e para subsistência, o que não impediu que certas produções fossem parcialmente comercializadas, mesmo que dentro da própria comunidade ou para lugares vizinhos. Isso desperta nostalgia: “e era bom... aquele tempo”, como expressa Dona Benedita. Dona Graci, por sua vez, também faz uma boa avaliação das práticas de alimentação:

SUMÁRIO

Era bem GRAÇas a Deus era boa... era boa... a gente nunca passou por não... não... era meu pai plantava muito feijão plantava milho plantava mandioca plantava mandioca desde quando a gente é pequeno... isso tudo a gente plantava... tinha mandioca tinha até uma cozinha velha agora que cabou a cozinha de fazer farinha... ali lá encostado lá em casa era a farinheira... mas não tinha mas já fez muitas coisas já... desde pequena a gente trabalha (Graci, 2020).

Atividades como produção, capinação, ralagem da mandioca, trabalho com a farinheira, colheitas e outras ações semelhantes eram realizadas tanto por homens quanto por mulheres. De fato, os(as) memorialistas trabalhavam desde pequenos(as).

Sobre os modos de produção de culturas como feijão e arroz, é o sr. Wilson quem dá um quadro interessante desse trabalho, bem como as dificuldades que enfrentavam. No caso da produção de feijão, por exemplo, por vezes ocorriam muitas perdas devido às chuvas e também pela falta de certos conhecimentos sobre como conduzir o cultivo:

Aí QUANDO começou a plantar o feijão... pessoal plantava vinte litro... as vezes meio saco quem plantava meio saco era BARBARidade falava tá doido isso quem mais produzia pra valer mesmo... mas chovia muito o pessoal perdia muito... que não tinha não tinha conhecimento de como cuidava... era assim que era ninguém tinha... feijão assim pra produção pra HOJE NÃO... hoje se a produção o que você produzir na zona rural... a pessoa vende na roça... hoje a pessoa faz um bocado de farinha o caminhão vem panhar na porta... é::: quem faz beiju... o pessoal tem um pessoal mesmo é de VITÓRIA ... de vez em quando eles aparecem aqui com um caminhão panha panha beiju farinha leva TUDO pega na na porta aqui e leva... é::: NAQUELAS épocas era DIFÍCIL muito difícil (Wilson, 2020).

Sr. Wilson menciona, por sua vez, a facilidade no comércio da produção de mandioca, já que “o caminhão vem panhar na porta”; no entanto, isso parece sinalizar a presença de atravessadores, uma vez que nos últimos anos começou-se a implementar, a partir de iniciativas

SUMÁRIO

públicas e privadas, a organização da mandiocultura em alguns municípios como Alcobça, conforme sinaliza Khun *et al.* (2019) relativamente ao aumento da produção das Casas de Farinha neste município.

Porém, muitos produtores ainda seguem modelos tradicionais de produção e sem determinadas exigências estipuladas pela Vigilância Sanitária, assim como se usa pouca tecnologia, valendo-se de materiais e equipamentos mais rústicos. Existem as dificuldades em lidar com resíduos poluentes e a falta de instrução dos trabalhadores com relação às etapas de beneficiamento, apesar do município supramencionado ser um dos grandes produtores de mandiocultura da região.

Outro exemplo é o município de Prado, no qual diversos movimentos têm buscado soluções coletivas, como aponta o Coletivo de Comunicação do MST na Bahia (2019)¹⁵¹. Em Itamaraju também têm surgido iniciativas relacionadas às farinheiras sustentáveis, conforme noticiado por jornais locais¹⁵², e, de modo geral, em todo o território Extremo Sul da Bahia, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, em nota divulgada em 2020, vem-se executando o Plano de Ação Territorial da Mandiocultura - PAT com implantação de maniveiros e produção de milhares de mudas nos 11 municípios do Território de Identidade Extremo Sul, a partir deste plano que envolve associações de agricultores familiares, empresas, colegiados e a EMBRAPA. Conforme a SDR¹⁵³, os agricultores familiares são responsáveis por 90% da produção da Bahia, por sua vez, o terceiro estado em cultivo e beneficiamento da mandiocultura no país.

SUMÁRIO

- 151 Disponível em: <https://www.vozdomovimento.com/2019/10/26/seminario-debate-proximo-passo-da-rede-productiva-da-mandiocultura-producao-de-farinha-e-derivados-no-extremo-sul-da-bahia/>. Acesso em: 20 maio 2021.
- 152 Disponível em: <https://www.itamarajunoticias.com.br/noticia/farinha-do-extremo-sul-e-sub-produtos-da-mandioca-rumo-a-conquista-de-outros-mercados/>. Acesso em: 20 maio 2021.
- 153 Disponível em: <http://www.sdr.ba.gov.br/noticias/2020-05-21/acoes-voltadas-para-mandiocultura-no-extremo-sul-baiano-comecam-mostrar>. Acesso em: 20 maio 2021.

O município de Teixeira de Freitas também se inseriu no PAT, no qual há a participação de empresas da eucaliptocultura, Ministério Público e bancos financiadores¹⁵⁴. Tudo isso faz notar que, certamente, os produtores de Arara poderiam se inserir nesta cadeia produtiva, que, de todo modo, funciona de maneira adversa ao que foi relatado por sr. Wilson. Em todo caso, a mandiocultura sempre foi, portanto, uma produção pequena para atender às necessidades imediatas em Arara, sem maiores preocupações com a comercialização fora da comunidade. Isso se devia, em grande parte, pelo fato de que grandes plantações exigiam maiores investimentos, contratação de pessoal, custos relativos à climatização, controle químico de pragas e tantos outros elementos, mormente empregados em escala na produção industrial, questões que se colocavam como obstáculo para a maioria dos moradores.

Então, parte do pouco que se produzia até chegava a ser vendido em negociações ocasionais, como vemos no relato acima, mas não havia a prática de comercialização sistemática. Além da mandioca e do feijão, o mesmo se dava com a produção do arroz:

Arroz que produzia pra pra quando não era igual hoje que a gente tem o arroz o feijão ... feijão foi começado plantar aqui... em.. na região em noventa em... de 1970 para cá que começou plantar feijão aqui na região... mas ninguém usava não... PLANTAVA ASSIM um litrim dois... mas plantar quantidade... não plantava não (Wilson, 2020).

Porém, quando questionado sobre qual a produção que mais rendia para comercialização externa, Sr. Wilson respondeu, contando um pouco sobre a produção de mandioca e alguns de seus derivados, comparando essa questão ainda com a produção de feijão e como funcionava a dinâmica do comércio e da alimentação em geral:

154

Disponível em: <https://www.sulbahianews.com.br/extremo-sul-da-bahia-e-destaque-em-productividade-no-cultivo-de-mandioca/>. Acesso em: 21 maio 2021.

O pessoal cultivava mesmo mais era farinha... é::; a farinha que era ... o comércio do pessoal POR ISSO que ficou esse () tudo devassado aí oh...

[...] era o povo o rio num era que nem agora seco... a estrada era canoa né? é::: tudo por água e o outro que levava era de animal né... os animal ... botava as carga () ou trevessava os animal pro lado de lá e as carga pra ir pra Alcobaga ou ... ia por aqui pra Caravelas... era o lugar que o pessoal fazia o comércio... mas num usava vender... primeiro que não produzia feijão nessa época ... aqui não plantava feijão não... não::: plantava arroz pra comer pilado no pilão... era na semana santa arroz o pessoal comia na época o alimento do pessoal era pirão de ÁGUA... (risos) quente... assava a carne ou fritava com dendê... (risos) era assim que era (WILSON, 2020).

Obviamente, o cultivo para consumo interno costumava ser praticado pela maioria, pois garantia alimentação durante o ano todo, mas a produção de mandioca rendia boas vendas, assim como produtos derivados como a farinha e o beiju. É sabido que, justamente pela necessidade de produzir e cultivar a mandioca, muitas áreas verdes de mata foram devastadas - ou, conforme as palavras dos moradores, tudo era “devassado”:

E:::ra mandioca e farinha o foco era isso aí... por isso ficou tudo DEVASSADO de.. a... cabou com as mata também pois que ia fazendo as roças e largando pra lá e ia plantando largando e plantando lar- ia só derrubando né porque as derrubada dava menos mato né e a terra mais cultivada dá mais mato dá mais trabalho pra capinar (Wilson, 2020).

Isso ocorria em parte porque muitos dos proprietários mais antigos costumavam abrir essas áreas verdes para fazer roças, mas não havia uma preocupação maior em reflorestar e, conseqüentemente, mais roças eram feitas mediante derrubadas, mas era demasiado trabalhoso manter as roças limpas ao mesmo tempo.

Por sua vez, as plantações de feijão, ainda que bem menores, só começaram a aparecer após 1970 e serviam mais para consumo

SUMÁRIO

interno, além da pequena produção de hortaliças, a criação de porcos, galinhas e gados. Na verdade, até o momento em que a energia elétrica chegou à comunidade, no final da década de noventa (90), ao abater porcos e galinhas, era necessário salgar a carne e o consumo deveria ser imediato, devido à dificuldade de conservação dos alimentos. Toda essa variedade de alimentos, frutos e carnes garantiu memoráveis momentos de partilha, festas e fartura na maior parte do tempo.

De fato, muitos se lembram da época de infância e, mesmo tendo que ajudar trabalhando nas farinheiras, nos roçados e demais afazeres domésticos, brincava-se nessas farinheiras e, durante a adolescência, dividia-se o tempo entre trabalho duro na produção e a diversão nas várias festas que se organizavam na comunidade na casa de algum compadre ou comadre:

S. E.: costumavam trocar alimentos?

Benedita: É::: é isso mesmo... era... era tudo mesmo

Graci: era tudo tudo mesmo só pro consumo

Benedita: mas ninguém vendia nada...

Bougleux: e não faltava nada?

Graci: NÃO não faltava nada...

Nesses momentos de recreação, partilha e convivência, era possível dividir os frutos do trabalho no qual todos podiam comer até se fartar. A mesa posta, a comida, o ato de comer, a partilha e outras imagens correlatas transitam nessa relação entre alimentação, memória e imaginário. No contexto rural, a vida na roça e a elaboração dos pratos com alimentos do campo formam um universo que comunica a memória afetiva do alimento (Menasche, 2010). Assim, não apenas a fala é capaz de narrar, mas também a própria comida pode nos contar histórias (Menasche, 2010), além de depor sobre nossas vidas, hábitos, afetos, práticas e formas de interagir com o mundo. Comunica ainda a nostalgia do passado, as idealizações que ainda sustentam as representações, o desejo de manter vivo esse universo de referências.

SUMÁRIO

Como os(as) memorialistas rememoram – quase suspirando – “era uma época muito boa e que não volta mais!”. Falar de comida em Arara é algo significativo - parafraseando o pensamento de Brecht que abre esta trilha – e, por isso, é algo que evoca as lembranças de cada indivíduo e, ao mesmo tempo, as memórias coletivas de uma época em que “não faltava nada”.

3.1.8 TRILHA 08 - ESTÓRIAS DAS FARINHEIRAS E AS TÁTICAS DE PRODUÇÃO

A presente e breve *Trilha* relata algo que, para muitos, talvez signifique pouco ou quase nada, mas que a letra “*Farinha é de mandioca*”¹⁵⁵, do alagoano Eliezer Setton – cantor, compositor de forró e membro da Academia Maceioense de Letras – traduz e apresenta de maneira muito poética e com certo caráter universal o tema desta rememoração:

Sou feita de mandioca
Passada no caititu
Qualquer mistura me agrada
Nas mesas de norte a sul
Nada contra quem pensava
Que eu fosse de macaxeira
Sou irmã da tapioca
Que sai da manipueira
Me escalda o caldo de tudo
Carne, peixe, ovo e galinha
Quem me consome eu saúdo
Me orgulho de ser farinha...
Farinha de mandioca
Farinha de cada dia
Farinha que mata a fome
Farinha que delicia

SUMÁRIO

A farinha e as farinheiras de Arara são uma parte muito importante de sua história e memória, fato que levou à dedicatória de algumas narrativas voltadas apenas para elas, pois evocam as alegrias, os dias de muito trabalho, a rotina de homens e mulheres, adultos e crianças, o sustento e as esperanças de muitos moradores até os dias atuais. Na verdade, vários proprietários tinham farinheiras e se dedicavam a essa produção no passado, assim como fazendas, onde muitos de Arara trabalhavam, também produziam farinha de mandioca¹⁵⁶.

Dona Eloisa conta como era o trabalho na fazenda Cascata: “era uma cidade precisava de vê... ele [Quincas Neto, dono da fazenda] matava vaca... viu? tirava as ossada... as costela ele dava os camarada... e a carne ia pra prensa... salgava a carne () e ia pra prensa era enxugada na prensa... era coisa maravilhosa”. Em todo caso, seus relatos remetem à ideia de Michel de Certeau (2014) acerca da relação entre lugares¹⁵⁷ e espaços¹⁵⁸, a saber: “o espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação [...] Em suma, o espaço é um lugar praticado” (Certeau, 2014, p. 184). As farinheiras podem ser tomadas como uma operação determinada pelos sujeitos de apropriação de seus espaços para transformá-los em lugares de produção de existência e de tecnologia, de forma a angariar os recursos disponíveis em seu próprio contexto:

156 Essa produção também dependia do trabalho infantil, principalmente na produção familiar, sendo uma questão política e cultural importante para compreender as fraturas e problemas enfrentados no campo.

157 Segundo o filósofo, “um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência [...] um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições” (Certeau, 2014, p. 184). Isso nos mostra a profunda relação entre lugar e ação, pela qual o lugar torna-se um jogo de relações de poder, de estabelecimento de estratégias e de modos de organizar a vida.

158 Por espaço entende-se “o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflitais ou de proximidades contratuais” (Certeau, 2014, p. 184), pois “existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo” (Certeau, 2014, p. 184). Sendo assim, o espaço é matéria bruta ou qualquer lugar em potencial, palco para ser transformado em enunciação. Os espaços dependem de diferentes formas de captura que faremos para imprimir neles nossa identidade, nossos modos de viver.

SUMÁRIO

Farinheira... farinheira que era tocada a boi... () tocada a boi e tá lá ATÉ Hoje até hoje cê tem que ir lá... nós temo que ir lá... ali é histórico é histórico... nós saia daqui () pra ir lá pra Cascata... pra trabalhar pra tirar o cacau pra fazer tudo... nós saia de canoa ... pra ir pegar cacau... (Eloisa, 2020).

Ao trazer para seu discurso as imagens de uma época de muitas oportunidades de trabalho, Dona Eloisa divagava como alguém que contrastava o passado e o presente, analisando o contexto atual das dificuldades que enfrentava e as que já havia enfrentado. Pensava no potencial das farinheiras naquela época de trabalho na fazenda Cascata e pensava no agora, esse tempo que não se furta a si mesmo e oprime o sujeito. Sim, o presente como uma presença obrigatória que impele o sujeito a “fazer tudo”. A fala de Dona Eloisa sempre resgata a historicidade das coisas, dos momentos e dos espaços praticados.

Vale, por isso, lembrar a posição do senhor Wilson ao dizer que: “o pessoal cultivava mesmo mais era farinha... é::; a farinha que era ... o comércio do pessoal POR ISSO que ficou esse () tudo devassado aí oh...”, mostrando que toda transformação dos espaços implica efeitos de toda ordem. Em meio e ao fundo desses efeitos, a relação com os modos de usufruir dos espaços e neles operar, uma vez que as farinheiras representavam uma das saídas para a sobrevivência, mas produzir roças de mandioca trouxe outras dificuldades. Tal produção, como parte das transformações dos espaços, se deu em função da falta das caças, dos frutos nativos e de outros recursos que se esvaíram com as matas derrubadas – “tudo devassado”, como disse o sr. Wilson em vários momentos.

Atualmente, existe apenas uma única farinheira em funcionamento na comunidade que produz o beiju. As demais não são utilizadas ou não funcionam há muito tempo. Isso leva a refletir sobre os lugares que deixam de ser praticados e voltam a ser espaços que, por sua vez, deixam rastros de significados e, de certa forma, se tornam uma imagem de ruína, de algo que volta a ser potência, possibilidade:

SUMÁRIO

Benedita: nós já torremo farinha... nós já saiu nós saia daqui um pegava o outro botava no colo atravessava o ribeiro pra ir pra pra dançar festa bem longe

[mas aqui na comunidade?

Pedrina: na comunidade saia DAQUI:: pra ir lá na Igrejinha no Bruno... em Antônio de Sola de noite... torrava saiu do FORNO oh saia do forno

Benedita: eu mermo torrei farinha UM MÊS assim contado assim UM MÊS... TODO DIA TODO DIA quin::ze carga de mandioca... quinze carga... num mês assim ... aqui não oh era três forno... era três forno ali debaixo

Pedrina: [é que hoje em dia ali não existe mais né

Quando contou sobre o trabalho na farinheira, Dona Benedita foi enfática quanto ao árduo trabalho de torrar farinha por semanas inteiras. São memórias afetivas importantes.

Com efeito, durante muitos anos, essa tarefa foi rotina e fazia parte do modo de organizar o cotidiano de sua família, assim como de muitas outras. Ainda crianças ou na pré-adolescência¹⁵⁹, era preciso trabalhar duro, apesar de as lembranças expressarem sentimentos de saudosismo e alegria, a rotina era dura. Tudo isso era parte de uma cultura epocal que vem sendo transformada lentamente. Os papéis exercidos por crianças, jovens e adultos no campo são permeados por relações complexas de produção e exploração, necessitando mudanças culturais profundas e a atuação de políticas públicas adequadas para mudar o quadro de permanência de crianças e adolescentes no mundo do trabalho (Reis e Moraes, 2013).

159

Não devemos esquecer que entre o trabalho infantil e o campesinato sempre se estabeleceu uma relação difícil, na qual perpassam inúmeras variáveis. É a partir da mudança na legislação internacional, do advento de uma nova cultura pela preservação da infância e adolescência, bem como dos novos estatutos para as formas de trabalho, que se constituíram também novos debates, diversas mudanças de contexto, implementação de políticas públicas e possibilidades de reestruturação do trabalho no campo para erradicar o trabalho infantil, ainda que haja muito por fazer. Porém, os velhos e velhas de Arara não puderam usufruir desta mudança cultural, social, política e econômica, já que tiveram que trabalhar desde muito cedo para complementar a renda familiar e mesmo para dar conta do trabalho doméstico, que também é muito exaustivo.

SUMÁRIO

Até mesmo para ter momentos de lazer, era necessário garantir que o trabalho de torrar fosse concluído ou adiantado para que pudessem desfrutar das festas e diversões, sabendo que retomariam o trabalho na farinheira no dia seguinte. Até aí, tudo se organizava como qualquer trabalho, não fosse o fato de que ele exigia dedicação desde a mais tenra idade, já que os pais precisavam trabalhar em outros espaços. Assim, o trabalho de torrar a farinha e o cuidado com a farinheira pareciam ser menos custosos para pré-adolescentes, e tais ações eram praticadas também como uma forma de brincadeira, conforme uma ludicidade que se desperta pela criatividade em dominar de outro modo o lugar.

O espaço da farinheira evoca a infância, as interações afetivas que transformam um determinado espaço em lugar de memória:

Era Antônio... era Antônio aí ele tinha a farinheira dele tocada a boi... aí a gente muntava em cima da () e oh (risos) aí e lá a gente ainda vai quando era menino né brincava gostava de tá (risos) rodando rodando MAS quando a gente ficou moça eu torrei em um mês purim purim só parava DE DOMINGO tava na prensa de ma::ssa... era a prensa pra segunda-feira começar torrar outra.. pra não aparar o dia... era enrolado assim enrolado assim. enrolado enrolado ENTÃO a farinha essa costeira toda aí toda aí oh (Maria Benedita, 2020).

Montar o animal enquanto ele roda a mandioca na cacimba para torrã-la. Trabalho mecânico, mas que se impregnou de significados lúdicos e distrações que permaneceram na lembrança de Dona Benedita e dos demais irmãos. Na sequência, têm-se fotografias do que ainda resta da farinheira pertencente à propriedade da família Conceição Silva, especificamente na casa de Dona Pedrina e do senhor Eusébio.

SUMÁRIO

Figura 49: Farinheira da família Conceição Silva



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

Na verdade, alguns moradores, como Dona Eloisa, tentam reativar o funcionamento da farinheira, pensando no sustento da família. No entanto, no passado, geralmente a farinheira era movida a boi e grande parte delas funcionava como fonte importante de renda das famílias.

Algumas cenas desse trabalho foram contadas por Dona Benedita ao lembrar-se da farinheira de seu avô e das brincadeiras de criança. Como afirma Certeau (2014, p. 177 – grifos do autor): “praticar o espaço é, portanto, repetir a experiência jubilatória e silenciosa da infância. É, no lugar, *ser outro* e passar *ao outro*.” A farinheira na imagem anterior, contaram os familiares, deve ter em torno de oitenta a noventa anos e foi levantada pelo avô dos irmãos e irmãs da família, o senhor Antônio. Rastros que levam a pensar nos modos de viver.

S. E.: E Dona Graci lembra dessa farinheira ali?

Graci: [nós lembra

S. E.: trabalhou nela?

Benedita: [AH MEU DEUS::::

Graci [A VIDA NOSSA ERA TORRAR FARINHA...

Sinéis: dava muita farinha () papai botava um mucado de sepa

Benedita: [essa aqui pra subir na beira do paredão era botava um mucado de pau (risos) pra torrar a farinha... porque era muito pequena

SUMÁRIO

Graci: [um mucado de pau... era... de pequena a gente torrava farinha... torramo farinha dos outros.. o povo botava a mandioca... botava a farinha aí nas nossa cozinha aí pra aí dentre ali tinha uma cozinha lá embaixo tombém tinha outra... a gente LEVAVA SEMANA torrando farinha... lembra ()?

A sobrevivência das lembranças depende do confronto, da sua comunicação e testemunho e, por isso, “temos que penetrar nas noções que as orientavam, fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível. Então recomporemos o vaso e conheceremos se foi doméstico, ritual, floral...” (Bosi, 2004, p. 414).

O trabalho de rememoração coletiva propiciado nas conversas em família permitiu repintar o quadro deste trabalho que faz alusão à rotina, à vida de criança, às relações com os vizinhos, com os intervalos das festas e tantas outras cenas, ou para tomar a metáfora de Bosi (2004), outros vasos. Curioso sobre como tudo funcionava e o que ocorria nestas farinheiras, conforme Dona Pedrina detalhou sobre a rotina na produção e o rigor do pai:

Bogleux: essa produção de farinha era todo dia?

Pedrina: NÃO... não... não era todo dia... não era todo dia...

Bogleux: e era aqui mesmo?

Pedrina: era aqui mesmo...

Bogleux: nessa aqui?

Pedrina: é... as vezes não tinha farinha aqui dentro de casa... aí a gente ia lá e pegava um pouco de farinha da mandioca... quando meu pai estava aqui em casa minha mãe estava aqui em casa eu ia lá na negócia ... Isso você foi para onde? foi estava ali na roça arrancando um pouco mandioca brava... ralava e botava e...

Pedrina: para ela ralar a mandioca ele dizia assim: “que eu não vou ralar não que eu não mandei você ir lá para a roça arrancar mandioca... Então você não quer não vai comer a farinha” eu botava a mandioca e nós íamos cevando mandioca né e eu oh...

SUMÁRIO

[uma ia cevando e a senhora ia ralando a mandioca para produzir a farinha]

Bougleux: Isso a senhora tinha mais ou menos quantos anos? Desde pequena?

Pedrina: era... pequena... moça ainda, não saia de dentro de casa

Considerando que o mais velho, senhor Eusébio, tem mais de setenta anos e presenciou sua construção e testemunhou seu funcionamento, vê-se que essa farinheira guarda e simboliza muitas histórias da família, assim como testemunha como era esse importante trabalho na comunidade durante muito tempo, já que, como disse Dona Graci, “nossa vida era torrar farinha.” As farinheiras trazem não só a imagem do passado e dos afetos, mas constituem também um claro rastro de uma série de relações culturais e econômicas da região:

Figura 50: farinheira de Dona Judite, do sr. Wilson



Fonte: acervo pessoal de Dona Maria Inês, filha do sr. Zuza.

Igualmente, as farinheiras formam um lugar de história¹⁶⁰ e memória, tal como o exemplo de farinha encontrada em Arara na imagem acima. Os moradores e moradoras de Arara sempre foram pessoas trabalhadoras muito resistentes, principalmente se considerarmos a pouca ajuda, incentivo ou mesmo a ausência de políticas públicas mais profundas e regulares por parte tanto da Prefeitura de Alcobaça, no período em que a comunidade pertenceu a este município, como mais recentemente em relação à Prefeitura de Teixeira de Freitas. Precisamos acompanhar o relato de Dona Eloisa, que apresenta o cenário das relações e expectativas dos sujeitos relativamente às políticas públicas que poderiam trazer mais desenvolvimento, diminuindo as dificuldades locais:

OIE... essa prefeitura ¹⁶¹aí... muita coisa que ela fez na Arara foi o trator pra poder arar a terra pro povo MAIS NADA ela fez... viu... de colégio que fez assim mesmo tem muitos anos aí de um pra outro mas a Arara num teve esse ajuda muito por prefeitura não... tem porque a gente trabalha viu? cuida das coisa da gente. VOCÊ VEJA SÓ eu tenho muita relacionamento bom... aí... vai fazer dois ano a prefeitura prometeu de fazer uma cozinha indústria lá... eu o lugar da cozinha como eu tenho lá o lugar da cozinha tá lá pra todo mundo ver... eu tenho o lugar pra fazer num é... a gente acabar de ajeitar o que tava lá eles botaram bem pouca coisa... pois é... aí ficou ele me falou Doriu que me falou “olha tem quatro farinha pra Teixeira de Freitas CINCO farinha

160 Para Michel de Certeau (2014, p. 176), “os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo”. A partir dessas postulações do filósofo, foi possível observar como o trabalho coletivo de rememoração, de conversar sobre essa imagem e de deixar que construíssem coletivamente um conjunto mais alinhavado de enunciações sobre as farinheiras permitia constituir um discurso “encorpado” sobre essa imagem que permanecia como ruína, como resto que ainda estava ali no terreiro, em suma, a lembrança como princípio de identificação entre a pessoa e o lugar.

161 Neste ponto do relato, Dona Eloisa faz referência ao trabalho da Secretaria de Agricultura de Teixeira de Freitas chefiada, à época, por Dori Neves. Disponível em: < <https://reportercomagem.com.br/noticias/geral/dori-neves-e-eleito-novo-presidente-do-sindicato-rural-de-teixeira-de-freitas/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SUMÁRIO

pra Teixeira de Freitas”... no meio dum público num fui eu sozinha que tava não... na CEPLAC tava cheio de gente assim... ele falou “a primeira.” ... essa promessa foi agora nesse mandato de Temóteo¹⁶² agora... esperei esperei esperei já tá terminando o mandato e nada de farinha chegar... né? prometeu mas não fez... isso faz muita promessa pra gente que precisa mas não faz... quando a gente pode fazer umas coisa mais melhor pra pra zona rural foi no tempo de Lula isso aí eu morro dizendo... que ele abriu decreto... e qualquer que trabalhasse na zona rural podia tomar um empréstimo daquele (pranato) dele... né tomasse se tomasse dois mil.. pagava mil e quinhento... ou menos ainda né.. nisso aí o povo incentivaram muito mas depois que passou isso pronto (Eloisa, 2020).

Essa constatação se dá por diversos fatores, dentre eles a falta de investimentos sólidos voltados para o trabalho do pequeno produtor, como na expectativa de “ajuda” do Poder Público para “tocarem” suas farinhas por meio de incentivos.

Porém, Eloisa faz referência ao PRONAT, programa “instituído no governo de Luiz Inácio Lula da Silva para ofertar melhores infraestruturas e serviços aos municípios rurais que apresentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), proporcionando assim melhorias sociais e econômicas” (Leal, 2011, p. 24). O PRONAT funcionava sob a perspectiva de desenvolvimento e solução de problemas, a partir da descentralização e aplicação de recursos aos municípios pelo Governo Federal (Leal, 2011).

O que Dona Eloisa põe em cena demonstra que ela e outros tantos sujeitos têm clara consciência da importância de políticas públicas para dar condições ao desenvolvimento do campesinato, observam os efeitos dessas políticas em seus cotidianos e criam expectativas de transformação da própria realidade. Tudo isso mostra

162

Dona Eloisa faz referência ao ex-prefeito Temóteo Alves Brito que foi o primeiro a exercer o cargo entre 1985-88 com a emancipação de Teixeira de Freitas, reelegeu-se em administrando município entre 1993 à 1996 e, seu último pleito - referido no relato da memorialista - foi de 2017-2020. Disponível em: <https://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br/historia/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

como essas questões são recebidas de formas diferentes pelos sujeitos. Em outras épocas, a farinha e o trabalho de produzir farinha de mandioca eram passados de geração em geração, ajudando a manter diversas famílias, como a família da finada Dona Judite ou do senhor Deraldo, mas existiram outras.

Além de Dona Eloisa, eis que seu Zeco registra a história de sua família: “O meu avô materno era cafeicultor e produtor de farinha de mandioca tinha uma farinha movimentada ao pescoço de boi para ralar a mandioca e café também era beneficiado no pescoço de boi” (Zeco, diário) e o foco da produção para vendagem era a farinha de mandioca:

O meu avô fazia farinha, mandava para o armazém em Alcobaça e lá o patrão recebia a farinha, o café o patrão vendia, mandava a mercadoria, sabão, querosene, sal sabão e o meu avô só ia em Alcobaça no final do ano acertar conta e pagar imposto e acertar a missa do Natal e Ano Novo ou então quando tinha reunião de político ou de igreja, no mais vivia fundado na roça (Zeco, diário).

Assim, os mais velhos de hoje viram seus pais, mães e avós trabalharem com a farinha e disso guardam boas lembranças. Esse tipo de produção dava condições de abastecer as famílias e suas dispensas com outros produtos e gêneros alimentícios. Sendo assim, resgatar essa passagem é fundamental para melhor compreender as estratégias que desenvolveram para resolver o sustento familiar e, com isso, a criação de modos de viver e trabalhar. Na verdade, o que se mostra é que os moradores sustentaram e ainda parecem sustentar a crença de que a plantação de mandioca é um recurso eficaz para garantir alimento de forma prática e menos custosa, principalmente porque seu cultivo e beneficiamento são mais acessíveis, bem como pode ser realizado em pequenas propriedades. Além disso, as raízes são utilizadas para a produção de várias receitas, seja para a alimentação cotidiana, seja para render o quantitativo de sacas que garanta alguma comercialização em feiras ou na própria comunidade. Abaixo uma imagem representativa de uma farinha “puxada a boi”:

SUMÁRIO

Figura 51: Exemplo de farinheira



Fonte: Sítio eletrônico Portal G1 (s.d.)¹⁶³.

Como visto, muitos dos mais velhos se lembram das brincadeiras que praticavam durante a produção quando ainda eram pré-adolescentes. De fato, começava-se a realizar o trabalho nas farinheiras desde muito cedo. Às vezes, era preciso passar o dia inteiro torrando a farinha e por vários dias consecutivos. Nessa época, elas não eram “puxadas a boi” e muitos se recordam da diversão de quando eram crianças, isto é, subir no lombo do boi e ficar rodando várias vezes na farinheira enquanto, nesse movimento, a farinha era torrada. Essas brincadeiras são lembradas com alegria.

Depois disso, era necessário trabalhar na prensa da farinha, o que geralmente ocorria nos fins de semana, para que, ao iniciar a semana seguinte, tornassem a recomençar o trabalho de torrar farinha. Era um trabalho árduo e que envolvia toda a família, pois durava semanas devido à grande quantidade de farinha e para dar conta de todo o preparo. Trabalho, alegria, brincadeira e luta, é tudo

163

Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/videos/v/construido-em-1860-engenho-de-farinha-e-reaberto-apos-restauracao-conheca/7519162/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

isso e muito mais o que as farinheiras representaram no passado e representam para quem se lembra delas: “é uma luta, mas uma luta vencida” (Eloisa, 2020).

Eloisa: É UMA LUTA mas uma luta vencida em nome de Jesus... isso apodrece () aqui não tem mais não ACABOU (explica sobre alguns tipos de madeira) se (tu vai) por aqui não tem farinha mais não... a única farinha que (tá tendo) aí é de beiju... mas de farinha não tem mais não...

Bougleux: ah sim... eu vi a... uma... de beiju ali na casa de Dona Damiana...

Eloisa: [É::::: de beiju tem agora farinha mesmo de de de... de:: farinha de fazer farinha não tem mais não... eles compra a goma ago::ra... e faz o beiju aí...

Se abri essa trilha com um relato de Dona Eloisa acerca do passado das farinheiras, é porque suas histórias, a todo momento, tensionam entre passado, presente e futuro. Isso mostra, no tempo do agora, a tentativa de reavivar uma farinha, pensando nas necessidades imediatas de alimentação, de renda e na possibilidade de seus filhos terem a oportunidade de se articularem frente às dificuldades atuais:

Aí quando eu falei da farinha que a gente... num é que eu gostava muito da mandioca e há muitos anos... desde que eu nasci que eu encontrei mamãe trabalhando com com farinha com mandioca num é eu essa cultura eu tô levando pra frente mas eu precisava da do tá legalizado pra mim entregar minha farinha adequada... eu to você veja eu tô com quatro cinco saca de farinha lá eu não pude vender ainda... por quê? porque () na feira ia pagar bagatela... que é de graça né? eu num tenho carro pra trazer na feira também... num tem uma coisa nem a outra... aí ele me disse pra mim “oh Dona Eloisa... nós temos cinco farinha pro Teixeira de Freitas” onde Temóteo logo... no mandato de Temóteo... entrou... “a primeira vai ser... da senhora”.. esperei esperei (Eloisa, 2020).

No relato acima, Dona Eloisa conta sua tentativa de conseguir com o Poder Público recursos para a realização de algum tipo de financiamento ou ajuda de custo para a reconstrução de sua

SUMÁRIO

farinheira, que, até então, ela tentava reerguer com recursos próprios paulatinamente. Chama atenção em suas colocações a clara falta de vontade política em desenvolver políticas públicas locais eficazes que, de fato, pudessem ajudar os camponeses em seus microempreendimentos. As promessas feitas a Dona Eloisa, assim como para outros agricultores e agricultoras, não se concretizaram. No relato a seguir, ela expressa as vantagens de reerguer a farinheira para o sustento da família como parte de seu projeto pessoal:

Eu num paro não ... de jeito nenhum ... eles aí TUDO pararam de de ... de de com a farinheira eu não paro a minha eu não paro não a minha vai pra frente... só paro quando eu morrer... agora essa daqui eu to PELEJANDO... pra ver se se a PREFEITURA me ajuda botar ela pra frente ela precisa de muita coisa ali e eu num vou eu to conseguindo ()... o negócio não é fácil a gente ganha o salário... esse salário pra gente comê beber fazer alguma coisa num dá não principalmente agora que um quilo de arroz foi pra vinte e tantos NUNca vi uma coisa dessas que é isso? vinte e tanto de () cumé que vamo comer arroz? () fazer polenta... viu? jogar o caldin do feijão com com caldim da carne por cima o carne também ninguém pode tá podendo comer o que tiver e coMER... e deixar (o negócio) de arroz de lado porque o arroz... arroz também num tem sangue não...né a polenta dá mais resultado... (Eloisa, 2020).

No entanto, Dona Eloisa também analisa as dificuldades para concretizar seu projeto com a farinheira frente ao contexto econômico atual e à falta de apoio de políticas públicas, como já pontuado, para fortalecer o trabalhador do campo:

Tem que parar parar mesmo porque as coisa tá demais da conta é um absurdo... um absurdo um quilo de arroz ir pra vinte vinte oito vinte nove reais quase trinta real que é isso? o quilo de carne é trinta quase quarenta real... que absurdo é esse? ... o salário parece que aumentou vinte real num foi? ... diminuiu procê ver rapaz (Eloisa, 2020).

Frente à ausência de apoio do setor público, resta ao homem e à mulher do campo traçar suas próprias estratégias, fortalecendo suas

SUMÁRIO

próprias práticas e táticas de sobrevivência. Retomar a farinha representa, como no caso de Dona Eloisa, o resgate de algo que foi bem-sucedido no passado, mas que, por diversas razões, foi abandonado e, no momento presente, poderia garantir algum sustento imediato.

Todo esse movimento de busca e de resgate converge na imagem da peleja expressa por Dona Eloisa, que insiste em não parar. Sua luta, em específico, se deu justamente no período de sua vida em que vencia um câncer no intestino e, mesmo tendo atravessado essa etapa difícil, mantinha acesa sua vontade de resolver os problemas de sua família, de se envolver com as questões da comunidade e de encontrar soluções para os problemas imediatos, sempre com um olhar para o futuro. Cabe dizer: a farinha torna-se um lugar, ou seja, um espaço praticado, mas também um espaço de esperança de alguma segurança alimentar. Como expressam os versos da estrofe final da canção de Eliezer Setton que abre essa *Trilha*: “farinha de cada dia, farinha que mata a fome”.

3.1.9 TRILHA 09 - ESTÓRIAS DO TEMPO DO CACAU

“Foi a vassoura de bruxa que acabou com tudo”. (Eusébio)

Embora a região do baixo sul da Bahia seja conhecida pelo histórico da larga produção de cacau durante várias décadas do século XX, na qual o litoral passou também a ser conhecida como Costa do Cacau, não se pode esquecer que no Extremo Sul baiano essa cultura foi muito importante por certo período. A produção cacauzeira predominou por mais de duzentos anos sob a “liderança” de cidades como Itabuna e Ilhéus, respondendo como parte da balança comercial externa brasileira e *commodity*, de forma que esses elementos propiciaram a constituição de uma identidade cultural, política e econômica na região como um todo. Tudo isso construiu poderosos agenciamentos de poder local, ora dominado pelos coronéis e outras figuras de ordem política e/ou militar (Rangel; Tonella, 2013).

Nas lembranças dos velhos de Arara, encontramos rastros dessa era que também deixou no Extremo Sul suas marcas. Esta é, pois, a trilha *no tempo do cacau*.

Na época em que o cacau prosperou no Extremo Sul baiano, principalmente após a década de 20 e em fazendas como a Cascata, Serraria, Janina, Itabaiana, dentre outras, a larga produção abriu oportunidades de trabalho para muitos moradores da comunidade Arara. Sendo assim, não foi à toa que as imagens desse momento logo surgissem nas narrativas e emergissem das lembranças, como contou Dona Eloisa: “Nós saía daqui () pra ir lá pra Cascata... pra trabalhar pra tirar o cacau pra fazer tudo... nós saía de canoa ... pra ir pegar cacau... era... (Eloisa, 2020)”. De fato, a fazenda Cascata foi uma das responsáveis pelo abastecimento local e, segundo Siara Oliveira (2020)¹⁶⁴, com a queda da produção de café, Quincas Neto – o proprietário da época – investiu na cultura do cacau.

Devido à necessidade de complementação da renda e de contribuir com o orçamento familiar, muitos começaram a trabalhar na pré-adolescência nas plantações de cacau da fazenda Cascata, como disse Dona Eloisa: “meus menino pequeno já na base de doze ano saía aqui pra trabaia pra ele no cacau aí embaixo lá embaixo naquele rio ia trabalhar né... pra ganhar dinheiro meu marido foi aposentado”. Esse processo exigia dos moradores uma reorganização de suas rotinas e esforço coletivo para realização deste trabalho. Formavam, assim, parte do “batalhão”, como disse Dona Eloisa, dos trabalhadores contratados por Quincas Neto para garantir produção, colheita e escoamento da produção.

No caso dos moradores e moradoras de Arara, era preciso pegar canoa e atravessar o rio para passar o dia trabalhando nas várias roças de cacau.

164

Disponível em: <https://www.sulbahianews.com.br/fatos-historicos-a-evolucao-de-teixeira-por-meio-da-fazenda-cascata/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

S. E.: vocês pegaram a época do cacau?

Benedita: peguemo OH::: trabalhemo muito

Graci: [tirava muito cacau... era dois três dia ... embaixo de chuva

Benedita: [embaixo de CHU::VA ... NÓS passava pra lá oh... passava pra lá...

Graci: [o rio tava seco (risos)

Pedrina: [quando a gente vinha de lá pra cá com a água aqui oh..

Graci: [encheno... e gente mermo e gente culhendo...

Benedita: [e a água passando dentro do cacau assim oh... e a gente colhendo cacau... pegando cacau .. é

Graci: [colhendo cacau... quebrano... o redemoin (risos)... era...

Benedita: José Martin aí oh... o meu Deus trabalhemo foi muito muito muito ATÉ minha mãe também tirou cacau... minha mãe também ia tirá.. era.. era dois três dia aí oh... tirando cacau

Graci: [cada cada uma rumona assim oh quem tava aqui ... quem tava desse lado aqui não via quem tava do lado de lá não... nera aquela aquela rumona assim oh... E MUITA GENTE...

Benedita: uma duas três ruma de cacau toda as três tinha gente... e não dava conta...

Graci: era muito cacau... muito cacau o povo era muito muito muito::: negócio de primeiro né Maria pro lado de cacau... essas coisas aí...

Bougleux: quem produzia essa cacau todo gente? era fazenda de quem?

Benedita: de Martin...

Eusébio: [todo mundo tinha... todo mundo daqui até lá...

Dona Benedita é taxativa ao dizer que trabalharam muito no cacau e nas várias etapas da cultura. Impressiona que a necessidade os forçasse a trabalhar sob sol, chuva e por vários dias. Ao menos duas gerações trabalharam nessas produções tanto na fazenda Cascata com em outras da circunvizinhança.

SUMÁRIO

Recordando a viagem feita com Dona Eloisa até o Cantagalo, na visita à Dona Egídia – ainda em outubro de 2020 - e, ao trafegar pela ladeira da Cascata na BA 290, próxima à ponte, ela disse: “oi, tudo isso aqui já foi de cacau!”, fazendo referência às propriedades às margens do rio Itanhém que, naquela várzea, já foram produtoras. Essas terras estão no que hoje correspondem aos limites entre os municípios de Teixeira de Freitas e Alcobaça. Nesse contexto, personalidades como o senhor Deraldo, senhor Izídio e o senhor Nelson Lourenço trabalharam nas roças de cacau, como também produziram em suas propriedades essa cultura. As histórias que os velhos de Arara contaram mostram que, em geral, a produção foi muito farta e era preciso muitos trabalhadores para dar conta da empreitada e, às vezes, esse trabalho era realizado debaixo de chuva, isto é, fizesse sol ou chuva, a colheita perdurava por vários dias, como vemos no relato acima.

Na prática, diariamente atravessava-se o rio no período mais seco, mas, por vezes, era preciso atravessar com o rio mais cheio ou mesmo de canoa:

Eusébio: lá no no na matinha tinha era quinhentas sessentas sacas de cacau quebrada...

Benedita: aí daqui a pouco chegava aqui .. cinco hora da tarde...

Graci: [seis hora da tarde...

o dia TODIM SENTADA SENTADA...

Eusébio [era cinquenta sessenta pessoa pra quebrar moço

Benedita: e não terminava também não...

Benedita: era a semana... a semana

Eusébio: a gente carregava conduzia era ... quatro dia começava quinta e () começava quinta e terminava domingo até mei dia... quando a gente terminava colocava terminava chegava com a cara dessa cor aqui oh...

Benedita [vermelho...

Graci: tá na hora de botar no fermento... na na barçaça...

SUMÁRIO

Eusébio: nós levava de quinta a domingo pra quebra o cacau

Bogleux: o cacau prosperou bem aqui né?

Graci e Benedita: E:::RA...

Graci e Eusébio: a vassoura de bruxa que acabou

Bogleux: e depois do cacau?

Eusébio: depois do cacau ficou todo mundo ()
desempregado

Graci: que tinha muita gente que empregava a gente
por causa dos cacau roça era... era podar era na época
de colher todo mundo quando tava roçando ai já tava
produzindo aí... depois que quando produzi.. aí já tava
madurecendo pro povo já colher... aí faltava trabalho não
pro povo... ai era direto nera Maria? era roçan::do era
podan::do colhen::no

Bogleux: tinha vários tipos de trabalho né?

Graci: tinha tinha...

Benedita: só na roça de cacau do finado Martin tinha tinha
tinha... tinha:: quatro roça né Zé? quatro roça de cacau...só
cacau puro puro puro puro... quatro roça de cacau ... tudo
nesse brejo aí oh...

Produção farta, dezenas de trabalhadores arregimentados para o trabalho na monocultura, condições de trabalho bastante duras, o que não implicava em bons recebimentos, como veremos.

Por outro lado, a produção nas grandes fazendas estimulou pequenas plantações nas propriedades de muitos moradores de Arara, como ainda hoje se encontra. Muitos que viveram neste período trabalhando para o finado Quincas Neto, finado José Martins Félix, dentre outros donos de fazendas vizinhas. Zuza, Zeco e Wilson contam um pouco sobre essa dinâmica de compra de pedaços de terra, a produção do cacau e a relação com fazendeiros:

Zeco: A Dona Sabina também comprou que essa aqui foi do avô dele... essa área aqui foi do avô dele... o avô vendeu ... vendeu a caixa toda... pro finado Martins... () e o finado Martins que era compadre dela e vizinho chegou com dó dela... vendeu uma parte pra ela... [cem braças cem braças de terra...

SUMÁRIO

Wilson: [cem braços ... [da estrada pra cima...

Zuza: [A terra da margem do rio ai começaram daqui pra lá...

Zeco: [DA TERRA da margem do rio já tinha um contrato de cacau que comprou na mão de José Muniz... o irmão do do avô de Zé Sérgio Figueiredo...ele já tinha comprado esse contrato de cacau ... aí ficou a parte da beira do rio pra ele da beira de estrada de geral pra lá... aí embaixo passava a estrada de geral... era uma estrada de pedestre era uma estrada geral de TROPA de BOIA:::Da de gente navegada então da estrada geral pra lá era dele ... ele ficou pra lá pra ele DA BEIRA da estrada geral pra cima .. ficou a cem braços dela pra ela ocupar mais os filhos... (risos)

A seguir, temos um exemplo de plantação de cacau pertencente ao senhor Zuza, presente em sua propriedade em Arara:

Figura 52: plantação de cacau do senhor Derly Félix da Silva



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

Agricultores, como o senhor Zuza, ainda tentam manter essas pequenas produções trabalhando sozinhos ou fazendo pequenas permutas e empreitadas. Das diferentes lembranças que se complementam, ajudam a formar um quadro relativamente bem formado das práticas, rotinas e relações que estabeleceram a partir da cultura cacauera.

Em várias ocasiões, me disseram que foi um período bom para juntar algum dinheiro: “todo mundo juntou uns cruzeiros” (Zuza, 2020). No cotidiano da produção, formavam-se montes volumosos de cacau colhido e em várias porções, o que reunia uma grande quantidade de pessoas: algumas colhendo, outras torrando, outras carregando, outros grupos cuidando dos coxos de fermentação e executando as várias etapas do manejo e da colheita. Esses anos de produção de cacau na região trouxeram fartura, emprego e muito trabalho para muitos dos moradores e moradoras de Arara. Mas como lembra senhor Eusébio: “depois do cacau ficou todo mundo () desempregado”. Apesar do trabalho duro, como destaca Dona Benedita, em meio à conversa nostálgica:

Pedrina: aquele tempo que era bom...

Benedita: Ganhava micharia menino... dez reais...
[Era cruzeiro (risos)]

Graci: [DEZ CONTO MARIA? ERA CRUZE::IRO... ERA::
(risos) O REAL tem pouco tempo que saiu

Benedita: [NAQUELE TEMPO ERA BOM::: ERA BOM era...

Dona Benedita lembra que o valor do trabalho era baixo e que, para alguém juntar os cruzeiros - como disse o senhor Zuza -, era preciso trabalhar ainda mais e por muito mais tempo. Muitos deles trabalharam nas fazendas produtoras, intercalando com produções próprias, como o sr. Zuza, ainda na época em que seu pai, o senhor Deraldo, começou dessa forma. No trecho da conversa a seguir, temos um panorama da dinâmica de produção, quanto se recebia pelo trabalho e, principalmente, o que se podia fazer com o resultado do esforço, por exemplo:

Graci: [Era cruzeiro... nera pegava dinheiro pra caramba e carregava

Pedrina: [e a gente ficava um bom tempo pra comprar roupa pra gente...

Graci: [compra::va roupa sapato tudo era... nera?

SUMÁRIO

Pedrina [papai falava “se vocês quiser comprar vocês têm que trabalhar” no café .. no café dire::to...

Graci: É::: então é... meu pai de primeiro tinha cacau... tinha cacau aí a gente sobrevivia do cacau dele... era... nera Guel?... a hã.. hum rum...

Trabalhar no cacau trouxe uma aparente “independência” na época da adolescência deles. Isso porque, além de trabalharem na produção da mandioca e nas farinheiras, me contaram que o pai, o senhor Nelson Lourenço da Silva, dizia que se quisessem comprar roupas e sapatos, era preciso trabalhar. Se a farinha garantia a subsistência e o atendimento das necessidades imediatas da família, o trabalho no cacau lhes deu condições de consumir outros produtos, como disse Dona Pedrina: “a gente ficava um bom tempo pra comprar roupa pra gente”. Essa e tantas outras famílias dependeram do cacau – como do café e da farinha – para sobreviverem. Mas para todos (as): “naquele tempo era bom”.

O que se vê é que o processo de colheita nas fazendas produtoras demorava semanas, mesmo mobilizando muitas pessoas, e o trabalho pesado de quebrar o cacau sob o sol era bastante rigoroso; voltavam para casa no final da tarde com o rosto avermelhado pelo dia de trabalho. Quem participava dessa rotina recebia por dia, e a diária de trabalho nas roças de cacau era de aproximadamente dez mil cruzeiros¹⁶⁵.

Porém, os filhos e filhas adolescentes eram incentivados a trabalhar, pois era preciso assumir essa responsabilidade para terem condições de comprar produtos como roupas e sapatos novos, como vemos na conversa acima. Naquela época, havia cuidado com a educação com certo rigor, mas no sentido de estimular que todos produzissem e contribuíssem, além de buscarem ter responsabilidades.

165

As diversas mudanças monetárias pelas quais o Brasil passou tornam a questão do cálculo bastante complexa de modo geral. Os(as) memorialistas relembram da moeda Cruzeiro brasileiro – BRC, que vigorou até 1994. Para se ter uma ideia, dez mil cruzeiros convertidos em real resultariam em aproximadamente R\$ 4,00 reais atualmente, segundo o Conversor de Moeda Corrente. Disponível em: https://pt.coinmill.com/BRC_BRL.html#BRC=10.000. Acesso em: 20 jun. 2021.

Antes da criação da estrada que liga a fazenda Cascata à Aparajú, atual BA 696, a produção de cacau era transportada pelo rio Itanhém em canoas. Esse era o transporte mais comum e levava pelo menos dois dias para chegar a Alcobaça. Porém, devido à umidade, era necessário esperar ainda mais três a quatro dias para secar o cacau em esteiras de taboa no meio da rua. Após a abertura da estrada, os produtos do senhor Joaquim Muniz Neto e mesmo de outros produtores de regiões próximas eram transportados em lombos de animais até a Cascata, e daí tudo seguia em carros. Abaixo, uma imagem representativa dos frutos:

Figura 53: cacau em diferentes pontos de maturação



Fonte: SENAR (2018, p. 122).

Na conversa com Zuza, Zeco e Wilson, vemos que, para os moradores de Arara, o cacau foi mais um recurso e, de qualquer forma, precisavam produzir outros gêneros e culturas, já que o período do cacau era limitado a poucos meses durante o ano:

Zuza: depois veio o cacau... quando apareceu o cacau aí () a maior parte se infiltrou bastante no cacau... HOJE ainda tem cacau... é mas caiu muito café... não existe mais... aqui () do povo da nossa região ... pode dizer que ninguém tem café... tinha uns que ainda tinha alguma moitinha um pezín até desses cafés modernos ... ninguém tem...

Bougleux: e o pessoal aqui de Arara produz o quê?

Zuza: hoje em dia se produz a mandioca feijão milho... é::: a banana e tem a pecuária que avançou mais... foi...

Wilson: [tava dizendo a ele Zeco nós aqui não conhecia feijão não né? feijão foi de 1970 ou...

Zeco: [não de... de... foi de nós começemo a conhecer feijão aqui foi depois daquela da época daquela estiagem aquela a primeira estiagem de 51 pra 52... começou-se a plantar mais feijão na época... só pra comer...

Sendo assim, a participação dos muitos jovens e adultos da comunidade na lavoura, seja no processo de colheita e beneficiamento, foi fundamental para o desenvolvimento e prosperidade das fazendas cacaeiras na região. A produção era muito farta e, mesmo arregimentando um número considerável de trabalhadores, demoravam-se vários dias para dar conta de colher e quebrar todo o cacau. Todo esse processo dependia de várias etapas, tais como a fermentação das amêndoas, que era feita em cochos. Abaixo, uma imagem representativa:

Figura 54: Cocho convencional



Fonte: SENAR (2018, p. 129).

Após o processo de fermentação, como é de praxe na produção cacaeira, passa-se à secagem, que normalmente era feita de forma natural para reduzir a umidade das sementes, concluir os processos químicos da fermentação e dar continuidade ao beneficiamento (SENAR, 2018). Algumas propriedades em Arara

ainda possuem as ferramentas e tecnologias necessárias para a cultura do cacau, tal como nos tempos áureos dessa produção:

Figura 55: Barcaça de secagem



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

Nas histórias contadas pelos narradores de Arara, ficou claro que os mais velhos participavam de todas as etapas de produção. Ainda é possível encontrar barcaças para a secagem do cacau, conhecida como secagem natural, como é o caso do exemplar na imagem 55, presente na propriedade dos descendentes do senhor Izídio, na fazenda Arara. Registrei essa fotografia no dia em que fui andar pela mata com o senhor Zuza. No percurso de volta, que passa pela fazenda Arara, fui autorizado a fotografar. Ainda existe essa barcaça, presente na imagem anterior, e mais uma que foi desativada. Considerando que muitos trabalharam na Cascata, vemos abaixo as barcaças utilizadas na época na referida fazenda:

SUMÁRIO

Figura 56: Barcaças antigas da fazenda Cascata



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2021).

A seguir, uma imagem representativa do que foi o epílogo desta história, isto é, o fim da era do cacau na região, que obrigou as fazendas a buscarem outras culturas, a saber: a vassoura de bruxa, uma doença causada por fungo:

Figura 57: Vassoura de bruxa



Fonte: Sítio eletrônico Wikipédia¹⁶⁶.

Na verdade, a vassoura de bruxa, *crinipellis pernicioso*, surgiu na Bahia ainda na década de 80 e, por conta disso, a produção cacaueteira sofreu baixas não só neste Estado, mas em todo o Brasil, inclusive devido às dificuldades de manejo desta e de outras doenças fúngicas que atacam o cacaueteiro e outras formas de cultura (Alves, 2002).

Com isso, além da perda severa de safras, muitos proprietários tiveram que vender terras, e houve aumento do desemprego, já que as lavouras empregavam muitos trabalhadores periodicamente para as várias etapas do cultivo, causando também danos ao meio ambiente como um todo (Alves, 2002). De forma geral, em diferentes graus, todas essas ocorrências afetaram a comunidade de Arara, pois muitos trabalhadores perderam essa fonte de renda, os grandes fazendeiros venderam partes de suas propriedades e houve uma alteração radical nas questões ambientais.

Por outro lado, antes de a vassoura de bruxa encerrar um grande ciclo de produção cacaueteira, diversos moradores conseguiram aliviar as dificuldades financeiras e realizar muitas coisas “com o dinheiro do cacau”:

Meu avô comprou essa área a área aí vizinha aqui oh... daquela cerca pra lá... comprou essa posse na mão de... um senhor de nome João Dias... e... um tal de Ordêncio Periquito... era dois posseantes... aí comprou em 1923... vinte dois e vinte três pra minha mãe... aí... havia cinquenta braças cento e dez metros de frente NA MARGEM daquelas cento e dez metros ... papai já lavrou (risos) aquela distância ... do outro lado também que era o senhor Hernestino que era o avô dele... eh também ia fazendo a mesma coisa: eles iam naquele ritmo (risos) sabe quando essa posse ... de minha mãe foi medida? ... em cinquenta e três... em 53 que papai mediu... papai já tinha cacau que tava produzindo PAGOU essa medição com o dinheiro de cacau (risos)... que começou plantar cacau em 42... então só mediu a posse em 53... eh dez anos depois... (risos) com o dinheiro do cacau (Zeco, 2020).

SUMÁRIO

Após esse período de conquistas e boa produção, restaram poucos proprietários e agricultores em Arara que ainda tentam cultivar o cacau em pequenas lavouras. A era do cacau no Extremo Sul baiano e na comunidade Arara foi decisiva para estabelecer mudanças, alterar a dinâmica socioeconômica da região e imprimir-se na memória das pessoas como um período importante de suas vidas, como se vê no exemplo das terras que foram compradas nas mãos de posseiros no início do século passado, conforme a história do sr. Zeco. No caso, uma braça¹⁶⁷ equivale a 2,20 metros, e daí pode-se ter uma ideia do esforço empreendido para trabalhar e adquirir as “posses” naquela época.

Como disseram alguns memorialistas: “a vassoura acabou com tudo!” Se, por um lado, a era do cacau foi deixada para trás pelas “vassouradas”, por outro lado, não apagou da memória de muitos a prosperidade que trouxe à região, as oportunidades que tiveram com esse trabalho e, principalmente, a interação e as vivências entre os amigos, parentes, compadres e comadres. O cacau também deixou seus afetos guardados na lembrança!

3.1.10 TRILHA 10 - A VIDA É TRABALHO, MAS TAMBÉM É FESTA

“Naquele tempo era bom... Era bom... Era...” (Maria Benedita)

Um destacado historiador francês, Pierre Nora, dizia que a memória é algo vivo e são as pessoas que a mantêm viva, como uma herança, mas que, com o passar do tempo, vai se transformando, se deformando e muitos elementos, lembranças e imagens ora ressurgem repentinamente, ora caem no esquecimento, porque ela é dinâmica (Nora, 1993). No entanto, os lugares nos quais vivemos estão “impregnados” de rastros, vestígios e pistas de nossas vivências e experiências, isto é, os lugares se tornam memória.

167

Conforme a tabela de medidas disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Medidas-antigas-nao-decimais.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2021.

No caso da comunidade Arara, ao realizar o trabalho de rememoração das situações e eventos que marcaram os moradores e moradoras mais antigos e os velhos atualmente, as festas surgem como uma imagem poderosa, forte e de muitas experiências e vivências de alegria. Foi proposital deixar esta trilha por último, porque todas as anteriores fazem referência ao trabalho, à dureza da vida, à necessidade de sobrevivência, às lutas, às árduas rotinas e, sub-repticiamente, aos muitos sofrimentos e dificuldades. Por isso, quis encerrar as trilhas coletivas com muita festa, porque, como me disse Dona Eloisa: “antigamente a gente fazia umas festas bo:::a... tinha aquele prazer LÃ em casa cansou de a gente fazer festa e o povo gostava” (Eloisa, 2020). É, sem dúvida, impossível não pensar no manancial de afetos que essas festas propiciavam e, por essa razão, questiono a Dona Eloisa sobre como eram esses momentos:

Nós fazia brincade::ira... entendeu? cantamo re::is isso tudo a gente já fiz na minha vida... né...comecei pastorinha da idade de uns oito NOVE ano... era pastorinha carregava (risos) na mão... andava cansava ainda tinha um homem que chamava e::: esqueci o nome do homem agora que queria de mamãe desse eu que era um fazendeiro famosa famada que tinha aí né... queria que mamãe desse eu pra poder ... ele ensinar estudo ensinar tudo mamãe não quis dar mas... Deus me perdoe tá certo ela num queria dar porque era fia dela (Eloisa, 2020).

Se abro espaço para as festas neste livro-memória, então penso nas suas dimensões religiosas e profanas. Esta *trilha* de Arara é dedicada a registrar um pouco do que ainda vive na memória individual de quem narrou essas histórias, mas que fez parte do coletivo, de uma época que deixa saudades e que contribuiu para fortalecer as raízes e o pertencimento cultural dessas pessoas ao lugar. Se a rotina era de muito trabalho, isso não quer dizer que não houvesse espaço para momentos de lazer. Gosto de lembrar das risadas de Dona Benedita contando sobre as quermesses e movimentações que estimulavam a todos nos preparativos:

SUMÁRIO

UMA HORA DA MADRUGADA... a gente vinha da festa a gente ia pra festa... terminava de torrar a farinha a gente saía pra festa... aí tinha festa... “Ah vamo embora lá vamo embora lá” quando chegava doze e meia uma hora vinha embora... vinha embora só ia chegar em casa só ir na cozinha ir pra farinheira botava fogo no forno e torrava... de novo num dormia... não dormia... e:::ra não dormia (Maria Benedita, 2020).

Dado o rigor de seus pais na época, para poderem se divertir em alguma festa, era preciso deixar o trabalho adiantado, pronto, ou retomá-lo após a diversão no raiar do dia. Mas essa dinâmica desenvolveu o senso de responsabilidade e, ao mesmo tempo, tornava esses momentos ainda mais desejáveis, ao que são lembrados com muita alegria e saudosismo. E não poderia ser diferente!

Assim, se tratamos de festejos, estes envolvem tanto as celebrações religiosas, principalmente relativas aos santos católicos – tais como São Bernardo e São Benedito – e às festas profanas¹⁶⁸, sendo que nessas movimentações não religiosas também ocorriam em dias de santo como etapa posterior às rezas coletivas:

168 Se tomo os termos “sagrado” e “profano”, não o faço sem considerar o processo de rasura ao qual esse binarismo precisa ser submetido, especialmente pela ótica pós-colonial, naquilo que confere a esses termos seus engessamentos e as marcas da cultura judaico-cristã e/ou católica popular. Stuart Hall (2013) postula que os elementos da cultura colonial se dão sob a égide de posições de verdade, nas quais o binarismo é um anseio constante de estabilização dos sentidos, das referências e dos elementos que guiam a interpretação da cultura e das subjetividades. Sendo assim, o que estatui a noção de sagrado e profano advém de discursos construídos ao longo de séculos sob signos de violência, domínio, aculturação e apagamentos. Mostra-se, então, a clivagem dessas referências e, consoante o referido autor, “as diferenças entre as culturas colonizadora e colonizada permanecem profundas” (Hall, 2013, p. 118). Isso obriga “a reler os binarismos como formas de transculturação, de tradução cultural” (Hall, 2013, p. 119). Sendo assim, entender o que é sagrado e profano nos termos dos velhos é perturbar a história desses conceitos que ainda são norteadores de suas representações e memórias. Nessas condições, o que determina conceitualmente tal binarismo são narrativas construídas em um largo período de tempo e que passam a fazer parte das subjetividades, são lentes que servem para interpretar o mundo.

Nós dançamos samba... é ali numa casa grande que tem lá... oh meu deus do céu amanhecia o dia... a casa de assoalho que tinha... mas tinha que... aí batia... é tinha caixa... tinha uma caixa... aí da caixa... eh... tinha uma caixa eles batiam na caixa tinha um pedacinho de pau desse tamanho... e tinha um santo... o santo de são Benedito que é a Arara ali oh... se falar que todo ano tinha festa de são Benedito (Pedrina, 2020).

A imagem da *casa de assoalho* é muito interessante, pois revela não só os modos de habitar e construir as casas, mas também certamente o som dos pés batendo e se arrastando em danças. Nesse caso, ocorriam os sambas, além da folia de reis e ajuntamentos do gênero. Nos relatos de Dona Pedrina, chamam a atenção suas referências aos instrumentos musicais.

É certo que o som e a beleza das músicas tocadas por sanfoneiros e instrumentos de percussão deixaram suas impressões no corpo, um corpo-memória. Vale destacar que as festas do catolicismo popular são importantes objetos de pesquisa na História Cultural, marcos da memória social, importantes signos coletivos, engendram representações sociais e políticas, envolvendo elementos religiosos e profanos, consolidando tradições no meio urbano e rural (Molar, Almeida, 2013). No caso da festa de São Bernardo, surgida em 1772, “as comemorações em honra ao padroeiro de Alcobaça-Ba, São Bernardo de Claraval [...] constitui-se como uma tradicional festa religiosa ocorrida anualmente na Bahia. A comemoração religiosa dedicada ao santo acontece há dois séculos em Alcobaça” (Molar; Almeida, 2013, p. 02). Por isso, são representações culturais importantes.

Exemplo disso tem-se “o ritual religioso e social da festa de São Bernardo que se início no dia 8 de agosto com a lavagem da igreja para receber os fiéis e visitantes em geral e se estende até o dia 21 do mesmo mês, com missas, novenas e procissões” (Molar; Almeida, 2013, p. 05). Senhor Eusébio recorda dos santos e da prática

SUMÁRIO

de guardar seus dias, como um hábito que atualmente, segundo sua visão, tem se perdido na comunidade como um todo:

Não tinha bagunça não tinha nada... nada nada... matava porco o povo comia o pau quebrava não tinha antigamente tinha o santo o o: São Benedito... antigamente... (são Sebastião) em janeiro... e brincadeira de reis e o pau quebrava moço... era festa... TODO MUNDO GUARDAVA DIA SANTO quem é que gosta de dia santo hoje? num guarda... (capaz) até que cabou (Eusébio, 2020).

A diversão devia ser intensa, pois “o pau quebrava” e a festa continuava a noite toda. Para o senhor Eusébio, não ter bagunça correspondia ao fato de que não ocorriam brigas, nem desavenças, nem situações desagradáveis que pudessem “quebrar o clima” de diversão e comunhão. A diversidade de santos alude à amplitude do catolicismo popular, principal referência de fé e crença dos memoria- listas, como ilustra o relato de Dona Pedrina:

Pedrina: todo ano faz festa de Santa Rita de Cássia... e são Benedito também todo ano faz festa de são Benedito lá também... por isso que eu disse que a Arara acabou... aí como...aí aí vinha o santo dormir ali na casa... são Benedito desse tamanho na caixinha... aí todo aí... vinha e dormia ali naquela casa eh eh... todo mundo rezava antes de começar... a a o samba... rezava primeiro a reza de são Benedito... aí depois ia começar... começar eh eh tocar é de sanfona... era de sanfona () era de sanfona e batia e batia... tinha uma aquele o tambor/... a caixa aí tinha dois pedacinhos de pau batia na caixa... batia na caixa... E aí eles cantava... eles cantava aquela aquela... aquela música de São Benedito, né?...v Cantava aquela música aqui embaixo... Aí como um... aí tinha aquele outro Zab/zabumba... tinha o outro zabumba que fazia assim as zuadinhas também né? aí né nesse/nesses nessa/ negoça todo mundo ia para a sala sambAR...

Bougleux: sambava na sala?... ou sambava no terreiro?

SUMÁRIO

Pedrina: na sala... eh... aí na frente na frente na frente do do do do dos não/ o santo ficava na mesa... do do.. da sanfona de quem tava cantando.. aí você sambava e ficava sambando na frente dele aí oh... nós disputava com a saiona rodada assim oh nós disputava quem sambava mais...

A beleza do som e dos instrumentos sendo tocados permanece viva na memória de Dona Pedrina, revelando como as questões artísticas e religiosas se entrelaçam, criando representações carregadas de afeto. Dançar na frente do santo, pois ele “ficava na mesa”, torna-se um símbolo da relação entre festa religiosa e profana, que não tinha fronteiras tão bem definidas. A peregrinação do santo era uma forma de manter a fé viva, proporcionar confraternização e revitalizar as forças para a rotina árdua de trabalho:

Pedrina: era bonitinho moço... o samba era bonitinho... agora ele sai ainda... ele só sai so/ com duas pessoas três pessoas são Benedito na caixinha são Benedito na caixinha e aí tornam ir naquele lugar aí não tem mais reza mais... não reza mais... num num num/ nem bate mais... chega na sua casa, nem bem bater mais não bate mais não mais... é só chegar na sua casa você receber são Benedito aqui agora e botou lá e depois dá um cafezinho a eles... dá uma gorjetinha a eles aí eles vão embora... eh... agora não tem aquela mais bate () acabou

Bougleux: eles quem?... quem é quem vem carregando o santo?

Pedrina: vem carregando o santo é o o chefe mesmo do do da da que sai do Sao Benedito que sai de Juerana... aí ele pega o ônibus aí salta aí em Maria Inês...

Todos esses elementos se juntam em um universo estético que ancora afetos, memórias e representações. Guardar os dias de santo, carregá-los em procissão, vivenciar festas religiosas e profanas ligadas aos santos, rezar nas casas, dar gorjetas, dançar ao som da sanfona, vestir-se de pastorinhos(as), receber os santos em casa e tantas outras ações e imagens emergidas das lembranças

SUMÁRIO

posicionam o catolicismo popular¹⁶⁹ como uma referência identitária central dos mais velhos de Arara.

Como exemplo, podemos citar as celebrações de São Benedito, que também aconteciam em Alcobaca e Prado. No último, abrigava-se a Irmandade de São Benedito¹⁷⁰, que tem tradição negra na Paróquia de Nossa Senhora da Purificação em Prado (BA), sendo parte do sincretismo religioso e abrigo de influências afro-brasileiras:

169 Precisamos refletir nos desdobramentos dessas identificações e construções de identidades das comunidades que se reconhecem como remanescentes quilombolas, assim como as comunidades nas quais há remanescentes de quilombolas – considerando as ressemantizações e diferentes matizes para essa identificação e conceito. A presença do catolicismo popular como marca identitária de populações rurais e de remanescentes quilombolas insere-se nessas “bricolagens” culturais constituídas ao longo da história de cada lugar, tal como Porto, Kaiss e Cofré (2012, p. 41) sinalizam sobre uma dessas comunidades – Água Morna (Curiúva, PR) – analisando “os aspectos da memória e das práticas sociais atuais que são mobilizados pelos membros do grupo a fim de definir sua identidade quilombola, percebendo tal elaboração como simultaneamente resultado de um jogo político novo e de sua leitura e reação a ele a partir de elementos preexistentes – com destaque à mobilização de discursos e práticas vinculados ao catolicismo popular”. Em outras comunidades, esse catolicismo popular vigora mesclando-se com elementos do candomblé, tal como nos mostra Santos (2009) ao investigar a comunidade quilombola Olaria, em Irará (BA), na qual a autora aponta para a criação das versões locais de diferentes referências religiosas. Esses estudos nos mostram que não é possível alocar conceitual e genericamente todas as comunidades. É preciso levar em conta suas singularidades e uma perspectivaêmica, isto é, a partir das regras e formas de articulação sob o ponto de vista local, dos próprios sujeitos. Isso implica, necessariamente, que a identidade quilombola ou como remanescente de quilombola não se atrela somente às referências da religiosidade afro. Embora, no horizonte mais distante dessas transformações, como é sabido, há os resquícios e rastros do domínio religioso colonial.

170 Disponível em: <http://www.bahia-turismo.com/sul/prado/igreja.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SUMÁRIO

Figura 58: Matriz Nossa Senhora da Purificação



Fonte: Sítio eletrônico Bahia Turismo (s.d.).

Segundo o Guia Pradinho¹⁷¹, trata-se da “festa folclórica, em homenagem a São Benedito, que é realizada nas primeiras segundas-feiras, após a sexta-feira da Paixão. De origem africana, por isso, em alguns lugares do Brasil, é conhecida por congada”:

SUMÁRIO

171

Disponível em: <http://www.pradoturismo.com.br/GuiaPradinho/PradoBahiaFestaMarujada.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Figura 59: Festa de São Benedito em Prado (BA)



Fonte: Guia Pradinho (s.d.).

Como diz Kabengele Munanga, “se, do ponto de vista biológico e sociológico, a mestiçagem e a transculturação entre povos que aqui se encontraram é um fato consumado, a identidade é um processo sempre negociado e renegociado, de acordo com os critérios ideológico-políticos e as relações do poder” (Munanga, 2019, pp. 103-104). Certamente, pensando em processos macros de aculturação e dominação colonial, voltaríamos ao predomínio da religiosidade católica imposta às populações negras. Esse predomínio se deu sob diferentes formas de violência física e simbólico-cultural ao longo do colonialismo.

No entanto, no caso de Arara, cuja formação se deu de maneira menos marcada - no sentido de que não foi resultado apenas de ajuntamentos de ex-escravizados, mas por pessoas de diferentes origens que inicialmente buscaram sobrevivência em terras devolutas nos interstícios das fazendas às margens do rio Itanhém – essas relações de poder e critérios ideológico-políticos também são menos

marcadas. Isso ainda se deve ao silenciamento imposto às religiões de matriz afro e ao preconceito sociocultural a que foram submetidas ao longo da história no Brasil. Certamente, o estigma, então associado às práticas religiosas afrocentradas, certamente impediu que muitos vivenciassem abertamente outras crenças não cristãs.

Assim, as expressões do catolicismo popular se estabeleceram não necessariamente por imposições, mas por fazerem parte de um universo de referências que predominavam no imaginário coletivo, embora isso também seja resquício da violência colonial que segregou as religiões não cristãs. No passado, segundo me contou senhor Zuza, morou um senhor que mantinha práticas religiosas identificadas com a Umbanda e muitos moradores e moradoras buscavam pelos “trabalhos” – aqui faço referência às práticas religiosas específicas de determinadas religiões de matriz afro, como os *ebós* - que ele realizava¹⁷².

Certamente, podemos inferir que essas práticas eram buscadas pelos moradores e moradoras eventualmente, embora o fizessem de maneira velada, fato que denota a possível existência de preconceitos ou representações estereotipadas acerca dessas religiosidades. Além disso, atualmente, existem outras denominações religiosas na comunidade ligadas ao protestantismo. Portanto, torna-se contraproducente circunscrever a comunidade Arara dentro de uma única matriz, apesar do predomínio do catolicismo popular. Em outras palavras, as referências religiosas e identitárias foram se dando como herança, em práticas e hábitos aprendidos com os mais velhos e constituídos no lugar de modo assistemático.

Outro exemplo desses festejos ligados às referências católicas é a festa de São Bernardo em Alcobaça, na qual muitos moradores já participaram e a história de Arara a ela se relaciona, não só do ponto de vista comercial, mas também do ponto de vista cultural e

172

Quando me contou sobre este senhor, sr. Zuza me disse que atualmente morava no município de Alcobaça, mas não sabia exatamente sobre o endereço. Tentei conseguir essa informação com outros moradores para tentar localizá-lo, mas não obtive sucesso.

religioso. Muitos se lembram das missas e festas relacionadas a São Bernardo. A igreja, como é sabido, foi construída no final do século XIX e, segundo o sítio eletrônico Bahia Turismo¹⁷³, está situada na praça José Porphirio, que recebeu esse nome em homenagem ao padre vigário da época. Abaixo, dois registros da igreja matriz em Alcobaca:

Figura 60: Construção da Igreja São Bernardo



Fonte: Acervo IBGE¹⁷⁴.

Figura 61: Fotografia antiga da Igreja Matriz de Alcobaca (acervo IBGE).



Fonte: Sítio eletrônico Bahia Turismo¹⁷⁵.

SUMÁRIO

173 Disponível em: <http://www.bahia-turismo.com/sul/alcobaca/igreja-matriz.htm>. Acesso em: 25 jan. 2021.

174 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=427617&view=detalhes>. Acesso em: 25 jan. 2021.

175 Disponível em: <http://www.bahia-turismo.com/sul/alcobaca/igreja-matriz.htm>. Acesso em: 25 jan. 2021.

São poucos os registros dessa época, tais como as fotografias disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE acima. Assim como a festa de São Bernardo, costumava-se comemorar também o dia de São Benedito, geralmente, entre os meses de janeiro e fevereiro. No contexto da comunidade, Dona Pedrina delinea como eram as rezas e rodas de santo:

Quando a gente ia para uma reza enquanto a gente não cantava roda... a roda é assim: a gente pegava uma mão da outra e ia rodando tirando verso... tirando verso... um tirava um verso daqui outro daqui a pouco tirava um verso dali também... ela ia... nós ía para uma reza aí nós ia para a festa antes de começar a reza... nós primeiro tínhamos que cantar roda primeiro... nós cantáva todo mundo cantar roda um pegava na mão do outro e cantar roda... Antes de rezar... mas agora não tem mais isso... aí depois ia começar... começar eh eh tocar tocar é de sanfona... era de sanfona () era de sanfona e batia e batia... tinha uma aquele o tambor/... a caixa aí tinha dois pedacinhos de pau batia na caixa... batia na caixa... E aí eles cantava... eles cantava aquela aquela... aquela música de São Benedito, né? (Pedrina, 2020).

O santo costumava ser carregado desde o distrito de Juerana – a 45 km de Arara aproximadamente – e vinha em procissão passando por várias localidades. Assim, em cada parada, a comitiva realizava as rezas e círculos de oração para os presentes devotos e devotas. Para tanto, essa comitiva costumava repousar em alguma casa que desse abrigo para que, após as rezas e celebrações, pudesse continuar a jornada, passando para Arara também:

Zuza: Nossa Senhora do Rosário Divino Espírito Santo... era falado... eu até hoje não esqueço das toada mais um mucado das toada e vou canto faço aí...

Bougleux: lembra de alguma?

Zuza: faz tempo tem uma que... do uma toada que tiraram de um boi que mataram lá perto de Taquari...

Zeco: ALI OH de frente a Igreja... na beira do rio

SUMÁRIO

Zuza: ali tinha uma toada que cantava “mataram um boi no campo do capobó / correram atrás e deixaram o couro em cima do mocotó / deixaram o couro em cima do mocotó / mataram o boi no campo do capobó”

(risos)

Zuza: e tinha outra que cantava também... o canto dos quatorze “catorze tá chamando rapaz novo na idade / catorze tá chamando rapaz novo na idade / oh americano resolveu a fazer uma cidade / oh americano resolveu a fazer uma cidade” (risos)

Wilson: mas esse daí num é muito velho não né

Zuza: não esse aí é daquela ()

Zeco [na na naquela que começou em quarenta e três...

Wilson: ainda tem lembrança ainda...

“Mataram um boi” foi uma das toadas que seu Zuza se lembrou e cantou na conversa acima. Sobre essas procissões, era um momento de receber doações e primícias para o reavivamento da fé, dando condições para a continuidade da jornada da comitiva. Era um importante momento de confraternização, prática de fé e vivência entre os moradores de Arara. É possível afirmar que essas celebrações para São Benedito tenham sua origem e ligação com a festa da *marujada*¹⁷⁶ que também era tradicional no município de Alcobça.

Essas festas ocorriam a partir do dia 20 de janeiro e representavam também a guerra entre os cristãos e mouros, na qual esses últimos eram convertidos ao Cristianismo e muitos batizados. Contudo, os momentos dedicados às rezas eram contrabalançados com os sambas, deixando fluídas as fronteiras entre o que era religioso e profano, do ponto de vista cultural:

Benedita: samba (a gente fazia) samba

Pedrina: [samba de São Benedito... é são Benedito saia e e aí vinha dormir aqui em casa nós vinha das casas dos



outros.. pra sambar a noite toda... aí sambava sambava a noite toda

Benedita: [GOSTAVA GOSTAVA de sambar eu GOSTAVA mesmo...

Pedrina [sambava a noite toda e ainda vinha aí papai fala assim “se vocês for pra lá amanhã vocês for dormir vocês vão ver:” (risos) aí

Essa mistura entre a atitude religiosa e profana se mesclava no encontro, porquanto ao passo que as rezas se davam, concomitantemente os sambas se desenrolavam, dando liberdade para brincadeiras, disputas de dança, exibição das belas saias rodadas:

Pedrina: Aí como um... aí tinha aquele outro Zab/zabumba... tinha o outro zabumba que fazia assim as zua-dinhas também né? aí né nesse/nesses nessa/ negoça todo mundo ia para a sala samBAR...

Bougleux: [sambava na sala?... ou sambava no terreiro?]

Pedrina: na sala... eh... aí na frente na frente na frente do do do dos não/ o santo ficava na mesa... do do.. da sanfona de quem tava cantando... aí você sambava e ficava sambando na frente dele aí oh... nós disputava com a saiona rodada assim oh nós disputava quem sambava mais...

Essas festas tradicionais - algumas transformadas em folia de reis, por exemplo - ainda são vistas em municípios como Prado, Alcobaça e Caravelas devido a tradição marítima e católica ainda presente. A seguir, uma imagem representativa de São Benedito:

SUMÁRIO

Figura 62: São Benedito



Fonte: Cruz Terra Santa (s.d.)¹⁷⁷

Importa lembrar que cada localidade vivencia essas celebrações de formas distintas, já que não é possível ter a mesma dinâmica da zona urbana. Segundo Abreu (2010), muitos desses festejos e celebrações misturam-se à história da formação das comunidades quilombolas no Extremo Sul baiano – como é o caso de Helvécia – ou onde há a presença de remanescentes de quilombolas. De fato, “com a abolição da escravatura, parte dos negros já estava aquilombada e permaneceu na resistência. Outra parte – a dos que foram alforriados pela Lei Áurea – soma-se aos demais, formando novas

SUMÁRIO

177

“A imagem de São Benedito apresenta vários aspectos importantes da vida deste santo tão querido e venerado em todo o mundo. Filho de escravos oriundos da Etiópia, ele nasceu na Itália com a promessa de ser liberto da escravidão assim que nascesse, que, de fato, aconteceu. Homem livre, porém, analfabeto, Benedito recebeu uma sólida educação cristã de seus pais e se tornou o grande São Benedito.” Disponível em: <https://cruzterrasanta.com.br/significado-e-simbolismo-de-sao-benedito/129/103/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

comunidades” (Abreu, 2010, p. 04), como é o caso de Arara, na qual muitos de seus moradores mais antigos eram ou são descendentes de quilombolas que buscaram abrigo e forma de sobrevivência em terras devolutas às margens do rio Itanhém e de outros tantos rios da região, terras essas que se encontravam entre as fazendas anteriormente escravocratas (Said, 2010).

Não se pode esquecer que o sincretismo religioso alimentado pelo catolicismo colonial foi fundamental não só para a estigmatização de outras religiosidades, como também a atribuição de novos papéis aos “santos” e “santas” negros como parte do processo de catecismo das populações negras, já que, conforme Anderson Oliveira, “ciente do seu papel na manutenção de uma estrutura social excludente, a Igreja multiplicou as suas ações ao longo do setecentos na tarefa de inserção dos chamados ‘homens de cor’ no interior da Cristandade” (Oliveira, 2007, p. 362). Disso resultou, então, a “promoção de santos pretos que deveriam funcionar como exemplos de virtudes cristãs para os africanos e seus descendentes” (Oliveira, 2007, p. 362). Portanto, a presença devocional a figuras negras como São Benedito e Nossa Senhora da Imaculada Conceição é resultado dessa longa história de apropriação cultural e força da colonialidade eurocentrada (Quijano, 2005).

No caso de comunidades do extremo sul baiano em que as tradições permaneceram com mais vigor, devido a formas de organização próprias, muitas festas continuam a fazer parte das movimentações culturais, tais como a de reis, bate-barriga em Helvécia, festas de alardo, jongo de São Benedito, ticumbi, festa de São Sebastião, dentre outras (Abreu, 2010). Embora tais festas não chegassem a ter o caráter tão folclórico, tal como ainda o é em vários dos municípios acima mencionados e, como foi possível depreender da rememoração dos moradores e moradoras mais velhos de Arara, o importante é que as rezas e festas eram momentos de grande prazer e o povo de Arara gostava muito de realizá-las.

SUMÁRIO

Com efeito, como relata Dona Maria Benedita, fato confirmado por seus irmãos: “AH ERA TI::NHA... (risos) brincadeira de reis brincadeira de reis... ti::nha ti::nha... aqui em casa mesmo cansou de brincar aqui em casa”. Nesses encontros ocorriam muitas brincadeiras e cantorias, bem como havia performances religiosas como vestir-se de “pastorinhos” e “pastorinhas” para carregar o santo e acompanhar as celebrações das missas. No caso das festas profanas, tudo era organizado por moradores antigos como o senhor Deraldo e o senhor Izídio, conhecidos pelas boas festas que promoviam em suas propriedades:

Bougleux: Então aqui tinha festa de reis...

Benedita: TI::NHA... tinha

Pedrina: [dançava de sanfona...

Benedita: [era tudo na sanfona

Eusébio: sanfona e lampião... era porque não tinha energia

Benedita: [era luz de candeeiro... candeeiro...

Pedrina: [oh meu deus dança a noite toda

Benedita: [samba (a gente fazia) samba

Pedrina: [samba de São Benedito... é são Benedito saía e e aí vinha dormir aqui em casa nós vinha das casas dos outros.. pra sambar a noite toda... aí sambava sambava a noite toda...

Nos dias de festa, tudo era previamente preparado: comidas, bebidas e arrumações para receber as pessoas, vizinhos, parentes, compadres e comadres. E muita comida era preparada! Conta-se que ninguém ficava sem se fartar e havia comida para todo mundo. Uma alegria só! Essa alegria é evocada nas imagens das festas.

Sendo assim, os sambas, as toadas e as belas cantorias que eram realizadas foram o caleidoscópio de lembranças afetivas que sobrevivem na memória dos velhos, porque “era bonito demais”, como contam sr. Zuza, Zeco e Wilson.

SUMÁRIO

Bougleux: o senhor cantou agora pouco uma... foi uma toada?

Zuza: é:: batuca negro que branco num vem cá... (risos)

Zeco: primeiro saia samba de caixa e pandeiro “Oh João Oh João bate pandeiro sacode pra num cair no rojão” (risos) [imitam os sons dos instrumentos]

Wilson: o samba era bunito também

Zeco: o samba era...

Zuza: um samba bem cantado...

[...]

Wilson: o samba é bunito...

Zeco: Assim... então que existia esse tipo de diversão porque influenciava o o o... a população saia as folia pra tirar auxílio pras festa pra fazer festa pra igre::ja... aí saia com isso ali São Benedito São Sebastião e outro santos Nossa Senhora do Rosário... aí saia esse essa comitiva pelo sertão aí aonde dormia tinha um samba..

Zuza: dificilmente num tinha fosse dia de semana fosse feriado... as vezes sambava até meia noite de meia noite em diante ia dormir pra no outro dia trabalhar...

Zeco: e prosseguia a viagem...

Zuza: e continuava também... antes Nossa Senhora do Rosário tinha uma cantoria que eu vou te contar...

Wilson: era bunito demais Meu Deus...

Note-se o interessante trabalho de construção da memória de forma conjunta entre os co-narradores. No caso dos jovens, muitos deles (as), além de participarem das festas, precisavam trabalhar no outro dia e, mesmo assim, passavam a noite em diversão para seguir ao trabalho depois, seja na produção de farinha, seja nos roçados, no dia seguinte. Às vezes, era preciso dormir na casa de algum parente residente próximo ou no local da festa ou na casa de algum compadre para acompanhar o festejo; no entanto, os pais cobravam o horário da volta para que o trabalho não fosse prejudicado.

SUMÁRIO

De fato, nessas noites de festa, ocorriam os afamados sambas e danças que se estendiam pela noite toda ao som de sanfona, zabumba e à luz de lamparinas, lampiões e candeieiros. Esses sambas e toadas eram tocados e cantados, inclusive com caixa de pandeiro. Além disso, muitas festas ocorriam como folia em procissão para buscar fontes de auxílio para as festas da Igreja, como as folias de São Sebastião e Nossa Senhora do Rosário. Há lembranças dessas comitivas que vinham do sertão e passavam próximas à comunidade em cantoria, ou seja, onde paravam para descanso e hospedagem, faziam samba.

No caso, dias de santo, feriados e qualquer oportunidade que surgisse eram momentos para dançar um samba, por vezes, até meia noite, a fim de descansar para o trabalho no dia seguinte. Portanto, seja para São Bernardo, São Benedito, São Sebastião, Nossa Senhora do Rosário, seja para algum outro santo ou santa de devoção ou mesmo para a brincadeira de reis, tudo era motivo para reza e samba!

Esses momentos ajudavam a aliviar a rotina dura de trabalho, como é sabido, nas roças de cacau, café, mandioca, produção de farinha, criação de animais e tantos outros afazeres dentro e fora de casa. Sendo assim, como tudo era motivo para reza e samba, não havia bagunça, brigas ou ocorrências negativas, como muitos se lembram bem. Na sequência, tem-se uma imagem representativa da brincadeira de reis:

SUMÁRIO

Figura 63: Folia de Reis



Fonte: Diana Daniela (s.d.)⁷⁸.

Não obstante, muitas danças eram feitas no terreiro ao ar livre, danças de grupo, e enquanto a roda girava, os(as) participantes iam “tirando verso”, ou seja, criando no momento e improvisando rimas, versos e letrinhas que cantavam os acontecimentos e as belezas da vida em um manancial de memórias. Era um bom momento, por exemplo, para as mulheres vestirem seus vestidos novos feitos de tecidos comprados, geralmente em Alcobça ou com algum caixeiro viajante ou ambulante que visitasse a comunidade. Era preciso trabalhar duro nas colheitas, como as de café e cacau, para conseguir o dinheiro necessário para a compra dos tecidos. Eram coloridos com mangas e extensão até os joelhos, porque normalmente os pais não permitiam roupas mais curtas.

SUMÁRIO

Uma vez paramentados, além das rimas e versos tirados na roda, criavam-se toadas¹⁷⁹, que eram pequenas quadras musicadas, ou seja, cantigas simples – estrofe e refrão - com uma melodia repetitiva que expressa sentimentos, emoções, brejeirices ou mesmo utilizada na apresentação de danças folclóricas como folia de reis, boi-bumbá etc. O senhor Berly Félix da Silva, senhor Zuza, legou duas delas de suas lembranças, toadas tiradas de acontecimentos que presenciou na região e que figuram como parte da memória cultural da comunidade e da região circunvizinha:

Toada do boi: “Mataram um boi no campo do capobó / correram atrás e deixaram o couro em cima do mocotó / deixaram o couro em cima do mocotó / mataram o boi no campo do capobó”

Toada dos catorzes: “catorze tá chamando rapaz novo na idade / catorze tá chamando rapaz novo na idade / oh americano resolveu a fazer uma cidade / oh americano resolveu a fazer uma cidade” (Zuza, 2020).

Toadas, versos, cantorias, rodas e tantas outras brincadeiras eram parte desse grande palácio da memória¹⁸⁰ de Arara. As rezas ocorriam tanto nos momentos felizes quanto nos momentos de luto; no entanto, entendia-se que eram momentos de reserva e não ocorriam interrupções por questões banais. Finalmente, cabe dizer que todos que se lembraram dessas festas foram taxativos em dizer que não havia brigas, tudo era alegria e paz! Mesmo o senhor Cimídio, o caboclo, que é um dos antigos moradores mais velhos, embora atualmente resida na fazenda Cantagalo, com seus 105 anos completados em 2020, lembrou-se das festas de Arara! Isso mostra como ficaram marcadas nos corações e lembranças de todos.

SUMÁRIO

179 Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/toada>. Acesso em: 30 jan. 2021.

180 O palácio da memória faz referência à metáfora do filósofo católico Santo Agostinho, em sua obra “Confissões”, caderno X.

3.2 EPÍLOGO REFLEXIVO: NASCIDO E CRIADO EM ARARA

“Eh:... minha história é longa... minha viagem é longa”
(Eloisa Neves dos Santos)

Em muitos momentos, durante as conversas e entrevistas, ouvia a seguinte expressão: “nascido e criado em Arara”. Esse fato chamou-me a atenção somente a *posteriori*, no momento em que voltava ao tratamento das histórias, à organização do *corpus*, às transcrições dos áudios em geral. Apesar de não ser possível, neste livro de narrativas e memórias, expressar muitos dos sentidos que advêm dos sons das palavras, da fala, da prosódia¹⁸¹, pelos quais pode-se depreender diferentes emoções e sentimentos. Por isso, alguns elementos serão analisados tanto do ponto de vista do indivíduo quanto das macroestruturas que atravessam e se mostram no discurso pelas representações e no que se refere à dinâmica da memória e da história, assim como ela se apresenta (Benjamin, 2014).

É em função dessa posição entre o individual e o coletivo que a história de Arara apresentou-se a mim na voz dos seus velhos e velhas, como me disseram Dona Graci e Dona Pedrina:

Nascemo criemo e trabalhemo tudo aqui... e a nossa vida tá aqui até hoje... (Graci, 2020)

Não saimo pra canto nenhum... era isso que eu tava falando pra ele... (Pedrina, 2020)

SUMÁRIO

181

Grosso modo, conforme Buzan (2020), refere-se à melodia, ritmo e qualidade da voz. É um dos níveis de análise da linguagem no qual se descrevem os constituintes relativos à segmentação da cadeia da fala, suas terminações, intensidades, modulações, frequência, ritmo, tempo, pausas, acentos e outros tantos elementos que caracterizam a função discursiva e o funcionamento da fala. Tais constituintes, portanto, são fundamentais no processo comunicativo e permitem o reconhecimento dos atos de fala, atitudes, emoções e outros recursos discursivos.

Era isso que ela – Dona Pedrina – falava para mim, ainda que com outras palavras: a questão do enraizamento em Arara, enquanto sentimento de pertença estabelecido na simbiose entre o sujeito e o lugar de sua ação (Koury, 2001). Neste sentido, a questão do enraizar-se ou do pertencimento apresentou-se como algo para o qual a memória poderia trazer algumas respostas, sendo fundamental à compreensão dos sentidos construídos em relação à comunidade à qual o sujeito se liga. Para Koury (2001), o pertencimento envolve a autonomia na “curva da vida”, o modo como o indivíduo se enxerga no mundo a partir de determinado lugar, isto é, “a presença de um corpo em um lugar e a vivência deste lugar por este corpo sujeito, tornando-se persona” (Koury, 2001, p. 132).

Comecei a pensar no que era esta ligação de uma vida inteira, como expressa Dona Graci acima. Durante o processo de transcrição das entrevistas e conversas - no trabalho solitário de pesquisador, algo tão comum à atividade intelectual - voltava a pensar, a rir e a acompanhar todos(as) em suas contações como, em geral, voltar às histórias narradas é também reviver alguns sentimentos e pensamentos que, por vezes, se entremeavam com minhas próprias memórias – conscientes e involuntárias – no decurso das interações. Essas, por sua vez, se davam nas varandas, ao ar livre, caminhando pela comunidade ou mesmo no trajeto para algum lugar a partir de Arara.

Saltava aos ouvidos o que significava ser nascido e criado em Arara, mas seria preciso traçar um percurso de aproximação a fim de tentar capturar, o mais fiel possível – conforme espera a ética ricoeuriana, a representação do passado que se mostrava:

Porque... a gente foi nascido e criado aqui né... e::: todo mundo... tudo mundo bem criei meus filhos criei eu tenho... muito orgulho porque eu tenho meus filhos... é assim porque a gente... a gente é tudo pra eles é tudo pra nós também (Graci, 2020).

SUMÁRIO

Esse orgulho, expresso na fala de Dona Graci, mostrava-me parte daquilo que enraíza esses sujeitos ao lugar: todas as referências construídas ali, os afetos, a criação dos filhos, o trabalho árduo cotidiano e tudo mais que compõe os processos de subjetivação e identificação, já que identidade e lugar se inter-relacionam e imprimem traços um no outro (Santos, 2006). É quem nasceu e criou-se na comunidade que pode, de fato, dar a entender quem são e quais são os valores que nutrem esse enraizamento ou pertencimento.

Por essas e outras razões, a serem expostas no decorrer deste epílogo, é preciso voltar, em muitos momentos, à “infância” da comunidade. Walter Benjamin (2018) explana sobre isso como uma forma ou um recurso de aprendizado e, tomando a literatura de Marcel Proust como exemplo, defende que o presente, muitas vezes, perde a capacidade de lembrar-se, de voltar à sua própria infância e dela tirar lições. Com isso, o pensador quer apontar como a rememoração pode ter um papel fundamental para encontrar aquele saber “ainda-não-consciente do ocorrido” (Benjamin, 2018, p. 660):

Cada época tem um lado voltado para os sonhos, o lado infantil. Proust pôde surgir como um fenômeno sem precedentes apenas em uma geração que perdera todos os recursos corpóreo-naturais da rememoração e que, mais pobre do que as gerações anteriores, estivera abandonada à própria sorte e, por isso, conseguira apoderar-se dos mundos infantis apenas de maneira solitária, dispersa e patológica. O que é apresentado a seguir é um ensaio sobre a técnica do despertar. Uma tentativa de compreender a revolução dialética, copernicana, da rememoração (Benjamin, 2018, p. 659-660).

Contudo, trazer à tona o ocorrido implica manter, no campo de visão, o horizonte político dos acontecimentos e das relações construídas e travadas no palco da vida¹⁸². Por isso, o filósofo alemão

182 Pois, a “presentificação das circunstâncias do passado são a prova da verdade da ação presente. Ou seja: ela acende o pavio do material explosivo que se situa no ocorrido [...] abordar desta maneira o ocorrido significa estudá-lo não como se fez até agora, de maneira histórica, mas de maneira política, com categorias políticas” (Benjamin, 2018, p. 665).

SUMÁRIO

convoca ao desafio de olhar para o passado sem idealizações, mas na tentativa de perscrutar o que ainda não foi desperto. Ao compartilharmos memórias coletivas, lembranças de nossas histórias de vida, os(as) memorialistas e eu nos colocamos em um jogo discursivo carregado de potencialidades e limites.

Nesse sentido, as trilhas que percorremos até aqui transitam continuamente na tensão entre o eu e os outros, entre a experiência pessoal e a da comunidade. Essa experiência múltipla é exposta em sua estrutura, que é sempre política, cultural e social, pois a experiência é matéria da tradição na vida coletiva e privada (Munanga, 2019). Portanto, importa atravessar a história na memória, pois “o fator histórico parece o mais importante, na medida em que constitui o cimento cultural que une os elementos diversos de um povo [ou de uma comunidade] através do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade” (Munanga, 2019, p. 09).

Por ser uma peculiaridade e um diferencial, a ideia de ser nascido e criado em Arara tem um sentido profundo para quem a enuncia e há elementos formadores de uma espécie de aura¹⁸³, por sua vez, conceituada como algo mais ou menos visível de outro elemento que não se apresenta em um primeiro momento (Benjamin, 2018). Esses elementos podem ser apreendidos, inferidos e compreendidos a partir daquelas imagens, histórias, situações e experiências que são partilhadas individual ou coletivamente pelos sujeitos. Tendo essas questões em vista, pensar, a partir de Walter Benjamin, a memória de Arara é também buscar reter os traços das informações que foram transmitidas. Ele questionava a posição de

183

“Se chamarmos aura às imagens que, sediadas na *mémoire involontaire*, buscam agrupar-se em volta de um objeto da intuição, então essa aura em torno de um objeto da intuição corresponde à experiência que deixou marcas de uma prática num objeto de uso” (Benjamin, 2015, p. 144). Dentre outros elementos, o que esse conceito nos apresenta é que há uma profunda relação entre as práticas e a experiência. Independentemente dos caminhos que o registro mnemônico se dê, na dimensão psicossocial, essa relação deixa pistas. Esses rastros surgem, emergem na lembrança e são discursivizados. É quando eles se apresentam na linguagem que deles podemos apreender os traços significativos, a dimensão política e social do ocorrido.

SUMÁRIO

pensadores que deixavam ao acaso a possibilidade de cada pessoa constituir uma imagem de si¹⁸⁴ ou mesmo que dependeria do acaso “agarrar” os sentidos da experiência.

Para o referido filósofo, as próprias possibilidades e contingências levam a absorver algo¹⁸⁵. Sendo assim, não se poderia pensar que o envolvimento com tantas histórias não me afetasse, não contribuísse em diferentes aspectos para meu crescimento pessoal e intelectual, não mudasse algo internamente. Contar o passado da comunidade também, presumo, mostrou-se algo importante para os sujeitos. Tal presunção decorre, portanto, do desprendimento dessas pessoas em investir horas em contações e partilha de suas vidas.

De acordo com Ecléa Bosi, “somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que à vez, não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão” (Bosi, 2004, p. 407). Esse é, então, o papel assumido pelos relatos nas trilhas: testemunhar Arara em sua historicidade e singularidade. Ainda segundo a autora, as lembranças mais distantes de determinados fatos são evocadas por suas testemunhas. Há detalhes, faces ocultas, reminiscências ou outros pontos de vista que são reconstruídos, evocados, completados ou sustentados por outros, como outras testemunhas (Bosi, 2004).

184 Essa imagem é também o que se chama em retórica e filosofia de *ethos*. A questão da constituição do *ethos* do narrador e a posição que assume se aproxima com a noção de identidade narrativa de Paul Ricoeur (2007), dado o processo de ficcionalização de si na produção *in loco* da narrativa. Assim, “o ‘eu’ pode ser construído à medida que posições interacionais são geradas entre personagens) e fora (na relação entre narrador e audiência) da narrativa” (Flannery, 2015, p. 47). Ao me contarem estórias e suas histórias de vida, em contações que mesclavam diferentes gêneros de narrativas, os sujeitos iam construindo essa imagem, naturalmente, como parte do jogo interacional, como parte da necessidade de selecionar de si o que era eticamente possível.

185 O filósofo postula que “ão é de modo algum evidente essa dependência do acaso. As coisas da nossa vida interior não têm, por natureza, esse caráter privado sem alternativa. Só o adquirem depois de se terem reduzido as possibilidades de os fatos exteriores serem assimilados à nossa experiência” (Benjamin, 2015, p. 115).

SUMÁRIO

Em consequência, o que se apresenta nas trilhas é o efeito do esforço e trabalho da memória em sua seletividade, o que nas contingências da interação foi possível de se construir. Quanto a isso, quero destacar que considerava toda informação, toda e qualquer história como significativa, pois “a experiência é o que estudamos, e estudamos a experiência de forma narrativa porque o pensamento narrativo é uma forma-chave de experiência e um modo-chave de escrever e pensar sobre ela” (Clandinin; Conelly, 2015, p. 48).

Daí ser importante destacar a relação entre subjetividade, determinadas lembranças, eventos, pessoas e aquilo que ressoa como valorativo para cada sujeito na tentativa de ser fiel ao que guarda em si (Bosi, 2004). Minha intenção nesta etapa do enredo é também trazer à tona o máximo possível desses encontros e, centralmente, o que ressoou valorativo para nossos(as) velhos(as) “nascidos e criados” em Arara. As trilhas buscaram atrair para si não somente as memórias coletivas, mas também encontraram correspondências e associações com outros contextos e ideias na construção das versões narrativas. As memórias coletivas referem-se àquelas lembranças que, perpassadas por diferentes quadros sociais, fazem remissão a eventos, pessoas, situações, lugares e outros elementos que são evocados por diferentes sujeitos e por eles partilhados em alguma medida (Halbwachs, 1990).

Quero ainda pensar e assumir essas memórias coletivas como mônadas ou pequenas porções de discurso que exprimem relações complexas, no sentido da filosofia benjaminiana, permitindo algumas interpretações do ponto de vista ideológico. Em consequência, pode-se refletir, centralmente, nas referências e identificações peculiares à comunidade Arara, sejam traços distintivos oriundos de suas experiências singulares e não só e propriamente a partir de elementos e práticas culturais, mormente marcadas por ritos coletivos,

SUMÁRIO

mas também considerar as práticas econômicas, as estratégias¹⁸⁶ de sobrevivência e organização interna, o modo como acionam suas próprias origens. Para Munanga (2019), a identidade funciona ideologicamente, pois pode servir como distinção de um grupo social em relação a outros, reforçando a solidariedade interna e mesmo conservar-se como entidade distintiva, no sentido da transcendência com sentidos que, por vezes, não se pode dominar. Sendo assim, as trilhas formam um (meta)discurso das ficções, reminiscências e experiências de cada sujeito.

Isso se expressou partindo das margens do rio Itanhém – nos seus fluxos e dinâmicas “corpóreos” e imaginários; dos campos abertos para o cultivo, nos quais a vida crua se desenvolveu; da vida de trabalho, pelo qual se articulou e organizou o cotidiano e a sobrevivência; das festas e outros imaginários culturais e religiosos, marcos do universo de sociabilidades, afetos e subterfúgios para compreendermos os sentidos de comunidade, as representações engendradas pelos sujeitos, o trabalho narrativo e identitário da rememoração.

O fascinante trabalho da memória mostra que relatar não é só dispor em narrativa a experiência do acontecimento, pois “o relato não exprime uma prática. Não se contenta [nos] dizer um movimento. Ele o faz” (Certeau, 2014, p. 144). Essa assertiva de Michel de Certeau faz forte alusão à natureza performativa da linguagem. Cada história é uma expressão das práticas das quais se originam.

186

Em vários momentos do estudo, faço uso deste termo. Adoto o conceito de Michel de Certeau (2014, p. 45) para quem estratégia é “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’”. Tal lugar é “capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”. Isso me remete à capacidade dos sujeitos em criar condições para se moverem em meio às contingências, de lidar com relações abstratas e concretas de forças econômicas, sociais e políticas imediatas, que lhes afetam diretamente no cotidiano. Ao longo dos relatos, essas estratégias vão sendo evidenciadas paulatinamente ou focalizadas a partir de determinados pontos de vista considerando os limites do estudo e da própria configuração narrativa, ou mesmo do tópico que centraliza o enredo desta tese-narrativa.

SUMÁRIO

Em outras palavras, o trabalho da rememoração encontra-se com a linguagem em sua natureza ativa¹⁸⁷.

Voltar ao tempo do rio, das estradas, dos trilhos, dos modos de alimentar-se, trabalhar, rezar e fazer festa é encontrar os ancoradouros do enraizamento desses sujeitos, voltar ao chão de Arara. O ato de lembrar tem uma importante função em substituir e assimilar o fazer (Bosi, 2004), por isso “lembrar agora é fazer. É por isso que o velho tende a sobrestimar aquele fazer que já não se faz” (Bosi, 2004, p. 480), pois essa sobrestimação é esperada e corresponde ao duro trabalho em selecionar o que é relevante, o que toca a lembrança-corpo, desperta o riso, a lágrima, a saudade e o suspiro porque são partes do si *mesmo* da subjetividade.

O que as trilhas de Arara revelam é a natureza de deslocamento da memória¹⁸⁸ e suas projeções narrativas, já que “as sombras da prática cotidiana que consiste em aproveitar a ocasião e fazer da memória o meio de transformar lugares” (Certeau, 2014, p. 150). Essa transformação tem a ver com as ressignificações do ocorrido, das personagens e dos lugares como um todo ao passarem pelo trabalho reconstutivo da rememoração (Halbwachs, 1990). Esses deslocamentos expressos pelas diferentes lembranças, relatos e histórias devem exprimir se relacionam às diferentes dimensões e instâncias

187 Sendo assim, lembrar impele o contar e contar é agir, exprimir um movimento ligado ao ocorrido, à ocasião, porquanto “sob a sua forma prática, a memória não possui uma organização já pronta de antemão que ela apenas encaixaria ali. Ela se mobiliza relativamente ao que acontece – uma surpresa, que ela está habilitada a transformar em ocasião. Ela só se instala num encontro fortuito, no outro” (Certeau, 2014, p. 150). Memória, narrativa, linguagem e ação são elementos da ordem da alteridade ou nela se cruzam irremediavelmente.

188 Se pensarmos com Walter Benjamin, as imagens que emergiram, as relações que tentei estabelecer entre elementos de diferentes ordens, a inter-relação entre os diversos acontecimentos que fundamentaram cada trilha, tudo isso poderia ser alocado no conceito de correspondência – cunhado pelo pensador judeo-alemão – qual seja: “as correspondências são os dados da rememoração. Não são dados históricos, mas da pré-história. Aquilo que torna grandes e significativos os dias de festa é o encontro com uma vida anterior” (Benjamin, 2015, p. 140 – grifos meus).

SUMÁRIO

que entrecruzam-se para a compreensão das imagens em seus diferentes quadros socioculturais e afetivos.

Nesse processo, suas crenças, modos de ver e avaliar as coisas filtram o conteúdo narrativo, pois a ideologia exerce pressões determinadas no remodelamento do passado, na recomposição da biografia individual ou grupal, já que “o passado sofre ao ser remanejado pelas ideias e pelos ideais presentes do velho” (Bosi, 2004, p. 63). As trilhas não estão fechadas. Ao contrário, elas são um caminho aberto para inúmeras explorações, já que “a narrativa, por esta sua propriedade de construto, mas também de permitir que por ela se construam relações [...] por revelar também aspectos relativos às formas de querer ser visto e entendido no mundo que projetamos nas estórias que contamos” (Flannery, 2015, p. 12). A captura dessas relações se expressa no conteúdo narrativo e exprime as representações dos sujeitos sobre si mesmos, sobre o lugar e sobre os acontecimentos.

Respeitar o espaço dos sujeitos em seu discurso e na construção de suas narrativas foi fundamental para que a construção da memória coletiva naturalmente se operasse, ou seja, uma história é alinhavada em conjunto ou em co-narração, por meio da qual um acrescenta um dado, uma informação ou um lampejo que o outro não se atentou e, com isso, “o que as recordações têm em comum, ou em paralelo, é o que esperávamos, mas o que chama a atenção são as diferenças de observações sobre o mesmo fato e essas lembranças em contraponto que embelezam” (Bosi, 2004, p. 413).

Obviamente, muitos dos hábitos e práticas já não são os mesmos, porque outras gerações também atuam na comunidade com diferentes percepções, representações e expectativas. Quanto a isso, só pudemos ainda tangenciar, pois nossa escrita da memória de Arara se limita ao dito no conjunto das narrativas compartilhadas. Vimos, no decorrer das histórias, o rio encher-se e secar-se, os trilhos tornarem-se pegadas da história local, alimentos virarem

SUMÁRIO

esperança de novos dias de fartura, farinheiras que exprimem oportunidades de sobrevivência, muito trabalho e dureza, mas também muita festa e devoção.

Todas essas imagens singularizam Arara por suas apropriações e versões próprias, por isso importa aceitar suas potencialidades, limites e aberturas como forma de respeitar a “longa história” que é a vida de cada um (a). Como me contou Dona Pedrina, quando eram mais novos, brincaram muito de roda nas festas e rezas, nas quais improvisavam e “tiravam” verso. Mas a roda não pressupõe felicidade, consonância e consenso contínuos e eternos. Arara não pode se encerrar em uma imagem de roda harmoniosa como uma totalidade, pois há as diferenças, a diversidade de interesses, de posições e de vontades pelas quais continuam a improvisar a sobrevivência.



SUMÁRIO



CONSIDERAÇÕES FINAIS



“Por isso que eu digo todo dia a meus filhos: eu não tenho o que falar da vida... eu só tenho que agradecer...” (sr. Eloísa)

“Se os filho quiser mexer eles mexe agora eu num vou não TÔ DE IDADE já tô cansada... já lutei muito...” (sr. Eloisa).

À guisa de conclusão, é preciso interromper o árduo trabalho da memória de Arara deste livro para tecer um final temporário dessa grande revisitação ao passado dos moradores(as) mais velhos(as) da comunidade, não obstante com o mesmo espírito de Dona Eloisa na epígrafe acima, qual seja: o de que só há agradecimento. Porém, esse enunciado coloca em marcha a capacidade de ressignificar os dados das lembranças e da própria experiência, positivando-os e trazendo-os para o campo da vida em suas diferentes passagens, como posto pela filosofia de Walter Benjamin e, assim, encerrar a trama e ponderar os efeitos de toda a *configuração narrativa* (Ricoeur, 2010). Por tudo isso, o discurso científico precisa lembrar-se, para além das formalidades muitas vezes estéreis, que a gratidão é parte das paixões alegres, como diz o filósofo Baruch de Spinoza, sendo algo fundamental para a construção da ética, da política e do conhecimento humanos. Porém, o tempo e a idade são adversários invencíveis, daí Dona Eloisa confiar aos ombros dos mais novos de Arara a responsabilidade em continuar a luta cansativa pela sobrevivência.

Por essa razão, as trilhas deste livro são um retrato dos velhos e velhas de Arara, de suas histórias de vidas, do cotidiano que se transforma continuamente, dos sujeitos que construíram a comunidade, das paisagens que se alteraram ao longo do tempo, das viagens, das tantas “contações”, das mudanças na região, dos inúmeros silêncios e pausas, das ações, omissões, medos e esperanças vivenciados. Eis que se este trabalho, como considero, vem a ser um discurso ético-político contra o esquecimento! Então, é para que não façamos da comunidade Arara – e de tantas outras que ainda precisam ser melhor conhecidas e estudadas – como o anão corcunda que brincava no parque ignorado por todos os transeuntes, conforme narra Walter Benjamin em suas *Imagens de Pensamento*.

SUMÁRIO

Essa imagem evoca uma “presença-ausente”, isto é, sujeitos que estão aí no mundo, mas continuam invisíveis para a maior parte dos que os cercam, dentro e fora de suas comunidades imediatas, longe dos olhos da academia e, principalmente, da história local e do Estado. Mas, sem dúvidas, os sujeitos também têm o direito ao esquecimento, porém quando isso é da vontade e da consciência deles.

Se nesta obra muito me foi dito, creio que, certamente, muito mais não o foi e continuará pairando na dimensão subjetiva, no segredo de cada sujeito, até que se possa despertar e permitir novos olhares sobre o ocorrido, como diz Walter Benjamin. O discurso que tecei – muitas vezes indo e vindo em círculos sobre certas lembranças, conceitos e imagens – desafiou-se a explicitar importantes dados da memória coletiva, no sentido de Maurice Halbwachs, como também a colocá-los em diálogo com outros universos, a fim de valorizar o repertório de lembranças a mim confiado desde 2017, quando comecei a conhecer os(as) narradores(as) benjaminianos de Arara.

Assim, ousou pensar as memórias como repertório, tal como ocorre em música, isto é, os músicos selecionam as peças que vão performar, pois elas seguem um ritmo, uma maneira própria de lidar e estabelecer o tempo, uma composição intersubjetiva *hic et nunc*, aqui e agora. Essa metáfora musical também ajuda a compreender a narrativa como composição repleta de improvisos. Lembrando a preocupação de Lélia Gonzalez (1984) em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, de que por muito tempo o branco fez dos negros objetos de pesquisa, domesticando suas subjetividades, suas lembranças, suas narrativas, seus corpos e suas crenças, porém os velhos aqui nunca foram objeto de pesquisa, mas sujeitos de sua própria história, autores da memória e árbitros do que pôde ser (inter)dito. De algum modo, as trilhas oportunizam uma versão da história da comunidade Arara, ainda que temporária.

No decurso deste livro, os velhos e velhas “falaram” e tentei não transformar suas imagens, seus pensamentos, suas versões da

SUMÁRIO

própria comunidade e, principalmente, suas linguagens. Dito isso, porque a interpretação que empreendi não buscou suprir as lacunas da memória e do esquecimento, mas instaurar o debate e a circunscrição ética relativamente às relações sociais discursivizadas nas lembranças, todo o exposto até aqui é em parte uma grande recordação de tempos e experiências vividas pelos velhos da comunidade, como também é um olhar sobre essas lembranças, um olhar lançado em dado momento e partindo de certos ângulos. Isso não esgota a possibilidade de instaurar novos olhares e perspectivas.

Sendo assim, pensando com Lélia Gonzalez e devido às astúcias da memória, as comunidades negras rurais, os descendentes de quilombolas, as populações mestiças, indígenas e afro-brasileiras precisam ocupar muito mais a cena diante da longa narrativa que os relegou às notas de rodapé ou aos borrões nas grandes narrativas. Por isso, é que as estórias com as lembranças do Sr. Zeco, Sr. Zuza, Sr. Wilson, Dona Eloisa, Sr. Eusébio, Dona Benedita, Dona Sinéis, Dona Graci e Dona Pedrina estiveram em primeiro plano, assim como toda a análise gravitou em torno de suas vozes, na linguagem de cada um(a), a fim de que dessem o tom e a direção das Trilhas e das interpretações.

Todavia, a comunidade científica exige algumas respostas e devolutivas¹⁸⁹. Isso posto, desde o início, questionou-se quais seriam os sentidos que os sujeitos atribuiriam à condição de comunidade, sendo essa a problemática central da tese que originou este livro. Inicialmente, pretendia-se interrogar ainda acerca dos tipos de

189

Antes de tudo, preciso dizer que esta obra não tem a intenção de performar um discurso oracular, como um local onde se encontrariam as respostas dos destinos humanos, como faziam os gregos em Delfos, muitos negros com seus Orixás, os indígenas com seus Encantados, os cristãos com seus santos, Cristo e Deus. Recorro a estas imagens para explicar que as “respostas” ou devolutivas aqui propostas são fluidas como o tempo, indomáveis como as lembranças involuntárias, particulares pela subjetividade da experiência, limitadas às fronteiras das narrativas, à palavra confiada e às fronteiras éticas que estabeleci inicialmente. Portanto, não são respostas definitivas, mas abertas, como é o devir. O que apresentei são trilhas e algumas continuarão abertas, outras se apagarão no tempo, ora cobertas pelas areias e matagais de novas criações e pesquisas, na possibilidade de novas estradas e caminhos abrirem-se.

SUMÁRIO

sociabilidades, práticas e relações com o lugar ao longo do tempo. Para responder a esse desafio, é preciso que eu reitere alguns elementos tecidos, explicitados e alinhavados no decorrer das trilhas, grosso modo, apenas esboçados, ainda que sob o risco de algo se perder. Na verdade, a condição de comunidade em Arara atrela-se ao longo processo e movimento de enraizamento para seus velhos. Tal enraizamento dependeu fundamentalmente de um emaranhado de fatores, a começar pelas lógicas de ocupação do território, no qual se deu a construção de referências comuns entre os moradores: foi preciso, então, adaptar-se ao lugar, sobreviver das caças, da pesca-ria, das oportunidades de trabalho temporário nas fazendas vizinhas, de levantarem suas “casinhas” com o material disponível e de se ajudarem por meio de mutirões.

Em segundo lugar, há referências a um passado distante que os ligam: as origens de suas famílias nos municípios, por exemplo, de Alcobaça, Caravelas, seus distritos e nas grandes fazendas – muitas delas foram engenhos colonialistas – como a Imbiribeira, o Ribeirão, a Serraria, a São Gonçalo para mencionar algumas. Esse passado também os implica à condição de camponeses, que vendiam sua força de trabalho, bastante explorada nessas fazendas, mas que encontraram uma “terrinha” – seja tomando posse, recebendo como doação ou comprando – para garantirem alguma segurança e possibilidade de subsistência.

Por isso mesmo, esse enraizamento em Arara volta-se para os modos de fixar-se no lugar. Os(As) moradores(as) antigos(as) e nossos velhos(as) narradores(as) costumavam ir à Teixeira de Freitas, bem como aos municípios vizinhos – sempre para resolverem problemas, buscarem recursos, venderem produtos ou reencontrarem seus parentes e afetos, por exemplo. No entanto, “voltavam logo”, como se Arara fosse um porto seguro, local das referências de sobrevivência, pois a terra, o trabalho no campo, os(as) filhos(as) criados(as) na comunidade e o compadrio respondiam às necessidades. Sendo assim, poucos escolheram se fixar fora de lá.

SUMÁRIO

Em meio a isso, os variados laços de amizades, as relações de parentesco, os compadrios constituídos ao longo dos anos, bem como os modos de resolver problemas coletivos formam uma profunda âncora referencial. Igualmente, se atrelam a essas relações a ampla tessitura de lembranças dos inúmeros momentos de partilha, de oração, das festas, do que se conquistou ou se perdeu materialmente, dos conflitos vivenciados e dos enfrentamentos em uma forma de vivência aparentemente simples do cotidiano.

Neste contexto, é possível argumentar que o *ser campesino* se constitui em uma representação substancialmente mais partilhada entre os(as) narradores(as) e, por extensão, entre outros tantos compadres e comadres. Essa imagem de ser alguém nascido e criado em um determinado lugar sobressaiu-se nas inúmeras histórias como dimensão do enraizamento. Essa posição de subjetivação relaciona-se aos modos de habitar, de sobreviver e de trabalhar diante das inúmeras contingências econômicas, territoriais e históricas que marcam silenciosa e sub-repticiamente a formação da comunidade Arara em Teixeira de Freitas (BA). Neste sentido, então, as trilhas correspondem às interrogações postas acerca de como as representações identitárias estruturariam as relações e atitudes com o espaço e com o trabalho.

As trilhas formaram um correlato metafórico das *passagens parisienses* descritas e profundamente analisadas por Walter Benjamin. Contudo, foi preciso localizar essas passagens no campo e nas lembranças marcantes da vida dessas personagens tão comuns e tão singulares. Graças à “abertura” do passado de Arara, foi possível a compreensão de determinados elementos da condição pós-colonial na mesorregião do Extremo Sul baiano, da dinâmica econômica que transformou a paisagem ao longo do tempo e de outros aspectos fundamentais para a constituição da história local. Nesse processo, então, propiciou-se a explicitação das táticas e estratégias de sobrevivência, além de alguns mecanismos de exploração

SUMÁRIO

no âmbito do trabalho no campo, aspectos das imagens religiosas e culturais determinantes dos sentidos de ser parte da comunidade.

A questão da cor e das origens quilombolas – e em alguma medida indígenas – isto é, o *ser mestiço* e o *ser quilombola* são elementos bastante difusos em termos de representações e memórias coletivas no contexto estudado. Ora abraçado com fervor por parte dos sujeitos, para outros se trata de uma imagem a espera por se dizer mais futuramente. Neste contexto, é importante situar o *ser indígena* como uma imagem que, apesar de submersa na maior parte dos relatos e das representações, encontra-se presente como parte do sustentáculo cultural e identitário. Ao que parece, as marcas da presença indígena foram fortemente apagadas no processo de mestiçagem, no domínio do catolicismo popular enquanto cultura de referência e nos poucos rastros dessa presença em Arara e na circunvizinhança.

Na prática, esses elementos dão conta do poder colonial que, certamente, foi determinante na formação das antigas fazendas e elites rurais locais (Said, 2010), assim como as antigas populações indígenas Maxakalis e Pataxós, expulsas ao longo dos séculos de domínio português, formam uma história distinta, dados os deslocamentos para a costa baiana e norte de Minas Gerais (Sampaio, 2000). Vê-se, dessa maneira, um longo processo de invisibilização destas e de inúmeras comunidades negras rurais e indígenas, principalmente as que se formaram dentro de lógicas identitárias fragmentárias, em espaços fronteiriços e sob referências culturais que os distanciaram, em grande medida, das identificações com as origens quilombolas, colocando muitos em posições discursivas mais ambíguas e híbridas.

Endosso três aspectos quanto a isso: a *priori*, as crenças assentadas no catolicismo popular, de certa forma, dão margem à valorização da condição de pobreza, do valor do trabalho e foram estruturadoras de hábitos que falaram pouco sobre o ser quilombola; em suma, não instigaram a busca ou luta pela identificação afrocêntrica. Em segundo lugar, a estruturação dos modos de produção no

SUMÁRIO

meio rural nos fins do século XIX e XX, fortemente calcada na exploração da mão de obra com baixos salários, na instabilidade e em condições de trabalho mais precárias. Essa estruturação é, no fundo, concebida sobre um poderoso fundo racista e de hierarquização de gênero – legado do colonialismo que permeou as diferentes esferas da sociedade –, pois explorava – ainda explora? – a pessoa negra e duplamente a mulher negra, por sua vez, sobrecarregada no campo e no espaço doméstico. Finalmente, pela cegueira do analfabetismo – conforme a imagem do sr. Zeco –, porque a maioria ficou distante das preocupações do Poder Público em ofertar e propiciar formação e profissionalização, deixando essa e tantas outras comunidades à própria sorte, sem políticas públicas educacionais, de atendimento de saúde e de sustentação econômica.

Por um lado, os aspectos mencionados alimentaram determinado afastamento quanto à percepção da condição negra em termos identitários, bem como traduzir isso em movimentações coletivas. As narrativas mostram que essas movimentações, ao longo da história da comunidade, foram direcionadas à resolução de problemas da ordem econômica, de saneamento, de atendimento à saúde, em suma, problemas de ordem pragmática e de sobrevivência, tal como o surgimento da Associação de Moradores se deu em função não de questões identitárias, mas das necessidades de trabalho, produção e gerenciamento dos problemas coletivos. O *ser quilombola* deve se tornar uma representação, um mote político e identitário da comunidade se ela inserir essa dimensão nesta pragmática, uma vez que essa questão surgiu tardiamente na vida de parte dos sujeitos na busca das próprias origens. Trata-se de um lance de dados inicial para um processo mais vigoroso de aquilombamento.

Na verdade, ainda há interditos e – se posso valer-me de um conceito psicanalítico neste momento – elementos recalçados. Do ponto de vista dos limites éticos que estabeleci para este trabalho e no próprio trato com os sujeitos, não senti que deveria tocar em feridas a serem cuidadas pelos sujeitos. Certamente, as trilhas narradas

SUMÁRIO

podem ser um valioso estímulo para as gerações mais novas da comunidade Arara, quando tentarem resgatar algo que não estava no rol das preocupações imediatas do presente, como um tesouro mnemônico e arquivo, diria Aleida Assmann (2011). As identidades são sempre armas simbólicas no jogo assimétrico de forças sociais, políticas, econômicas e culturais. Entendo, portanto, que a comunidade tem seus próprios modos de lidar com essas armas, não obstante ser quilombola, *ser mestiço* e *ser campesino* são imagens sobrepostas no jogo das aceitação e recusas da subjetividade de cada sujeito e da própria subjetividade social. Identidade pode ser ferida coletiva, mas também cura.

Se algumas memórias, narrativas e discursos permaneceram na arena do interdito, é porque ainda há feridas a serem curadas. Os velhos buscaram trazer a melhor versão de si, da comunidade e das próprias experiências. As gerações mais antigas, mesmo imersas em um conjunto multifacetado de relações com municípios, distritos e povoados vizinhos, estabeleceram suas próprias estratégias de resistência – seja recorrendo às táticas de organização próprias quanto às necessidades de trabalho e produção, seja pelo emudecimento de suas ancestralidades. Encarar politicamente identidades subalternizadas em um contexto local diaspórico, comandado por elites rurais e ao longo de um século de parcas políticas públicas, certamente, dificultou que o *ser quilombola* se colocasse como uma bandeira distintiva. Na verdade, essa é uma conquista relativamente recente e ainda não alcançou todos os rincões do país nem tampouco tantas outras comunidades rurais negras.

Não obstante, todas essas imagens identitárias e jogos assimétricos de representações solicitavam a constituição de uma narrativa fundadora, bem como se buscou interrogar quais lembranças materializariam memórias coletivas que, por conseguinte, poderiam compô-la. Isso se efetiva com a trilha “*A volta das araras: o rio como berço da comunidade*”, pois é neste mito fundador que a imagem da origem se mantém. Dessa maneira, apesar da endogamia bastante acentuada nas primeiras gerações de moradores de Arara,



SUMÁRIO

cada família manteve bem demarcada suas propriedades, além das transformações advindas da saída e entrada de novos moradores. Do ponto de vista sociológico, a lógica que imperou nesse processo de apropriação, de estabelecer divisões e de operar táticas de sobrevivência foi, na verdade, uma lógica de cunho mais privatista, pois cada posseiro, família ou comprador demarcou claramente e sob medidas específicas suas propriedades, tardiamente regularizadas.

Essa realidade dificulta, por exemplo, a organização coletiva de uso da terra, enquanto característica acentuada de outras tantas comunidades quilombolas. Além disso, o peso social e discursivo das identidades não eurocêntricas - que historicamente sofreram e sofrem com o preconceito e exclusão sociais - provavelmente contribuiu para que o silêncio sobre a própria condição como pessoa negra fosse um instrumento de resistência, isto é, uma estratégia para sobreviver a essa dupla inscrição (Hall, 2013): negritude e pobreza, marcadores sociais fortemente renegados em um país com largo histórico elitista e colonialista. Por isso, consciente ou não, o autossilenciamento foi uma estratégia de resistência ao preconceito.

Certamente, muitos já se esqueceram de que o nome Arara advém daquelas “revoadas” vistas há muito tempo por quem chegou naquele lugar, no qual só havia abundante mata, fauna e muita água em suas nascentes. Essa narrativa fundadora permaneceu nas lembranças de alguns dos mais velhos e pode, então, perenizar-se ao menos na versão aqui construída. Ademais, as outras *Trilhas de Arara* puderam alargar o horizonte das expectativas iniciais e pode-se, de todo modo, construir importantes aspectos da memória coletiva e um conjunto substancial de elementos partilhados relativos às diferentes dimensões da vida, da história, do trabalho, da comunicação, dos deslocamentos, dos comportamentos, das crenças, das relações sociais, das festas, dentre outras instâncias que dizem respeito a uma historicização da comunidade Arara, situando-a no contexto do Extremo Sul baiano.

SUMÁRIO

Além disso, as narrativas sobre a referida mesorregião ainda têm abertas diversas lacunas quanto à historicidade e aos modos de sua constituição. Vale endossar que diversas comunidades permanecem no silêncio não só da historiografia tradicional, como das reflexões sobre a constituição ambígua mormente sob as sombras da colonialidade. Isto é, quantos sujeitos e modos de vida se construíram dentro de estruturas marcadas pela diferença colonial? Assumindo uma escrita de cunho pós-colonial¹⁹⁰, mais do que uma questão epocal, é importante discutir as movimentações sociais, culturais e ideológicas, por exemplo, nos espaços fronteiriços, sejam estes simbólicos, espaciais, identitários etc. Disso resultam o conflito e a diferença de vozes, percepções e identificações.

Em todo caso, o presente livro é uma tentativa de diálogo de diferentes vozes e, por isso, fica claro que a memória social é uma *escritura*¹⁹¹,

190 Em outras palavras, interrogou-se e problematizou-se a partir das narrativas dos próprios sujeitos, enquanto um *outro* na condição de falar por si, a partir de suas próprias mediações culturais, reconhecendo que esses sujeitos possuem interpretações sobre a própria história. A análise das narrativas permitiu localizar diversos elementos socioeconômicos e político-culturais que respondem aos efeitos identitários da comunidade, indeterminados e fragmentários, característicos de um processo de abruptas mudanças históricas na região, de uma política local dependente de elites agrícolas, da questão da exclusão social das populações negras, indígenas e mestiças, corroborada pela ausência de políticas públicas ao longo de décadas, dentre outros fatores que se encontram dispersos nas lembranças, rastros de estruturas excludentes que repercutiram nos modos dos estudos pós-coloniais (Hall, 2013). No entanto, esses elementos teóricos do debate que fundamentam a construção das *Trilhas de Arara* devem encontrar espaço em outro volume, já que o propósito do presente livro é, prioritariamente, apresentá-las como principal resultado e um dos objetivos centrais da tese defendida em 2021.

191 Traçar essa “escritura” possibilitou destacar os pontos fronteiriços das narrativas, o entrelugar pós-colonial nas experiências de empoderamento e enfrentamento das condições socioeconômicas (Hall, 2013) em que se encontravam, bem como na interpretação e reordenamento de sentidos sobre a própria existência. Todos esses elementos emergiram no material mnemônico, acessado pela linguagem para alcançar os modos de subjetivação individuais e coletivos que marcaram a construção desses sentidos. Evidenciar aspectos das diferentes visões de mundo dos sujeitos, das suas experiências e dos sentidos também possibilitou se posicionar, por exemplo, contra os discursos coloniais e hegemônicos. Pensando com a filosofia ricoeuriana, a configuração narrativa dos velhos e velhas de Arara expressa resistência. As teorias pós-coloniais podem se enriquecer com o pensamento de Paul Ricoeur se tais estudos abordarem o problema do colonialismo e da colonialidade considerando o tempo, a política, os sujeitos e as identidades narrativamente. Dado o caráter transdisciplinar da memória social, foi necessário dialogar com diferentes epistemologias e pensadores, por vezes conflitantes e contraditórios entre si, mas acredito que a Ciência não pode deixar de se abrir a quaisquer diálogos, independentemente de suas naturezas, a fim de avançar suas próprias fronteiras.

SUMÁRIO

uma forma de inscrição em meio à “reescritura” cotidiana de si. Dá-se em um alinhamento ao outro real ou pressuposto e dentro de um espaço sociocognitivo de referência. Ela faz-se e desfaz-se voluntária e involuntariamente. De todo modo, cada geração e cada sujeito tem um modo próprio de “escrever” o “texto” de suas próprias experiências. Disso resulta, de forma específica, que algumas “respostas¹⁹²” poderiam ser melhor balizadas valendo-se de uma abordagem intergeracional para lidar com determinados problemas identitários.

A título de exemplo, seria possível compreender e explicitar como a memória das origens quilombolas é ressignificada pela geração de filhos e netos dos velhos, bem como saber quais sentidos e valores específicos norteiam a noção de comunidade e pertencimento ou mesmo se as experiências de contato mais contínuo com contextos externos à comunidade provocaram ou acentuaram possíveis aceitações ou mesmo recusas à identificação como quilombola. Quer dizer, os velhos de Arara foram ouvidos, agora é preciso ouvir os demais¹⁹³.

Preciso enfatizar que a presente obra, trazendo apenas parte da pesquisa de tese que a originou, menos se preocupou em ressaltar conceitos teóricos e mais a vida das pessoas, as relações sociais, os elementos culturais e lutas como expressões mais fundamentais da memória social e coletiva. Esse é o maior legado a ser deixado por este livro para ampliação, desconstrução e aprofundamento em pesquisas futuras, especialmente no que tange às questões teórico-metodológicas.

192 Neste ponto, faz-se referência aos diferentes resultados da análise das narrativas decorrentes das problemáticas da pesquisa de tese.

193 Em suma, novas questões se apresentam, mas tais perspectivas se tornam, portanto, um estímulo a desdobramentos desta e de pesquisas futuras em relação à comunidade Arara. Minha preocupação foi, de fato, circunscrever a investigação à geração mais velha, ansiosa por ter suas memórias, modos de ver o mundo e de sentir a comunidade registrados e perpetuados, ainda que apenas uma parcela desse manancial. Com isso, as lembranças e narrativas de Arara podem alimentar a esperança por novas configurações no interior da própria comunidade e nos rumos que os(as) filhos(as) e netos(as) darão a tudo que está posto.

SUMÁRIO

Porém, as histórias aqui narradas, os eventos marcantes dos sujeitos, as vivências da comunidade e as colorações, que mesclaram o discurso dos velhos e velhas de Arara, só podem ser transformadas pelos sujeitos em novas interações, narrações e recordações, pois, como lembra Gabriele Rosenthal, uma é a vida vivida, outra é bem diferente a vida narrada. E a força da rememoração é que pode transformar os destinos da escrita da história, diz a filosofia de Walter Benjamin. No entanto, estou convencido de que tudo a ser feito sobre Arara e pela comunidade a partir deste trabalho, do ponto de vista científico, deverá lembrar-se destes velhos e velhas – e outros(as) que não puderam fazer parte deste memorial pelas contingências de quaisquer pesquisas, pelos recortes exigidos para sua realização, pela importância fundamental da memória social para compreensão da comunidade e pelo tempo que a Ciência atual exige para apresentar à sociedade algo como totalidade.

Com isso, foi possível explicitar a força política do processo de rememoração e construção narrativa da memória intersubjetiva para desnudar as invisibilizações históricas relativamente aos remanescentes de quilombolas, os processos de exclusão social a que relegaram as populações rurais negras, as lutas locais pela sobrevivência dos sujeitos, a riqueza identitária constituída em espaços fronteiriços principalmente dos municípios de Teixeira de Freitas, Alcobaca e Caravelas, os modos de produção exploratórios pós-coloniais e as cegueiras do Estado, antes e hoje, na comunidade estudada e em tantas outras. Por tais razões, os velhos e velhas de Arara deixam o grande legado para a memória da comunidade a partir do que havia de mais precioso de suas lembranças: a riqueza de uma vida vivida na relação com a terra e o valor incomensurável da experiência, ora destilada anos a fio no árduo e silencioso trabalho do campo. “*Era assim que era*”, frase dita por sr. Zuzá geralmente seguida por um silêncio e alguma saudade. Por isso, faz-se desse enunciado título deste livro.



SUMÁRIO

Em razão desse legado, as interrogações e expectativas agora estão postas sobre os ombros das gerações mais novas da comunidade Arara. Em algum momento, como espera o senhor Eusébio, os mais novos poderão aprender e entrar no “ritmo de seus antepassados” – se assim quiserem –, tal qual registrou o sr. Zeco com suas lembranças. Este ritmo será ditado pelo tempo e pelos interesses que movem as gerações mais novas, pois, como disse Dona Sinéis, a vida de todos está em Arara até hoje! Vida essa que representa, para Dona Graci, o orgulho de ter nascido e criado seus filhos na comunidade em uma época que, apesar de tanto trabalho, havia festa e outras formas de união marcantes nas lembranças dos mais velhos, conforme contado com alegria por Dona Maria Benedita. A relação entre lembrança e esquecimento é dinâmica e é preciso aguardar o despertar de outros sujeitos e memórias para reconstrução das histórias e trilhas aqui apresentadas.

Sendo seres históricos, tal como dito por Dona Eloisa na introdução deste livro, tais interrogações dão margem para a força de novas respostas no tempo do agora. Diante disso, após anos contando as histórias de Arara para tantas pessoas que por lá passaram, o senhor Wilson já não precisa cobrar mais ninguém por um justo registro: ei-lo aqui, ainda que tão pequeno, falho e parcial diante de tantas memórias e experiências partilhadas, mas um duro trabalho ético, político e de celebração. Sim! Uma celebração à memória e esperança de Arara e de seus velhos e velhas, porque faço minhas as palavras de Dona Eloisa: “diz-se que o sofrimento vem na frente e a liberdade vem atrás”!

SUMÁRIO

REFERÊNCIAS

ACHILLES, Daniele; GONDAR, Jô. A memória sob a perspectiva da experiência. *Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, ago. / dez. 2016.

ABREU, Eduardo Luiz Biazzi de. Identidade cultural: Comunidades quilombolas do extremo sul da Bahia em questão. *Revista África e Africanidades*, n. 8, p. 01-12, fev. 2010.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Livro XI. O homem e o tempo. Disponível em: https://www.ufmg.br/copeve/site/arquivos/Textos_de_Filosofia/2011/CONFISSEES_Livro_XI_O_Homem_e_o_Tempo.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALMEIDA, Thiara Messias; MOREAU, Ana Maria Souza dos Santos; MOREAU, Maurício Santana; PIRES, Mônica de Moura; FONTES, Ednice de Oliveira; GÓES, Liliâne Matos. Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. *Soc. Nat.*, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 5-18, Dec. 2008.

ALVES, Silvio André Meirelles. *Epidemiologia da vassoura-de-bruxa (Crinipellis perniciosa (Stahel Singer) em cacauzeiros enxertados em Urucuca, BA*. 2002. Dissertação (Mestrado em Agricultura) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2002.

ANDRÉ, Maria da Consolação. *O ser negro: a construção de subjetividades em afro-brasileiro*. Brasília: LGE Editora, 2008.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultura*. Tradução Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BAHIA, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – SEDUR. *Elaboração do plano estadual de habitação e regularização fundiária do estado da Bahia*. 2012. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/PLANEHAB/PLANEHAB-Vol-III_Tomo_VI_Comunidades_Tradicionais_R01.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

BARRENTO, João. *Limiars: sobre Walter Benjamin*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

BARROS, Elizabete Umbelino de. *Línguas e linguagens nos candomblés de nação Angola*. 2007. Tese (Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BELIZÁRIO, Inézia; SOUZA, Antônio Carlos Santana de. Empréstimo da língua indígena: o uso da língua Tupi na língua portuguesa falada no Brasil. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, n. 84, set./dez., 2022.

BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem* (1915-1921). Organização, apresentação e notas Jeanne-Marie Gagnebin. Tradução Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Editora 34, 2011.

BENJAMIN, Walter (1892-1940). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012a – (Obras Escolhidas v. 01).

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa; revisão técnica Márcio Seligmann-Silva. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012b – (Obras Escolhidas v. 02).

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. 2. ed. Edição e tradução João Barrento. São Paulo: Autêntica Editora, 2013. (Filô/Benjamin).

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. 2. ed. Organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Tradução João Barrento. São Paulo: Autêntica Editora, 2015.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização da edição brasileira Willi Bole. Tradução do alemão Irene Aron, tradução do francês Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

BERNSTEIN, Henry. Soberania alimentar: uma perspectiva cética. *Sociologias*, Porto Alegre, RS, v. 17, n. 39, p. 276-336, maio 2015.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SUMÁRIO

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estatuto do Idoso*. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL, Decreto n. 1.775, de 08 de jan. de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 265, 1996.

BRASIL. Decreto nº 4.887. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Diário Oficial da União, Seção 1, p. 04, 2003. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=4&data=21/11/2003>. Acesso em: 20 maio 2021.

BUZAN, Thales. O que é prosódia? Definições, funções e aplicações. *Revista da ABRALIN*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 1-4, 20 jul. 2020.

CARMO, Bougleux Bomjardim da Silva Carmo. “Era assim que era...”: memórias, narrativas de velhos e sentidos de comunidade em Arara – Teixeira de Freitas (BA). 2021. 129f. Tese (Doutorado em Estado e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Sosígenes Costa, Porto Seguro, 2021.

CARMO, Bougleux Bomjardim da Silva Carmo. Batuque e toadas em linhagens discursivas: memória dos velhos de Arara e organização tópica em uma conversação. *CadLin*, v. 02, p. 01-29, 2021a.

CARMO, Bougleux Bomjardim da Silva; REICHERT COELHO, Lilian. Nas trilhas e narrativas de Arara: memórias de uma comunidade com remanescentes quilombolas em Teixeira de Freitas (BA). *Revista Conexão Letras*, [S. l.], v. 16, n. 26, 2021b. DOI: 10.22456/2594-8962.117264.

CARMO, Bougleux Bomjardim da Silva Carmo. Análise narrativa e memória social: retratos em pequenas histórias da comunidade Arara em Teixeira de Freitas (BA). *Investigações* (Online), Recife, v. 34, p. 01-31, 2021c.

SUMÁRIO

CARMO, Bougleux Bomjardim da Silva Carmo. Sobreposições na co-construção da memória na conversação: Um estudo com narrativas de velhos da comunidade Arara em Teixeira de Freitas (BA). *Signotica* (UFG), Goiânia, v. 35, p. 01-34, 2023.

CARMO, Greyce Bonjardim da Silva. *Percepção ambiental na comunidade Arara em Teixeira de Freitas (BA)*. 2019. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologias Ambientais. Universidade Federal do Sul da Bahia, 2019.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. Três décadas de eucalipto no Extremo Sul da Bahia. *GEOUSP Espaço e Tempo*, São Paulo, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 55-68, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 22. ed. Tradução de Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa*: experiências e história na pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2015.

FIUZA, César. *Procedimentos para ação de usucapião ficam claros no novo CPC*. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-ago-17/direito-civil-atual-procedimentos-acao-usucapiao-fica-claro-cpc>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FLANNERY, Mércia Regina Santana. *Uma introdução à análise linguística de narrativa oral*: abordagens e modelos. Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada v. 42. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração*: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Estações ferroviárias do Brasil*. 2020. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/baiminas/caravelas.htm>. Acesso em: 20 maio 2021.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos*: Uma história do campesinato negro no Brasil. 1. Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015 (Coleção Agenda brasileira).

SUMÁRIO

GONDAR, Josaída; DODEBEI, Vera (orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

GONTIJO, Fabiano de Souza. Sexualidade e ruralidade no Brasil: o que os estudos rurais e os estudos de gênero e sexualidade (não) dizem sobre essa relação? *Vivência: Revista de Antropologia*, Natal, v. 1, n. 45, 145-158, nov. 2015.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p. 223-244. 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2. ed. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Regularização de território quilombola: perguntas e respostas*. Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária / Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ. 2017. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA APLICADA. *Texto para discussão*. Brasília: Rio de Janeiro; IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34089. Acesso em: 20 abr. 2021.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Enraizamento, pertença e ação cultural. *Revista Cronos*, Natal, v. 2, n. 1, p. 131-137, 16 fev. 2017.

LEAL, Paula Chagas Francis. O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) no Vale do Ribeira (PR). *Revista Geografar*, Curitiba, v.6, n.2, p. 22-42, dez./2011.

MARINHO, Pedro Lopes. Exportação de cacau, crescimento e desenvolvimento regional no sul da Bahia (1965-1980). *Economia*, Curitiba, v. 28/29 (26-27), p. 7-25, 2002/2003.

SUMÁRIO

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MOLAR, Jonathan de Oliveira; ALMEIDA, Ítala Serafim. O Religioso e o Profano na festa de São Bernardo em Alcobaça-BA (1990 - 2010). *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 31, n. 01, p. 01-21, 2013.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b.

NORA, Pierre. M. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Igreja e escravidão africana no Brasil Colonial. *Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria*, Ilhéus, v. 10, n.18, p. 355-387, jul./dez. 2007.

OLIVEIRA, Siara. *A história da ponte levada pela enchente três vezes em Teixeira*. 2019. Disponível em: <https://www.sulbahianews.com.br/a-historia-da-ponte-levada-pela-enchente-tres-vezes-em-teixeira/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PORTO, Liliana; KAISS, Carolina; COFRE, Ingeborg. Sobre solo sagrado: identidade quilombola e catolicismo na comunidade de Água Morna (Curiúva, PR). *Relig. soc.*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 39-70, 2012.

PRETI, Dino (org.). *O discurso oral culto*. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005 (projetos Paralelos, v. 02).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

REIS, Thais Barbosa; MORAES, Maria Dione Carvalho. Trabalho infantil, campesinato e políticas públicas. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. 6ª. *Anais...* Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão. São Luís (MA), 2013.

SUMÁRIO

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa 1: a intriga e a narrativa histórica*. Tradução Claudia Berliner; revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa 3: o tempo narrado*. Tradução Claudia Berliner; revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

ROCHA, Elissandro Santos. Qualidade da água do rio Itanhém entre os municípios de Medeiros Neto e Teixeira de Freitas, Bahia. 58f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias Ambientais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais, Porto Seguro, 2020.

ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada. *Civitas*, Porto Alegre v. 14 n. 2 p. 227-249 maio-ago. 2014.

SAID. Fabio M. *História de Alcobaça: Bahia (1772-1958)*. São Paulo (2010), 2017. Edição digital.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território pataxó do Monte Pascoal. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 5, n. 6, p. 31-46, 19 nov. 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (orgs). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2002, p. 13-21.

SARMENTO-SOARES, Luisa Maria; MAZZONI, Rosana; MARTINS-PINHEIRO, Ronaldo Fernando. A fauna de peixes na bacia do Rio Peruípe, extremo Sul da Bahia. *Inventários Biota Neotrópica*, São Paulo, v. 07, n. 03, p. 291-308, 2007.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - SEPLAN. *Plano territorial de desenvolvimento sustentável e solidário do Extremo Sul da Bahia*. Salvador, BA.: SEPLAN, 2016. Disponível em: https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDS_Territorio_Extremo_Sul.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

SUMÁRIO

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o livro mundo: Walter Benjamin romantismo e crítica poética*. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.



SUMÁRIO

APÊNDICES

APÊNDICE A – CHAVE DE TRANSCRIÇÃO

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	Do nives de rensa () nível de renda nominal
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	E comé/e reinicia
Entonação enfática	Maiúscula	Porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para :::: ou mais	Ao emprestarmos éh::: ... dinheiro
Silabação	-	Por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	E o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	São três motivos... ou três razões ... que fazem com que se retenha moeda ... existe uma ... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Superposição, simultaneidade de vozes	Ligando as linhas	a. na casa de sua irmã b. [sexta-feira? a. fazem LÁ b. [cozinham lá
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...

SUMÁRIO

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Citações literais de textos, durante a gravação	"entre aspas"	Pedro Lima ... ah escreve na ocasião.. "O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baAREIra entre nós"...
<ol style="list-style-type: none">1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc)2. Fáticos: ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá (não por está: tá? Você está brava?)3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.4. Números por extenso.5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa)6. Não se anota o cadenciamento da frase.7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh:..... (alongamento e pausa)8. Não se utilizam sinais de pausa, típicas da língua escrita, como ponto e vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.		

Fonte: Preti (2005, p. 19-20).

Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP no. 338 EF e 331 D2

SUMÁRIO

ANEXOS

ANEXO A – CADERNOS DE ZECO¹⁹⁴

DIÁRIO 01: 28-9-2015 DERLY FELIX DA SILVA

Comunidade de Araras M.T.F.

Dona Ilda Nasceu no ano de 37 10-1-37 Janeiro de 37

A começar

Eu e o meu irmão nascemos no ano de 1935 no dia 10 de Novembro de 1935 na posse de nome Nova Esperança na comunidade de Araras, nesse período era o município de Alcobaça, e hoje município de Teixeira de Freitas. Meus pais eram do mesmo município eram alcobacences naturais e legítimos, minha mãe era descendente de família africana e indígena, meu avô materno era descendente de africano e minha avó materna era descendente de índios com outra nação, todos nascidos no extremo sul da Bahia. A minha avó paterna nasceu no município de Caravelas era também descendente indígena com outra família não sendo brasileira, e o meu avô paterno veio lá da cidade de *Saubara* nos anos 1880 recrutado para prestar serviço na estrada de ferro Bahia e Minas que partia de Caravelas para as margens do rio Jequitinhonha e também não retornou mais para o seu município natal. Também não sei explicar a procedência da família dele se era da família indígena ou família africana, ou portuguesa.

194 Os cadernos foram digitados mantendo a ortografia e sintaxe original de seu autor. A numeração com a marcação em traço separa as páginas conforme o texto-fonte. Além disso, palavras que apresentaram dificuldades de legibilidade estão em geral acompanhadas com a hipótese entre parênteses, por exemplo: *matenção* (*manutenção?*).

É certo que os filhos do meu avô paterno tinham um gesto que existia um pouco de mistura de famílias nativas que eram indígenas outras famílias portuguesas e africanas. O meu avô paterno veio a perder o fôlego de vida em novembro de 1920. E o meu avô materno em dezembro de 1924 afogado no rio Itanhém. A minha avó paterna veio a perder o fôlego de vida no ano de 1951. 15 de março a minha [avó] materna em 1956 com 112 anos. A minha mãe com 63 anos também veio a perder o fôlego de vida, e o meu pai aos 93 anos era agricultor. Mas para começar as primeiras aulas ele trabalhou muito vendendo dia para

----- p. 1

as pessoas tinham de contribuir com os meios para a *matenção* (*manutenção?*) alimentar da família mãe e irmãos moravam sempre em terra dos outros, depois nos anos de 1920 o senhor Joaquim Muniz Neto fez um convite ao meu pai se queria vim morar com ele aqui na Cascata se mamãe deixar eu vou ele estava com os seus 17 anos já rapazote a minha [mãe] deixou e ele veio mais o senhor Joaquim chegaram aqui na Cascata em março de 1920. Mas quando foi em novembro do mesmo ano o meu avô morreu lá em frente ao povoado de São José na beira do rio Itanhém no lugar denominado Porto do China na beira do rio Itanhém cego e parafítico. Quando meu pai recebeu o recado que o meu avô tinha morrido, o senhor Joaquim Muniz liberou para e ver a minha avó e os irmãos e mandou convidar um irmão mais velho do que papai se quisesse vim fazer roça na meia com o senhor Joaquim a terra tava sobrando. Mas o meu tio não pensou duas vezes. Quando meu pai voltou já veio o tio Agenor aí se entenderam, o tio quando voltou para ver a minha avó mais os irmãos já deixou 4 tarefas de mato faxinados, quando foi pelo Natal ele chegou na fazenda Cascata com mãe e irmãos menores. Vendia uma semana de serviço ao dono da fazenda mas a maioria do tempo era cuidando da roça faxinando e cuidando da formiga saúva. E nesse vai e vem viveram em conjunto até o ano de 1929 aí não deu

SUMÁRIO

mais certo eles saíram da Cascata foram morar com o senhor José Felix que era filho do meu avô materno. E depois o meu tio casou com a sobrinha de José Felix

----- p. 2

Já no mesmo ano de 1924 no mesmo ano ele foi convidado para prestar serviço ao exército e lá ele veio a falecer de febre tifo segundo a carta que a minha avó recebeu do ministério. O meu tio não teve a sorte de conhecer o filhinho que ele arrumou com minha prima Juliana. No mesmo ano de 1923 que o meu pai saiu da Cascata ele foi para o estado do Espírito Santo com o mesmo destino do meu avô foi trabalhar numa construção de uma estrada de ferro rio São Mateus em direção a Nova Venécia. Porque o rio São Mateus só era navegável até a Cachoeira do Cravo. A estrada era para o escoamento das produções dos produtores da região, as tropas de burros e cavalos vinham das serras com a carga até a Cachoeira do Cravo da Cachoeira do Cravo para a cidade o transporte *era* por água. O meu pai trabalhou de 23 até dezembro de 24. De dezembro de 24 nunca mais papai saiu da Bahia para estado nenhum para ganhar o pão de cada dia. Trabalhava como meeiro e parceiro até que ele arranhou um namoro com uma filha de uma viúva quando foi no ano de 1928 casou-se com a filha da viúva e a filha da viúva tinha uma posse de terra com 110 metros de frente para o lado da beira rio, e eles depois de casados vieram a residir nessa posse de terra nos anos de 1931 só abandonaram essa posse com a morte. A esposa aos (3)63 anos e o esposo aos 93 anos. Hoje essa área é ocupada pelos filhos e netos

----- p. 3

Dos filhos mais velhos são 2 do casal e mais um casal do segundo casamento do meu pai. E vivemos todos aqui e uma irmã bastarda de meu pai. Eu hoje digo, eu agradeço a Deus e a divina providência por ter feito esse convite ao meu e ao meu tio. É essa a história da minha família. O meu avô materno era cafeicultor e produtor

SUMÁRIO

de farinha de mandioca tinha uma farinheira movimentada ao pescoço de boi para ralar a mandioca e café também era beneficiado no pescoço de boi. O transporte para a produção que era adquirida na zona rural todas as mercadorias eram transportadas por canoas café farinha feijão milho madeira serrada na serra manual e madeira em toras madeira boieira ou digo madeira leve na barca. As canoas desciam carregadas voltavam carregadas de sal, sabão querosene fumo e tecido remédios então a partir do ano 50 para cá depois que o senhor Joaquim Muniz Neto *localizou um lamal (?)* de estrada de rodagem da fazenda Cascata até o povoado Aparajú daí começou a melhorar na região e no ano 49 o senhor Antônio Simplício de Barros fez a primeira ponte nesse rio Itanhém ele começou em 49 e terminou em 51 o alicerce de madeira

----- p. 4

e ligou um *ranal* de estrada de rodagem da fazenda Cascata a ligar naquele semáforo ali na Marechal Castelo Branco na antiga casa Barbosa. Essa facilidade deve ter acontecido de 52 para 53 que tornou estrada que ligou Minas com a Bahia com o transporte rodoviário que se deslocavam das cidades praianas para Nanuque Espírito Santo. Antes de tudo nós aqui da nossa região para ir até Nanuque tinha que ir até Juerana *Taguary* ou Aparajú ou Caravelas, mas no [ano] de 1948 o senhor Eliozipio Cunha chegou em Nanuque colocou em cima da prancha da estrada de ferro Bahia e Minas trator, patrol caminhão homens capacitados e desceu em direção a Bahia veio *aparar* no quilômetro 62 na beira do rio Peruípe município de Caravelas e começou a execução da estrada de rodagem em direção a Teixeira de Freitas veio rompendo até chegar em Barcelona. Foi nessa época que o nosso extremo sul começou a se desenvolver e as pessoas a ter uma condições mais digna principalmente na área da saúde. Com essa ligação ramal que o senhor prefeito atual de Alcobaça Antônio Simplício de Barros fez com a ligação da Cascata até nesse semáforo, hoje nós estamos tendo transporte para toda parte do mundo.

----- p. 5

SUMÁRIO

Hoje vocês estão vendo a mil maravilha mas isto já foi muito difícil quando adoecia uma pessoa nessas matas aí é que era duro. Mas hoje tá tudo fácil. Naquele tempo dos anos 50 para trás quando adoecia uma criatura humana era conduzida rede ou no banquê de lençol ou de cipó. Para vocês pense bem essa nossa região às margens do rio Mucuri, rio Peruípe, Itanhém, rio *Jucuruçu* do norte do sul Itaitinga tudo são rios que já navegou muitos profissionais canoeiro levavam a mercadoria de seu fulano e trazia a de cicrano ou quer dizer os canoeiros. Existia canoa que cabia 120 sacos de café farinha, cacau e outros derivados dos produtos que os produtores produziam na zona rural. O meu pai trabalhando em cima desse pedaço de terra com 110 metros de largura e três mil metros de comprimento cada linha pois ele no 48 comprou uma aberta em mão do senhor Ozório Neves irmão do senhor Gustavo Neves nas margens do fazenda município de Caravelas quando foi no ano de 1952 ele *arreguereu* ao estado e executou a primeira medição que comprou 5 alqueirão de terras do estado em 52 depois ele tornou a tirar mais 5 alqueirão em mão do senhor *Alvim* Cajueiro o sogro do senhor Izael o pai de Cajueiro o patrulheiro rodoviário terra medida no município de Caravelas

----- p. 6

terras que ficavam nos fundos da fazenda Cascata. Tudo arranjado com produção de cacau mas quando foi nos anos de 1963 meu pai ficou viúvo e aí mudou tudo meu pai resolveu constituir nova família e aí a roda começou a desandar e hoje nós só temos os filhos 7 hectares de terra cada um dos pertencentes filhos tanto do 1º casal e do segundo casal. Vamos aos os demais assuntos mais sobre os modos dos antepassados como os chefes de famílias faziam para terem os filhos sempre juntos com eles no dia a dia. Quando eles vendiam uma partida de mercadoria que recebia um troco maior comprava uma posse de terra para o filho ou a filha naquele tempo não tinha carro nem moto e foi assim que o meu avô fez, para cada um filho ele deixou uma posse de terras uns mais outros menos mas deixou para cada um filho uma posse de terras para como eles pudesse arranjar o pão

SUMÁRIO

de cada dia. Vamos aos assuntos do meu conhecimento nas coisas históricas da nossa região do nosso extremo sul como foi começado o começo do desenvolvimento de agricultura no nosso extremo sul os *comesantes* foram os portugueses que vieram para o Brasil e traziam os africanos para cá e tratavam como escravos. Trabalhavam os portugueses a troco de um pedaço de pão. Como aconteceu com os pais do meu avô e os irmãos, o meu avô e os irmãos nasceram no município de Caravelas depois da época do ventre livre já não foram mais escravos, foram três irmãos Julia e Manoel e José todos 3 passaram a ser *possiante* na margem do rio Itanhém

----- p. 7

A lado do sul do rio na barra do ribeiro da Embiribeira. Manoel meu avô e o irmão José eram vizinhos um do outro e a irmã Julia morava um pouco mais afastada dos dois José e Manoel eles eram cafeicultor e produtor de farinha de mandioca os costumes dos pais deles que trouxeram da costa da África. Os africanos deixaram no Brasil uma arte de excelente cultura quem quiser conhecer visite fazenda Cascata aí perto do aeroporto antes de descer a ladeira do rio Itanhém a maioria daquelas peças que estão ali são obras fabricadas por mãos de africanos. Cascata é fazenda que foi começada com o sistema de escravatura. Logo aqui vizinho da fazenda Cascata fazenda São José hoje tudo é Cascata do outro lado rio essa fazenda hoje é pertencente ao senhor Carlos Faé que é a fazenda Pombal foi formada através de escravatura o dono só foi fazendeiro até o tempo o rigor da escravatura valia o primeiro dono do Pombal era um descendente português segundo por informações do meu pai . Uma senhora de nome Lidia da família Silva falou para o meu ouvir e o dono do Pombal casou-se com a filha de um senhor por nome de João José que era dono da fazenda Ponte que fica situada aí depois do povoado do São José assim como é *essque* que já citei são várias, outras fazendas que existem margens do rio Itanhém. Vamo ao um outro assunto em outro município o município de

----- p. 8

SUMÁRIO

Caravelas perto do povoado de Juerana uma fazenda de nome Santa Cruz nas margens do ribeirão Fazenda. Fazenda essa cujo dono era grande advogado filho de Alcobaça por nome doutor José Nunes. Mas antes dele perder o fôlego de vida ele foi prefeito de Alcobaça eu votei nele, eu alcancei a casa que os senhores moravam era um sobrado de 2 andares, a mulher que tomava conta de mim e meu irmão quando nós estava tirando um pouco da cegueira do analfabetismo nos contava muitas história dessa fazenda. Para que vocês acredite eu vou citar uma referência dessa fazenda. As janelas da casa era uma porta de hoje em dia e sem emenda. Eu vi em Juerana na casa do senhor Benedito Batista que tinha como apelido de Benedito *Rouguinho*. Essa fazenda Santa Cruz fica situada nas margens desse córrego que nasce ali no posto Ipiranga na nascente ele tem o nome águas vermelha, mais adiante é reconhecido por ribeirão Fazenda lá nessa fazenda é um rio médio onde passava a linha telegráfica, eu mais diversas pessoas da família que eu mais o meu irmão moramos 4 anos quando nós estávamos tirando um pouco da cegueira do analfabetismo nós sempre ia lá pescar nessa fazenda Santa Cruz era um rio muito rico em peixes e muita qualidade caça, eu mesmo por diversas vezes comi capivara pego nas margens desse rio fazenda pego por um senhor de nome João Maneco. Esse rio que vai em direção a Caravelas passa por ele depois de Juerana. Sim também tinha uma outra fazenda nas margens do rio Peruípe o Peruípe é esse rio que nos passa por ele depois do Espora Gato

----- p. 9

Mas essa fazenda era de um senhor por nome João de Artur também foi fazenda funcionada por escravatura tinha nome de trombinha, eu não cheguei a conhecer a fazenda, mas o dono eu conhecia quando ele vinha até Juerana ele se trajava de terno calça e paletó com um chapéu de palhinha da aba curta com uma fita preta o senhor João de Artur, era um senhor de média estatura de cor clara, e o pessoal contava para nós aquelas regiões por ali o tudo foi ocupado por escravatura. E eu cheguei a ver um lugar nas margens desse

SUMÁRIO

córrego depois de Juerana com destino a Helvécia um que tinha de mangueira e lá ainda existia um grande jaqueiral uns *sincenhos* pé de manga, e ainda existia a armação da fornalha que assentava os fornos para fazer farinha de mandioca esse lugar fica ao sul de Juerana. Sim vamos as margens do rio Itanhém como já foi citado alguns nomes de propriedades que foram remanescentes de escravos. A começar da cidade de Alcobaça rio acima as maiorias das fazendas nas margens do rio Itanhém quase todas foram funcionadas através de escravatura, logo próximo tem fazenda Palhas, mais adiante Ponta do Lago, Apaga Fogo, Pobal, São dos Meninos, Cascata, fazenda *Poço* e outras que eu não me recordo os nomes. A primeira vez que eu fui conhecer cidade foi quando estava quase para terminar a segunda grande Guerra Mundial mês setembro nesse tempo o transporte ou lombo de burro ou canoa nós saímos daqui da comunidade assim que nem hoje fomos chegar amanhã em Alcobaça e numa canoa de uma vaga levava café farinha e 5 pessoas 2 garotos e 3 adultos. Meu pai um senhor por nome de Efraim e uma irmã de minha mãe eu e o meu irmão. Era esse o transporte para a cidade de Alcobaça. Para Caravelas a mesma forma lombo de

----- p. 10

burro, carro de boi até o porto do Cupido, ou o porto do Chiquinho, ou então as pessoas tinha a cavalo para Juerana para daí pegar o trem de ferro ou para Caravelas, Nanuque em diante, para as pessoas irem ao Rio, Salvador, Vitória era por água ou então tinham pegar o trem de ferro ir para Minas até a Central do Brasil. Melhorou um pouco para nós aqui do extremo sul foi depois do governo de Getúlio Vargas que na época da Segunda Grande Guerra Mundial ele e *leou* a estrada rodoviária Rio Bahia. Foi depois disso que veio na para nós novos caminhos e novas esperanças para os brasileiros do extremo sul e os moradores do norte do Brasil. Eu tinha um primo por parte de minha mãe que trabalhou na estrada rodoviária rio Bahia começou a trabalhar de Teófilo Otoni até uma altura para o norte depois saía da rodovia e ingressou na *rio Bahia* digo Bahia e Minas morreu sendo empregado

SUMÁRIO

ferroviário. Quando houve a extinção da Bahia e Minas ele e os demais servidores que ainda estavam em ação de trabalho foram transferidos para o norte de Minas e sul de Minas, quando os servidores foram transferidos o meu primo foi para Divinópolis e tempos depois ele com a família mudou para Belo Horizonte e lá no território mineiro ele terminou os dias de vida. E lá ele deixou 4 filhos do segundo casal e 3 do 1º casal. A estrada de ferro Bahia e Minas foi extinta foi depois do governo da Revolução em 1964. Quando o governo extinguiu a ferrovia criou a estrada do boi saindo de Teófilo Otoni a Caravelas Bahia

----- p. 11

Vamos falar em assunto muito importante que é sobre a criação do povoado de Teixeira de Freitas. O povoado de Teixeira de Freitas foi criado através de um industrial de madeira natural do Espírito Santo que tinha o nome de Eliozipio Cunha. O senhor Eliozipio chegou em Nanuque e colocou no trem de ferro os maquinário em cima das pranchas da estrada de ferro, trator, patrol caminhões *tem* demais ferramentas e veio descer essa bagagem no quilômetro 62 da estrada de ferro Bahia e Minas aí ele começou a cortar terra na margem direita de quem sobe o rio Peruípe e em direção ao porto de Nova Viçosa ele colocou um grupo de pessoas para fazer a limpeza do rio Peruípe para o transporte da madeira em forma de *barça* o alimpador do rio empreiteiro da mão de obra chamava-se Francisco Conceição era uma turma na limpeza do rio e a outra arrancando pau pela cêpa com picareta enxadão e o trator afastando as madeiras para o lado e outro e veio caminhando o do município de Caravelas até sair aqui aonde tem esse semáforo na avenida Marechal Castelo Branco e daí em diante ela foi sempre margiando a divisa das águas até chegar em Barcelona e com isso ligou ao povoado de Água Fria hoje com o nome de Medeiros Neto - Bahia. Esse povoado que hoje tem o nome de Teixeira de Freitas

----- p. 12

no começo tinha o apelido Entroncamento depois pelo nome de Tira Banha e mais tarde pelo nome atual de Teixeira de Freitas. No ano

SUMÁRIO

de 1951 a 1952 em Alcobaça tinha como prefeito o senhor Antônio Simplício de Barros. O homem que fez a primeira ponte no rio Itanhém fez um convênio com o senhor Eliozipio Cunha e aí está nesse semáforo esse grande caminho real do começo de Teixeira de Freitas *hai* o próprio Francisco Conceição ali acima do contorno da praça dos Leões tinha uma nascente quer dizer um córrego nascido na lagoa do *Ehopim* e fez um ponto de parada dos caminhoneiros do senhor Eliozipio, depois o senhor Manoel de Etelvina tio de Juvenal das Laranjas mais Benedito das Laranjas fez uma casinha em melhores condições e colocou um buteco para vender pinga banana e mel de cana aos caminhoneiros e quando os moradores da região descobriram aí correu boato aí os moradores se *aniram* ao norte da praça dos leões tem um córrego da xarquiada onde era xarquiada o senhor Manoel Cardoso *no* vulgo Nelito o dono dessa determinada área era um senhor de nome *Ernenegildo* Estêfani ele tinha mais 3 irmãos que eu conheci Manoel, Caetana, João todos moradores nessa região. Daí dessa área que está situado 1º Rondelli até na Zatta foi o senhor Manoel Estêfane quem desmatou com produção de farinha, nas margens do córrego do Buraquinho até nas mediações do contorno da praça dos Leões foi o senhor *Emenegildo* quem devassou com produção de farinha tudo nas terras do estado, e aí Teixeira só foi crescendo. O *ineio* da descoberta de Teixeira foi o senhor Eliozipio Cunha

----- p. 13

que através da indústria madeireira ele o dedo nos olhos dos prefeitos das *reões* e começou a chegar o desenvolvimento na nossa região. Antes a nossa região era cega em todos os pontos falando, os filhos da região só conhecia as primeiras letras do alfabeto se os pais tivesse conhecidos em Juerana Caravelas ou Alcobaça. Seu Joaquim Muniz e o irmão José Muniz se quis que os filhos aprendessem as primeiras letras perto deles se empenhou com o e os diretores do estado para conseguir uma professora para dar aula aos filhos dele. As professoras vinham por canoa de Alcobaça dois ou 3 dias de viagem por água. E também o senhor Gustavo Neves o avô de Dourivaldo da Loteria esportiva de Vila Vargas teve o mesmo sofrimento do senhor Joaquim

SUMÁRIO

e o irmão José Muniz. Mas como diz o provérbio quando Deus tira os dentes enlarguesse a goela. Em Caravelas teve um senhor governante do município, e ele era médico e andava essas regiões todas e notava quando ele uma receita da forma de ser utilizado os *redios*. Quando foi nos anos de 1949 ele criou no município de Caravelas as primeiras na zona rural. O nome desse prefeito chama-se *digo* ou chama-se doutor José da Cruz filho lá da cidade de São Sebastião ele criou escola diurna e noturna. Aqui no município de Alcobaça muito difícil não mas no município de Caravelas era mais carente. Quando era nas ocasiões de eleição Alcobaça da mais eleitor do que Caravelas. A margem desse córrego que nasce aqui no posto Ipiranga a parte norte desse córrego que tem o nome na história município por nome ribeirão Fazenda ao norte do ribeirão Fazenda teve a 1ª escola rural

----- p. 14

numa propriedade de um senhor por nome Bernardo Batista e cuja primeira professora foi a filha dele por nome Perolina estudou em Alcobaça o prefeito de Caravelas procurou uma pessoa que tivesse boa vontade e também competência para pôr um pouco de colírio nos olhos cegos do analfabetismo não conseguiu mas o senhor Nascimento Felix que morava em Juerana e sempre mantia diálogo com o senhor Pedro Muniz e o sogro do senhor Pedro Muniz. O senhor Nascimento citou o nome da sobrinha dele que residia em Alcobaça levou o convite para ela aceitou e veio a lecionar no município de Caravelas entre o ribeirão Fazenda e o ribeirão do Miranda. O Miranda nasce dessa lagoa que tem aí ao lado do poente do aeroporto e ribeirão do Miranda nasce dessa lagoa. E professor Perolina tirou a cegueira muitos filhos do matuverdense mas quando terminou o mandato do senhor doutor José André da Cruz quem tomou a direção foi o senhor Moacir *Siquara* tirou essa servidora da função de educação para ir prestar serviço em Caravelas o prefeito *izone* todas as escolas rurais de Caravelas referindo que a prefeitura não teria recurso para manter as escolas rurais. Aí a zona rural entregue ao analfabetismo. Sim mudamos de assunto vamos falar de um brasileiro de coragem e que sempre pensou no futuro. O senhor Joaquim

SUMÁRIO

Muniz Neto este senhor Joaquim nos anos 47 localizou uma estrada de rodagem da fazenda Cascata até o povoado até o povoado de Aparajú para com que o produto dele tivesse acesso a chegar ao porto marítimo de Caravelas e daí chegar a Salvador, que antes esse produto era transportado por canoa pelo rio Itanhém gastava 2 dias de viagem e quando chegava em Alcobaça o primeiro

----- p. 15

custo estava molhado aí os canoeiros gastavam 3, 4 dias para secar o cacau na esteira de taboa pelo meio da rua. Seu Joaquim tanto conduziu o produto dele como os dos outros produtores da região o pessoal de Massaranduba Jardim Novo traziam as mercadorias no lombo dos burros até a cascata e daí quem conduzia era carro. Mudamos de assunto é um assunto do começo mundo quando eu era menino a minha mãe sempre falava em crise de seca aqui na nossa comunidade tem um córrego de nome *Emberibeira* que já houve época que esse córrego faltou água que a minha avó mais a vizinha dela cavavam no leito do córrego para adquirir o precioso líquido e lavar as roupas. Então eu fui conhecer esse fenômeno dos 51 a 52. Aqui a grande estiagem em agosto de 51 e nós chuvas em março de 52. Nós sofremos um pouco para que nós não ficasse sem comer farinha de mandioca que era o nosso costume, e daí sempre de vez em quando a gente tem sempre a chegada desse fenômeno de estiagem no nosso país brasileiro. Mas vamos a outros assuntos segundo o que meu pai passava sempre para mim mais meu irmão eu cheguei a observar alguma coisa como os primeiros proprietários faziam quando iam fazer uma roça maior convocava os outros vizinhos e aí faziam aquele ajuntamento e desrobavam em um dia ou dois uns chamava de rela outros chamavam de batalhão e agora de último tem por nome de mutiram, esse movimento era quando o cidadão ia embariar um casa, ou então quando ia fazer uma roça maior ou por outra numa limpeza de roça de café, porque a cultura do café aqui era o café *borbam*, ou então limpeza de postagem

----- p. 16



SUMÁRIO

Nesse movimento tanto ia gente preto e branco o meu pai contava que o senhor Joaquim Nuniz Neto era um bom machadeiro, outro o senhor Manoel Euclides de Medeiros também, o senhor Gustavo Neves também eram homens que sabiam pegar no cabo do machado, todos esses que eu citei eu conheci e cheguei a palestrar mais eles todos eu respeitava como que fosse meu pai. Quando vocês chegarem em alguma residência que já tem algumas referências como marco pés de frutapão, antigo pés de jaca e côco da Bahia, antigo pés *manisobra* e piaçava pode na sua mente que é uma recordação dos portugueses com africanos. Aqui na margem do rio Itanhém tem uma fazenda antiga que comandava da beira do rio Itanhém ao rio Itaitinga e nessa fazenda fabricava cachaça serrava madeira na beira do rio Itanhém que é essa terra aí onde tem esse assentamento quem vai para Alcobaça ao lado de Zé boca rica. Eu conheci aqui na estrada a gente viajava para Caravelas um lugar logo depois de Rancho Queimado depois que atravessava um córrego um lugar denominado Jaqueira tinha cada enorme pés de jaca que só vendo dizem ali era um lugar onde existiu uma farinheiro no tempo dos escravos. Os senhores plantavam bastante jaqueira frutapão e mandioca que servia para *engambelar* os negros. Hoje lá nessa área é só eucalipto não se vê mais nada do começo da *devassidão* que os imigrantes fizeram. Agora vocês analisem bem quanto os imigrantes e como se enriqueceram no nosso país e nós estamos correndo pelo pé. Deixaram um *halide* de encaminhamento ao modo de derrota, uma aula como fragilizar o nosso país, os descendentes dos primeiros imigrantes continuavam a mesma de devassidão nas florestas para produzir

----- p. 17

café e demais produtos tais como feijão milho dendê arroz côco manisobra jaca frutapão e demais produtos. Mas depois veio a criação de gado essa foi a pior invenção nos últimos tempos os habitantes danaram a *devastar* grandes quantidades de terra de florestas nativas para o plantio de capim. E agora surgiu o acabamento das águas com o famigerado plantio do maldito eucalipto que está acabando

SUMÁRIO

com as nascentes. Digo e dou fé não é *conte* de niguém caso verídico no período enquanto essas terras que tem nas margens dessa estrada que liga Teixeira de Freitas a Caravelas, Alcobaça Prado e demais cidades, é nesse ramal que segue para a cidade Caravelas, logo ali depois do depósito de embarque e desembarque do eucalipto tem duas nascentes uma segue para o município de Alcobaça e a outra para o município de Caravelas. Nos anos 47 a 48 o senhor Joaquim Muniz Neto localizou esse trecho de estrada da fazenda Cascata até Aparajú, e nessa nascente que segue para margens do rio Itanhém tinha uma grande queda de água muito forte. O senhor Joaquim com os trabalhadores colocou uma *dala* de madeira que era para o aproveitamento da água que também de banheiro. E hoje meu amigo, se você do aeroporto para o senhor estando viajando a pé o senhor só vai encontrar água no bar do Dito bar Sítio Verde,

----- p. 18

porque as águas da nascente que se destava para o município de Alcobaça já era. Mas tudo isso depois desse famigerado plantio do maldito eucalipto. O que é que o eucalipto faz desagrega as famílias os vizinhos não pode ter seu jegue para transportar seu produto não pode criar galinha não pode criar sua vaquinha. E eles fazem o seguinte vão espalham panfleto anunciando rios de empregos e quando acaba não resistem o peão 6 mês um ano aí eles com o sistema tecnológico e cabra fica com a cara para o ar. E acabando com as águas nosso país brasileiro. Sim mudando de assunto nós aqui da comunidade Araras temos uma coisa que é histórica que é um lindo Jardim das Saudades que é situado na fazenda São Gonçalo do senhor Orlando Neves. Que a entrada fica acima do povoado de Pau de Garrafa, vizinho de Mario Almeida e Dona Iolanda esse cemitério é um cemitério centenário porque no ano de 1920 o avô Francisco Igino foi sepultado nele novembro de 1920 o corpo veio de lá do porto do China rio acima por canoa mês de novembro de 1920 época de rio cheio, o meu pai estava com 17 anos, o senhor Emenegildo Neves criou esse cemitério porque naquela época quando falecia uma pessoa aqui na região ou era sepultado em Alcobaça ou então era em Juerana ou então ia para Caravelas no carro de boi até o porto

SUMÁRIO

do Cupido e daí embarcava na canoa e aí se fazia sepultamento. Nas margens do rio Itanhém tinha tanto a direita quando a esquerda tinha os seguintes portos de embarque a partir da prainha, do Guerreiro Palmeiras, porto de Servo, Joana Velha, Serrinha Extrema, depósito Cascata, São José, Fanado, Araras,

----- p. 19

Serraria, Barquinha, *oiticica*, Estiva Ribeirão, Angelim Canabrava, Boca da Vala, Apaga Fogo, e Alquidáres e Coroa da Onça. Tudo são portos de embarque e desembarque nesse tempo em que a nossa era sem haver movimento de carro a motor. Mas graças a divina providência, mais a partir do ano de 1952 tudo mudou para melhor. No ano de 1948 ou 1949 Alcobaça teve por sorte de adquirir um prefeito cabra retado que teve a curiosa ideia de construir uma ponte no rio Itanhém o ponto de travessia era na fazenda Cascata, e nesse momento com as informações dos moradores da Cascata e das regiões que se fizesse um ramal daqui da Cascata que ligaria com a estrada de Eliozipio Cunha, e em cujo momento é esse encontro da Marechal Castelo Branco nesse semáforo da antiga Casa Barbosa. Sim mudamos de assuntos vamos aos assuntos dos desbravadores da região foram esses imigrantes que chegaram aqui dos anos de 1960 em diante com aquele movimento da grande exportação de madeira em tora e madeira serrada. Aí as pessoas que tinha seus pedacinhos de mata se influía na venda de madeira em tora, e depois veio o maldito comércio de carvão que foi o que mais acabou com as florestas do nosso extremo sul. Mas o nosso lençol freático, mas depois de tudo isso a maldita monocultura do eucalipto. Vem trazendo uma grande contrariedade aos moradores da região do nosso extremo sul uma grande perseguição do governo do estado *cocentir* esse convênio com essa empresas que vem se enriquecerem aqui no nosso país. E acabarem com nosso precioso líquido que existe na nossa região. Ainda ontem dia 4-10-2015 eu passei por 3 córregos e vi a grande tristeza um ainda corria um pouquinho de água e os outros neca. O governo do

----- p. 20

SUMÁRIO

estado tem que tomar uma decisão para privatizar as privatizar essas empresas com o plantio do eucalipto nas cabeceiras das nascentes. Dos nossos córregos. O córrego do Pau de Garrafa nessa estrada que liga Teixeira de Freitas a Caravelas e Juerana e demais lugares e o outro córrego também no mesmo sentido por nome córrego Água Boa que eu conheci com um bom volume de água e ontem nem uma gota d'água. Mas tudo isso eu culpo é o famigerado plantio do maldito do eucalipto. Agora eu como baiano e brasileiro maior estou com 77 primaveras já vi muitas passagem na nessa região já comecei a conhecer o que é estiagem foi a partir foi a partir do ano de 1951 até 1952 e as águas não *houve* essa grande queda do precioso líquido porque também a pecuária não era um tanto explorada. Porque antes de haver essa grande estiagem de 51 a 52 nas nossas regiões do extremo sul poucos imigrantes na nossa região não existia tanto desmatamento esses imigrantes são os únicos culpados desse grande desmanche das florestas do nosso extremo sul. Primeiro foram os capixabas que vieram través da notícias dos pessoal que vieram do Espírito Santo como servidor do senhor Eliozipio Cunha, o senhor Eliozipio foi o homem quem trouxe o começo do desenvolvimento para nossa região, e depois veio aqui para o extremo sul através da família Coelho um grupo do município de Itapetinga com a *versão* da pecuária aí começou o grande desmatamento das florestas do nosso extremo sul. Antes de ligar a BR 101 já havia a ligação de Alcobaça Caravelas a Nanuque por rodovia, e depois que ligou a BR 101 dobrou o número de imigrantes na nossa região

----- p. 21

Pedido de proteção

É com imenso prazer e um grande sentimento estadual e municipal do nosso extremo sul com o que vem acontecendo nos nossos municípios do extremo sul com a famigerada cultura do eucalipto nos nossos municípios. Em consideração no que se diz a respeito as cabeceiras das nascentes dos córregos e dos rios. No dia primeiro

SUMÁRIO

de maio de 2015 eu tive visitando algumas nascentes e vi com meus olhos o grande descaso em função da maldita cultura do eucalipto, nas cabeceiras das nascentes da nossa região. Ontem mesmo eu com 3 garotos e comigo e mais dois adultos no dia 11-10-2015 estivemos as margens do rio Itanhém e vimos o grande descaso do eucalipto. Aí na cabeceira leste e oeste do aeroporto de Teixeira tem duas bacias de água, ou digo nascentes uma segue para o município de Caravelas e a outra para o município de Teixeira e Alcobaça. Mas faz *horror* em ver essas nascentes uma nascente que pertence ao município de Teixeira e Alcobaça chama-se ribeiro *Sêrro* corta toda a fazenda histórica que é Cascata pelo fundo e surge várias nascentes pela frente da fazenda com barra o rio Itanhém. E há nascente que *abasce* o município Caravelas tem nome córrego do Jovelino. No tempo em que era a cultura dos bobos e dos idiotas existia grandes períodos de estiagem mas não

----- p. 22

havia essa grande fraqueza do nosso precioso líquido, mas com a maldita cultura do eucalipto é a grande causa da falta de água nos nossos córregos. A primeira estiagem que eu conheci começou em mês de agosto de 51 e terminou em março de 52. Mas as nascentes não ficaram tão desprovidas como estão agora com o cultivo do eucalipto. Eu tenho 79 anos e conheço todas regiões dos dois municípios Alcobaça e Caravelas. Agora eu quero pedir as autoridades estadual e municipal que peça as empresas do maldito eucalipto que aonde for cabeceira de córrego e margem que eles dê um afastamento uma média de 500 metros das cabeceiras, porque no terreno aonde tem aquelas jazidas de areia branca é nascentes. E se for possível o nosso governo não aderir mais com esse maldito contrato

Eu estou com 79 primavera e só enxergo com um olho o esquerdo

Derly Felix da Silva

----- p. 23

SUMÁRIO

Esse contrato tem diversas formas de ruína para nossa região do extremo sul primeiro a degradação das nascentes de água e também a degradação do solo com a aplicação de inseticidas, e em segundo lugar é que as empresas para obter resultado promete o mundo e o fundo da lei da vantagem e depois volta para a estaca zero, volta para a estaca zero nesse sentido as empresas espalham mensagem anúncios pelo mundo inteiro mas é só farol deslocam pessoas de outras regiões com promessas falsas e quando acaba não garante fica com aquele operário um ano 2 e depois inventam modas que a pessoa só pode continuar em serviço se for concursado se não for a partir daquele mês não vai haver serviço para ele. Quando essas empresas do plantio de eucalipto chegaram aqui para nossa região era aceito para o plantio do eucalipto homens e mulheres e hoje malmente só alguns homens. E essas pessoas que essas firmas buscou outros estados com aquela promessa que a firma iha dar pão com côco. Agora eles estão com a cara para o ar sem saber o que fazer. Quando começou o corte do maldito eucalipto na região o homem que sabia executar moto serra tinha valor. Mas hoje com a tecnologia o motosserrista não tem valor, o que é que eles armaram. Declararam ao público que o *faixo* era para o povo da

----- p. 24

região produzir carvão. Depois quando eles viram que o povo estava adquirindo algum futuro eles furaram o bloqueio foram encurtando os braços até que chegou a fim da famigerada lei da vantagem algumas pessoas que ainda teimaram eles mandavam homens armados de unhas e *dem* de helicóptero derrubar os fornos. Vejam meus irmãos a teoria dos nossos governantes para combater o crime organizado combater o roubo organizado. O governo não tem força o governo não tem carro viatura não tem oficiais que tem força coragem para o benefício da população e quando foi para firma derrubar os fornos da população teve oficial disponível para esse serviço. Agora vocês analise bem eles prometeram para as pessoas sem determinado conhecimento sem saber o que significa o eucalipto. O que significa o mal-

SUMÁRIO

dito eucalipto é o seguinte é uma ploriferação de insetos. Eu digo aos senhores brasileiros que eu nunca vi tanto cupido como estou vendo depois do plantio do eucalipto. Sim vamos a outro assunto eu ouvia a minha mãe *fala* em grandes estiagem que a minha avó contava que já há anos atrás houve grandes estiagem na região eu só fui conhecer estiagem em 1951 a 1952 e depois em 56 outra e sempre vem tendo essas fases de estiagem

----- p. 25

mas depois do plantio do eucalipto piorou cada vez mais porque antes do famigerado plantio do eucalipto os córregos não ficavam tão defasados como estão agora no ano de 2015. As nascentes tudo morrendo por causa do famigerado plantio do eucalipto. Daqui a mais alguns anos essa maldita firma vai embora com os bolsos cheios e nós brasileiros sem água morrendo de sede de água doce a culpa dos nossos governantes prefeitos e governadores com ganância no dinheiro Agora senhores prefeitos e governadores os senhores bebe eucalipto, os senhores come eucalipto portanto é as autoridades brasileiras tome uma atitude de *diminuir* esse famigerado plantio de eucalipto isso só nos trouxe mal reputação para a nossa região fez os produtores ambiciosos mais ambiciosos ainda, porque algum desses ambiciosos que possuem maior área de terra utilizava com a cultura do criatório e hoje eles cultivam o eucalipto porque o gado eles tinham que dividir o lucro com o vaqueiro roçador de pasto, o consertador de cerca, com arame grampo, martelo, estaca o tinha cerca de pau a pique, cerca de tesoura e a cerca de *cabo* ou cerca de encher e cerca de mourão furado e a cerca vala. Isto era no tempo que havia madeira em grande em grande abundância. Aí hoje malmente é cerca de arame

----- p. 26

Vamos a outro assunto que vem a comentar assunto do nosso precioso líquido. Torno me referir a minha identidade eu nasci em novembro de 1935. E tenho 80 primaveras. Mas a partir dos anos 1950 em

SUMÁRIO

diante eu tenho um pouco de conhecimento em alguma coisa do que vem acontecendo na nossa região do extremo sul. Quando eu era garoto com idade de 8 a 10 anos o meu pai era cafeicultor e na época da colheita do café que sempre começava de março abril até maio tinha dia que para a gente ir prestar serviço no outro dia *enxaguava* a roupa no cesto ou então na coivara fazia aquela coivara de fogo no meio da casa espichava uma corda ou digo varal estendia a roupa molhada e no dia a gente usar aquela roupa cheirando a fumaça porque naquele período chovia bastante E hoje está tudo diferente. A partir dos anos 50 para mudou tudo a gente fazia caminhada nas regiões que era floresta no lugar aonde tinha sinal de uma nascente de água logo logo a gente encontrava o precioso líquido. E hoje meu prezado você tem que ir mais longe com o sistema que a mamãe natureza nos vem oferecendo, e as novas técnica o que o homem vem seguindo para poupar a mão de obra, o nosso precioso líquido está indo embora. E agora com esse novo estudo dos governos com o maldito plantio do eucalipto na nossa região. Eu conheço várias nascentes de muitos córregos e muitos ribeiros, para que vocês se certifique vou citar antral esse valão que tem aí no Ipiranga aí é uma nascente de um córrego de nome ribeirão Fazenda que faz barra no município de Nova Viçosa aqui em Juerana ele recebe o córrego Braço do Sul, mais adiante ele recebe a passagem de Ozório outro córrego forte, mais adiante o Miranda.

----- p. 27

O córrego do Miranda nasce dessa lagoa que tem *ha* na parte oeste do aeroporto de Teixeira de Freitas. E o passagem do Ozório é dessa lagoa que tem aí perto *de* onde tinha depois do depósito da firma na estrada de chão que vai pra Caravelas aí na fazenda Cascata aí e a nascente da passagem do Ozório. Eu te digo quando essa área pertencia ao senhor Xafique que foi dono muitas *glebas* de terras nós acompanhamos várias fases de estiagem mais nunca ficou como está agora com o maldito plantio do eucalipto. Aí nessa nascente que tem aí no antigo depósito são duas nascentes um corre para o município de Alcobaça e a outra que é afluente do ribeirão Fazenda. Tudo isso

SUMÁRIO

por consequência do plantio do eucalipto. Eu Derly Felix da Silva da comunidade de Araras conheço ribeirão Fazenda desde a fazenda Santa Cruz a nascente. A fazenda Santa Cruz foi fazenda começada por escravos fica ao sul de Juerana eu ainda vi o sobrado em pé fiz refeição nesse sobrado, ali era a travessia da linha telegráfica os servidores *Izidorio* Bonfim e o senhor Joaquim Inácio. Eu fiz refeição no sobrado de Santa Cruz que nesse tempo era propriedade de um senhor doutor advogado doutor José Nunes. Essa linha sempre funcionava de norte a sul do país. No ano de 1923 o meu pai estava com 20 anos de idade e percorreu essa linha telegráfica de Santa Cruz até São Mateus em busca de trabalho com o cacão nas costas levando 3 mudas de roupa *fação* chapéu e um par de tamanco e a coragem para trabalho nesse período ele sabia encangar uma junta de boi para *cariar* cortar de machado e foice ralar mandioca no braço torrar farinha remar canoa a remo

----- p. 28

Nós aqui só tivemos transporte automotivo foi a partir dos anos de 1950 para cá quando o senhor Joaquim Muniz Neto ligou da fazenda Cascata até Aparajú, porque de Aparajú até Caravelas já existiu um ramal que foi feito na época da Segunda Grande Guerra Mundial. E o senhor Joaquim *locou* da Cascata até Aparajú. Quando foi nos anos 48 o senhor Antônio Simplício de Barros foi eleito a prefeito de Alcobaça e veio a locar a primeira ponte sobre o rio Itanhém que terminou em 1951. Mas para espanto do povo do extremo sul, o senhor Eliozipio Cunha já locado uma estrada da beira do rio Peruípe em direção às fronteiras do rio Itanhém veio saiu nessa travessa pra cá do posto policial pegando a avenida São Paulo passando no Pão Gostoso por trás da rodoviária velha saindo nesse semáforo na Marechal Castelo Branco em direção a Barcelona; e aí o senhor Antônio Simplício de Barros mandou destacar da fazenda Cascata até aí nesse semáforo da Marechal Castelo Branco, o homem virando trator mas era assim o homem arrancava com as mãos e o trator e depois veio o serviço de limpeza e de terraplanagem mas tudo foi assim o começo do desenvolvimento no nosso extremo sul que antes era canoa e tropa de

SUMÁRIO

burro e cavalo dos anos para cá começou o transporte automotivo. O senhor Joaquim Muniz Neto fez esse ramal de estrada até Aparajú tudo na mão grossa toda madeira na parte que era mata nativa tudo lombada no muque de homem na panca madeira, as lâminas para fazer o serviço de terraplanagem foram enxada pau e enxadão e o braço do homem. E hoje vocês estão vendo essa grande multidão de gente tudo aglomerada, mas tudo começou assim.

----- p. 29

O melhoramento para o nosso extremo sul chegou em forma mais avançada foi dos anos 48 a 49 quando o senhor doutor José André da Cruz foi eleito a prefeito de Caravelas que encaminhou os outros prefeitos dos outros municípios e localizar escolas nas zonas rurais dos municípios. E depois no lado da saúde deu início ao primeiro hospital no nosso extremo sul. O doutor José André da Cruz era um médico que não tinha *cizoca* com ele na hora de salvar vida era com ele mesmo ele montava num *trilho* da estrada de ferro no lombo de um cavalo numa canoa a remo, contanto que ele ia salvar vida. E hoje vocês que seus filhos estão estudando em colégios devem agradecer a Deus de surgir no nosso extremo sul um grande guerreiro contra o analfabetismo esse guerreiro chama-se José André da Cruz. Para salvar vida não tinha dia e nem hora da noite. E ele também fazia parte do esporte de futebol quando surgiu Barcelona ele andava por lá tudo então ele levou um time de Juerana para lá e lá os barcelonistas não *arrespeitor nem* o prefeito porque naquele tempo tinha aquele prognóstico que aquelas pessoas que tinha aquele método de fala que era *assel Manele er Manoel taluvez* promode o povo *baino beradeiro* tinha medo porque era mineiro e os beiradeiros tinha um grande medo do mineiro porque só falava na bala, e o baiano era no facão e na capoeira naquele tempo, e o povo de Juerana era no pau de fumo e estaca de pau ferro ou digo de braema. Nós aqui no nosso extremo sul como sistema de diversão era brincadeira de reis, samba de caixa e

----- p. 30



SUMÁRIO

padeiro, batuque, baile. Quando eu estava com idade 8 para 9 anos aí que eu conheci o começo do futebol. Eu tinha um primo de nome de Hiltom que sempre ia sempre ia em Alcobaça e via o povo em Alcobaça jogando futebol aí ele trouxe de lá de Alcobaça essa notícia e comprou uma bola formou um campo de futebol nas terras do avô dele.. E aqui na Prainha tinha um grupo de rapazes que também fizeram um campo de futebol. E inclusive um dos fundadores do campo de futebol da Prainha foi o pai do patrulheiro rodoviário Cajueiro com os irmãos e os vizinhos. Nos anos de 1948 os filhos do senhor Joaquim Muniz Neto na fazenda Cascata formaram um campo também, mas com o passar do tempo acabou. E hoje no lugar do campo de futebol é um grande plantio de eucalipto e cedro indiano de Dario. O batuque é uma forma de diversão criada com os negros africanos. Eu ainda me lembro de uma *chula* que alguém que era descendente de africano cantava, batuque na cozinha sinhá não quer por causa do batuque eu quebrei meu pé. A casa aonde os negros moravam tinha nome de senzala era aquela casa grande com duas portas e duas janelas o lampião era uma coivara de fogo de lenha no meio da casa, eles envolviam o tempo até o sono chegar, assando aipim e batata e batucando no meio da casa. Cascata foi uma das fazendas que foi palco desse modelo, fazenda Pombal, fazenda Ponte, Ponta do Lago, Dedê, Canas Brava, Apaga Fogo e outras que não me recordo. Caros senhores o município de Caravelas e de Alcobaça foi começado com sangue negro e indígena nessas regiões reina sangue negro e indígena e outras nações. Que chegaram aqui em busca do ouro e

----- p. 31

pedras preciosas e madeira de lei tais como Pau-Brasil e Jacarandá Peroba e várias outras qualidades de grande utilidade que hoje não existe mais em nossa região. E hoje o que existe é o maldito eucalipto que os próprios imigrantes vem trazendo para cá com aquelas palavras fingidas para enganar os brasileiros gananciosos por dinheiro e são aquelas pessoas que não gostam de dividir o pão de cada dia com ninguém. E hoje nós estamos vendo o que uma imensa falta do

SUMÁRIO

nosso precioso líquido em toda região tanto por causa da expansão do eucalipto e a modificação do planeta.

Eu como brasileiro nativo dessa região conheço várias nascentes de córregos que produzia um maravilhoso volume de água e se você caro amigo ver você dá desmaio. O eucalipto o que é que ele fez acabou com os lençóis freáticos, buscou pessoas de outros estados com aquelas palavras bonitas da lei da vantagem, a pessoa trabalhava um ano 2 aí não tinha mais mão-de-obra para aquela criatura. Só se ele tivesse concurso para mexer com máquinas, mas quando essas firmas de eucalipto chegaram para cá os servidores que eles acharam aqui os tratoristas tudo aluno dos japoneses. E nesse ponto eu dou nota 10 aos japoneses. E os brasileiros nativos quando possuíam um carro ou um trator só o dono ou o motorista contratado pelo dono do trator ou do carro mais ninguém eu moro perto de uma fazenda que o dono possuiu carro nos anos 1948 nunca deu o direito a não ser os filhos ou o motorista contratado. Muitos anos depois que o dono da fazenda morreu quem comandava era os filhos, aí o primeiro

----- p. 32

motorista dessa fazenda voltou a ser contratado de novo pelos filhos do patrão aí já veio o primeiro motorista e o genro. O sogro saiu e genro ficou na fazenda prestando serviço. Aí foi que o genro chamou os patrões atenção que não podia ficar naquele sistema só um motorista na fazenda os donos tinham ensinar a outra pessoa a dirigir um carro foi que assim aconteceu. Vejam só o que é o pensamento do brasileiro é rústico, se eu troco de roupa todo dia pouco me importa que o meu vizinho não troca. E fica com uma muda só a semana inteira o brasileiro mestiço ele é orgulhoso egoísta, soberbo, gosta de julgar como feliz. E gosta de querer imitar o porreta como dizia o falecido Clodomir Siquara lá de Caravelas Bahia.

Derly Felix da Silva

DIÁRIO 02: LEMBRANÇAS E ESPERANÇAS DE UM QUILOMBOLA

AUTOR: Derly Felix da Silva

Nova Esperança, 18 de fevereiro de 2016

É com imensa tristeza que eu pego em minha caneta para solicitar atenção às autoridades Municipais, Estaduais e Federais. Um grande descaso que está acontecendo nas nossas regiões do nosso extremo sul da Bahia, esse convênio que nosso Governo fez com essas empresas de grande cultivo do maldito eucalipto extremo sul da Bahia vem nos trazendo um grande impacto para nós brasileiros nascidos e permanentes no nosso Extremo Sul. Em primeiro lugar, as empresas fizeram média com os tais de corretores de terra. E ali os malditos corretores ficavam de rua em rua, de esquina em esquina, iludindo um e outro com propostas falsas e o povo achava que essas propostas eram vantagens, mas no futuro foi desvantagem para os nossos filhos do homem e da mulher. Porque eu digo com toda honra e consciência e toda certeza que estou mencionando nestas folhas de papel. Em primeiro lugar vem essa grande desvantagem que a coisa mais útil da nossa região está desaparecendo que é o nosso precioso líquido, a água. Hoje, dia 15/02/2016, eu indo em diligência para providenciar uma faxina no cemitério São Gonçalo, eu, meu irmão Berly Felix, apelido de Zuza, e o motorista que nos conduzia, vi com meus olhos que a terra há de comer. O grande descaso. Nós atravessamos um córrego de nome Emberibeira, são águas que caíam no rio Itanhém, nesse mesmo lugar essa propriedade foi do meu avô, essa propriedade tem o mesmo nome. Eu vi o grande descaso Os senhores Governadores sabem aonde esse córrego Emberibeira nasce? Não sabem, pois eu sei. Não tem o trevo que vai para Alcobaça, Prado, Caravelas. Os senhores pegavam a estrada de chão e descem pela estrada de chão, lá tem a primeira curva e a segunda na mais adiante tem um valão e depois do valão vem um ponto de embarque de eucalipto ao lado da ponte de Embarque,

SUMÁRIO

na parte oeste tem um córrego e esse córrego que tem o nome de Córrego do Jovelino, que nasce ali dessa baixada do aeroporto, nas terras que hoje pertence ao Senhor Paulo (...), no vulgo Paulo Japonês. E na parte leste do ponto de embarque onde tem aquela torre tem uma grande bacia de água. Uma parte da água dessa uma vai banhar o município de Caravelas e a outra para o município de Alcobaça, que é o córrego Emberibeira. No primeiro domingo do mês de Maio de 2015, eu fiz uma pesquisa nessa nascente, tanto do município de Caravelas, como de Alcobaça e vi o grande descaso tanto nas águas do município de Caravelas como de Alcobaça.

Não é história de fada, nem conto de carochinha, caso verídico, eu vi com os meus olhos. Sou brasileiro, mais de 80 primaveras. Nasci aqui, me criei lá, sai daqui

----- p. 1

4 anos, que foi de junho de 1.946 até dezembro de 1.950 para tirar um pouco da cegueira do analfabetismo. E em dezembro de 1.950 eu retornei aqui para Nova Esperança e estou aqui até hoje. E não faço tenção de me mudar daqui, só quando morrer. Agora vamos ao assunto do eucalipto: no tempo que essa área era dos familiares do senhor Joaquim Muniz Neto era toda coberta pela mata nativa, depois Os descendentes venderam para o projeto do Alcool, e o projeto do Alcool vendeu para um grande pecuarista criador de boi e os familiares do pecuarista venderam para o cultivo do maldito Eucalipto que vem acabando as nascentes e trazendo para regiões uma grande mundicia de cupim e acabando com as nascentes e firando das zonas rurais os filhos dos agricultores da zona rural com promessas falsas que vão dar o mundo e fundos, mas ai depois que eles pegam o lucro, o peão é dispensado porque ele não é concursado, não conhece de trabalhar com máquina tecnológica, fica o peao de cara para cima olhando para o céu Olha, veja só os empresários de eucalipto o que é que fizeram com o povo da região, porque eles não tinham máquina tecnológica doavam para o povo o fado ou digo os pontos do eucalipto, depois que eles observaram que alguém

SUMÁRIO

estava tirando proveito al cortaram Arranjaram uma máquina tecnológica que remove os pontos do eucalipto, vira entulho, tudo moído. E aí todo esse povo que sobrevivia da sobra do eucalipto, tudo de cara para cima, aí danaram a saquear. O que é que os empresários fizeram, mandaram um grupo da polícia (CAEMA) para perseguir o povo que ainda insistia com a luta do carvão na região. E também essas empresas faz o plantio do eucalipto de uma forma exagerada, por exemplo, nas cabeceira das nascentes para não acontecer o que vem acontecendo com a mortandade das nascentes, é preciso que eles deixem de reserva uma distância de 500 metros das cabeceiras nas laterais dos córregos, 300 metros livre, sem nenhum maldito pé de eucalipto. Vocês que estão de lá assentado nas cadeiras rotatória não vê, não estão enxergando a grande miséria que está acontecendo na nossa região, tanto no município de Teixeira, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa, Mucuri e Prado.

Olha eu quando fui matar os vírus da cegueira do analfabetismo foi lá no povoado Juerana, município de Caravelas no ano de 1946, junho de 46 e voltei em dezembro de 50, estudei 4 anos com um professor leigo, que não era formado, Julio Gerônimo da Silva, descendente de africano. Ele era proprietário nesse terreno que tem o sítio de Valter e Onofre e Manuel, aí ao lado de cima do batalhão de Teixeira de Freitas. Os alunos que estudavam com ele, quando terminavam o quinto ano, iam para Teófilo Otoni, Valadares, Ladainha, Ilhéus e passavam direto, ele puxava em português e matemática. Era professor de leitura e era professor de carpintaria. Eu conheci vários alunos dele na arte de carpinteiro e esse meu professor foi também chefe político aqui no município de Alcobaça. A sede de reunião era na fazenda da Serraria, um pouco abaixo dessas cerâmicas, ai vizinho da fazenda Pombal, aí que era a sede do partido que o meu professor fazia reunião, era o partido do integralismo, camisa verde o hino que eles cantavam na abertura das aulas partidária era assim:

“camisa verde

----- p. 2

SUMÁRIO

Pelo sertão

A pátria escuta

O seu anaue, ê

Anauêr, anauêr, anauêr”

Vinha dessa área ao lado do batalhão para terem reunião com os companheiros do partido, que era o filho do dono da Fazenda Serraria, depois um senhor de nome Anisio Muniz mudou-se para Juerana e lá não tinha professor, veio apanhar ele, al nessa posse dele de nome Bendegó e levou para Juerana, para ensinar os filhos dele dos outros, os pais pagando, depois foi que com o decorrer do tempo ele passou a ser um professor municipal. Eu estudei com ele 4 anos.

Então vamos a outros assuntos que são descaso do eucalipto. Em Juerana tem dois córregos, um com círculo ao lado norte e o outro do sul e o oeste de Juerana, depois dessa maldita cultura de eucalipto as notícias que chegam aos meus ouvidos que esses córregos estão completamente defasados. Eu nasci em novembro de 1935, mas fui registrado em junho de 37 porque meu pai era fraco de recurso, o que ele tinha para adquirir dinheiro era café e farinha, mas naquele tempo chovia muito, o café estava a preço baixo, para me registrar era em Alcobaça e para ir em Alcobaça 2 de remada por canoa e a pé era um dia. Fica aqui notado um pouco das dificuldades ainda me resta na memória.

Vamos com o dismantelo do maldito eucalipto. No mês de novembro de 2.015, eu fui na cidade de Alcobaça e vi o grande dismantelo pela maldita cultura do eucalipto com uma coisa que a mamãe natureza criou, que é aquele cartão de visita que nós temos logo depois do povoado de São José, na Lagoa Encantada seca coisa que eu com 80 anos nunca vi, ela naquela situação só agora depois que chegou essa grande maldição do maldito eucalipto. Ali con-

SUMÁRIO

forme meu pai contava era a matriz de muitas nascentes. E hoje está completamente defasada

Olha, não é só por ali não, todo extremo sul. Olha, muitas gentes que a partir dos anos 50 para cá aqui chegavam não tem conhecimento como foi que começou o sistema de povoação na região. Tanto no município de Alcobaça, Caravelas, Prado e Mucuri, essas regiões tudo foram começados tudo com o sistema de escravatura. Eu vi com meus olhos no distrito de Juerana uma casa de tempo da escravatura, para que vocês notem bem aonde eu vi uma coisa importante, uma janela que serviu como uma porta sem nenhuma emenda, madeira desdobrada na serra a braço essa janela de um sobrado que havia nas margens desse córrego, que nasce ali no posto Ipiranga, na fazenda tinha a Fazenda Santa Cruz, era onde passava a linha telegráfica, às margens do ribeirão Fazenda, as águas desse córrego vai cair no oceano, lá em Nova Viçosa. Olha, eu sou uma pessoa que sou procedente de uma grande mistura de raça negra indígena, o meu avô materno era africano, os pais dele vieram como escravos para

----- p. 3

servir aos senhores ali no município de Caravelas e o meu avô e mais um casal de irmãos nasceram depois da época de Ventre Livre, já o meu avô paterno era procedente là da cidade de Saubara, e uma cidade que fica pra cá de Salvador, ele veio para o Extremo Sul em busca de trabalho, para trabalhar na estrada de ferro Bahia e Minas, nos anos 1885 ou 1895, trabalhou muito tempo na estrada de ferro, muitos anos depois subiu e foi trabalhar de mascate, e nas margens desse córrego de nome Água Boa, ele descobriu uma cabocla e nos anos 1.897 veio a casar-se com ela e foi pai de 12 filhos, e veio a perder o fôlego de vida em 1.920, cego e parálítico. O meu pai já estava com 17 anos. O meu avô perdeu o fôlego de vida na margem do no Itanhém, no lugar de nome Porto do China em frente ao povoado de São José, município de Alcobaça. E o meu pai estava trabalhando aqui na fazenda Cascata com o senhor Joaquim Muniz Neto.

SUMÁRIO

Quando o canoeiro trouxe a notícia de que o meu avô tinha falecido, no outro dia meu pai foi caminhar de encontro da minha vó e irmãos. E o senhor Joaquim Muniz Neto falou com meu pai que falasse com o irmão de nome Agenor se quisesse vir fazer roça na meia aqui na Cascata como ele, que tinha muito Capoeirão, Capoeirão que o avô do senhor Joaquim Neto deixou e o tio Agenor não pensou duas vezes veio o meu pai e o tio. Quando foi nas proximidades do Natal, foi ao encontro da minha avó e irmãos já deixou o quadro da roça em ponto de machado. Quando ele voltou já veio foi com toda bagagem. A mãe dele e os irmãos moraram 3 anos com senhor Joaquim Neto, depois desacertaram e o tio e irmãos saíram da fazenda Cascata em 1923, mas não foi uma saída que ficasse com raiva um do outro, não era só desconfiança nem ódio um do outro, eles tinham receio de serem mal recebidos, tanto do meu pai como o senhor Joaquim. Mas depois dos anos 51 o meu pai e o senhor Joaquim e o meu pai trocaram ideias e se tomaram uma amizade sadia, o senhor Joaquim não guardava ódio de ninguém, o senhor Joaquim ajudou o meu tio, irmão de minha mãe, a pagar uma dívida com um senhor Domingos Pereira. O meu tio pagou uma dívida com senhor Joaquim, com produção de café, farinha de mandioca e madeira em tora. No tempo que ninguém conhecia carro, a não ser carro de linha e carro de boi, o senhor Joaquim só ia passar festa do Padroeira em Alcobaça. Ia por canoa, ele ia na popa da canoa. O senhor Joaquim lançou uma estrada de rodagem de carro daqui da Cascata até Aparajú, tudo serviço braçal, para exportar o cacau dele e dos outros, ele começou em 1948 e terminou em 1950, tudo na base da enxada, machado, picareta, foice e facão. Porque ele mandava o cacau por canoa, mas quando às vezes chegava em Alcobaça, o lastro do fundo tinha alguns sacos úmidos e os canoeiros tinham 2 há 3 dias para enxugar o cacau e entregar no armazém. Ao lado norte do rio tinha estrada de Alcobaça até na porta da Cascata feito pelo instituto do Cacau da Bahia no tempo que estava aquela segunda grande Guerra Mundial, mas não tinha ponte no rio Itanhém, só foi ter ponte no rio Itanhém nos anos 51, que o senhor Antonio Simplicio de Barros fez a primeira

SUMÁRIO

ponte, os pés tudo de madeira, tudo afincado, sem bate estaca, os pés tudo feito de parafuso de rosca, ia rodando até ele afirmar no lajedo. Depois na prefeitura de doutor José Nunes, ele fez uma de alicerce e a enchente arrancou, depois fez uma com bate estaca, a água arrancou, depois no governo do senhor Nilo Coelho foi feita essa aí que nós estamos trafegando de norte a sul, de leste a oeste. Quando o senhor Antônio

----- p. 4

Simplício de Barros terminou a ponte locou esse galho de estrada da Cascata até sair aí nesse semáforo em frente ao Bradesco, Banco do Nordeste e a antiga Casa Barbosa. Porque o senhor Elozípio Cunha, primeiro madeireiro da região com maquinário, veio de da beira do rio Peruípe com uma estrada para apanhar peroba e outras madeiras, veio pelo município de Caravelas até sair ali na Marechal Castelo Branco. Dali em diante ele seguiu pelo divisor das águas que ele bôbo de hoje já era bôbo de muito tempo. Eu digo assim porque no ano de 1.923 o meu pai estava com 20 anos, saiu da Bahia com companheiros e foram para o Espírito Santo, para trabalhar para o senhor Eliozípio Cunha na construção de uma estrada de ferro Rio São Mateus, acima e o rio só era navegável até a cachoeira do Cravo. Da cachoeira do Cravo para cima não tinha caminho por água, era lomba de burro, cavalo e jegue, então o Estado resolveu a localizar essa estrada de ferro e rio acima para escoamento da produção de café dos produtores da região, e o meu pai trabalhou de junho de 23 a dezembro de 24. Pois é, o senhor Eliozípio Cunha foi patrão do meu pai. No dia em que meu pai chegou no Espírito Santo, foi o dia que meu avô materno morreu afogado no rio Itanhém, dezembro de 24, quando foi em 28 ele casou-se com minha mãe, que era filha do meu avô. Em 28 ele comprou essa posse de terra para minha mãe, em 28 papai casa com minha mãe e veio morar aqui até o dia que Deus quis.

O meu avô materno era produtor de farinha de mandioca e cafeicultor, ele tinha uma canoa que servia para ele e os vizinhos, tinha

SUMÁRIO

o nome de Toda Via, até hoje ainda existe um pedacinho dela. O meu avô fazia farinha, mandava para o armazém em Alcobaça e lá o patrão recebia a farinha, o café o patrão vendia, mandava a mercadoria, sabão, querosene, sal sabão e o meu avô só ia em Alcobaça no final do ano acertar conta e pagar imposto e acertar a missa do Natal e Ano Novo ou então quando tinha reunião de político ou de igreja, no mais vivia fundado na roça. O meu avô veio a falecer sendo vítima de afogamento no rio Itanhém em dezembro de 1924. Salvou o companheiro, por causa do chapéu ele morreu. O companheiro era um senhor que tinha por nome Agripino Alexandre, era um carpinteiro que estava terminando uma cozinha de fogo na nova casa que meu avô construiu. Na fazenda Embiribeira, que fica situada nas águas desse córrego, que nasce aí dessa lagoa, que é situada a leste desse embarque de eucalipto aonde está situado essa torre ali nas divisa com o senhor Dário. E são duas nascentes, uma separa o município de Alcobaça e a outra para o município de Caravelas, a que segue para o município de Caravelas tem o nome Passagem de Osório. e a que segue a ponte norte da estrada em direção a igrejainha Rancho Queimado, Aparajú e Caravelas tem o nome de córrego Embiribeira conforme eu relatei em um dos parágrafos atrás, como foi começado o nosso extremo sul, que foi começado através de escravatura. Aqui tudo foi difícil, o que era fácil era caça e peixe, muitas qualidades de frutas nativas. Tais como: cupam, oiti, parajú, jatobá, parajú pitomba e várias outras qualidades, tais como sucupira peroba, jacarandá, angico, cedro, jacarandá vinhático, oiticica, jatobá mirueira, louro mutamba, louro, canela, louro casca preta e demais, várias outras qualidades de madeiras e plantas nativas da região que até serve para medicina, tais como capeba, poraia, contra erva, buta, doutor embira, cipó cravo, guiné, pau d'arco e várias outras

----- p. 5

qualidades que no momento não me recordo. Tudo isso que vocês estão vendo, esse grande exagero do maldito euralinto uma grande parte dessas terras, ou Derly conheci - e mata virgem -, mas homem

SUMÁRIO

destruiu tudo, esse nosso extremo sul. Com a intenção da pecuária primeiro e depois vieram os capixabas com a indústria de serraria e a pecuária. Quando os capixabas derrotaram o extremo sul com as madeiras em toras aí fundaram a indústria de carvão até que deixaram o extremo sul pelado, sem um grota de mata nativa. E as pessoas que tinham alguma trecho de terra, que amavam o dinheiro, queriam se qualificar como dono do poder aceitaram a proposta e parecendo não se dispor a gastar a reserva que tinham guardado, acharam que era uma grande vantagem, acabavam com a floresta e iam ter grande futuro com a pecuária, porque a pecuária o gasto é menor e o lucro é mais vantajoso, não achava que iam acabar com as nascentes de água que é o nosso precioso líquido da criatura humana e dos animais. Há 25 anos atrás um senhor que era fazendeiro em Lajedão, na Bahia, comprou uma área de terra na margem da estrada de rodagem que vai para Juerama, a primeira estrada de rodagem de Caravelas para Juerama, ele comprou para recursar o gado nos espaços de estiagem, tinha muito capim nativo e terras, a maior parte era do Estado. Água à vontade por todo o lado. E hoje você vai e não encontra uma gota, isto é depois do maldito cultivo de eucalipto, esse lugar tem o nome de Muritiba. Eu conheci sendo de um senhor por nome Delfino Andreilino, foi vaqueiro de doutor Medeiros Neto. O gado comia nos campos nativos durante 90 dias, no final dos 90 dias o gado era todo removido para as margens do no Itanhém para fazer muda, o gado bebia aquela salitrada e desenvolvia o organismo, não atacava o mal de fígado duro ficava nas margens do rio Itanhém 90 dias ou continua, chegava nas margens do no Itanhém estrumando duro, igual um torrão de barro amassado. E quando voltavam para o campo, era fazenda Canudo. Portanto, meus amigos que já chegaram para este mundo depois do ano 1.950, para cá já encontravam tudo lindo, tudo bonito, a mil maravilhas, hoje nós temos todo conforto, depende que tenha o trocado, se não tiver sofre um pouco. Mas, meus amigos, depois que veio para o nosso extremo sul a maldita cultura do eucalipto, modificou tudo, o senhor não encontra um homem que sabe amolar uma foice, um facão, nem cortar

SUMÁRIO

uma árvore de machado, è só no motosserra, não sabe acunhar uma enxada, quanto cortar de machado. Eu aprendi fazer limpeza de roça com a mão inchada de estrovenga de facão, de biscol, já trabalhei de carreiro, para mim e os outros, já fui feitor de cerca em roça, tanto cerca de tesoura morão furado, cerca de encher contra poço e cerca de arame. Já trabalhei de tropeiro, sei tecer uma borda de cangalha baiana, tudo isso aprendi com o meu pai, já cavei poço de cisterna tanto para mim como para os outros. E hoje o único poço que eu ainda não cavo é sepultura de quem morre, porque é mais baixo e eu tenho um mal que de uns tempos para cá deu de me atacar, que é o mal de câimbra. Eu fui criado assim, meu pai recebia um convite do vizinho do amigo do compadre, que ia fazer um mutirão para tapar uma casa, fazer faxina. Eu vou citar uma ocorrência que vejo acontecer e a boa vontade de Deus me deu. No ano que o senhor Doutor Wagner Ramos Mendonça foi prefeito de Teixeira de Freitas e o senhor Wilson Alves de Brito de Alcobaça. A senhora Melice, esposa do senhor Orlando, teve uma imensa coragem de pedir uma ajuda aos dois prefeitos, para construir o muro do cemitério do São

----- p. 6

Gonçalo. Esse dia foi o dia do sepultamento do senhor Servídio de Nascimento, o pai de seu Osair Nascimento, eu mesmo andei na comunidade pedindo auxílio e depois quando começou a mão de obra, todo dia saía daqui de casa e ia para lá fazer nossa faxina na área, foi caminhada de 30 a 40 dias na perua. Esse cemitério foi o avô do senhor Orlando Neves que fundou, porque ele era o proprietário dessa área e notava a dificuldade para sepultar um ente querido ou em Alcobaça ou Juerana ou Caravelas, isso deve ter acontecido nos anos 1885. O primeiro cemitério na zona rural de Alcobaça. Porque no ano de 1920 o meu avô paterno foi sepultado no cemitério do São Gonçalo, o meu pai, o senhor Deraldo estava aqui na fazenda Cascata sendo servidor do senhor Joaquim Muniz Neto.

SUMÁRIO

O meu pai veio aqui para Cascata em mês de março de 1.920. Trabalhou até no começo do ano de 1.923, aí não deu mais certo, meu pai saiu e foi para o Espírito Santo em junho de 23 e ficou por lá até dezembro de 1.924. Pois é, o meu avô está sepultado no cemitério do São Gonçalo, veio de lá de São José de por canoa, rio cheio, era mais fácil vim para do que ir para Alcobaça. O meu pai estava com 17 anos.

Vamos a outros assuntos, como surgiu o desenvolvimento na nossa região segundo alguns dados que o meu pai contava. Essa margem do rio Itanhém foi começada através de escravatura e o município de Caravelas também, porque todos esses municípios tinham essas famílias que tinham muito dinheiro, aí compravam aquelas patente de coronel, capitão general e aí ficava só em cima, só mandando. Só empurrando os outros com a barriga. O meu pai contava que a senhora Lídia, que era tia de Amario Silva, José Amario e irmãos contavam que esse rio Itanhém só era navegável até Caroa da Onça dali para diante tinha muito entulho e existia uma grande aldeia indígena que amedrontava o povo, então um senhor de nome Coronel Higino colocou um grupo de pessoas armados, atirando para espantar índios e conseguiu chegar aqui na primeira cachoeira, na Prainha, na fazenda Nova América. O Coronel Higino fez esse esforço mais visando o futuro, que era a exploração de madeira preciosa tais como peroba e jacarandá, pau brasil, louro mutamba e outras qualidades que tivesse na indústria. Depois veio o Coronel João Bernardino de Medeiros, também com o mesmo pensamento, que a área do senhor João Bernardino era tão imensa que o senhor João Palmeira, Benedito Cabeça e mais uma outra pessoa levaram posse de terra nessa área do senhor João Bernardino. O senhor João Bernardino não tinha grande porção de terra demarcada, mas comandava uma grande distância, ninguém tocava, que era terra do coronel. O mesmo aconteceu com a Fazenda Cascata, que o senhor Joaquim 1º mediu e assegurou ao Estado 45 alqueirão, quando o senhor Joaquim 3º tomou posse da fazenda, pegou um balizeiro, mandou medir mais 50 alqueires e assim é a história da nossa região, o mais forte engolindo



SUMÁRIO

o mais fraco, o senhor Joaquim 3º veio residir na fazenda Cascata, foi no ano de 1.920, no mês de março, no dia que ele saiu da fazenda Arquivo não chegou na Cascata, dormiu na Fazenda Serraria, que era do pai dele, no outro dia foi que ele atravessou para a Cascata, no mês de março de 1920 veio conduzindo um gado, ele um senhor de nome de Hermínio Portela, um outro de nome Zifirino e o meu pai, que era o guia do

----- p. 7

gado. Ele só abandonou Cascata quando morreu. Mas os ossos dele veio do rio e está na igreja de São José, na fazenda Cascata. O senhor Joaquim 3º era produtor de café, farinha de mandioca, feijão, milho, cacau, gado e madeira serrada braçal. O transporte da madeira serrada era por canoa, já tinha os canoieiros certos, que eram só para aquele fim, levava madeira, café, cacau e, às vezes, vinham com açúcar, sal, tecidos, remédios, ferramentas, querosene e sal. Quando ele veio a perder o fôlego de vida, deixou dez fazendas com a matriz que é a Cascata, tudo adquirido de março de 1920 para cá. O senhor Joaquim construiu uma estrada de rodagem, saindo da fazenda Cascata até o povoado de Aparajú, a 20 quilômetros de Caravelas, toda mão de obra, tudo braçal, a máquina era a enxada, enxadão, picareta, machado e o muque do homem. E uns anos atrás o senhor Gustavo Neves comprou um carro, um caminhão em Caravelas e fazia transporte da fazenda São Gonçalo até o porto do Cupido, mas com a falta de motorista, foi obrigado a vender o carro, ficou o transporte de carro de boi e lombo de burro e cavalo. Se fosse para Alcobaça, era canoa e lombo de burro e se fosse para Caravelas, era carro de boi e lombo de burro e cavalo. Ou então indo com o produto até Juerana, Taquari ou Aparajú, para pegar o trem de ferro ou para Caravelas ou Ponta de Areia ou Nanuque e Teófilo Otoni ou mesmo Belo Horizonte a tratamento. Hoje no pé da parede e aqui há 50 anos atrás era dureza.

SUMÁRIO

Revolta

Nova Esperança Comunidade de

Eu, Derly Felix da Silva, conheço a imprensa e os órgãos competentes que eu ouvi no jornal do meio dia, um grande ato bastante desagradável, que eu considero uma grande injustiça com um aluno que o sapato ou a roupa molhou e ele foi impossibilitado de participar da aula. Mas eu vos pergunto senhor ou senhora diretora, quem recebe a aula é a roupa e o sapato ou o aluno. Eu como criatura humana acho isso uma grande injustiça com o aluno, no meu modo de pensar, não sou de acordo com esse estilo, acho isso grave burocracia. Vejo que isso é uma grande falta de ordem na sociedade brasileira e os diretores e professores que não dê essa demonstração ao aluno, se o pai ou a mãe deu exemplo doméstico ao filho, não reflita nada na presença do filho. Porque se você refletir na presença dele, um álibi contra o exemplo do castigo que o pai ou a mãe deu a ele, ele vai criar e voar, não vai mais arrespeitar pai e mãe, e menos mal o senhor ou a senhora. Eu criatura humana adoto o ritmo dos meus antepassados. Não é roupa de marca e nem sapato de marca que aprende não, quem aprende é o aluno.

Me subscrevo,

Derly Félix da Silva.

----- p. 8

ÍNDICE REMISSIVO

A

agricultores 72, 89, 194, 211, 225, 305
agricultura 97, 186, 206, 270
agricultura familiar 97, 186
ancestralidade 14, 35, 66, 67, 68, 69, 77, 155
autossilenciamento 265

C

colonial 13, 63, 72, 141, 153, 227, 231, 233, 234, 240, 261, 262, 266
colonialista 99, 265
colonização 134, 155
composição 51, 56, 66, 136, 159, 258
comunidade 12, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 56, 58, 59, 62, 63, 65, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 90, 92, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 124, 125, 127, 129, 131, 133, 135, 140, 141, 142, 144, 151, 154, 155, 158, 161, 173, 174, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 192, 195, 197, 200, 201, 205, 206, 208, 212, 213, 221, 224, 225, 226, 229, 231, 234, 236, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 275, 280, 287, 291, 293, 300, 313

comunidades religiosas 155
conflitos econômicos 156
consciência 18, 20, 33, 34, 35, 48, 65, 66, 67, 72, 93, 95, 99, 106, 108, 111, 124, 155, 169, 180, 207, 258, 304
consciência histórica 155

cultura 16, 22, 35, 43, 44, 46, 72, 90, 93, 98, 102, 105, 118, 122, 128, 130, 183, 201, 210, 212, 213, 214, 215, 217, 222, 224, 227, 258, 262, 270, 271, 274, 285, 291, 295, 296, 298, 307, 312

D

desenvolvimento 14, 29, 33, 81, 126, 141, 142, 153, 154, 155, 156, 158, 160, 162, 163, 206, 207, 221, 274, 275, 276, 285, 289, 295, 300, 314

E

economia 165, 167
educação 219, 239, 290
elitista 265
êmica 68, 79, 231
energia elétrica 110, 111, 113, 197
escravizados 155, 233
escravocratas 63, 75, 97, 98, 240
ética 22, 49, 68, 78, 79, 247, 257, 259
exclusão 265, 266, 268
exclusão social 266, 268

F

família africana 65, 280
família indígena 65, 280
farinha 68, 99, 127, 128, 130, 133, 151, 157, 167, 177, 186, 193, 194, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 209, 210, 212, 219, 227, 242, 243, 283, 284, 285, 287, 289, 291, 300, 307, 309, 310, 311, 315
fazenda cascata 26, 97, 107, 119, 120, 122, 124, 132, 133, 136, 137, 138, 141, 157, 167, 168, 199, 200, 213, 214, 220, 223, 281, 283, 284, 285, 291, 293, 294, 299, 300, 302, 308, 309, 313, 315

SUMÁRIO

fazendas 26, 63, 69, 70, 71, 72, 75, 80, 81, 83, 88, 89, 93, 97, 98,
99, 107, 110, 121, 127, 131, 132, 137, 139, 141, 151, 152,
153, 157, 167, 176, 199, 213, 216, 218, 219, 221, 223,
233, 240, 260, 262, 285, 287, 302, 315

G

geografia 32, 64, 67

H

história 10, 11, 12, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 32, 33, 35, 37, 42, 44,
46, 51, 52, 55, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 71, 72,
74, 78, 80, 84, 97, 98, 99, 107, 110, 116, 127, 132, 133,
135, 137, 138, 140, 145, 152, 153, 155, 157, 160, 161,
162, 163, 165, 166, 172, 173, 174, 183, 185, 191, 199,
206, 208, 223, 225, 227, 231, 234, 239, 240, 246,
249, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 261, 262, 263,
265, 266, 268, 271, 273, 275, 276, 282, 286, 290,
305, 314

história local 19, 138, 155, 254, 258, 261

História Oral 54

I

identidade 14, 20, 21, 23, 31, 35, 43, 66, 67, 68, 69, 70, 75, 79,
98, 154, 155, 199, 212, 231, 233, 248, 250, 252, 274,
275, 298

identidade coletiva 21

identidade psíquica 66

identificação 21, 25, 35, 68, 154, 206, 231, 248, 262, 267, 272

índigena 14, 43, 65, 66, 98, 150, 155, 156, 262, 271, 276, 280,
302, 314

interação 15, 30, 34, 43, 51, 53, 56, 225, 251

interação social 34

L

legado 263, 267, 268, 269

leitura 16, 32, 33, 231, 306

letramento 270

linguagem 14, 18, 35, 45, 46, 66, 67, 73, 79, 83, 246, 249, 252,
253, 259, 266, 271

Luz Para Todos 110

M

memória 10, 11, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33,
34, 35, 36, 37, 39, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 54,
56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 74, 76, 78,
79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 99, 116, 136, 137, 147, 153,
155, 160, 161, 162, 166, 173, 197, 199, 202, 206, 225,
226, 228, 230, 231, 241, 242, 245, 246, 247, 249,
251, 252, 253, 254, 257, 258, 259, 265, 266, 267,
268, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 307

memória afetiva 137, 155, 197

memória coletiva 19, 23, 37, 39, 79, 155, 162, 254, 258, 265, 274

memória social 19, 23, 36, 54, 136, 153, 228, 266, 267, 268, 270,
272, 274

metáfora 30, 45, 49, 100, 114, 157, 160, 204, 245, 258

N

narrativa 19, 20, 21, 32, 34, 35, 45, 48, 49, 51, 54, 56, 59, 61, 66,
84, 156, 166, 250, 251, 252, 253, 254, 257, 258, 259,
264, 265, 266, 268, 272, 273, 276

negros 76, 97, 98, 154, 239, 240, 258, 259, 292, 302

P

patrimônio 87

política 10, 20, 22, 54, 73, 111, 117, 124, 142, 163, 199, 201, 211, 212,
248, 249, 257, 266, 268, 271

pós-coloniais 25, 266, 268

práticas sociais 231

preconceito 62, 234, 265

produção 25, 33, 36, 46, 52, 53, 56, 67, 71, 78, 80, 81, 86, 89,
90, 91, 97, 99, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 122, 125,
126, 127, 128, 130, 131, 132, 140, 141, 142, 153, 158,
161, 169, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186,
192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 204, 208,
209, 212, 213, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 224,
225, 242, 243, 250, 262, 263, 264, 268, 283, 284,
289, 309, 310

produtor 68, 133, 157, 167, 186, 207, 208, 282, 285, 310, 315

SUMÁRIO

Q

quilombola 304

R

racismo 258, 274

reconhecimento 16, 25, 57, 68, 77, 79, 122, 204, 246, 272

recursos naturais 13, 90, 102

relações sociais 23, 37, 54, 67, 259, 265, 267

religião 32, 98

rememoração 19, 20, 25, 33, 34, 35, 43, 45, 47, 51, 98, 161, 198,
204, 206, 226, 240, 248, 252, 253, 268, 273

resistência 62, 110, 181, 239, 264, 265, 266

S

sociabilidade 28, 65

sociedade 13, 14, 34, 93, 142, 154, 263, 268, 316

subjetividade 34, 72, 102, 166, 169, 251, 253, 259, 264

subsistência 36, 67, 90, 103, 105, 107, 108, 127, 149, 150, 175, 178,
183, 185, 188, 192, 219, 260

T

terra 14, 31, 69, 70, 84, 87, 89, 90, 92, 93, 96, 97, 101, 103, 105, 106,
107, 108, 109, 128, 148, 150, 157, 158, 159, 162, 173,
187, 196, 206, 216, 217, 260, 265, 268, 281, 282, 284,
288, 292, 298, 304, 310, 312, 314

território 13, 14, 64, 67, 68, 69, 70, 74, 76, 98, 121, 140, 154, 155, 166,
194, 260, 274, 276, 288

trabalho braçal 149, 154

trabalho coletivo 206

tradição 13, 231, 238, 249

transformação 19, 108, 200, 207, 253

V

violência 227, 233, 234

vozes 16, 18, 19, 30, 59, 80, 259, 266, 278

SUMÁRIO

www.PIMENTACULTURAL.com

“ERA ASSIM QUE ERA...”



**Nas trilhas das memórias
e narrativas da comunidade Arara**